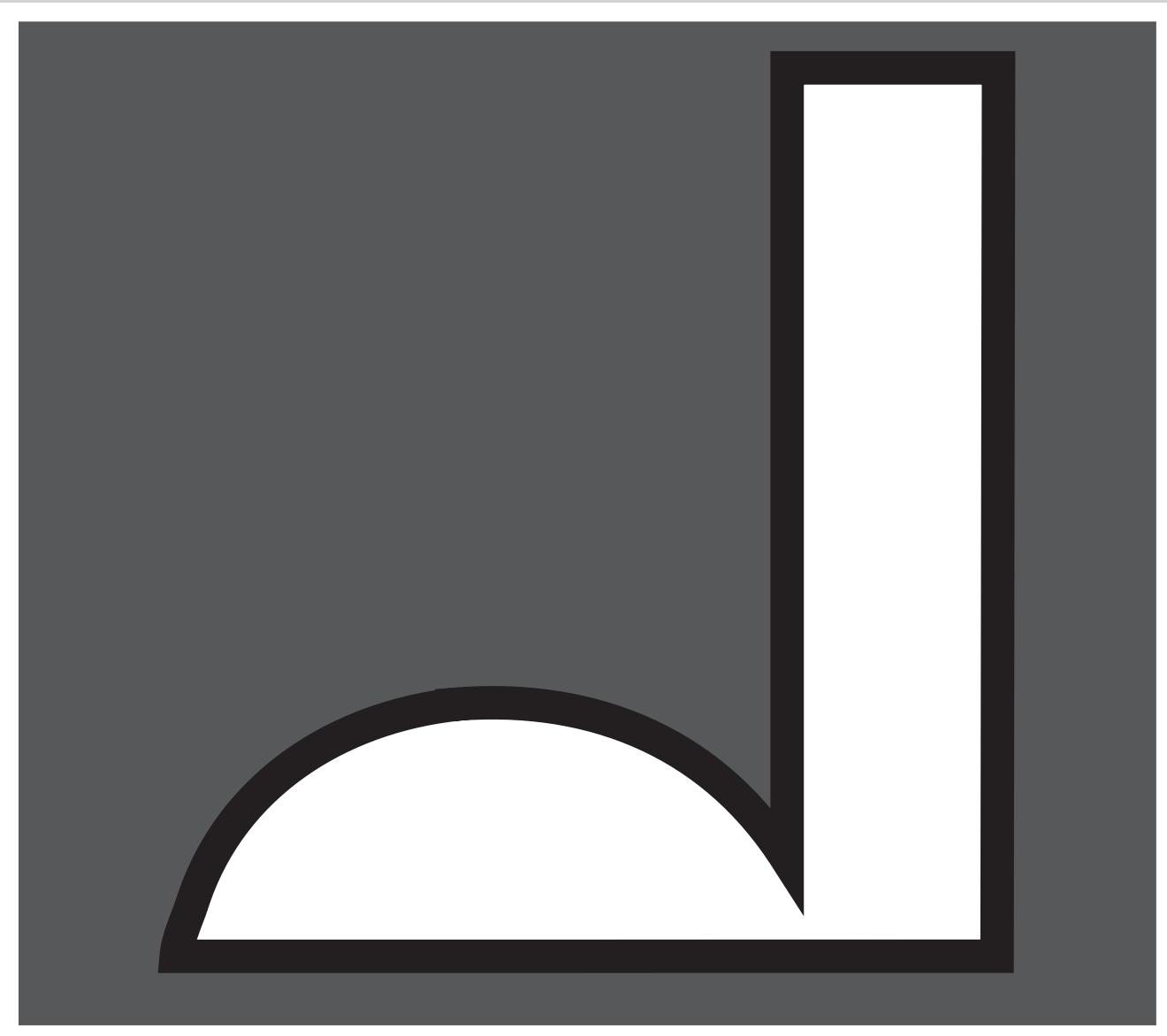




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVIII – Nº 328 – 'Uf DCFQ, 8 DE LWNJ Q DE 2013 – BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE
Renan Calheiros - (PMDB-AL)
1º VICE-PRESIDENTE
Jorge Viana - (PT-AC)
2º VICE-PRESIDENTE
Romero Jucá - (PMDB-RR)
1º SECRETÁRIO
Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)
2º SECRETÁRIA
Angela Portela - (PT-RR)

3º SECRETÁRIO
Ciro Nogueira - (PP-PI)
4º SECRETÁRIO
João Vicente Claudino - (PTB-PI)
SUPLENTES DE SECRETÁRIO
1º - Magno Malta - (PR-ES)
2º - Jayme Campos - (DEM-MT)
3º - João Durval - (PDT-BA)
4º - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

As notas referentes à Mesa do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB Ricardo Ferraço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT Walter Pinheiro (22,27,93) Anibal Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (5,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
<p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL/PRB) - 13</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	

As notas referentes às Lideranças do Senado Federal encontram-se publicadas na Composição do Senado Federal (Vide Sumário).

EXPEDIENTE

<p>Doris Marize Romariz Peixoto Diretora-Geral do Senado Federal</p> <p>Florian Augusto Coutinho Madruga Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações</p> <p>José Farias Maranhão Coordenador Industrial</p>	<p>Claudia Lyra Nascimento Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p>Rogério de Castro Pastori Diretor da Secretaria de Registros Legislativos de Plenários e de Elaboração de Diários</p> <p>""Zuleide Spinola Costa da Cunha Diretora da Secretaria de Taquigráfia e Redação de Debates Legislativos</p>
--	---

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – LEGISLAÇÃO E ATOS NORMATIVOS	
1.1 – DECRETO LEGISLATIVO	
Nº 306, de 2013	43373
1.2 – ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL	
Nº 42, de 2013	43374
2 – ATA DA 111ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 5 DE JULHO DE 2013	43375
2.1 – ABERTURA	43376
2.2 – EXPEDIENTE	43376
2.2.1 – Comunicação da Presidência	
Realização de sessão especial segunda-feira próxima, às 11 horas, destinada a comemorar o centenário de nascimento do político e guerrilheiro Carlos Marighella, nos termos dos Requerimentos nºs 738 e 1.096, de 2012; e 152 e 405, de 2013, de autoria do Senador João Capiberibe e outros Senadores.. .	43376
2.2.2 – Leitura de requerimento	
Nº 773, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, solicitando autorização para desempenho de missão parlamentar no período de 22 a 28 do corrente.....	43376
2.2.3 – Discursos do Expediente	
SENADOR RUBEN FIGUEIRÓ – Insatisfação com as informações prestadas pelo Ministro de Minas e Energia sobre os investimentos da Petrobras em produção e transporte do gás natural no Mato Grosso do Sul; e outro assunto.	43377
SENADOR SÉGIO SOUZA – Reflexões a respeito da proposta de plebiscito para reforma política; e outro assunto.	43379
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Críticas à proposta do Governo Federal, de realizar plebiscito para a reforma política; e outros assuntos.	43380
SENADORA VANESSA GRAZZIOTIN, como Líder – Repúdio à decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro que anulou a condenação do ator Dado Dolabella por violência doméstica.	43383
SENADOR ALOYSIO NUNES FERREIRA – Críticas à Presidente da República pela adoção de medidas supostamente de cunho eleitoral; e outro assunto.	43385
2.3 – ORDEM DO DIA	
2.3.1 – Item 3 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que <i>altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2002, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Dados, e dá outras provisões. Apreciação adiada</i> , após Parecer nº 655, de 2013-PLEN , proferido pelo Senador Jorge Viana, em substituição às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos.....	43400
2.3.2 – Item 5 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que <i>acrescenta § 2º ao art. 52 da Cons-</i>	43401
SENADOR JORGE VIANA – Preocupação com a baixa qualidade do transporte público urbano no Brasil e sugestão de inclusão do assunto na pauta de debates.	43388
SENADORA LÍDICE DA MATA – Perplexidade com a rejeição injustificada do Sr. Vladimir Aras para ocupar cargo de membro do Conselho Nacional do Ministério Público.	43391
SENADOR EDUARDO SUPLICY – Apoio à declaração da Presidente da República que rebateu as críticas à proposta de plebiscito sobre a reforma política.	43392
SENADOR WALDEMIR MOKA – Defesa da extensão da possibilidade de acúmulo de cargos aos militares profissionais da saúde, o que evitaria a importação de médicos estrangeiros.	43393
SENADORA KÁTIA ABREU, como Líder – Comentários acerca de projeto de S. Exª e audiência pública relacionados à educação.	43396
SENADOR WALTER PINHEIRO – Registro de plano lançado pelo Governo Federal para combater a seca no Semiárido.....	43397
2.2.4 – Leitura de requerimento	
Nº 774, de 2013, de iniciativa de Líderes, solicitando urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013.	43400

tituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades. Não houve oradores na quinta sessão de discussão em primeiro turno. .

43406

2.3.3 – Item 6 (Tramita em conjunto com os itens 7 e 8) (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno, após leitura da Emenda nº 2-PLEN.*

43406

2.3.4 – Item 7 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins. Tramita em conjunto com os itens 6 e 8.*

43406

2.3.5 – Item 8 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza. Tramita em conjunto com os itens 6 e 7.*

43406

2.3.6 – Item 9 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus. Não houve oradores na terceira sessão de discussão em primeiro turno.*

43411

2.3.7 – Item 11 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência. Não houve oradores na primeira sessão de discussão em primeiro turno.*

43411

2.3.8 – Item 12 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 602, de 2013, de autoria do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.**

43411

2.3.9 – Item 13 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 603, de 2013, de autoria do Senador Ciro Nogueira, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 52, de 2010; com o 341, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011; 69 e 179 de 2012), por regularem matéria correlata. **Aprovado.** ..

43411

2.3.10 – Item 14 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 604, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 142, de 2003; com o 341, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado nºs 752, de 2011; 69 e 179 de 2012); 162 e 175, de 2013, por regularem matéria correlata. **Aprovado.** ..

43411

2.3.11 – Leitura de requerimento

Nº 775, de 2013, de autoria do Senador Ruben Figueiró, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 162, de 2013; e 341, de 2012. **Aprovado.**

43412

2.3.12 – Item 15 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 699, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, por regularem matérias correlatas. **Aprovado.** ..

43413

2.3.13 – Item 16 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 700, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.**

43413

2.3.14 – Item 17 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 701, de 2013, do Senador Cristovam Buarque, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a de Assuntos Econômicos. **Aprovado.**

43413

2.3.15 – Item 18 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 704, de 2013, da Senadora Ana Amélia, solicitando a tramitação conjunta dos Pro-

jetos de Lei do Senado nºs 247, de 2007; e 154, de 2013, por regularem matéria correlata. Aprovado. ..	43413
2.3.16 – Item 20 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 711, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Aprovado.	43413
2.3.17 – Item 21 (Inversão da pauta com aquiescência do Plenário)	
Requerimento nº 712, de 2013, de autoria do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas. Aprovado.	43414
2.3.18 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária .	43414
2.4 – APÓS A ORDEM DO DIA	
2.4.1 – Apreciação de matéria	
Requerimento nº 773, de 2013, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg. Aprovado.	43415
2.4.2 – Discursos	
SENADORA ANA AMÉLIA, como Líder – Defesa da regulamentação do uso civil, comercial e militar dos veículos aéreos não tripulados; e outros assuntos.	43415
2.4.3 – Leitura de requerimento	
Nº 776, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim, solicitando homenagem de pesar pelo falecimento do Sr. Cairo Fernando Reinhardt.	43419
2.4.4 – Discursos (continuação)	
SENADORA ANA RITA – Considerações sobre a importância das manifestações populares como forma de pressão para as reformas necessárias ao País.	43420
2.4.5 – Comunicação da Presidência	
Encaminhamento do Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, às Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa; de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	43422
2.4.6 – Discursos (continuação)	
SENADOR RICARDO FERRAÇO – Manifestação contrária à aprovação de projeto de lei que estabelece critérios para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios; e outro assunto...	43423
SENADORA LÚCIA VÂNIA – Preocupação com a alta inflação no Brasil.	43424
SENADOR PAULO PAIM – Apreensão com o enfraquecimento do Mercosul e o possível confronto de interesses com a Aliança do Pacífico; e outros assuntos.	43426
SENADOR JOÃO CAPIBERIBE – Relato da participação de S. Exª no Primeiro Encontro sobre Capital Natural, ocorrido em Berlim, na Alemanha.	43429

2.4.7 – Parecer

Nº 656, de 2013, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar.

43432

2.4.8 – Comunicação da Presidência

Inclusão em Ordem do Dia, na próxima sessão deliberativa ordinária, do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar, cujo parecer foi lido anteriormente; e abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, à referida matéria.

43442

2.4.9 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição

Nº 36, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador Blairo Maggi, que *modifica o art. 8º, IV, da Constituição Federal, para alterar as fontes de custeio das entidades sindicais.*

43442

2.4.10 – Aviso do Ministro de Estado da Fazenda

Nº 216/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 314, de 2013, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

43447

2.4.11 – Ofício do Ministro de Estado da Defesa

Nº 7.641/2013, na origem, encaminhando informações em resposta ao Requerimento nº 141, de 2013, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

43447

2.4.12 – Comunicação da Presidência

Realização de sessão deliberativa ordinária segunda-feira próxima, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.

43447

2.5 – ENCERRAMENTO

43447

3 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA

43451

4 – AGENDA CUMPRIDA PELO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL, SENADOR RENAN CALHEIROS, EM 5.7.2013

43452

SENADO FEDERAL**5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL**

Por Unidade da Federação

43453

Bancadas dos Partidos

43454

Por ordem alfabética

43455

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

43456

7 – LIDERANÇAS

43457

8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

43461

9 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS

43462

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

43462

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos

43476

CAS – Comissão de Assuntos Sociais

43483

CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

43487

CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte

43493

CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle.....	43498	Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010).	43554
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.....	43508	Comissão do Projeto Jovem Senador (Resolução nº 42, de 2010)	43556
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	43516	Conselho do Prêmio Mérito Ambiental (Resolução nº 15, de 2012).....	43558
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura	43525		
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo.....	43532		
CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.....	43538		
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	43542		
11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS			
Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)	43546		
Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993).....	43547		
Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)	43548		
Procuradoria Especial da Mulher (Resolução nº 9, de 2013)	43549		
Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)	43549	Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)	43577
Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)	43550	Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)	43578
Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009).....	43552	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 1, de 2011)	43579
		CONGRESSO NACIONAL	
		12 – COMISSÕES MISTAS	
		CMO – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (Resolução nº 1, de 2006)	43560
		CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (Resolução nº 4, de 2008)..	43564
		Comissão Mista Representativa do Congresso Nacional no Fórum Interparlamentar das Américas –Fipa (Resolução nº 2, de 2007)	43568
		CCAI – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (Lei nº 9.883, de 1999)	43569
		Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito.	43570
		Comissões Mistas Especiais	43573
		13 – CONSELHOS E ÓRGÃO	

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Renan Calheiros, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2013(*)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Gover-

no da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 4 de julho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

(*) O texto do Acordo está publicado no Diário do Senado Federal de 2-4-2013

CONGRESSO NACIONAL

ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2013

O Presidente da Mesa do Congresso Nacional, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e

ano, que “Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências”, tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Congresso Nacional, 4 de julho de 2013. – Senador **Renan Calheiros**, Presidente da Mesa do Congresso Nacional.

Ata da 111ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 5 de julho de 2013

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Renan Calheiros, Jorge Viana, Paulo Paim,
Waldemir Moka e João Capiberibe*

*(Inicia-se a sessão às 9 horas e 1 minuto e
encerra-se às 14 horas e 1 minuto.)*

É o seguinte o registro de comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

54ª Legislatura
3ª Sessão Legislativa Ordinária

111ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 9 HORAS

Período : 05/07/13 07:00 até 05/07/13 20:31

Partido	UF	Nome	Pres
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X
PT	ES	ANA RITA	X
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE	X
PT	MS	DELCIÓDIO DO AMARAL	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X
PTB	MA	EPITÁCIO CAFETEIRA	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X
PTB	DF	GIM	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X
PSB	AP	JOÃO CABIBERIBE	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X
PTB	PI	JOÃO VICENTE CLAUDINO	X
PT	AC	JORGE VIANA	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X
PSD	TO	KÁTIA ABREU	X
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X
PMDB	SC	LUIZ HENRIQUE	X
PT	RS	PAULO PAIM	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X
PMDB	PR	ROBERTO REQUIÃO	X
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X
PSDB	MS	RUBEN FIGUEIRÓ	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS	X
DEM	GO	WILDER MORAIS	X
PDT	MG	ZEZÉ PERRELLA	X

Compareceram: 44 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma sessão especial a realizar-se na segunda-feira,

dia 8, às 11 horas, destinada a comemorar o centenário de nascimento do político e guerrilheiro Carlos Marighella, nos termos dos **Requerimentos nºs 738 e 1.096, de 2012; e 152 e 405, de 2013**, do Senador João Capiberibe e outros Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 773, DE 2013

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do artigo 40 do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar da *Jornada Mundial da Juventude 2013*, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 28 de julho de 2013, quando representarei o Senado Federal, conforme indicação do presidente.

Sala das Sessões,


Senador **Rodrigo Rollemberg**

Brasília, 19 de junho de 2013.

Nos termos do que dispõe o art. 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, indico os Excelentíssimo Senhores Senadores **PEDRO SIMON, VITAL DO RÉGO, FRANCISCO DORNELLES, LINDBERGH FARIAS, RUBEN FIGUEIRÓ, CÍCERO LUCENA, INÁCIO ARRUDA, PAULO PAIM, RODRIGO ROLLEMBERG e VICENTINHO ALVES**, para representarem o Senado Federal na Jornada Mundial da Juventude 2013, na cidade do Rio de Janeiro, no período de 22 a 28 de julho de 2013, autorizando a emissão de bilhetes de passagens aéreas, bem como o pagamento de diárias correspondentes à data do referido evento.


Senador **RENAN CALHEIROS**
Presidente do Senado Federal

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Queria cumprimentar a todos que nos acompanham pela TV Senado e pela Rádio Senado.

Nesta sexta-feira, nós vamos ter o início da sessão e, às 10h, de acordo com o entendimento entre as Lideranças, nós vamos ter a Ordem do Dia. Então, hoje, excepcionalmente, pela proximidade do fim do semestre e ao mesmo tempo pelo acúmulo de itens na pauta do Senado, a Presidência, no caso o Presidente Renan, em comum acordo com os Líderes, estabeleceu sessão deliberativa de segunda a sexta-feira. Então, hoje, nós teremos uma sessão deliberativa.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Sérgio Souza.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Para me inscrever para uma comunicação inadiável.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Pela ordem, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu gostaria também de me inscrever para uma comunicação inadiável, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu também peço a minha inscrição, já que estou no art. 17, junto com a minha querida Senadora Ana Amélia, Senador Sérgio Souza, Senador Suplicy, Senador Paim e outros.

Senadora Ana Amélia.

Só antes informando que o primeiro orador inscrito é o Senador Cristovam, que solicitou uma permuta, tendo em vista que vai chegar daqui a pouco, com o segundo, que é o Senador Ruben Figueiró. Então, V. Ex^a, Senador Ruben, será o primeiro a fazer uso da tribuna.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Eu queria saber da ordem de inscrição dos oradores, porque eu falei pela Liderança e, a segunda vez, como oradora inscrita. Então, eu não estou no art. 17, que permite apenas duas vezes e só falará o orador depois de esgotada toda a pauta do dia. Se eu não estiver inscrita, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Aqui consta, na memória das sessões, que, quarta e quinta, como oradora inscrita, V. Ex^a fez uso da palavra, fora o uso...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – É que eu fiz uma pela Liderança e uma como oradora inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Vamos pegar a informação, mas de qualquer sorte...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... V. Ex^a também pode...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu estou inscrita para hoje?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – É, está, mas como...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – No art. 17?

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... junto comigo, foi colocada,...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – ... no art. 17, mas eu...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... por conta desse arquivo, no art. 17. Mas vamos verificar, Senadora Ana Amélia, imediatamente...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – ... e eu informo a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Fizemos, então, a permuta: Senador Ruben Figueiró e, em seguida, o Senador Cristovam. Obviamente, depois do Senador Ruben Figueiró, para uma comunicação inadiável, o Senador Sérgio Souza, depois o Senador Cristovam.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores...

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu informo a V. Ex^a, Senador Ruben, que, por se tratar de uma sessão deliberativa, diferente, no caso das sextas-feiras, o tempo é de dez minutos. Mas, obviamente que, dependendo da necessidade, a Mesa será tolerante com V. Ex^a.

V. Ex^a tem a palavra por dez minutos.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Muito obrigado. Procurarei cumprir o tempo regimental, Sr. Presidente. Muito grato pela lembrança.

Há alguns meses, com amparo na Constituição Federal e no Regimento Interno desta Casa, apresentei à Mesa do Senado Federal requerimento, solicitando ao Ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, informações sobre investimentos da Petrobras no Estado do Mato Grosso do Sul, em especial aqueles destinados à produção e ao transporte do gás natural.

Já falei sobre a questão do gás natural em Mato Grosso do Sul em dois discursos anteriores. Volto ao assunto porque o requerimento, remetido ao Minis-

tério de Minas e Energia em 30 de abril de 2013, foi finalmente respondido – fora do prazo, que é de 30 dias – por intermédio de Aviso do Ministério de Minas e Energia em 26 de junho último.

Qual foi a minha frustração, Sr. Presidente, ao ver que o Ministério encaminhou respostas apenas de caráter protocolar para um pedido de informações solicitado pelo Senado Federal.

Ao receber esse documento, em 28 de junho de 2013, indignaram-me a forma evasiva das respostas apresentadas, bem como a fragilidade dos argumentos utilizados.

Cumpre lembrar que a fiscalização é uma das mais importantes competências do Legislativo, verdadeiro sustentáculo do sistema de equilíbrio entre os Poderes. Infelizmente, enquanto as autoridades do Executivo procrastinam, o povo do meu Estado continua a ser privado de uma grande riqueza natural, que transita pelo seu subsolo.

O gasoduto Brasil-Bolívia escoa, diariamente, 30 milhões de metros cúbicos de gás natural, desde Santa Cruz de La Sierra até os Estados do Sul e do Sudeste do Brasil, principalmente São Paulo.

Ocorre que 600 quilômetros desse gasoduto estão dentro do território sul-mato-grossense, sem que haja nenhum tipo de aproveitamento local.

Junto com o gás natural, atravessam 520 mil toneladas de butano e de propano. Esse produto que, repito, atravessa 600 quilômetros de meu Estado, segue direto para os Estados do Sudeste e Sul, onde é, simplesmente, queimado. A quantidade mencionada, Sr^{as}s e Srs. Senadores, se transformada industrialmente, seria suficiente para abastecer de gás de cozinha os Estados de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso, de Goiás e o Distrito Federal – enfim, toda a Região Centro-Oeste do País! Além disso, o gás natural possibilita a extração de mais ou menos 100 subprodutos, o que dá margem ao desenvolvimento de diversas indústrias para exploração desse hidrocarboneto tão importante.

Trata-se de uma demonstração cabal de irracionalidade econômica, um verdadeiro desperdício, além de ser uma afronta ao povo pobre do Brasil, que gasta parcela importante de seu orçamento comprando um gás de cozinha caro, mas indispensável.

O que tenho defendido, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é a instalação, urgente, de uma separadora de gás no Mato Grosso do Sul. Com isso, poderíamos aproveitar os mais de 100 subprodutos integrantes da composição química do gás natural boliviano. Esse projeto, Sr. Presidente, é vital não apenas para o meu Estado, mas, como mencionado, para todo o Centro-Oeste e, por consequência, para o Brasil.

A ideia encontra-se bastante madura, pois deita raízes no ano de 1995, quando foi apresentada

pelo grande empresário sul-mato-grossense, Sr. Ueze Zahran, proprietário da empresa Copagaz, ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, encontrando boa receptividade. Na ocasião, foram iniciados os estudos de viabilidade técnica para implantar a unidade separadora, em regime de parceria com a iniciativa privada.

Posteriormente, já no Governo do Presidente Lula, o projeto foi reapresentado e também contou com o entusiasmo presidencial. No entanto, por razões desconhecidas, ressona até hoje nos arquivos da Petrobras.

Na resposta que recebi ao meu requerimento de informações, consta que não há previsão de investimentos destinados à produção de gás no meu Estado, o Mato Grosso do Sul. Ora, disso eu já sabia!

As razões alegadas para a não implantação do projeto derivam de um estudo de viabilidade técnica e econômica já antigo. Ficou claro que não houve preocupação em pesquisar atentamente sobre o assunto antes de negar sumariamente a iniciativa.

Não fiquei satisfeito com o conteúdo do documento e por isso solicitei a realização de uma audiência pública no Senado com a Presidente da empresa, Sr^a Graça Foster, para prestar plenos esclarecimentos sobre o porquê da inviabilidade de se instalar uma usina separadora de gás em Mato Grosso do Sul.

O requerimento de minha autoria foi aprovado nesta quarta-feira pelos Senadores da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. A audiência pública deve acontecer o mais rapidamente possível. Na reunião, a Sr^a Graça Foster também será questionada sobre os investimentos da Petrobras nas Regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País, onde também é reclamada a presença mais atuante da estatal.

Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, o País mudou radicalmente nos últimos tempos, e a Região Centro-Oeste tornou-se um dos dinâmos econômicos do Brasil. Apesar disso, não contamos com uma separadora sequer, das 42 espalhadas pelo Território nacional.

Nota Técnica que encomendei à Consultoria Legislativa do Senado corrobora a necessidade de reavaliar os parâmetros do mencionado estudo de viabilidade, sem contar que o tremendo impacto social para uma vasta região brasileira também não é fator a ser desprezado.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, meu objetivo é cobrar das autoridades responsáveis precisão nas informações que nos são devidas, como fiscalizadores que somos do Poder Executivo, e como representantes de nossos Estados e do povo brasileiro.

A Dr^a Maria das Graças Foster é uma profissional de carreira da Petrobras, uma técnica dedicada e reconhecida no meio. Como Presidente da estatal, tem feito um trabalho de revitalização da Petrobras, conferindo à empresa um perfil apolítico, mais técnico e

eficiente. Ela reúne, portanto, os atributos para identificar a relevância do projeto que venho defendendo.

Tenho, Srs. Senadores, a expectativa de que o eminente Ministro Edison Lobão, do qual fui colega na Câmara dos Deputados durante dois mandatos, é um homem de ampla visão dos problemas do País, com eficiente experiência como Governador de Estado, Parlamentar de grande projeção nesta Casa, e é capaz de perceber a importância e a relevância estratégica e econômica do projeto de instalar a separadora de gás no Estado do Mato Grosso do Sul, no meu Estado.

Era, Sr. Presidente, os termos do meu pronunciamento, de início. Gostaria de saber de V. Ex^a se eu tenho mais alguns segundos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a ainda dispõe de, no mínimo, três minutos, sem que eu tenha que acrescentar.

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – Sr. Presidente, gostaria de ressaltar aqui uma importante reunião da qual participei ontem, com vários Srs. Senadores, e por nírmio convite do eminente Senador Waldemir Moka, em sua residência, quando tivemos a oportunidade de ouvir o Ministro da Saúde. E a questão fulcral foi a dos chamados – entre aspas – “médicos cubanos”.

S. Ex^a, de início, fez uma apresentação do programa que ele deseja lançar brevemente, através da Sr^a Presidente da República, sobre essa questão da assistência médica no interior no nosso País.

Confesso a V. Ex^{as} que, como Parlamentar da oposição, ouvi atentamente o Sr. Ministro e, depois, vários Parlamentares, inclusive colegas meus do PSDB. E, quando me manifestei, disse à S. Ex^a que realmente, em princípio, tinha simpatia pela ideia preconizada pelo Sr. Ministro, mas, como relatei a ele, tinha oposição dentro da minha casa, a partir da minha senhora, de meu genro e de minha filha, que são médicos; mas não esmoreci no meu pensamento. Creio das boas intenções do Sr. Ministro e da forma como pretende aplicar o seu plano para...

(Soa a campainha.)

O SR. RUBEN FIGUEIRÓ (Bloco/PSDB – MS) – ...o atendimento do nosso interior, sobretudo das regiões mais afastadas.

Voltarei, Sr. Presidente, à tribuna, para detalhar em outra oportunidade a impressão que tive, não só da declaração do Sr. Ministro Padilha, como também das ponderações feitas por todos os colegas que participaram daquela oportuna, necessária, reunião-jantar – por sinal, lauto jantar –, que nos ofereceu o Senador Waldemir Moka.

Voltarei à tribuna para tratar do assunto oportunamente, mas quero deixar, aqui, a minha simpatia à proposta do Ministro Padilha.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senador Ruben Figueiró.

Convidado, para fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Sérgio Souza; em seguida, o Senador Cristovam Buarque, como orador inscrito.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senador Sérgio, mas obviamente que a Mesa será tolerante.

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Eu agradeço.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, caros telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, todos aqueles que nos acompanham nessa manhã de sexta-feira, venho à tribuna do Senado Federal fazer uma breve reflexão sobre a questão polêmica da semana: a mensagem da Presidenta Dilma Rousseff recomendando o plebiscito, em cinco temas, sobre as afirmações da população, dos políticos, se importante ou não, se é o momento, se dá tempo ou não; e também venho para fazer uma reflexão sobre o voto secreto.

Cinco são os pontos sugeridos pela eminente Presidente Dilma.

Financiamento de campanha. Não sei se precisamos consultar a população brasileira sobre o que ela acha sobre financiamento público ou privado da campanha. Acho que nós precisamos avançar um pouco mais nas discussões dentro do Congresso Nacional e, inclusive, informar um pouco mais a população brasileira sobre o que é isso e no que consistiria essa forma de financiamento.

Sistema de eleição: voto distrital, distrital misto, voto majoritário. Sobre isto, sim, precisaríamos consultar a população, mas também precisamos informar um pouco mais a população sobre o que é isso.

Eu, particularmente, sou um defensor do voto distrital misto, em que possamos ter, numa mesma unidade, o voto majoritário e também o voto de opinião, mas não somente o voto majoritário. Mas sei que o “distritão” caminha a passos fortes na Câmara dos Deputados. Pelo “distritão”, o candidato mais votado será o primeiro da lista e, se houver dez vagas, os dez mais votados; se houver 30 vagas, os 30 mais votados para Deputado Federal, Estadual, Distrital e também Vereador.

Outro ponto: modelo de suplência de Senador. Eu sou um suplente de Senador e me considero bastante atuante. Agora, eu acho que nós podemos decidir isso aqui; inclusive, já há projetos tramitando nesse sentido e que estão na Câmara dos Deputados, onde há uma sugestão de reduzir para um o número de suplentes tão somente.

Mas, enfim, o que é a suplência de Senador, Senador Jorge Viana, meu caro Presidente? É um vice. E por que é um vice? Porque a eleição para o Senado é majoritária, como para a Presidência da República, para governador, para prefeito. É eleição majoritária! Nas eleições majoritárias, você tem vice, só que, no Parlamento, esse “vice” é apelidado de suplente. E por que são dois?

Porque são oito anos. Eu acho que estes são temas que temos que aprofundar e discutir: tempo de mandato do Senador, quantidade de suplentes. Mas precisamos consultar a população? Não sei; não estou convicto disso.

Sobre coligações entre partidos, precisamos consultar a população brasileira se ela concorda ou não com as coligações partidárias?

E, aí, vem o quinto ponto: o fim do voto secreto, sobre o qual vou me manifestar na sequência.

Eu não sei, Sr. Presidente, se nós não poderíamos ampliar isso. Se formos fazer um plebiscito, eu acho que há vários temas que podemos ampliar e devemos consultar a população.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Por exemplo, voto obrigatório para o cidadão brasileiro. Temos que pensar se não é o caso de consultar a população sobre isso.

Majoração da pena para o menor ou a maioridade penal. Esse é um tema polêmico sobre o qual, talvez, a sociedade tenha de opinar.

Tempo de mandado e reeleição para o Poder Executivo, para o Legislativo; unificação das eleições etc. Eu acho que nós temos outros temas que são importantes, mas, Sr. Presidente, eu gostaria de enfatizar – e por isso eu peço uns dois minutos a mais – a questão do fim do voto secreto.

Em outras circunstâncias históricas, a adoção do voto secreto, no processo legislativo, em outros momentos da vida parlamentar, foi justificada com o aumento ou com o argumento...

(Interrupção do som.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Mas, como dizia, o voto secreto foi justificado, Sr. Presidente, em outros tempos, com o argumento de que era necessário para proteger o detentor do mandato parlamentar das pressões oriundas de diversas instituições detentoras do poder político e administrativo, como o Poder Executivo, e daquelas oriundas de entes dotados de poder econômico ou, ainda, nos processos de cassação de mandato, até mesmo de um colega parlamentar. Isso no passado.

No exame do voto presidencial aposto a projeto de lei, o voto secreto seria necessário para proteger o parlamentar de eventuais represálias do Poder Executivo, a quem compete a gestão dos recursos públicos e a execução do orçamento.

Nos processos de cassação mandato de parlamentar, o voto secreto se destinaria a evitar o constrangimento de um parlamentar, atento à ética e aos interesses da opinião pública, ao votar pela cassação ou não de um colega seu, e essa circunstância, even-

tualmente, beneficiar o parlamentar infrator dos mandamentos legais e éticos, favorecendo a impunidade.

Nas indicações de autoridade, o voto secreto se imporia como medida destinada a proteger o Senador da República de futuras e hipotéticas retaliações a serem praticadas pela mesma pessoa, quando empossada no cargo para o qual foi indicada. Seria destinado também, nessa circunstância, a não fragilizar o indicado no exercício de suas funções.

(Soa a campainha.)

O SR. SÉRGIO SOUZA (Bloco/PMDB – PR) – Hoje, Sr. Presidente, diante da presença maior e mais expressiva da cidadania no acompanhamento das atividades do Congresso Nacional, podemos entender e afirmar que todas as pressões que atuam contrariamente à independência e à autonomia do parlamentar na formação de sua vontade podem ser compensadas pela vigilância dos cidadãos.

Sr. Presidente, como relator da Proposta de Emenda à Constituição nº 20, eu não vejo motivo algum para nós não extirarmos de vez o voto secreto do Parlamento brasileiro. Nós vivemos num momento de democracia, em que o maior fiscal, o maior responsável por nossa opinião é o cidadão brasileiro, é o eleitor brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Bom dia a todos!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Senadora Ana Amélia, V. Ex^a havia pedido uma informação, e, pelo menos no que consta, eu quero saber se devo inscrevê-la pela Liderança, já que estamos ambos no art. 17 por excesso de militância e ativismo aqui.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Eu queria cumprimentá-lo pela observância regimental, Sr. Presidente.

Embora não seja relevante, informo que eu estava inclusive presidindo a sessão quando me inscrevi, uma vez que estava em último lugar.

De toda sorte, eu gostaria que V. Ex^a me inscrevesse para falar pela Liderança do PP após a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – V. Ex^a está inscrita pela Liderança do PP para falar tão logo façamos a Ordem do Dia; e, inclusive, será a primeira oradora, pois, como líder, pode solicitar, e os líderes normalmente abrem o período após a Ordem do Dia.

Senador Cristovam, V. Ex^a tem a palavra como orador inscrito, pelo tempo regimental de 10 minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^as Senadoras, a mídia, ontem à noite, deu um grande destaque ao fato de que a Presidenta da República disse que o povo tem inteligência para votar no plebiscito, Senador Maldañer; contudo, ela esqueceu de dizer que a pessoa só é

inteligente quando decide com base nas informações completas. Quem escolhe sem ter as informações não é inteligente, não está usando a inteligência; pode até estar usando o extinto, o que, às vezes, até funciona.

A Presidenta não foi, portanto, correta. O que ela tentou foi jogar no Congresso a pecha de que não respeitáramos a inteligência do povo. Eu respeito a inteligência do povo! O povo sabe votar! Agora, o povo precisa ter as informações. O que faz o povo votar em tanta gente que a gente considera errada não é falta de inteligência, mas de falta de conhecimento de quem é o candidato, e isso a gente não pode fazer no plebiscito. O plebiscito tem que ter clareza, nitidez e passar todas as informações, Senador Maldaner, e essa proposta da Presidenta não passa as informações.

Tomemos um exemplo: fundo público ou fundo privado? Faço parte daqueles que não se sentem suficientemente informados com base nessa pergunta, porque não se diz de onde vem o dinheiro do governo para financiar campanha eleitoral. Só posso aprovar fundo público se me disserem que esse dinheiro não sai da educação, da saúde, da segurança. Vai sair do dinheiro recuperado dos corruptos? Aí eu começo a ser favorável ao fundo público de campanha. Agora, num fundo público de campanha sem dizer de onde sai o dinheiro, não consigo votar nele.

Tem mais: só posso votar no fundo público se eu souber quem vai receber. Vai ser distribuído igualmente para todos os candidatos, conforme o cargo que disputa? Vai ser por partido? Um partido vai receber mais do que outro, porque tem mais parlamentares? Como vou votar – e sou eleitor também –, no dia do plebiscito, sem ter essas informações? Eu não tenho as informações! Acho que tenho o discernimento, mas não tenho as informações.

Tomemos o caso do voto distrital ou voto majoritário, ou outras formas de voto. Como serão distribuídos os distritos e qual o número de deputados por distrito?

Na França, durante décadas, os partidos conservadores se mantinham no poder mesmo com menos votos, porque, num distrito do partido conservador, com poucos votos o deputado era eleito. Já os partidos operários, na periferia de Paris, para elegerem um deputado eram precisos muitos votos. Assim, os conservadores se mantiveram no poder por muitos anos, até que houve uma reforma desse sistema.

Quem não se lembra – e faz poucos anos – de que um presidente americano foi empossado com menos votos do que o outro candidato? Pois o Presidente Bush, mesmo tendo menos votos que o seu opositor, ganhou as eleições. E por quê? Porque a contabilidade dos votos por distrito, colégio eleitoral no caso, não reflete o numero de eleitores.

Então, eu quero saber, antes de optar pelo voto distrital, como serão constituídos os distritos, porque, senão, pode ser uma solução autoritária, manipuladora em vez de ser uma solução que caminha para a democracia.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Cristovam, V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Um minutinho Senador.

O povo é inteligente! O povo sabe votar, mas a inteligência trabalha em cima de informações. E eu acho que o povo é tão inteligente que está entendendo que a proposta do plebiscito, como está aí, é manipuladora; não é uma proposta democrática, querendo mudar; é apenas para dar satisfação a um ativismo. A prova disso: se a Presidenta quer realmente atender aos anseios da população, por que não parou o trem bala? Por que não aceitou uma CPI para analisar os gastos da Copa? Por que não reduzir o número de Ministérios e fez uma reforma ministerial? Por que ela não propôs, como tópico no plebiscito, a perda automática de mandato para aqueles que forem condenados, sem precisar consultar o Congresso? Por que não colocou a PEC do Senador Jarbas Vasconcelos, que impede ocupar cargos ou mesmo ser eleito para órgãos legislativos quem houver sido condenado? Por que ela não colocou o tema da reeleição? Aí eu pergunto: se é para valer, Senador Sérgio, já na próxima eleição e se o plebiscito feito – vamos supor que fosse março – fosse contra a reeleição, os candidatos a reeleição como governador e ela própria abririam mão da candidatura? Por que não colocar a reeleição? Por quê? O povo quer saber se deve haver reeleição ou não. E, se for aprovado em agosto, ela sai do páreo? Nossos governadores por aí saem do páreo?

Tudo isso demonstra uma coisa que eu mostrar que nós também estamos fazendo: nós estamos cometendo o erro do açodamento. Nós votamos, aqui, na quinta-feira, um projeto que destina, Senador Ricardo Ferraço, R\$349 bilhões: os *royalties* do petróleo. Quantas horas nós debatemos aqui o destino dos *royalties* do petróleo? E aí fazemos uma lei como aquela que saiu.

Por exemplo, na nossa lei, que nós aprovamos aqui, para prestar contas ao povo, erradamente, às pressas, está escrito que o dinheiro vai prioritariamente para a educação de base. Eu não conheço lei que traga a ideia de fazer algo prioritariamente. “Prioritariamente” quer dizer o quê? Nada. Eu coloquei uma emenda que dizia que, em vez do “prioritariamente”, 75% iriam para a educação de base e 25% para o ensino superior. O Relator não considerou, preferiu o “prioritariamente”. Tinha que ser debatido aqui. É 75% e 25%, como eu propus, ou é 100% para a educação de base? Ou é 50% para cada? Ou mesmo debater o tal do “priorita-

riamente". Por que não se discutiu aqui o uso do termo "prioritariamente" num processo, numa lei? Imaginem uma lei que diga que, prioritariamente, você não deve roubar. Imaginem isso. Mas é o que está.

O fundo, a maneira como é distribuído o dinheiro. Nós votamos em uma proposta pela qual o dinheiro vai para o fundo. Cinquenta por cento do fundo ficam ali. Dos outros 50%, a gente usa a rentabilidade para a educação. Mas por que não é 100% para o fundo, como, inclusive, prevê um projeto meu e do Senador Aloysio temos um projeto, e usar apenas a rentabilidade? E por que a rentabilidade, pela maneira como ficou no Projeto de Lei, é aplicando, talvez, na caderneta de poupança e em fundos do Tesouro, e não numa grande capitalização, como fazem outros países, com os chamados fundos soberanos, que geram muito mais dinheiro? Não discutimos aqui. Nós não debatemos o que quer dizer o fundo.

E aí alguns dizem que já foi muito debatido na Câmara. Então, aqui temos que debater outra coisa, se o Senado merece ou não continuar, porque se a gente apena balançar a cabeça para tudo que foi bem debatido na Câmara, para que esta Casa? Não se diz que nós somos os revisores? Como é que a gente revisa um projeto que é de 2007, circulando por aí, em duas ou três horas? Não conseguimos! Da mesma maneira que a Presidenta manda – e a gente não sabe se hoje ela mantém ou não mantém mais, depende da hora – o plebiscito, açodadamente, com perguntas sem a informação necessária para o povo inteligente escolher. Não é inteligente quem escolhe, Senador Wellington, sem as informações devidas. Não existe inteligência sem contar com as informações. Pode existir instinto, pode existir faro, mas não inteligência. A inteligência exige a informação.

Por que nós estamos votando tão apressadamente aqui? Para dar satisfação ao povo. Mas por que não damos satisfação com a seriedade necessária, estudando caso a caso? E por que a Presidenta não dá satisfação fazendo aquilo que é preciso e que o povo está carregando nas ruas? Isso ela não fez e nós não estamos fazendo. E, olhe, essa fatura vai ser cobrada!

Eu anotei, Senador Sérgio. O Senador Eduardo, desta tribuna, disse que, no próximo ano, há R\$4 bilhões em *royalties* para a educação. Eu anotei. Está lá, num quadrinho de cobrança que eu tenho, e eu venho aqui cobrar dele os R\$4 bilhões de *royalties* em 2014, porque nós votamos sem saber de onde vêm esses R\$4 bilhões! Não estamos levando a sério, e isso vai acirrar a raiva do povo. Num primeiro momento, podem dizer "Olha aí! Estão querendo trabalhar! Nós conseguimos empurrar esse povo para o trabalho!". Tanto isso é verdade de que estamos em sessão deliberativa ordinária numa sexta-feira. Mas o povo vai perceber que não é assim.

Confesso – e vou passar para os apartes – que eu estava querendo que a gente suspendesse o recesso. Cheguei a pensar isto no começo. Mas, depois, eu pensei que isso é uma falsa maneira de atender ao que o povo diz que quer. Sabem por quê? Porque o povo quer mudanças profundas, Senadora Ana Amélia, e isso exige reflexão. Eu vou usar o meu reflexo para refletir sobre o meu papel, os meus erros, a crise na rua e o que eu posso propor. Eu vou usar o meu recesso para refletir. Seria um erro, como eu pensei, propor o fim do recesso. Seria querer dar uma satisfação sem fazer a ação. Não basta satisfação, é preciso a ação correta. E nós não estamos fazendo da maneira correta, assim como a Presidenta, talvez até, eu diria, muito menos a Presidenta.

Passo a palavra ao Senador Maldaner.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC)

– Eu sei que o tempo de V. Ex^a está praticamente se esgotando, mas, Senador Cristovam Buarque, eu não poderia deixar de cumprimentá-lo e me associar às reflexões que V. Ex^a faz na manhã de uma sexta-feira, as quais nos deixa – pelo menos a mim e acho que a milhares de brasileiros – para reflexão. V. Ex^a começa cedo, numa sexta-feira, a nos provocar, no bom sentido, para fazermos uma meditação. Será que o plebiscito não é alguma coisa para desviar? Será que não é algo para...? E aí mexeu numa coisa: se fôssemos decidir e jogar para a comunidade brasileira decidir se continua ou não a reeleição? Porque a tese, em princípio, é para já valer, para já entrar em vigor nas próximas eleições, no ano que vem, e para procurar exercitar para que, um ano antes das eleições, já decidamos alguns caminhos. E se isso entrar? E se for um plebiscito ou um referendo? E se nós vamos decidir, até outubro, que a reeleição cai e vai ser não de quatro, mas de cinco anos? Vamos decidir isso e colocar no referendo para comunidade nacional. Isso está no debate.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Claro.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Na hora em que acordar, será que o Planalto vai concordar com isso? Quer dizer, eu acho que V. Ex^a está com razão quanto a nós refletirmos, a nós analisarmos, a procurarmos exercitar a função que nós temos aqui, no Congresso Nacional, para tentarmos avançar e tentarmos responder ao que o clamor está pedindo. Querem soluções agora no campo da educação, em que V. Ex^a é mestre, e da saúde, que está nas filas. Vamos pôr em prática agora o que as pessoas querem, o que as pessoas sentem. Elas querem ver alguma coisa acontecer. Vamos exercitar aquele nosso dever, e não ficar sonhando se isso vai ser bom, se vamos colocar na mídia para ficar.. Será que não tem um fundo para desviar?

(Soa a campainha.)

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) –

Por isso, eu quero, nesta manhã de sexta-feira, V. Ex^a provocando, no bom sentido, para passar o fim de semana refletindo como se já fosse o início de alguma coisa, para fazer com que se medite melhor. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) – Senador Ricardo.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) –

Senador Ministro Professor Cristovam Buarque, V. Ex^a tem razão, e nós precisamos repensar essa questão, como prerrogativa constitucional, de Casa Revisora, porque isso tem se repetido nesta Casa, e V. Ex^a traz para debate um tema da maior relevância, que é o tema da utilização desses recursos, que são sagrados, que, mundialmente, onde foram bem empregados e onde produziram desenvolvimento muito mais que crescimento, foram empregados com a visão de que...

(Interrupção do som.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) –

... o petróleo é um recurso natural finito e cujo consumo, até por um compromisso ético e cristão, nós não temos o direito de esgotar, pois precisa ser preservado dentro de uma visão para outras gerações, intergeracional. Na prática, nós deveríamos ter aprofundado esse debate com relação aos *royalties* ainda mais. Mas eu quero convidar V. Ex^a para, juntos, trabalharmos uma proposta que talvez possa nos levar nessa direção. Agora, no mês de outubro, o Governo brasileiro estará licitando, pelo modelo de partilha, o Campo de Libra, que é a joia do tesouro do pré-sal brasileira. Estimam-se 10 bilhões, 12 bilhões de barris.

(Soa a campainha.)

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) –

E, no sistema de partilha, há o bônus de assinatura. E a estimativa definida ontem pelo Ministério de Minas de Energia é que o bônus de assinatura do Campo de Libra esteja estimado em até R\$15 bilhões e que esse recurso poderá ser usado para superávit primário. Nós precisamos apresentar um projeto com urgência – aí, sim, esse com urgência – para que os recursos do bônus de assinatura devam ser direcionados para a educação e para a saúde e na linha daquilo que V. Ex^a, por mérito e conhecimento e reputação defende, que é a aplicação precisa, cirúrgica, específica na educação básica brasileira. Não se constrói uma casa sem uma boa estrutura, sem um bom alicerce. E esse alicerce passa pela educação básica, sobretudo para a pré-escola. Portanto, ao cumprimentá-lo, eu queria convidá-lo para que, juntos, pudéssemos debater e apresentar um projeto visando à destinação do bônus de assinatura nessa visão que V. Ex^a está defendendo,

direcionando os recursos precisamente, cirúrgicamente, para a educação básica. Agradeço a V. Ex^a o aparte.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) –

– Eu agradeço, Senador, por ter trazido o assunto e me comprometo a trazer na segunda-feira alguma ideia para conversar com o senhor sobre isso, sobre como podemos fazer.

Sr. Presidente, já tomei muito tempo, mas quero resumir dizendo que eu, como qualquer brasileiro, me sinto preparado, com a inteligência necessária para votar num plebiscito, mas eu, como a maioria dos brasileiros, eu não me sinto suficientemente informado para usar a inteligência na hora de escolher, como eu disse, no caso do fundo, entre público e privado. De onde vem o dinheiro para o público? E como é distribuído? De onde vem o dinheiro para o privado? Se o fundo privado for apenas dos militantes, eu sou favorável ao fundo privado, e não ao fundo público. Se vier de grandes empresas ou pequenas empresas, de maneira ilimitada, eu sou contra a contribuição privada.

Por isso, não vamos precipitar cometendo mais erros que nos desmoralizarão ainda mais, colocando o povo na rua por causa de gotinhas e gotinhas de inconsequências cometidas aqui. Eu não vou citá-las aqui porque elas são muitas.

Vamos parar com essas gotinhas de inconsequência, porque o povo já percebeu, a ficha já caiu na cabeça do povo; falta cair, talvez, na cabeça...

(Soa a campainha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF) –

– ... da gente. A ficha ainda não caiu para nós dirigentes do setor Executivo e do setor Legislativo.

Era isto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a, Senador Cristovam, pelo pronunciamento e convido para fazer uso da palavra a Senadora Vanessa, que se inscreveu pela Liderança do PCdoB.

V. Ex^a dispõe de cinco minutos, Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, companheiros e companheiras.

Sr. Presidente, ouvindo os oradores que me antecederam é óbvio que meu desejo de, novamente, abordar a questão relativa à reforma política, o plebiscito, é muito grande. Mas, antes de fazê-lo, Sr. Presidente, eu quero, desta tribuna, tratar daquilo que está sendo divulgado, desde ontem à noite, pelas mídias sociais e pela imprensa de nosso País: uma decisão da Sétima Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Quero aqui chamar muito a atenção das

Senadoras Ana Amélia e Lídice da Mata porque, ontem, a Sétima Câmara Criminal do Tribunal do Rio de Janeiro anulou a condenação do ator Dado Dolabella por conta de uma agressão que esse cometeu contra a atriz Luana Piovani há algum tempo.

O ator Dado Dolabella havia sido condenado pelo Juizado da Violência Doméstica e Familiar. A atriz Luana Piovani, à época, fez a denúncia na Delegacia da Mulher, e o processo foi encaminhado ao Juizado da Violência Doméstica e Familiar. Ele foi julgado no início deste ano e condenado a dois anos e nove meses de prisão.

O Brasil inteiro acompanhou esse fato à época. E não foi somente a agressão de um ator contra uma atriz. Houve também uma agressão dele contra uma camareira, Sr. Presidente. A camareira chamada Esmeralda tentou demover o ator, apartar o ator, que estava, de fato, segundo os dados noticiados à época, praticando uma violência contra a atriz. A camareira Esmeralda, devido à agressão que sofreu por parte do ator, teve os dois braços imobilizados, porque ambos foram lesionados pelo impacto na queda, em decorrência do empurrão que ela sofreu por parte do ator. Em relação a esse caso que envolve a camareira, o ator foi condenado a pagar R\$40 mil à pessoa que ele agrediu.

Mas, agora, somos surpreendidos por essa inédita decisão do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, da 7ª Câmara Criminal. Vejam bem V. Exªs quais os argumentos que o Desembargador Sidney Rosa da Silva utilizou para cancelar a condenação. Senadora Lídice, ele acatou o pedido da defesa do ator, que dizia que não poderia esse julgamento ter sido feito no âmbito da Lei Maria da Penha, por duas razões: porque não havia nenhuma relação familiar entre ambos, porque eles não moravam juntos. Ora, eles eram namorados. O Brasil inteiro sabia disso. Não há nenhuma lei brasileira dizendo que, para que haja uma relação entre as pessoas, é preciso haver casamento formalizado ou que é preciso que as pessoas morem juntas. Tem de haver uma relação íntima, sim! E havia essa relação entre ambos.

Agora, pasmem! Vejam o segundo argumento da defesa do ator, acatado, repito, pelo Desembargador Sidney Rosa da Silva: "A relação entre ambos não caracterizava hipossuficiência por parte da atriz". O que significa isso no linguajar jurídico? Diz ele, o Desembargador, acatando o argumento do agressor, que a vítima não tinha dependência econômica em relação ao agressor. E diz mais – aqui se abrem aspas: "É público e notório que a indicada vítima nunca foi uma mulher oprimida ou subjugada aos caprichos do homem". Escreveu assim o Desembargador.

Vou repetir, Sr. Presidente, porque, sinceramente, não acredito que um desembargador tenha escrito isso numa decisão proferida. Vou repetir o que está entre as-

pas aqui, o que está publicado na imprensa, Sr. Presidente: "É público e notório que a indicada vítima nunca foi uma mulher oprimida ou subjugada aos caprichos do homem". Ora, só tem direito à Lei Maria da Penha quem for oprimida, quem for subjugada, quem não tem condições econômicas que lhe deem certo grau de independência?

Sr. Presidente, estou fazendo este pronunciamento de forma revoltada, não só como Senadora, mas principalmente como mulher. Não é a primeira vez em que isso acontece. Quantas vezes o Supremo Tribunal Federal teve de modificar decisões de juízes de segunda ou de primeira instância por conta de ferirem diretamente a Lei Maria da Penha!

Penso, Sr. Presidente, até como mulher, como Senadora, principalmente como Procuradora da Mulher, que tenho o dever – tenho o dever, repito – de estudar melhor o caso, inclusive com o setor jurídico do Senado Federal.

(Interrupção do som.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – Faço isso não por conta de um caso específico (*Fora do microfone.*), mas por conta de muitos casos que poderão vir. Temos de estudar o caso e de nos pronunciar não em relação ao fato em si, mas em relação às alegações aqui colocadas, aqui postas.

O Ministério Público diz que não foi notificado ainda da decisão, que ainda não tomou ciência da decisão e que, por isso, não se pronunciou. Não tenho dúvida nenhuma do pronunciamento que deverá haver por parte do Ministério Público, pronunciamento este que nós, mulheres parlamentares, sobretudo, deveremos ter o dever de apoiar – temos o dever de apoiar –, porque, quando um juiz escreve isto, que alguém ser namorado de uma mulher ou namorada de um homem não caracteriza nenhuma relação familiar, nenhuma relação conjunta, ele fere não Luana Piovani, mas todas as mulheres. Quando o juiz diz que ela tem capacidade financeira, ele fere muito mais do que as mulheres, ele fere a sociedade brasileira. Quando ele diz que a possível vítima, segundo ele, tem independência, não é oprimida e nunca fui subjugada a homem, ele fere as mulheres. Ele acha que as mulheres têm de ser subjugadas aos homens ou que a Lei da Maria da Penha só vale para as que são subjugadas?

Ora, Sr. Presidente, fica aqui o meu repúdio e a minha decisão tomada como mulher e como Senadora, e sei que terei o apoio de todas as Senadoras. Está aqui concordando comigo a Senadora Ana Amélia e a Senadora Lídice da Mata. Temos de agir com muita cautela, mas temos de agir no sentido de não permitir que nenhum juiz, que nenhum desembargador deste País rasgue a Lei Maria da Penha ou trate a mulher escancaradamente de forma discriminatória, como esse...

(Interrupção do som.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB – AM) – ...Desembargador está tratando a vítima, que, no caso, é a atriz Luana Piovani.

Tenho a certeza de que, como eu, todas as mulheres se viram nessas palavras terríveis desse Desembargador. Foram palavras terríveis! É exatamente esta a opinião que queremos enterrar de uma vez por todas: a opinião de homens que acham que as mulheres só têm direito à lei e só são consideradas agredidas quando dependem econômica e financeiramente do homem ou quando estão casadas formalmente com um homem.

Fica aqui, então, minha solidariedade à atriz, meu repúdio ao Desembargador e a afirmação de que deveremos, sim, através da Procuradoria da Mulher, com toda a segurança e com toda a lucidez, tomar uma decisão, para agirmos nesse caso que é emblemático para todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Vanessa Grazziotin. Também li essa matéria. Confesso que fiquei preocupado. Acabamos de aprovar aqui, depois de uma CPMI, como fizemos ontem, o fortalecimento dos mecanismos legais de punição contra a violência, no caso de violência contra as mulheres, e hoje sai essa decisão que segue na contramão do que estamos votando.

Convido para fazer uso da palavra o Senador Aloysio Nunes Ferreira.

Pela lista de oradores, falariam os Senadores Delcídio do Amaral e Walter Pinheiro, que não se encontram no plenário neste momento.

Então, convido o Senador Aloysio Nunes Ferreira para fazer uso da palavra.

V. Ex^a dispõe do tempo de dez minutos, Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna hoje para falar de um tema que tem sido tratado pelo Governo na órbita do Ministério da Justiça, mas que deveria, creio, ser deslocado para a competência da Ministra de Direitos Humanos, Maria do Rosário.

Certos maus conselheiros têm exposto a Presidente Dilma a tal sequência de erros, que configura algo que hoje a imprensa, o mundo político e, quiçá, a opinião pública qualificam como grande trapalhada. A Presidente não merece isso. É uma pessoa correta, que veio ao poder imbuída de grandes e boas intenções, que tem história de retidão na sua vida política, nas administrações que ocupou, e que, de repente, se vê engolfada por um sistema capaz de triturar qualquer tipo de projeto administrativo e de gestão presidencial.

É bem verdade que Sua Excelência não foi obrigada, não foi compelida por nenhuma força externa a se entregar a essa máquina de destruição de presidentes. Creio que, na origem de todas as confusões, está a sofreguidão com o que Sua Excelência antecipadamente se lançou como candidata à reeleição. De lá para cá, tendências populistas na gestão do Governo e na administração da economia colocam, cada vez mais, diante de nós, um horizonte sombrio na conjuntura econômica, na situação econômica, que já seria, por si só, complicada, dada a herança que recebeu de seu antecessor e a mudança do quadro internacional no qual se insere a economia brasileira.

Mas Sua Excelência, no objetivo de consolidar-se como candidata à Presidência, procurou, para incrementar seu tempo de rádio e de televisão, atrair, em primeiro lugar, partidos e personagens que, em um primeiro momento, haviam sido postos porta afora e que foram colocados para dentro novamente pela janela. Em segundo lugar, multiplicou o lançamento de programas, programas com nomes de fantasia os mais diversos, que geralmente se referiam a ações já lançadas anteriormente e cuja execução não havia logrado qualquer êxito. Só os adjetivos que visavam a qualificar, para dar ares de novidade, programas como Minha Casa, Minha Vida já criam uma confusão enorme para quem queira saber exatamente o que foi finalmente entregue naquilo que constitui o cerne do programa, que é a entrega de residências a um custo subsidiado pelo Governo. É “minha casa mais bonita”, é “minha casa com geladeira”, é “minha casa com batedeira de bolo”, uma multiplicação de anúncios feitos com grande aparato publicitário, que, finalmente, não redundaram em nenhum benefício concreto sobre as condições de vida das pessoas. Alias nem sabemos quantas casas foram entregues pelo Minha Casa, Minha Vida: no site da Caixa Econômica informa, em 18 de abril, a entrega de 325.458 unidades. Pelos recursos do Bolsa geladeira há o potencial de atendimento para mais de 3,7 milhões de famílias. Ou seja o governo não sabe o que fala, ou tenta enganar a sociedade com números falsos.

Diante do descontentamento demonstrado pelos brasileiros com seu Governo, cujos sinais precursores aparecem em pesquisas ainda anteriores à movimentação das passeatas pelas ruas do Brasil, confirmados – depois do surto de manifestações, que ainda não se encerrou – por uma queda vertiginosa, eu diria catástrofica, do índice de intenção de voto na Presidente e de avaliação do seu Governo, Sua Excelência se lança em uma corrida para frente. Em uma reunião com governadores, faz um anúncio de cinco pactos, dos quais o único para valer, o núcleo de sua proposta, é a realização de um plebiscito para instaurarmos uma Constituinte exclusiva pela reforma política.

Se procurarmos entre os cartazes e as bandeiras que foram agitadas pelas pessoas que saíram às ruas do País, se pesquisarmos, com lupa, as fotos que retratam essas manifestações, não seremos capazes de divisar único e humilde cartaz, ainda que seja uma folha de cartolina, pedindo a realização de tal plebiscito.

Fulminada pela análise dos juristas, pela reação dos tribunais e do próprio Vice-Presidente da República, Sua Excelência volta atrás. Orientada por maus conselheiros, que deveriam ter sido demitidos pelo simples fato de terem proposto essa ideia absolutamente insensata, Sua Excelência insiste na ideia de um plebiscito e remete ao Congresso, depois de alguma hesitação, sugestão contendo conjunto de quesitos a serem submetidos, mediante decisão do Congresso, pois essa é nossa competência exclusiva, à população brasileira, ao eleitorado brasileiro.

Se examinarmos os quesitos que são sugeridos pela Presidência da República, vamos verificar uma absoluta heterogeneidade entre eles em termos de importância para o funcionamento do sistema político brasileiro. Ali vai desde o financiamento das campanhas eleitorais até a forma de eleição dos Parlamentares, pelo voto distrital, pelo voto majoritário, pelo voto misto. E o interessante é que essas questões, que são absolutamente centrais para o funcionamento do sistema político, vêm de cambulhada com uma questão absolutamente secundária e que não deixa de ser importante, mas que pode ser resolvida aqui entre nós, no Senado, como, aliás, já começa a ser resolvida, que é o tema do suplente de Senador.

Quer dizer, Sua Excelência se lança com absoluta falta de contenção em busca de reforma política, cujo objetivo é desviar a atenção dos brasileiros, dos reais problemas que o Brasil vive, misturando alhos com bugalhos, como se reforma política fosse uma espécie de brincadeira de cabra-cega, em que os meninos saem correndo por aí pegando aquilo que lhe passa pelas mãos. Isso não é sério, Sr. Presidente, Srs. Senadores!

E o resultado disso é que o Congresso, sensatamente, piedosamente, vai sepultando essa ideia insensata.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Já dou um aparte a V. Ex^a. Apenas um minuto.

Mas o que constato hoje, Sr. Presidente, além do fracasso de uma iniciativa política, um fracasso retumbante, é que nós – e aí me refiro à Presidência da República e ao Congresso Nacional – nos lançamos numa corrida frenética para atender à voz das ruas, como se a voz das ruas não fosse absolutamente unívoca em exigir boa gestão, exigir bom governo, gover-

nos honestos, governos eficientes, que atendam às questões da saúde pública, do transporte coletivo, do combate à corrupção.

Aqui, no Congresso Nacional, estamos também envoltos nesse frenesi legislativo...

(Interrupção do som.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – ...e é preciso acalmar um pouco as coisas. *(Fora do microfone.)*

Vejo aqui próceres de um Partido que cumpre um papel de estabilização na nossa República, que é o PMDB: o Senador Luiz Henrique, o Senador Moka, o Senador Eduardo Braga.

O PMDB é uma força estabilizadora, desde a reconstitucionalização do Brasil. O PMDB tem um núcleo dirigente desde o tempo do Presidente Ulysses Guimarães, passando pela Presidência Luiz Henrique. Foi um núcleo dirigente altamente competente e sensível e que não coincidia necessariamente com a Executiva Nacional, formalmente entendida como grupo de pessoas eleitas para esse fim. Mas era um grupo de próceres, de cabeças políticas, como se fosse um avião de asas variáveis que o Dr. Ulysses e que Luiz Henrique convocavam nos momentos certos.

Está na hora de o PMDB se acertar. Faço esse apelo a V. Ex^as.

Eu me lembro de uma visita que fiz a Carajás. Eu era membro do PMDB nessa época, e o responsável por Carajás levou a nossa comitiva de Parlamentares a fazer um roteiro por uma reserva ambiental sob responsabilidade da empresa. Quando fazíamos o nosso roteiro, passou por nós um grupo de catetos. Todos sabem que o cateto é o porco-do-mato.

(Soa a campainha.)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E o responsável por Carajás, nos explicou que esse animal tinha um comportamento bizarro: saía em grupo e, de repente, sem que nada pudesse sugerir qualquer mudança no roteiro, cada um saía correndo para um lado, e faziam um tremendo estrago. Depois voltavam a se reagrupar. E um ilustre membro do PMDB, aliás, hoje, ministro, um homem inteligente, meu amigo há mais de 40 anos, conhecido pela sua verve e seu bom humor, me disse o seguinte: "Aloysio, o símbolo do PSDB é o tucano; eu não sei bem por quê." Mas o símbolo do PMDB podia ser o cateto, porque é capaz de andar junto e, de repente, sai correndo cada um para um lado.

Está na hora, meus queridos companheiros do PMDB, de V. Ex^as voltarem a andar juntos, de restabelecerem um mínimo de equilíbrio nesse universo conturbado do nosso mundo político, um equilíbrio entre a Câmara e o Senado, para que possamos nos

concentrar numa pauta legislativa produtiva, eficaz, realista, evitando desperdícios; responsável do ponto de vista fiscal, responsável do ponto de vista do encaminhamento das reais questões do País. E podem V. Ex^{as} contar com o apoio do PSDB para isso, se for necessário. Eu creio que está na hora de colocarmos um pouco d'água nessa fervura.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – E creio que a responsabilidade do PMDB – de todos nós, mas especialmente do PMDB –, pela sua força numérica, pela sua tradição democrática, pela sua capilaridade, pela influência que tem no Congresso Nacional e no Governo, é, hoje, maior do que a de todos nós.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Eu acabei me estendendo demais, mas, se o Presidente me conceder, se for benevolente como sempre, eu ouço o aparte do Senador Cristovam Buarque e, em seguida, o do Senador Luiz Henrique.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – A posição desta Presidência não pode ser diferente, Senador Luiz Henrique, com a liderança de V. Ex^a e com o outro solicitante.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Senador Aloysio Nunes Ferreira, eu me lembro de uma reunião histórica, quando os companheiros do PMDB fizeram um apelo para que eu fosse candidato a governador. Eu era Prefeito de Joinville, tinha 85% de ótimo e bom...

(*Interrupção do som.*)

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – ...em todas as pesquisas. No meio daquela reunião, um companheiro, desalentado, desiludido, frustrado, magoado, desacorçoado, desesperançado, pediu um aparte e disse: “Mas o Luiz Henrique vai ser candidato a governador para quê?” Aquele “para quê” tinha um significado imenso, o mesmo significado que tinha o silêncio de Ulysses Guimarães numa reunião. Ele pesava mais do que a pata de um elefante. Pois bem, eu respondi ao companheiro que fazia aquela indagação, alegando que o PMDB tinha perdido a sua cara, o seu programa, a sua identidade, o seu perfil, a natureza histórica de sua luta pela democracia e pela justiça social. Eu disse a ele: “Eu vou aceitar para lançar uma campanha didática em Santa Catarina, para propor a descentralização do Governo do Estado de Santa Catarina, para fazer um pacto federativo, que não foi feito em nível nacional.” Pois bem, assumi o governo. No primeiro dia, mandei à Assembleia, que aprovou em poucas semanas, um projeto de reforma administrativa que

criava 36 agências de desenvolvimento, espalhadas nas 36 microrregiões, comandadas por um conselho de desenvolvimento regional. Qual foi o resultado? O PMDB se encorpou, o PMDB ganhou credibilidade, o PMDB fez crescer as suas bancadas. O PMDB precisa em nível nacional disto: do compromisso com um novo pacto federativo. A raiz dessa crise, Senador Aloysio, é se querer governar o Brasil de Brasília. A raiz dessa crise é a concentração de 2/3 do que se arrecada do povo brasileiro no Governo Federal. Qualquer que seja o Presidente – pode ser Jesus Cristo – não vai conseguir satisfazer as demandas que estão lá no Município.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a tem toda razão. E os recursos dos Municípios se esvaíram, e os dos Estados também, por força da centralização que V. Ex^a tão veementemente denuncia.

V. Ex^a tem toda razão.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Se o Município não tem recursos, não tem posto de saúde...

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Não tem transporte.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – ...não tem escola de qualidade, não tem mobilidade urbana, não tem segurança, que são os principais motivos de toda essa mobilização.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – V. Ex^a tem toda razão, como sempre, Senador Luiz Henrique. Peço a V. Ex^a também que não leve a mal o meu apelo ao PMDB. Não veja nisso nenhuma tentativa minha de ingerência sobre um partido com o qual tenho relações absolutamente fraternas e ligações históricas.

Muito obrigado.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a é um peemedebista histórico, que só deixou o partido, de um lado, por uma frustração (*Fora do microfone.*); de outro lado, por um sonho, por um projeto novo.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Se V. Ex^a me permitir, ouço o Senador Cristovam Buarque e já encerro.

(*Soa a campainha.*)

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Senador, não vou entrar nesse debate do PMDB, mas quero dizer que compartilho com V. Ex^a a metáfora do animal, que não entendi o nome.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Cateto.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Cateto, para quase todos os nossos partidos. Pode ser que haja um ou outro que não vá como cateto, mas estamos assim, e isso de fato é uma das causas da

continuação da crise. Se estamos assim, no Legislativo, ainda dá, mas, no Executivo, não pode. O Executivo feito de catetos é uma tragédia para o Brasil, e é o que nós vemos. É preciso que a Presidenta assuma, e aí vou dizer uma coisa que alguns não gostam: acho muito difícil ela assumir sendo candidata. A maior adversária da Presidenta Dilma hoje é a candidata Dilma.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Exatamente.

O Sr. Cristovam Buarque (Bloco/PDT – DF) – Porque ela não pode fazer aquilo que é necessário, ou seja, por unidade, cheia de catetos ao redor, e ela precisa dos catetos para ser eleita Presidenta. Então, ela tem que fazer uma opção. Ela quer ser a Chefe de Governo, a orientadora, a Líder do Brasil neste momento, ou ela quer ser a candidata para Presidente no próximo mandato? Essa opção, enquanto ela não fizer, o Planalto vai continuar sendo uma Casa de catetos.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, que corrobora a afirmação inicial. É exatamente essa a origem do que qualifico como desvirtuamento do Governo, como desperdício de prestígio e de energia política que está na raiz da queda de popularidade da Presidente.

Infelizmente, já sou chamado a descer da tribuna, minha querida amiga, Senadora Ana Amélia. Agradeço mais uma vez a V. Ex^a pela complacência e a paciência dos colegas Senadores em me ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a.

Passo a Presidência para o Senador Paim, para que eu possa usar a palavra como orador inscrito para uma comunicação inadiável.

O Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passo a palavra, neste momento, ao 1º Vice-Presidente da Casa, Senador Jorge Viana, para o seu pronunciamento.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, aproveitando esta sessão, que tem um quórum qualificado, eu diria, pois enxergo vários ministros, prefeitos, ex-governadores, futuros governadores, venho à tribuna, Senador Aloysio, que tão bem representa a maior cidade do nosso País, junto com o Senador Suplicy, venho à tribuna, caro Líder Eduardo Braga, para apresentar uma proposta bem objetiva ao Senado. Trago um dos temas que certamente foi causa da grande mobilização, uma causa justa da grande mobilização popular, para dentro do Senado. O Senado

tem adotado mudanças na sua agenda, mas eu diria que está na hora de trazermos, talvez, a razão mais identificada que está na base das manifestações populares para este plenário, que é o transporte urbano.

Colega Lídice, V. Ex^a que está inscrita logo depois de mim, foi prefeita. Não vejo tema mais importante para tratarmos de maneira bastante objetiva, que envolve todos os entes da Federação do que transporte urbano. E por que faço isso? Esta é a Casa da Federação. Aqui há ex-prefeitos – eu fui prefeito –, ex-prefeitas e ex-governadores.

Hoje, eu recomendo a todos a leitura de uma matéria publicada no *Valor Econômico*, que fala do subsídio ao transporte público, transporte coletivo nas cidades.

Veja, Senador Aloysio, V. Ex^a que inclusive, quando exilado, morou em cidades da Europa. Na União Europeia, o subsídio ao transporte coletivo varia de 45% a 70%. Nos Estados Unidos, varia de 60% a 70%. E aqui no Brasil, em São Paulo, perto de 20%, em alguns transportes, têm subsídios.

Mas o que nós temos que concluir com as manifestações é que está falido o sistema de transporte coletivo nas cidades brasileiras. Faliu, venceu a validade. Nós deixamos para ser resolvido no custo do IPK (Índice de Passageiros por Quilômetro). Eu fui prefeito, é uma área que sempre gostei de tratar. Tenta-se resolver da seguinte maneira: amontoam-se as pessoas dentro do ônibus, sobe-se a tarifa e baixa-se a qualidade do serviço. Foi isso que nós fizemos ao longo de anos. Em todas as cidades é isso. Muita gente, ineficiência e caro.

Eu vi aqui especialistas, nesta matéria, que é fantástica, recomendo a todos que leiam, é uma matéria objetiva. Este é um tema suprapartidário. Prefeitos do PT, do PSDB, do PSB, do PMDB, do Democratas, todos passam pela mesma dificuldade. E aí a gente tem que discutir. Mas nós não temos um Ministério das Cidades? Não foi criado o Ministério das Cidades?

Eu sempre aprendi que pelo menos três coisas são fundamentais nas cidades. A primeira delas é: a cidade precisa funcionar. Ela precisa recolher os resíduos sólidos, o lixo.

A coisa é tão fantástica! Fiz uma viagem à China. No caso, à República da China. Em Taipei, não existe mais depósito de lixo na cidade. Ninguém joga mais o lixo em lixeira. É tão eficiente o sistema que, na hora certa, passam três caminhões, um atrás do outro, tocando uma musiquinha, as pessoas saem de casa e colocam o lixo já partilhado naquele veículo, que vai embora para o aterro, para reciclagem. Não há essa história de deixar lixo em beira de rua. É fantástico isso.

Então, coleta de lixo. A cidade está razoavelmente bem funcionando. E transporte, que é o primeiro funcionamento.

Senador Eduardo Braga, V. Ex^a falava da preocupação, dos problemas que viveu essa semana. Manaus tem um milhão de pessoas na periferia, numa população de dois milhões. V. Ex^a foi um excepcional prefeito. Na época, eu e o Senador Jarbas, que era Prefeito de Recife, fomos os mais bem avaliados. Depois, no Governo, eu virei uma espécie de prefeito, porque segui trabalhando. Em Rio Branco, ajudei muito o Prefeito Angelim e o Prefeito Marcus Alexandre nesse tema. Está havendo algumas mudanças importantes, mas eu diria que ou nós trazemos para cá, talvez dentro daquele debate temático, os temas de interesse do País... Por que não trazer o tema mais falado durante as manifestações, que é o transporte público, transporte coletivo?

Os especialistas dizem, na matéria, que quem viaja a Londres volta elogiando, anda de ônibus, anda de metrô...

...o custo do transporte público em Londres foi de € 9,3 bilhões – € 7 bilhões foram gastos na operação e € 2,3 bilhões em investimentos. Do total, apenas € 4 bilhões foram arrecadados com a venda de passagens. Os subsídios governamentais chegaram a € 4,65 bilhões...

Subsídio para ter qualidade, para a cidade funcionar. E avança um pouco: "No Brasil, o modelo de financiamento de transporte público é baseado na tarifa e quase completamente financiado por ela". Inclusive aquelas autorizações para idosos e para pessoas com necessidades especiais. Todas essas autorizações de passe livre entram também na tarifa. E ficam a cargo de quem? Quem anda de ônibus no País hoje? Os mais pobres. Aliás, pesquisa feita pelo Ipea mostra que os 10% mais pobres não andam de ônibus por conta do custo.

O mecanismo que nós criamos para o vale-transporte atende apenas 26% dos usuários. A gente fica achando que está tudo bem resolvido,...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... e só 26% dos que andam de transporte coletivo é que vêm diretamente com o vale-transporte. E não há solução para essa questão se não houver uma radical mudança na política de transporte público e transporte coletivo neste País.

Estou trazendo este tema porque ele estava na maioria das cartolinhas das manifestações, que foram fantásticas, porque os temas apresentados não cabiam numa faixa. Cada um tinha uma cartolina na mão com a sua reivindicação. Claro que elas se repetiam, mas foi algo muito interessante, algo pedagógico. E acho que o Senado e as Casas Legislativas precisam trazer esse debate.

Na cidade de Nova York, por exemplo, com subsídio, as tarifas cobrem 60% do custo. É um caso excepcional. Só 40% são subsidiadas, mas lá todo mundo, ou quase todo mundo, anda de algum transporte público ou de alguma concessão pública. Então, lá as tarifas bancam. O sistema é eficiente quando mais gente anda.

A cidade de Bogotá, por exemplo, adotou um sistema muito eficiente de subsídio e é, cada vez mais, uma referência de cidade no mundo.

As nossas, em que moram 84% dos brasileiros, Sr. Presidente, estão insustentáveis, não funcionam. A vida está cada dia pior nas cidades brasileiras. E a solução está sendo quem pode vai se afastando e morando em algum condomínio fechado, mas também, quando eles vão acessar a cidade, não têm como fazê-lo. Então, está passando da hora de nós enfrentarmos.

Eu queria aqui dizer que os estudos apresentados hoje no jornal *Valor Econômico* foram feitos pelo Dr. Luís Antonio Lindau, PhD em Transporte pela Universidade de Londres e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Temos também os posicionamentos do Dr. Carlos Henrique de Carvalho, Coordenador de Planejamento e Pesquisa do Ipea, e de professores da Poli/USP da Universidade de São Paulo. Todos eles colocam, claramente, a falência do sistema de transporte coletivo no País e apontam caminhos.

Como o Senado é a Casa que tem uma quantidade enorme de ex-prefeitos, de ex-governadores, de futuros prefeitos e governadores...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... de ex-ministros, a minha sugestão é que debatêssemos, trouxéssemos para cá o tema que foi central nas grandes mobilizações do País, que é a mobilidade urbana. Não gosto muito desse nome...

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Concedo o aparte a V. Ex^a, com a compreensão do Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Regimento não permite, mas é uma sessão especial e o debate é fundamental.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – ... para que eu possa, logo em seguida, concluir o meu pronunciamento.

Por gentileza, Senador Luiz Henrique, ex-prefeito, ex-governador, e ex-bom prefeito e ex-bom governador, e grande Senador desta Casa.

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – Agradeço a V. Ex^a, que, como sempre, está tratando de assunto da maior relevância e da maior atualidade. O grande x da questão, já que o x está nas manchetes, é a cultura nacional do veículo individual. O cidadão quer sair de

carro, estacionar na frente da loja, estacionar na frente do cinema, estacionar ao lado do estádio de futebol. No Brasil, nós precisamos quebrar essa cultura. E posso falar por experiência própria. Eu estabeleci, em Joinville, o segundo sistema de integração dos ônibus, com passagem única e bilhetagem eletrônica do País. O primeiro foi implantado por uma figura histórica deste nosso Brasil, que foi o Prefeito Gramma, em Campinas. Foi o primeiro. Eu instituí o segundo, em Joinville. Pois bem, ao invés de quatro passagens que os trabalhadores pagavam em alguns roteiros, todo mundo passou a pagar uma só passagem, facilitada pelo sistema de bilhetagem eletrônica. Pois bem, qual era a minha expectativa? Vai aumentar o número de passageiros dos ônibus, que foram modernizados. Cada bairro recebeu a sua estação de integração, a que eu chamei de Estação da Cidadania. Pois bem, o que ocorreu? Ao invés de aumentar o número de usuários de ônibus, diminuiu o número de usuários de ônibus, criando dificuldades, inclusive operacionais, para as empresas. Em compensação, a cidade de Joinville, que era tranquila, entupiu-se de automóveis, e hoje padece de problema de mobilidade urbana...

(Soa a campainha.)

O Sr. Luiz Henrique (Bloco/PMDB – SC) – ... como qualquer cidade brasileira. Esse não é mais um problema de Rio, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba. O problema de mobilidade urbana hoje é um problema de cidades médias e pequenas até. Então, qual é o x da questão? É a cultura do veículo individual. Por isso, V. Ex^a é muito feliz ao propor um grande debate. E V. Ex^a vai ver – eu falo por experiência própria – que a grande decisão será quebrar a cultura do veículo individual e estabelecer a prevalência da cultura do veículo coletivo em nosso País.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC) – Para concluir, Presidente, quero priorar um pouco esse quadro que o Senador Luiz Henrique acaba de pintar. Como eu disse, gosto muito deste tema e procuro aprender cada dia. Não sei se todos sabem, a média de carro por habitante no Brasil é de 200 carros por 1000 habitantes. O problema é que esse número ainda vai crescer não sei como e não sei onde.

Nós temos no Brasil 200 carros para cada 1000 habitantes. O problema. Senador Delcídio, é que nos Estados Unidos são 700 carros para cada 1000 habitantes; na Europa são 450 a 500 carros para cada 1000 habitantes; na China ainda está perto de 50 carros para cada 1000 habitantes. Ou seja, o número de carros no Brasil, nos próximos anos, nas cidades, deve dobrar. E aí não sei em que ruas vão andar, Presidente Paim.

Então, Senador Luiz Henrique, nós temos 200 carros para cada 1000 habitantes no Brasil, mesmo depois desse *boom* do automóvel. Como a média na

Europa é de 450 a 500 carros por habitante e nos Estados Unidos é 700... Eu conversava com um especialista no assunto, e ele disse que, certamente, o número de carros nas cidades brasileiras vai dobrar.

O que podemos fazer? Alongar o prazo do alcance desse número.

Como se faz isso? Melhorando o sistema de transporte coletivo nas cidades.

Todos que viajam aqui, quando vão para o exterior, não ficam andando de táxi ou de carro alugado; andam de metrô, andam de ônibus em todas as cidades. Pelo menos quando converso com os colegas, com as pessoas que viajam, é o que dizem.

Todas as cidades do mundo inteiro têm transporte de qualidade. Em Berlim, há exigência numa concessão. Imagine um Brasil desse jeito. Este é o padrão Berlim: uma concessão de linha de ônibus – está escrito lá –, tem que atingir 94% de índice de pontualidade para o ônibus, sob pena de pagar multa e até de perder a concessão. Isto é sistema de qualidade: a pessoa que vai pegar o ônibus sabe a hora que ele passa, sabe que hora chega ao lugar, que minuto chega ao lugar. Aí passa a ser muito eficiente, limpo, eficiente, e todo mundo faz opção pelo transporte público e passa a ter um carro como artigo de luxo, para usá-lo no fim de semana, para passear, para viajar.

No Brasil, nós tivemos muitas melhorias da porta para dentro, é verdade, graças ao governo do Presidente Lula, à Presidenta Dilma. Graças a esse movimento dos últimos dez anos, melhoramos nosso País da porta da casa para dentro, com o salário, mas acho que esse modelo se esgotou; as pessoas querem mais. Elas querem melhoria da porta para fora. A qualidade dos serviços públicos está péssima. Caiu muito, piorou, porque aumentou o número de pessoas nas cidades, aumentou o desejo das pessoas de terem acesso aos serviços, e o que nós vemos? As pessoas frustradas, morando mal em cidades insustentáveis, em cidades que não funcionam e dependendo de serviços públicos precários.

Esse é o quadro suprapartidário, que atinge todos. É contra tudo e todos, porque ele é real e foi expresso não só pela juventude, mas também pelos idosos, puxados pela nossa juventude, pelos que têm algum tipo de organização ou associação e por aqueles que não têm nenhuma organização mas estavam lá com sua cartolina fazendo suas reivindicações.

Então, o apelo que faço: vou entrar com um requerimento, solicitando que esse seja um dos itens apreciados, quando formos fazer um debate de um dia, de manhã e à tarde ou à tarde e à noite, sobre o funcionamento das cidades brasileiras, sobre a qualidade do transporte nas cidades brasileiras. Certamente,

no plenário desta Casa, vamos ter e colher grandes e importantes contribuições.

Tomara que o Ministério dos Transportes do Brasil mude sua agenda e coloque como agenda prioritária a discussão, o debate e a busca de solução conjunta entre a União, os Estados e os Municípios para o problema do transporte em nosso País, especialmente nas cidades.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Esse foi o Senador Jorge Viana...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – ... falando da importância da mobilidade urbana, da importância de fazermos uma comissão geral no plenário do Senado, algo que até estamos tentando fazer nas comissões.

V. Ex^a tem toda a razão: tem de ser uma comissão geral, aqui, no plenário do Senado.

Eu convido, neste momento, a Senadora Lídice da Mata.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Eduardo Suplicy e já passo a Presidência para o nosso Vice-Presidente, Senador Jorge Viana.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Peço licença, Senadora Lídice da Mata, para registrar a visita ao plenário do Senado Federal de um dos mais jovens Vereadores do Estado de São Paulo, de Itanhaém, Conrado Carrasco, que aqui se encontra e que vem fazer uma visita a nós, Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Que seja muito bem-vindo o Vereador que representa certamente a juventude da sua cidade.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu quero rapidamente ler aqui uma manchete: "Em crise, o Senado se vinga do Ministério Público." Parece que é uma mensagem ou uma interpretação nos jornais dos fatos que aconteceram aqui há dois dias, mas não é. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta é uma manchete de uma matéria publicada no dia 3 de julho de 2009, quando aqui, no Senado Federal, havia sido rejeitada a indicação Sr. Nicolao Dino de Castro e do

Sr. Diaulas Costa Ribeiro; pela segunda vez, o Senado assim se pronunciava.

Eu estou tratando deste assunto, Sr^{as} e Srs. Senadores, porque tenho recebido, desde aquele dia, da quarta-feira, inúmeros e-mails da Bahia buscando uma explicação do porquê da rejeição por parte do Senado da indicação do Ministério Público, indicação, aliás, do mais votado no Ministério Público, desse honrado Prof. Vladimir Aras, Mestre em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco e Professor de Processo Penal da Universidade Federal da Bahia, que, além de respeitado no meio jurídico baiano, é também querido pela sua capacidade de liderança e de agregação, respeitado por seus alunos.

Quero dizer, para explicar à Bahia, que o que o Senado fez foi uma demonstração de mesquinhez política. O Senado, homens e mulheres tão importantes, que já exerceram cargos importantes em seus Estados, na República Federal, se deixaram levar – uma minoria, é verdade – pelo sentimento de vingança e de mesquinha na condução da política, para derrotar um homem probo, que teve o seu nome indicado e confirmado pela CCJ do Senado Federal, num momento rico daquela Comissão, quando foi sabatinado.

Esta situação ocorreu duas vezes no Senado, e nas duas vezes em que aconteceu isso, o Senado voltou atrás, graças a Deus, da sua posição absurda. No caso, em 2009, foi o Senador Aloizio Mercadante, pelo Bloco do PT, quem protestou e disse: "Eu queria ponderar com o Plenário sobre o que aconteceu na votação anterior". E pediu a revisão daquela posição do Senado. Também se pronunciou de forma enfática o Sr. Senador Romero Jucá, Líder do Governo, naquela oportunidade, pedindo e dando a sua concordância com a proposta feita pelo Senador Mercadante. Também se pronunciou o Senador Renato Casagrande na mesma direção. Também se pronunciou o Senador Arthur Virgílio na mesma direção. E, desta forma, o Presidente da Casa, Presidente que, naquele momento, dirigia a Mesa, o atual Governador Marconi Perillo, solicitou a assinatura de todos os Líderes para que essa decisão fosse reformada. E é nessa condição, Sr. Presidente, que volto a debater essa questão.

O Senador Wellington, Líder do PT, encaminhou um recurso à CCJ, e não há obstáculo regimental para que o Senado volte a considerar essa votação, o que há é uma decisão da Mesa, tomada justamente por duas revisões históricas ocorridas nesta Casa. Portanto, eu creio, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, solicito à Mesa da Casa que reavalie essa posição. Não pode um homem público, um homem com carreira jurídica ser rejeitado por esta Casa sem que haja uma justificativa clara de por que o Senado fez isso.

Aliás, essa votação consolida a minha posição de voto aberto imediato, porque, no momento em que

estivermos aqui em um voto aberto, aqueles que votaram contra certamente terão que se justificar diante da opinião pública pelo ato que cometaram.

Quero, portanto, dar um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Cara Senadora Lídice da Mata, quero endossar as suas palavras, especialmente porque, se estivesse em vigor o voto aberto, seguramente esse resultado não teria essa surpresa. O Presidente da Mesa, nosso Presidente Renan Calheiros, foi questionado naquele momento da votação e explicou que regimentalmente o painel estava fechado. O Procurador Vladimir Barros Aras foi o mais votado, como disse V. Exª. E entre os Procuradores foi o mais votado da lista tríplice – ele recebeu 500 votos –, que foi encaminhada pelo Ministério Público ao Congresso Nacional, particularmente ao Senado, tendo sido apreciado e votado na CCJ. Em uma votação dessas, são necessários 41 votos; ele obteve 39 votos. Encerrada a votação, o Presidente anunciou o resultado no painel eletrônico, mas, em seguida, chegaram alguns Senadores, como o Senador Randolfe Rodrigues, o Senador Aécio Neves e outros, manifestando o voto favorável a ele. Mas para voltar ao episódio narrado por V. Exª, de uma revisão do resultado, eu queria endossar a sua posição, pois não se pode colocar em dúvida... Não se pode dizer que houve manobra regimental; obedeceu-se o Regimento. Mas, logo depois de apresentado o resultado pelo painel, os outros Senadores votaram a favor, inclusive o Senador Aloysio Nunes Ferreira, o Senador Aécio Neves, o Senador Randolfe Rodrigues. Lembro muito bem; eu estava aqui, surpresa, e ia questionar também se esses votos não poderiam ser considerados para efeito do quórum de 41. Então, quero me congratular com V. Exª pela abordagem e pela forma. E novamente defendo o voto aberto em uma votação de autoridades. Parabéns, Senadora Lídice da Mata, por colocar este tema na pauta de hoje!

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada. Senador Aloysio Nunes Ferreira.

O Sr. Aloysio Nunes Ferreira (Bloco/PSDB – SP) – Quero também cumprimentar V. Exª pelo pronunciamento de hoje. Tenho certeza de que essa sua posição vai exercer muita influência na decisão que a CCJ tomará sobre o tema. E quero também lembrar àqueles que não estavam na sabatina do procurador rejeitado, injustamente, que foi uma das melhores sabatinas que a Comissão de Justiça procedeu para indicação ao CNJ.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada pelo acréscimo à fundamentação da justificativa desse professor universitário, membro do

Ministério Público, que, não tenha dúvida, representa a Bahia, que se sente ofendida com esse tipo de posição tomada pelo Senado, sem justificativa, Sr. Presidente.

Portanto, quero novamente dizer que, como Senadora pela Bahia, apresentarei também um recurso à Mesa da Casa para que possa rever essa posição.

Volto a dizer, entre os temas da reforma política que estamos adiantando no Senado, um dos mais caros, um daqueles que a rua mais reclama é poder conhecer o voto dado por cada um dos Srs. Parlamentares nesta Casa Legislativa.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Senadora Lídice, por favor, eu queria endossar o recurso de V. Exª e, imagino, da Bancada da Bahia nesse episódio específico em relação à indicação do Procurador-Geral Vladimir Barros Aras. E endosso também a indignação dos baianos ao que aconteceu em relação a esse homem público que, como atestou o Senador Aloysio Nunes Ferreira, se submeteu a uma das mais brilhantes sabatinas na CCJ. Queria, pois, endossar o recurso de V. Exª à Mesa da Casa.

A SRª LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Muito obrigada pela solidariedade de todos.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Exª, Senadora Lídice.

Convido a fazer uso da palavra, para uma comunicação inadiável, o Senador Eduardo Suplicy.

Logo em seguida, daremos início à Ordem do Dia. O Presidente Renan, inclusive, já está em plenário.

Com a palavra V. Exª, Senador Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPPLICY (Bloco/PT – SP) Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador Jorge Viana, Srªs Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna do Senado para apoiar, com toda força, as palavras da Presidenta Dilma Rousseff ontem expressas em Salvador, na Bahia, quando mencionou que quer ouvir como a população do País quer a reforma política, como as pessoas acham que devem votar, como as pessoas deste País acham que devemos financiar as campanhas políticas; ouvir se as pessoas acham se deve haver voto secreto ou não no Congresso, como as pessoas acham que o suplente de Senador deve ser eleito e como serão feitas as candidaturas.

Sua Excelência enumerou esses pontos, rebatendo as críticas de que as perguntas seriam complicadas para o eleitor. E ressaltou ainda, a Presidenta Dilma:

Eu acredito muito na inteligência, na sagacidade do povo brasileiro. Acho que o povo sempre mostrou, ao longo de toda a nossa história, que as suas escolhas foram acertadas. Portanto, eu não sou daqueles que acham que o povo é incapaz de entender, porque as perguntas são complicadas.

Dilma voltou a distinguir as manifestações do Brasil das que acontecem em outras partes do mundo.

Nas manifestações em uma parte do mundo, que levaram o nome de Primavera Árabe, lutava-se contra a ditadura e a favor da democracia. Nós, não. Temos democracia e, por isso, somos capazes de ouvir as vozes das ruas. Sou de uma época em que havia uma imensa dificuldade de se expressar nas ruas deste País.

E o disse para louvar o fato de não haver no Brasil divisões religiosas ou étnicas nem a crise política e econômica que levou milhares às ruas nos Estados Unidos e na Europa.

Assim, Sr. Presidente, quero ressaltar que, inclusive, não estou de acordo com palavras como aquelas do Senador Aécio Neves, quando este mencionou que teria receio da consulta popular, porque isso significaria a possibilidade, por exemplo, de o Presidente Lula estar falando pelos meios de comunicação.

Ora, da mesma maneira que o Presidente Lula poderá eventualmente expor os pontos de vista que nós do Partido dos Trabalhadores defendemos, quaisquer pessoas, todos os líderes do PSDB, seja o Presidente Fernando Henrique Cardoso, seja o Senador Aécio Neves, o Senador Aloysio Nunes, o Senador Alvaro Dias, todos poderão expor as suas ideias, porque será dado tempo igual pelos meios de comunicação, antes da realização do plebiscito, para que exponham o seu ponto de vista.

Aliás, quero aqui sinalizar algo que achei importante ontem: a participação do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso em programa realizado pela TV Globo, intitulado “Na Moral”, um programa com a participação do jornalista e âncora Pedro Bial, que, de uma forma tão interessante, expôs os pontos de vista daqueles que são favoráveis e os que são contrários...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP) – ... à descriminalização do uso de drogas.

Meus cumprimentos ao Pedro Bial e a todos que participaram daquele programa tão bem feito e que, inclusive, nos informa muito, Presidente Jorge Viana, sobre matéria que, possivelmente, iremos analisar aqui no Senado Federal.

Mas, sobretudo, o meu apoio entusiástico à proposição e à postura da Presidenta Dilma em favor da consulta, na forma do plebiscito e o quanto antes, Sr. Presidente.

Tudo isso depende muito de nós. E quero, aqui, colocar-me, com a energia toda positiva, à disposição para, nos próximos dias, colaborar com o propósito da reforma política, através também da consulta ao povo brasileiro e na forma do plebiscito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, caro Senador Suplicy.

Como não estão aqui presentes a Senadora Angela Portela, os Senadores João Capiberibe, Rodrigo Rollemberg, Fernando Collor, Roberto Requião e a Senadora Lúcia Vânia, convido para fazer o uso da palavra o Senador Waldemir Moka, como orador inscrito; em seguida, o Senador Ricardo Ferraço.

Mais uma vez, registro que não tive o privilégio de participação de uma reunião-jantar da maior importância na casa de V. Ex^a, Senador Moka.

O SR. WALDEMAR MOKA (Bloco/PMDB – MS). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, meu amigo Senador Jorge Viana; Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, recentemente, temos assistido à polêmica que se instalou em torno da ideia do governo de incentivar a vinda de médicos estrangeiros que queiram exercer a sua profissão no Brasil, atendendo pelo SUS.

O déficit de profissionais da área, Sr. Presidente, segundo o governo, chega a 54 mil, número este que é contestado, evidentemente, pelas entidades médicas. Porém, isso afeta, sobretudo, os locais mais pobres e os mais afastados de centros urbanos. Há, no entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, um grande contingente de profissionais da saúde, muitas vezes disponíveis nesses lugares mais carentes de atendimento, mas impedidos de oferecer mais amplamente seus serviços à população.

Refiro-me, Sr. Presidente, aos médicos militares, que, pela Constituição, estão proibidos de assumir outro cargo enquanto estiverem ligados às Forças Armadas.

Ora, como sabemos, a mesma Constituição, em seu art. 37, inciso XVI, prevê a possibilidade de acumulação de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas. Essa possibilidade, entretanto, não é atribuída aos médicos militares. O art. 142, inciso VIII, ao estender aos militares alguns dos princípios estabelecidos no art. 37, para a Administração Pública, não menciona a possibilidade de acumulação. Apenas os casos já existentes no momento da promulgação da Carta Magna, em 1988, foram legitimados por previsão no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, por mais singular que seja a carreira militar, não me parece plenamente justificada a restrição imposta aos profissionais de saúde militares quanto à acumulação de cargos em sua área de atuação. Mais ainda, considerado o interesse público, a mesma consideração, aliás, que justifica os casos de exceção apontados no inciso XVI do art. 37, temos razões suficientes para estender aos militares a mesma prerrogativa.

Dante do déficit de profissionais mencionados no início, Sr. Presidente, possibilitar que os militares profissionais da saúde acumulem outro cargo em sua área de atuação poderia ser um alívio bem-vindo, reduzindo a necessidade de “importação” de profissionais, o que tanta polêmica tem causado. Isso se torna ainda mais relevante se pensarmos que, pela própria penetração das Forças Armadas no Território Nacional, muitas vezes o médico militar é o único profissional da saúde em uma vasta região. Permitir que assuma outro cargo é de altíssimo interesse público e permitir que seja remunerado por isso é um simples requisito de justiça.

Concedo um aparte à Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Caro Senador Waldemir Moka, eu queria cumprimentá-lo pela abordagem desse tema e também aproveitar para elogiar a iniciativa do encontro que V. Exª promoveu com vários Senadores, de todos os partidos, para tratar dessa questão da medida provisória, que deverá o Governo encaminhar ao Congresso Nacional, tratando dessa matéria, para resolver uma das demandas mais relevantes que as ruas estão pedindo, a melhoria na saúde. E penso que as Forças Armadas, que vêm dando uma colaboração intensa no Brasil, especialmente na área de Defesa Civil, também acolherão, de bom grado, isso, sem descuidar de uma atenção prioritária às próprias Forças Armadas, às quais os seus médicos atendem e onde a demanda também é grande. E eu queria aproveitar, Senador Moka, para dizer que ouvi, na recente visita ao Comando Militar do Sul, na cidade de Santa Maria, o depoimento do Major Médico do Exército, Cláudio Guimarães Azevedo, que é o médico especialista que treina pessoas para os momentos de catástrofes ou de emergências. E ele – eu tenho essa convicção – deve ter salvo muitas vidas entre aquelas vítimas do incêndio da Boate Kiss, porque foi ele o responsável pela seleção dos pacientes e o seu encaminhamento, dependendo dos casos, a determinadas especialidades de queimados e de intoxicação com os gases naquele incêndio que fez centenas de vítimas. Então, eu queria endossar essa manifestação, chamando a atenção para este fato: não descurar de que a prioridade é para os militares, não só os militares da ativa como também os militares da reserva, que poderão trabalhar nisso. Cumprimento V. Exª pela abordagem desse tema, hoje, na tribuna.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Na verdade, eu quero registrar que conheço o trabalho de médicos militares, sobretudo na região do meu Estado, Mato Grosso do Sul, com as populações ribeirinhas. Médicos da Marinha, do Exército saem atendendo a população ribeirinha. Esse é o médico que está na ativa. Entretanto, a proibição se estende

também ao médico militar aposentado; e este, muitas vezes, com plenas condições de trabalho, para ser contratado por uma prefeitura, pelo Estado. Quer dizer, num momento como esse, eu acho que é importante discutir talvez essa modificação para permitir exatamente que o médico militar possa também acumular, como já ocorre com outros profissionais.

Pois não, Senadora Ana Amélia.

A Srª Ana Amélia (Bloco/PP – RS) – Apenas para esclarecer, lembro que já existe a PEC nº 122 – não sei se V. Exª vai fazer referência a ela –, do Senador, nosso colega, Ministro Marcelo Crivella, que está na CCJ para ser apreciada. Então, esse tema chegou num momento oportuno, Senador Moka.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS) – A minha fala é exatamente no sentido de que, ao pesquisar, eu realmente, para minha surpresa positiva, constatei que o Senador Marcelo Crivella já tem um projeto, uma emenda à Constituição que permitiria essa contratação.

Então, o meu pronunciamento é no sentido de apoiar a iniciativa do Senador Marcelo Crivella e trazê-la para a Comissão, a fim de que tramite em regime de urgência, tendo em vista mais uma alternativa para esse problema de profissionais de saúde. Eu insisto que não é só o caso de médicos, mas de profissionais da área de saúde das Forças Armadas.

Concedo um aparte à Senadora Kátia Abreu.

A Srª Kátia Abreu (Bloco/PSD – TO) – Obrigada. Eu gostaria, Senador Moka, de parabenizá-lo por essa iniciativa, principalmente neste momento em que a ausência de médicos no interior do Brasil é grande. Quanto aos motivos, ainda há polêmica entre aqueles que pensam que há poucos médicos no Brasil e alguns que pensam que a distribuição é que está equivocada. Então, essa questão do chamamento e da permissão para que os médicos militares, inclusive os aposentados, possam exercer me traz uma ideia importante: o Governo poderia fazer um clamor não só aos médicos militares aposentados, mas aos médicos aposentados de todo o Brasil, para que, apesar de já terem trabalhado a vida toda, mas por ainda estarem numa performance maravilhosa, ajudassem o País novamente. Destaco um amigo querido, o Dr. Moisés de Sousa Santos Gomes, de Ilhéus, um grande cirurgião, que hoje está aposentado, mas na sua *performance* total e absoluta. Quantos médicos aposentados no Brasil poderiam ajudar o País por um período, mais uma vez, para suprir as deficiências, principalmente no interior do Brasil. Conte com meu total apoio para que essa sua proposição possa ser aprovada, inclusive em regime de urgência. Muito obrigada.

O SR. WALDEmir MOKA (Bloco/PMDB – MS)

– Agradeço e incorporo o aparte da Senadora Ana Amélia e da Senadora Kátia Abreu.

Finalizo dizendo que existe uma PEC, do Senador, hoje Ministro da Pesca, meu amigo Marcelo Crivella, que tramita sob o nº 122, de 2011, que prevê a alteração do inciso do art. 142 que citei para incluir nele a menção explícita à possibilidade de acumulação. A PEC já recebeu parecer na CCJ e está pronta para ser incluída na pauta da Comissão.

Ao encerrar, Sr. Presidente, quero dar conta de que, ontem, a pedido do Ministro da Saúde, Alexandre Padilha, nós tivemos uma reunião com os membros da Comissão de Assuntos Sociais, mas que também contou com líderes importantes desta Casa. Nessa reunião, o Ministro teve a oportunidade de colocar o que o Governo pretende. Eu, evidentemente, acho que o anúncio disso é uma prerrogativa do Ministro e não cometerei essa indelicadeza, mas essa questão da importação foi debatida, como ela vai ser tratada pelo Governo. É importante que tenhamos claro que temos em torno de 400 mil médicos no Brasil. Eu sou um daqueles que acham que há déficit, mas é muito mais um problema de distribuição. Alguns Estados têm, às vezes, mais de quatro médicos por mil habitantes e outros têm três, mas nem por isso a qualidade do atendimento à saúde é melhor.

Acho que, fundamentalmente, temos que discutir e insisto que qualquer medida tem que ser precedida da criação de uma fonte de financiamento para a saúde, porque não vamos resolver a questão da saúde simplesmente com importação de médicos estrangeiros. Isso não será possível!

Sou um daqueles inconformados. No Senado, quando votamos a Emenda nº 29, obrigamos os Municípios a investirem 15% do seu orçamento na saúde, os Estados, 12% e a União ficou de fora de qualquer obrigação. Acho que a União tem que colocar 10% do seu orçamento, da sua receita bruta exatamente para financiar a saúde neste País.

(Soa a campainha.)

O SR. WALDEMIR MOKA (Bloco/PMDB – MS) – Ao encerrar o meu pronunciamento, quero agradecer aos mais de 20 Senadores que, ontem, estiveram lá debatendo essa questão.

Acredito que quem deve anunciar isso é o Ministro ou a Senhora Presidente, o debate em torno dessa questão da importação dos médicos e também do financiamento da saúde, que, a meu juízo, sem dúvida, é o grande problema, o grande nó górdio da saúde neste País.

Agradeço o tempo que V. Ex^a me destinou.

Muito obrigado, Presidente Jorge Viana.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a.

Pela ordem, Senador Randolfe.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, o jornal *O Estado de S. Paulo* de hoje vem, em um de seus cadernos, com a seguinte manchete: “Senado corta 53% dos royalties que iam para educação”. Como diz um amigo meu lá no Amapá, Sr. Presidente, sem necessidade. Não contou com o nosso voto, não contou com o voto da Bancada do PSOL.

Aqui está:

Em nota, a assessoria de imprensa do Senador Eduardo Braga, Relator do projeto, diz que o valor estimado no projeto da Câmara era equivocado por basear-se em premissas não fundamentadas e que as alterações introduzidas no Senado buscaram aprimorar o texto “minimizando o risco de judicialização e evitando o uso indevido do Fundo Social”. De acordo com a nota, “utilizar no País as receitas do Fundo Social contraria todos os princípios para os quais ele foi criado, especialmente a estabilidade econômica e a capacidade de competição.

Este argumento foi apresentado aqui na resposta, Sr. Presidente, à matéria do *O Estado de S. Paulo*. Ok! Só que essa resposta não foi dada aqui no plenário, isso não foi dito aqui no plenário. Quando eu contrargumentei aqui no plenário, foi dito que eu estava utilizando de, entre aspas, “menos verdade”, um eufemismo para ser dito que eu estava mentindo.

Agora, é o jornal *O Estado de S. Paulo*, em nota, que está dizendo aqui... Bom, não é *O Estado de S. Paulo* que está mentindo agora, não é? O jornal *O Estado de S. Paulo*, em manchete, está dizendo aqui: “Senado corta 53% dos royalties que iam para educação”.

Acabou de sair a nota técnica do que significa o que votamos aqui. Em 2013, o projeto original significava R\$120 milhões, o aprovado pelo PLC da Câmara foi R\$5,95 bilhões e o aprovado por nós foi R\$850 milhões. Aí tem a evolução até 2022. Nós votamos no projeto original da Câmara aqui no Plenário do Senado.

O projeto voltou para a Câmara. Eu espero, sinceramente, que a Câmara mantenha o seu projeto original e corrija o erro que, lamentavelmente, cometemos.

Como dizia Fidel, a História me absolverá!

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Eu cumprimento V. Ex^a. Certamente, essa conta é feita em cima daquela votação que deixa a critério dos Estados e Municípios a aplicação ou não, deixa facultativo. Isso está se traduzindo diretamente como recursos pelo jornal, que eu li também, com preocupação.

Senadora Kátia Abreu, V. Ex^a está inscrita para falar como Líder. V. Ex^a dispõe de cinco minutos, mas, obviamente, a Mesa...

Em seguida, falará o Senador Walter Pinheiro, como orador inscrito.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado a respeito de duas proposições que protocolei na Casa ontem.

A primeira não é um projeto de lei, apenas um requerimento de audiência pública, da maior importância. Eu gostaria muito que todos os colegas Senadores e Senadoras pudessem participar dessa audiência pública oportunamente na Comissão de Educação.

Nós estamos convidando Herman Jacobus Cornelis, Secretário de Educação do Estado de São Paulo, Romeu Weliton Caputo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Heloísa Lück, Diretora Educacional do Centro de Desenvolvimento Humano Aplicado, Priscila Fonseca da Cruz, Diretora Executiva do Movimento Todos pela Educação, e Vitor Henrique Paro, Professor Titular e Pesquisador em gestão escolar da Universidade de São Paulo (USP). Eles estão sendo convidados, ainda não confirmaram, mas eu espero e os convido aqui publicamente para debater uma matéria da maior importância, para debater sobre a escolha de diretores das escolas, daqueles que vão dirigir as escolas no interior do Brasil, as escolas públicas municipais e federais.

Por que esse debate, Sr. Presidente e colegas Senadores? Eu tenho dois dados importantes e diferentes aqui, mas que praticamente indicam o mesmo objetivo. O *Estadão* publicou, em 2011, uma pesquisa da Fundação Vitor Civita, que demonstrava que a escolha dos dirigentes de 45% das 200 mil escolas do Brasil era feita por indicação política. Mas nós também temos uma entrevista com o então Ministro Haddad em que ele diz, naquela época, que a escolha para a diretoria de 70% das 200 mil escolas do Brasil era feita por indicação política.

Eu não quero, Sr. Presidente, diminuir a capacidade dos políticos de fazerem as suas indicações. Grande parte dos políticos do Brasil tem consciência, escolhe pessoas técnicas, de capacidade, ética, mas nós não podemos contar apenas com essa sensibilidade, porque nós precisamos fazer com que os indicadores do Brasil na educação mudem. Claro que não é apenas a indicação do diretor que vai transformar tudo isso, mas é um conjunto de ações, de proposições, de atitudes que vai fazer a educação melhorar no Brasil.

Então, eu tenho certeza de que, mesmo com a indicação política, que podem assim entender os governadores e os prefeitos, isso não significa que essa indicação política não deve passar por um critério técnico. Nós precisamos dar a garantia, aos nossos alunos, aos pais, às famílias, de que as suas escolas estão sendo dirigidas por pessoas capacitadas.

Sr. Presidente, eu proponho esse debate para que nós possamos encontrar um caminho, não um caminho de acusação de que os políticos estão fazendo a coisa

errada. Quantas vezes eu, Senadora Kátia Abreu, recebo o pedido de um prefeito, de que nós temos o apoio, também indicando uma diretora da escola, da escola estadual do seu Município? E eu quero confessar que também me rendo às solicitações, como todos os políticos fazem, mas eu quero abrir mão dessa prerrogativa, pelo menos dividir essa prerrogativa também com uma análise técnica da capacidade dos diretores de escolas do Brasil.

E mais um ponto importante: o MEC destina recursos para a formação de diretores. Quando eu faço uma indicação política de cargo comissionado que não é o de diretor, ele será treinado, haverá um investimento, um gasto público nele, e, posteriormente, em seis meses, um ou dois anos depois, ele pode perder o cargo, e nós desperdiçamos aquele investimento da escola pública brasileira. Por isso a importância de serem escolhidos concursados para os cargos de carreira, para que essas pessoas possam ser aperfeiçoadas e manterem-se na escola. Podem até perder a diretoria, mas essa pessoa capacitada continuará no serviço público, continuará contribuindo com a escola estadual ou a escola municipal.

Eu não pretendo, aqui, com essa audiência pública, ser definitiva; muito ao contrário, nós queremos debater o assunto e, com os especialistas e técnicos, compreender, entender um caminho, encontrar um caminho de mais eficiência na escolha dos diretores e diretoras de escolas de todo o Brasil.

Faço a segunda proposição, Sr. Presidente, para encerrar. Protocolei um projeto de lei que obriga: “Todas as instituições de ensino de que trata o *caput* deverão manter em local visível e de fácil acesso os resultados auferidos pelas mesmas nos sistemas oficiais de avaliações estabelecidos”.

Quanto ao Ideb, por exemplo, nós precisamos dar ciência das avaliações das escolas aos pais e à comunidade. Essa exposição da nota das escolas não serve para perseguir ninguém, não serve para fazer uma caça às bruxas. Eu, mãe de um filho que está na escola pública, quero saber, sim, qual é o indicador da minha escola, se a minha escola está bem, se a minha escola está mal. Isso não serve para atacar, para agredir, mas para que nós possamos fazer um grande movimento em prol dessa escola, para que ela possa subir a sua avaliação, quer seja na primeira fase, quer seja na segunda fase, quer seja no ensino médio, quer seja nas universidades.

(Soa a campainha.)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Se as escolas públicas têm dinheiro público, como é que a lei diz? Transparéncia! Então, a transparéncia não deve existir só no orçamento, nas obras de investimento físico. Também há dinheiro público nas escolas, e a

sociedade inteira precisa estar qualificada para avaliar se o recurso público está sendo bem utilizado ou não.

Se uma escola tem recurso público, como as escolas municipais e estaduais, é preciso que esses recursos gerem qualidade. E, se os indicadores estão baixos, no mínimo, isso significa que os recursos não estão sendo bem aproveitados. Mesmo que a diretora, mesmo que as professoras, mesmo que todos os participantes da escola sejam pessoas de boa-fé e bem-intencionadas, nós precisamos descobrir por que aquela escola não está conseguindo avançar.

A exposição da placa é um direito do cidadão.
(*Interrupção do som.*)

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – É um direito da mãe, é um direito do pai, é um direito do aluno e de toda a sociedade verificar os níveis de apresentação das escolas do Brasil e aplaudir aquelas que conseguiram avançar. E aquelas que não conseguiram avançar vamos todos apoiá-las com estratégias importantes, com estratégias de sucesso verificadas em várias escolas do Brasil, para que elas também possam chegar a esses mesmos patamares.

Peço a todos os colegas a avaliação desse projeto de lei e, se possível, o apoio de cada um.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jorge Viana. Bloco/PT – AC) – Cumprimento V. Ex^a, Senadora Kátia.

Nós estamos aqui na iminência de iniciarmos a Ordem do Dia.

Senador Walter Pinheiro, V. Ex^a tem a palavra.

Senadora Lúcia Vânia, registre o seu nome no painel, porque vamos proceder, por acordo de liderança, à Ordem do Dia daqui a pouquinho.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia de ontem, eu, a Senadora Lídice, o Senador Pimentel e o Senador Eunício participamos de um importante ato na cidade de Salvador, Senador João Durval, onde a Presidenta Dilma lançou, pela primeira vez, inclusive, na história do Brasil, um plano para uma região e, particularmente, um plano para o Semiárido.

Dirijo-me, inclusive, a V. Ex^a, Senador João Durval, porque, em tempos outros e até em tempos de orçamento muito mais apertados, V. Ex^a foi um pioneiro nessa luta – e eu diria que foi até uma luta muito bem empreendida por V. Ex^a – por medidas perenizadoras para a convivência com a seca. Foi de V. Ex^a, como Governador do Estado da Bahia, que partiu uma das melhores ações no que diz respeito à obtenção ou ao acesso à água, para convivência no Semiárido.

No Estado da Bahia, quase 70% do território são compostos pelo Semiárido. São quase 300 Municípios.

Se fôssemos falar, inclusive, da chamada relação fronteiriça, Senador João Durval, seguramente nós poderíamos afirmar que 300 Municípios da Bahia, Senadora Lídice, vivem no Semiárido. Mas, detalhadamente, encontramos, dos 417 Municípios, 270 nessa condição.

O Plano Safra foi anunciado ontem, ou melhor, o Plano para o Semiárido, porque ele vai além de uma estrutura pontual e trabalha principalmente com medidas perenizadoras, com políticas para vencer, inclusive, uma das chagas que vivenciamos no Brasil num tempo bem recente, que era a utilização do carro-pipa como instrumento de pressão e a utilização da seca como instrumento de alienação.

Medidas emergenciais, Senador João Durval, foram tomadas. É óbvio que deveriam ser tomadas! Mas, associado a isso, o Governo Federal adotou ações para que nós pudéssemos ter, em outros momentos, a verdadeira convivência com a seca. Eu, particularmente, Senador João Durval, tenho insistido muito que a gente não pode chamar essa reunião de Semiárido. A gente deve chamá-la de Sertão produtivo, porque esse Semiárido baiano é de uma rica produção, Senadora Kátia. No nosso noroeste, na Região Nordeste, o solo, que pode até não ser tão produtivo para a agricultura, é rico em mineral. Portanto, extraímos da aridez ou da situação de escassez de água outro tipo de riqueza desse solo.

Então, é fundamental que as políticas sejam adotadas. Fizemos, por exemplo, há algo em torno de 30 dias, a entrega de importante adutora, a Adutora do São Francisco, para a nossa região, que é a região conhecida como a microrregião de Irecê. O solo é fertilíssimo, Senadora Kátia, mas é preciso que ali chegue água. Lá tem um perímetro de irrigação. Com esses R\$7 bilhões do Plano Safra, tanto para custeio, quanto para investimento no Semiárido, nós vamos poder, de uma vez por todas, ajustar as condições de produção para mais de 1,6 milhão de famílias da agricultura familiar e para a produção do grande e do médio produtor. Há uma experiência entre a Bahia e Pernambuco da agricultura irrigada na beira do São Francisco, que é, hoje, inclusive, motor da nossa economia.

É bom salientar que esse é um segmento que, em toda essa crise, Senadora Kátia, mesmo com a seca e com a crise econômica, conseguiu dar respostas, inclusive, do ponto de vista do crescimento do nosso PIB. A produção de alimentos impulsiona a economia e ajuda na derrubada da inflação, até porque o custo dos alimentos é fator preponderante na definição dessa política de combate à inflação.

Portanto, estamos falando de algo que vai beneficiar uma enorme região e que vai se estender para outras regiões. Falo do Nordeste, mas é importante lembrar o norte de Minas e o espaço do Espírito San-

to que também é coberto pela Sudene e que é uma área que também terá condição de receber todos esses recursos.

É importante lembrar a política adotada pela Presidenta Dilma ontem. Além de mecanismos como cisternas e adutoras, meu caro Eduardo Braga, além da transposição de água, além dos perímetros de irrigação, nós também botamos o dedo na ferida numa questão crucial, que é a questão referente à forma de obtenção desses recursos. Eu não tenho como liberar novos recursos se não resolver a pendência de velhos. É preciso resolver o problema da dívida, ajustar isso de uma vez por todas! Esses produtores rurais brasileiros, particularmente os nordestinos, não deixaram de produzir porque pegaram o crédito e o enfiaram de forma irresponsável em outra atividade; deixaram de produzir porque as condições climáticas lhes impuseram esse caminho.

Na realidade, deve haver a renegociação da dívida, agora em outras condições, e, principalmente, a supressão da execução judicial. Aliás, Senadora Kátia, nós já tínhamos colocado isso na MP nº 565, convertida na Lei nº 12.716. Veja o que dizem os dois parágrafos. O § 3º do art. 5º diz que, uma vez que o agricultor se posicione dizendo que quer renegociar, a ação judicial será suspensa e que, uma vez materializada a negociação, a ação se extingue, ou melhor, o processo judicial. Agora, nós precisamos apertar os bancos. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste precisam ter mais agilidade.

Associada a essas medidas, está a própria questão da taxa de juros. Então, por exemplo, na medida em que, para as operações de custeio, os juros serão de 1% a 3% ao ano, a gente vai ao encontro de uma realidade. Era incongruente, Senadora Kátia, reduzirmos para 3%, por exemplo, os juros para investimento, ainda que isso fosse correto – colocamos isso na nossa medida provisória –, para a construção de hotéis, para a agroindústria, para a indústria, e mantermos para a agricultura juros acima disso. Como é que vou retirar produtos da terra e levá-los para a unidade industrial de produção com juros muito mais altos? Não vai haver matéria-prima. Então, de nada adianta incentivar a indústria com juros de 3% se a indústria não vai ter como acessar a matéria-prima, porque o agricultor não vai ter a capacidade de honrar esse compromisso.

Outra questão trata da entrega desses produtos. Na Bahia, por exemplo, nós estamos discutindo muito, para levar até o extremo, o processo de pesquisas com o sisal, para aproveitar essa fibra para a produção de mantas, para a produção de painéis de carros, para enxerto de banco. Há uma pesquisa no Brasil em que a gente trabalha com a possibilidade de haver outro tipo de proteção para cabos que são utilizados em pesquisas em águas profundas feito com fibra de sisal, e não

com PVC, pois a fibra é muito mais leve. Mas precisamos incentivar a agricultura, senão não vamos ter o sisal. Precisamos criar as condições para esse produtor, senão não vamos chegar, de forma nenhuma, à ponta.

Outra coisa são as contas públicas. Há o programa de 30% para a merenda escolar. V. Exª falava aqui da educação. Para dar essa merenda escolar, por que não vincular que as prefeituras comprem isso das atividades produtivas da própria cidade? Estimula-se, assim, a produção local, e se cria um mercado local, para melhorar essa questão das compras públicas.

E, para que possamos avançar, também há a questão da redução dos juros na aquisição de máquinas. Há, na agricultura familiar, o Programa Mais Alimentos, mas estamos cada vez mais...

Na Bahia, Senadora Kátia, quando eu estava na Secretaria do Planejamento, o Governador bancou o envio por nós de um projeto para a Assembleia Legislativa, botando juros zero, da compra do facão até à do trator. Juros zero! Se o sujeito está comprando o trator, isso tem de entrar como um estímulo! Nós aprovamos aqui tantas linhas de incentivo para a indústria, por que não podemos estender isso também para a ponta? Dou incentivo para o cara que fabrica o trator e cobro juros do cara que vai comprar o trator? O trator não vai servir para ele ir para a praia!

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Então, é importante que essa política seja adotada. E creio que mais importante ainda é que *(Fora do microfone.)* consigamos, de uma vez por todas, avançar também na outra ponta. É preciso lincar a liberação, é preciso eliminar completamente a burocracia. Imagine o que é chegar ao Banco do Nordeste, que já não tem capilaridade! O agricultor tem de se deslocar até onde há uma agência do Banco do Nordeste e, ao chegar lá, tem de ler um verdadeiro Tratado de Torde-silhas, para poder ver se adere ao crédito ou não. Aí ele tem de contratar alguém, para poder assessorá-lo, para ele saber como deve assinar o contrato. Isso leva uma vida eterna. Então, é importante que essa burocracia seja eliminada.

E mais: ajustada a toda essa política de garantia da safra, da compra de equipamentos, do crédito, vem a questão da assistência técnica, do acompanhamento, para que esse agricultor possa ter a orientação devida e produzir.

Concedo um aparte à Senadora Kátia Abreu.

(Soa a campainha.)

A Srª Kátia Abreu (Bloco/PSD – TO) – Muito obrigada, Senador Walter Pinheiro. Quero dizer da importância do seu pronunciamento, da importância desse lançamento, ontem, em Salvador, do plano agrícola para o Semiárido. E quero declarar a V. Exª que, com a

grande colaboração de João Martins, Presidente da Federação da Agricultura da Bahia, e de todos os demais presidentes de federações do Nordeste, trabalhamos duramente, para que pudéssemos apresentar ao Governo sugestões que fossem acessíveis e que pudessem, de fato, ser implementadas. Então, temos muito orgulho, a CNA e as federações do Nordeste, de ter participado de todo esse processo. Ainda quero aqui acrescentar, respondendo à sua preocupação, Senador Walter, com relação à assistência técnica. Talvez, ontem, a Presidente não tenha lembrado de falar, mas a Agência Nacional de Extensão Rural e Assistência Técnica, que foi criada no Plano Safra Nacional, há algumas semanas, vai...

(Interrupção do som.)

A Srª Kátia Abreu (Bloco/PSD – TO) – ...iniciar com dois editais: um para o leite e um para o sertão do Nordeste. É o maior Semiárido habitado do mundo. Então, através do MEC, que também criou outro programa para que o Senado atuasse, Sertão Empreendedor, junto com o Sebrae, MEC e Agência de Extensão Rural, tenho certeza de que nós vamos transformar a vida futura desses produtores e acertar suas dívidas. Mas, e agora, vai continuar, de novo, todo ano seca e dívida? Não. Vamos orientar como conviver bem com o Semiárido, com estratégias, com pesquisas, com atitudes e boas práticas, que já são testadas em outros Semiáridos do mundo, e tenho certeza de que vai ser o maior sucesso. E a Presidente Dilma fez um comentário interessante no lançamento do Plano Safra geral. Apesar de não ser produtora rural, ela perguntou: "Como fazem os países, onde há neve todos os anos? E começa tudo de novo quando a neve vai embora." No Nordeste, não é neve. É seca.

(Soa a campainha.)

A Srª Kátia Abreu (Bloco/PSD – TO) – Então, temos que aprender a conviver com isso, respeitando a natureza, e temos que orientar os produtores para que possam conviver com essa situação. Muito obrigada pelo aparte.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Seca não se acaba, mas se convive com ela.

Muito obrigado, Senadora Kátia Abreu.

Vou concluir. A Presidenta lembrou ontem, sim, da agência, e o Ministro Pepe Vargas, assim como o Ministro Andrade, da Agricultura, terminaram por apontar efetivamente a importância da agência.

E, fechando o meu pronunciamento, meu caro Senador Eduardo Braga, quero dizer que a participação de todas as entidades da agricultura, muito bem-frisado pela Presidenta, foi fundamental, porque o plano foi construído a diversas mãos. E foi exatamente fazendo essa auscultação

bebendo na fonte, que se produziu um plano que verdadeiramente guarda sintonia com o que acontece em cada região do País e, particularmente, no Semiárido do Brasil.

(Interrupção do som.)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Walter Pinheiro, o Sr. Jorge Viana, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Renan Calheiros, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Ordem do Dia...

Antes de começarmos a Ordem do Dia, quero comunicar ao Senado Federal que acabamos de receber, com algumas entidades da magistratura, o Presidente Nelson Calandra, que expôs na conversa que tivemos óbvias preocupações com o fato de que o Legislativo estaria discutindo a vitaliciedade dos membros da magistratura.

Na oportunidade, fiz questão de deixar claro, absolutamente claro, para o Presidente Calandra que o Congresso Nacional é guardião da democracia. E todos nós juramos que não discutiríamos cláusula pétreia, e uma das cláusulas pétreas da magistratura é a vitaliciedade. Não é disso que estamos tratando. Estamos tratando – e há um esforço muito grande da Casa – de que a aposentadoria não pode mais ser pena disciplinar. Não é a vitaliciedade. A discussão é outra. É que a aposentadoria não pode continuar sendo pena disciplinar, porque é isso que o povo brasileiro não entende. O Conselho Nacional do Ministério Público acabou de aposentar uma pessoa pelo voto decisivo do Procurador-Geral, e a sociedade não entende aposentadoria como pena disciplinar. Não é vitaliciedade. Vitaliciedade é uma cláusula pétreia.

Item 1 da pauta...

Há, sobre a mesa, um requerimento que, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, pede urgência para o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, que institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e dá outras providências.

O requerimento é assinado pela Senadora Ana Rita e por líderes partidários.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO

Nº 774, DE 2013

REQUEREMOS, nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, urgência para o **Projeto de Lei da Câmara nº. 11, de 2013** ("*Institui o Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; cria o Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura e o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura; e dá outras providências*").

Sala das Sessões, , de julho de 2013.

lúcia
Senadora Ana Rita

PT/ES

Líderes

NOME	ASSINATURA
WELLINGTON DIAS – LÍDER DO PT	<i>W. Dias</i>
ACIR GURGACZ – LÍDER DO PDT	
RODRIGO ROLLEMBERG – LÍDER DO PSB	
INÁCIO ARRUDA – LÍDER DO PC do B	
PAULO DA VIM – LÍDER DO PV	
RANDOLFE RODRIGUES – LÍDER DO PSOL	
FRANCISCO DORNELLES – LÍDER DO PP	
ALOYSIO NUNES – LÍDER DO PSDB	
GIM ARGELO – LÍDER DO PTB	
EDUARDO BRAGA – LÍDER DO GOVERNO	
EDUARDO AMORIM – LÍDER DO PSC	
SÉRGIO PETECÃO – LÍDER DO PSD	
ALFREDO NASCIMENTO – LÍDER DO PR	<i>Alfredo Nascimento</i>

EUNÍCIO OLIVEIRA – LÍDER DO PMDB	<i>Eunício Oliveira</i>
MARIO COUTO – LÍDER DA MINORIA	
JOSÉ AGRIPIINO – LÍDER DO DEM	
EDUARDO LOPES – LÍDER DO PRB	

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – O requerimento que acaba de ser lido será votado oportunamente.

Concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Aloysio Nunes Ferreira, em seguida, ao Senador José Pimentel e ao Senador Randolfe Rodrigues.

Com a palavra o Senador Aloysio.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, obviamente estou de acordo com a ideia contida na proposição.

Lembro-me de uma das sessões memoráveis da Câmara, da qual pude participar, em que o então Deputado Almino Afonso deu seu parecer ao projeto de lei que tipificava o crime de tortura. Mas eu indagaria de V. Ex^a se esse projeto já recebeu parecer da Comissão de Constituição e Justiça da Casa. Se já recebeu, não tenho nenhuma objeção.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Aloysio, eu concordo com V. Ex^a.

O Senador Aloysio está perguntando se o projeto já recebeu parecer de alguma comissão permanente. Não recebeu. E como nós estabelecemos essa praxe, inclusive com relação às propostas de emenda à Constituição a que me referi anteriormente, é fundamental – eu também considero – que essa matéria seja em primeiro lugar apreciada pela Comissão de Constituição e Justiça, e assim será feito. De modo que nós não vamos apreciar esse requerimento de urgência hoje. Vamos compatibilizar a sua votação tão logo haja uma decisão da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria aqui de fazer uma defesa, então, porque a Comissão de Direitos Humanos solicita que ele seja incluído na pauta.

Na verdade, eu assinei como Senadora esse requerimento, mas o projeto encontra-se na Comissão de Direitos Humanos. Por isso, nós estamos solicitando que ele venha para a pauta, para ser votado em plenário, porque a própria Ministra Maria do Rosário esteve aqui, conversando conosco, mas também esteve conversando com o Presidente, pedindo agilidade no processo. Então, saindo da Comissão de Direitos Humanos, Sr. Presidente, se for decidido que ele deve ir para a Comissão de Constituição e Justiça, eu faço aqui um apelo para que a Comissão de Constituição e Justiça paute-o o mais rápido possível, para que nós possamos votar logo essa matéria.

Essa matéria tem como Relator na Comissão de Direitos Humanos o Senador Capiberibe. O relatório já está pronto. Nós tivemos dificuldade, ontem, de quórum presencial para poder apreciar a matéria, mas gostaríamos muito de que ele fosse aprovado o mais rápido possível, porque também esse é um apelo da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador José Pimentel, com a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quanto ao requerimento de urgência, temos acordo e, conversando com nossos Líderes, tanto da base do Governo quanto da oposição, estamos propondo a V. Ex^a um acordo de procedimento para a sessão de hoje, em que nós votaríamos a contagem de prazo das PECs que estão na Ordem do Dia e votaríamos também os requerimentos, com exceção para o Item 19, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que aqui se vai pronunciar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Presidente, de acordo com o encaminhamento proposto pelo Líder Pimentel, eu queria só fazer um encaminhamento, para que o Item 19 ficasse sobrerestado para a semana que vem. Obviamente que até a semana que vem daremos encaminhamento ao Item 19, que seja ou o desapensamento, conforme está sendo proposto, ou a retirada, ou um novo encaminhamento para o requerimento. Enfim, seria sobrestrar o Item 19, não apreciar o Item 19 na Ordem do dia de hoje, conforme acertado agora com o Líder Pimentel e os demais líderes, e apreciarmos os demais requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Será atendido o pedido que V. Ex^a faz à Mesa neste momento.

ORDEM DO DIA

Item 3 da pauta:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 764, DE 2011

(Incluído na Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 1, de 2013)

(Em regime de urgência, pelo Requerimento nº 356, de 2013)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.508, de 20

de julho de 2002, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Dados e dá outras providências.

Pareceres sob nºs 1.670 e 1.671, de 2012, das Comissões:

- de Desenvolvimento Regional e Turismo, que teve como Relator o Senador Wellington Dias, favorável; e
- da Comissão de Assuntos Econômicos, que teve como Relator o Senador Jorge Viana, também favorável, nos termos da Emenda nº 1 da Comissão de Assuntos Econômicos (Substitutivo), que oferece.

Ao projeto, foram oferecidas as Emendas nºs 2 e 3, de Plenário, no prazo regimental perante a Mesa.

A matéria depende de parecer das Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos sobre as emendas de plenário.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há sobre a mesa proposta de emenda constitucional que foi amplamente debatida em diversas Comissões desta Casa, que flexibiliza a implementação de Zonas de Processamento de Exportação, criando e abrindo oportunidade para que o desenvolvimento regional, sobretudo no aspecto da sinergia com a relação internacional de seu comércio, possa ser oportunizado.

Pergunto a V. Ex^a: esse projeto está pautado? Temos algum calendário para a sua deliberação pelo nosso Plenário? V. Ex^a dispõe de alguma informação, tendo em vista o interesse amplo em torno dessa matéria, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós vamos procurar essa informação, Senador Ricardo Ferraço, e a daremos a V. Ex^a rapidamente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– Agradeço a V. Ex^a

Muito obrigado.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Eu quero comunicar à Casa que poderíamos estabelecer o seguinte procedimento, e esse é um apelo que gostaria de fazer: darmos a palavra ao Senador Jorge Viana, como Relator da matéria em plenário, apenas para que possa emitir seu parecer.

E nós deixaríamos a apreciação da matéria para uma próxima sessão.

Se todos concordarem, nós vamos adotar esse procedimento.

Senador Gim.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia pedido para falar um minuto antes, pois seria essa a proposta de encaminhamento que eu faria também, tendo em vista tratar-se de matéria muito importante, principalmente para os Estados mais distantes do País.

Então, vamos aguardar e escutar o Senador Jorge Viana proferir parecer, e, na semana que vem, quando V. Ex^a pautar, estaremos prontos para votar essa matéria tão importante.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Está bom assim?

Dessa forma, vamos conceder a palavra ao Senador Jorge Viana apenas para emitir o seu parecer.

Com a palavra S. Ex^a

PARECER Nº 655, DE 2013–PLEN

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, é com satisfação que venho dar conhecimento à Casa do meu parecer sobre duas emendas que foram apresentadas ainda no rito da apreciação desse projeto.

Como o Presidente estabeleceu, eu daria conhecimento do meu parecer, todos teriam acesso a ele, e, obviamente, numa data acordada, faríamos a apreciação, na semana que vem, dessa matéria, que é da maior importância.

Esse projeto tem como autora a Senadora Lídice da Mata. Eu também era autor de um outro projeto. Juntamos, e coube a mim e ao Senador Wellington sermos Relatores.

Entendo que é um projeto da maior importância. Eu tenho dedicado boa parte do meu tempo, nesses dois anos aqui, na busca do aperfeiçoamento dessa legislação. A Senadora Lídice se dedicou intensamente, como boa baiana, boa brasileira, nos ajudando, e conseguiu-se encontrar, a partir da posição de especialistas, mecanismos que aperfeiçoem, porque a observação que o Brasil faz é: criam-se ZPEs no papel, há décadas, no Brasil, e há apenas duas que estão efetivamente em condições de entrar em operação.

Então, não vou me deter a detalhes, mas quero cumprimentar também o Senador Senador Wellington pela contribuição nessa matéria.

Já faço aqui uma brevíssima leitura para quem está aqui e para quem nos acompanha sobre a importância do que o Presidente Renan estabelece como prioridade nesta sessão deliberativa.

Preliminarmente, relato que o instituto da ZPE é utilizado em vários países do mundo, embora com nomes diferentes.

Acabei de fazer uma visita, Senador Ricardo Ferraço, que é um entusiasta, é um lutador por essa causa, a Taiwan, que é símbolo do sucesso no uso de mecanismos como esse, como o mais importante dos Tigres Asiáticos a ter êxito usando esse instrumento para fortalecer exportações.

Em meados da década de 70, várias ZPEs, pelo menos 80, foram criadas em 30 países, que geravam cerca de US\$6 bilhões de exportação naquele período. Em 2006, há havia 3.500 ZPEs em 130 países, gerando mais de US\$600 bilhões em exportações e gerando – atentem bem todos! – mais de 65 milhões de empregos diretos. E eu pude ver isso na visita que fiz, a convite do governo de Taiwan.

No Brasil, a implantação das ZPEs foi uma iniciativa do Presidente Sarney, ele que esta semana inteira – esteve aqui ainda há pouco, está na Casa – a solicitou que apreciássemos esta matéria e que eu tivesse oportunidade de apresentar meu relatório, meu parecer. Após visita à China, em 1988, ele ficou convencido de que a mola propulsora do milagre chinês estava diretamente ligada às Zonas de Processamento de Exportação.

Vejo aqui também o meu colega Randolfe, o Líder Pimentel e todos que estão na expectativa de que nossos Estados, nossas regiões possam se utilizar desse instrumento que, comprovadamente, deu e segue dando certo mundo afora.

Contudo, transcorridos 25 anos da criação do referido instituto no Brasil, só foram implementadas – vejam bem, Sr^{as} e Srs. Senadores! – duas ZPEs: a primeira, localizada no Acre, meu Estado, em Senador Guiomard; e a outra, em Pecém, Estado do Ceará. Mas foram criadas ainda sem as condições necessárias, porque a legislação brasileira é precária, não é adequada. É fundamental o Brasil fazer uso desse instrumento, principalmente neste momento de crescente acirramento da competitividade no comércio internacional.

O uso extensivo das ZPEs está na origem dos processos de desenvolvimento voltado para as exportações adotados pelos famosos Tigres Asiáticos: Cingapura, Coreia, Taiwan.

É fato: eles são competitivos do ponto de vista das exportações, porque têm instrumentos que os tornam competitivos. O nosso Brasil não trabalha com esse recurso. Por isso que agora nós estamos amargando um déficit na balança de exportações do País.

Recentemente, num debate na Comissão de Relações Exteriores, dois ex-Chanceleres, Samuel Pinheiro Guimarães e Rubem Barbosa, deixavam claro

que a consolidação econômica de um país no mundo de hoje está diretamente vinculada à sustentação de suas exportações, ao fato de ter um permanente e crescente saldo comercial.

Concluindo a minha leitura, inclusive o caso paradigmático, no que toca ao sucesso das ZPEs, é o da China. A primeira Zona Econômica Especial, como eles chamam, foi instalada na China em 1980, com 32.000 hectares, depois outra com 12.000 hectares, outra com 23.000 hectares, depois outra com 13.000. Elas foram escolhidas pela sua proximidade com centros de comércio internacional já existentes, como Hong Kong, Macau e Taiwan. Havia o entendimento de que a proximidade seria fundamental para a atração de investimentos diretos, facilitando a transferência de etapas do processo produtivo para a China. Em 1988, tornou-se a quinta Zona Econômica Especial. Atualmente, a China conta com 187 Zonas Econômicas Especiais, que são as ZPEs chinesas. A contribuição dessas zonas para as exportações chinesas – vejam, Sr^{as} e Srs. Senadores – é de 15% a 23%. Os empregos diretos são estimados em 50 milhões só na China, com as ZPEs! Como é que nós vamos competir com a China, do ponto de vista das exportações, se eles desenvolveram e implementaram um processo fundamental para garantir a competitividade do país?

Então, um crescimento tão expressivo da geração de emprego e das exportações por si só já justificaria a implementação das ZPEs, o que evidencia a relevância do PLS nº 764, de 2011.

A nova redação proposta, então, Sr. Presidente, que nós estamos apresentando, modifica, a partir do projeto da Senadora Lídice da Mata. Hoje, na lei brasileira, 80% do que se produz numa ZPE tem que estar dirigido para exportação e apenas 20% pode ser dirigido ao mercado interno. Esse é um critério proibitivo para a implementação das ZPEs.

A proposta do projeto da Senadora Lídice, em que trabalhamos juntos, que construímos, com tantos colegas aqui, é de passar para 60% a obrigatoriedade das exportações, facultando para o mercado interno 40%. Criamos uma escadinha progressiva para as Regiões Norte e Nordeste, no alcance dos 60%. Começa com 20% de exportação; no primeiro e segundo ano, 40%; e no terceiro ano, 60%. Os 40%, se forem internalizados, se forem para o mercado interno, terão de vir acompanhados de toda a carga tributária.

Com isso, evitamos qualquer tipo de desvantagem para o polo incentivado de Manaus e também para São Paulo e Centro-Sul do País. Esse é o propósito do nosso projeto. Não é criar dificuldades para nenhum dos Estados do Brasil, mas fazer com que o Brasil seja detentor de um instrumento essencial, se

quisermos, de fato, sermos competitivos do ponto de vista das exportações. O encaminhamento faculta ao Governo a possibilidade de reduzir.

Então, Sr. Presidente, apresento aqui um parecer. A Emenda nº 2, apresentada pelo ilustre Senador Armando Monteiro, simplesmente diz que a situação deve ficar como está: 80% para exportações e 20% para o mercado interno.

Estou rejeitando a Emenda nº 2, pois não tem sentido o projeto, o debate e o tempo consumido de criar mecanismos que modernizem esse instrumento e que deixe em condições de ser implementado nos Estados. Como falei ainda há pouco, mais de 20 ZPEs criadas e nenhuma implementada.

A Emenda nº 3 foi assinada pelo Senador Rodrigo Rollemberg. No meu parecer, eu a acolho, porque está em consonância com a nova redação aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos para o art. 18, §4º, inciso II, da Lei nº 11.508, de 2007, que permite que os incentivos ou benefícios fiscais previstos para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) sejam extensivos às pessoas jurídicas instaladas em ZPEs localizadas no Centro-Oeste.

Em suma, Sr. Presidente, concluindo, o PLS 764, de 2011, tem como objetivo viabilizar o regime de ZPEs, importante para o incremento da competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional e para o fomento de desenvolvimento das regiões no nosso País, cumprindo, assim, a Constituição, que estabelece que devemos trabalhar para diminuir as desigualdades regionais. É importante preservar esse objetivo, esse espírito do PLS sob nossa análise.

Então, o meu voto.

De acordo com as razões expostas, opinamos pela aprovação da Emenda nº 3, que estende o benefício do Norte e Nordeste ao Centro-Oeste, que é de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, e pela rejeição da Emenda nº 2.

Então, Sr. Presidente, esse é o meu parecer. Por orientação de V. Ex^a, esse parecer obviamente estará disponível para todos os colegas Senadores, e a expectativa pelo acordo é que apreciemos o projeto já na semana que vem, antes do nosso recesso.

É o parecer que apresento, Sr. Presidente.

É o seguinte o documento encaminhado pelo Relator:

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO RELATOR AO PROFERIR O PARECER Nº 655, DE 2013-PLEN

PARECER Nº, DE 2013

De Plenário, em substituição à Comissão de Assuntos Econômicos, sobre as Emendas nºs 2 e 3 (oferecidas em Plenário) ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências.

Relator: Senador Jorge viana

I – Relatório

Cabe a esta Comissão o exame das emendas de nºs 2 e 3, de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, de autoria da Senadora Lídice da Mata, que altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação.

Em 22 de março de 2012, o PLS nº 764, de 2011, foi aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e encaminhado a esta Comissão, tendo sido aprovado na forma de substitutivo em 16 de outubro de 2012, em turno único, e em 11 de dezembro de 2012, em turno suplementar. Em 6 de fevereiro de 2013, foi interposto, no prazo regimental, o Recurso nº 1, de 2013, para que o PLS sob análise fosse submetido ao Plenário. Abriu-se, então, o prazo de cinco dias úteis para o recebimento de emendas, nos termos do art. 235, inciso II, alínea c, do Regimento Interno do Senado Federal.

Nesse prazo, foram apresentadas as Emenda nºs 2 e 3, de autoria, respectivamente, dos Senadores Armando Monteiro e Rodrigo Rollemberg. A matéria foi então encaminhada à CDR e à CAE para análise dessas duas Emendas de Plenário.

A Emenda nº 2, de autoria do Senador Armando Monteiro, tem por objetivo suprimir a redação proposta pelo art. 1º do PLS nº 764, de 2011, para o art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007.

A Emenda nº 3, do Senador Rodrigo Rollemberg, propõe nova redação para o § 8º do art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007, nos termos do art. 1º do PLS nº 764, de 2011, com o intuito de estender ao Centro-Oeste incentivos concedidos ao Norte e ao Nordeste.

Em 21 de março de 2013, a CDR recebeu o relatório do Senador Wellington Dias com voto pela aprovação da Emenda de Plenário nº 3 e rejeição da Emenda de Plenário nº 2.

Em 25 de abril de 2013, a CDR recebeu o Ofício nº 991, de 2013, do Presidente do Senado Federal, Senador Renan Calheiros, requerendo o envio da Matéria à Secretaria Geral da Mesa, em função

da apresentação do Requerimento nº 383, de 2013, de autoria do Senador Eduardo Braga, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 764, de 2011, e 316, de 2012. Em 22 de maio de 2013, foi aprovada a retirada do Requerimento nº 383, de 2013, solicitada pelo autor.

Na sessão do dia 23 de abril de 2013, foi lido o Requerimento nº 365, de 2013, das lideranças partidárias, de urgência para o Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, nos termos do art. 336, II, do Regimento Interno do Senado Federal.

II – Análise

As emendas em exame não apresentam vícios formais ou materiais que impeçam a análise de seu mérito.

Preliminarmente, relato que o instituto da ZPE é utilizado em vários países do mundo, embora com nomes diferentes. Em meados da década de 70, havia 80 ZPEs em 30 países, que geravam cerca de US\$6 bilhões em exportações e um milhão de empregos. Em 2006, havia 3.500 ZPEs em 130 países, gerando mais de US\$600 bilhões em exportações e 66 milhões de empregos diretos¹.

No Brasil, a implantação das ZPEs foi uma iniciativa do Presidente José Sarney. Após visita à China em 1988, ele ficou convencido de que a mola propulsora do milagre chinês estava no instrumento das Zonas de Processamento de Exportação. Contudo, transcorridos mais de 25 anos da criação do referido instituto no Brasil, só foram implementadas duas ZPEs, a primeira localizada em Senador Guiomard, no Estado do Acre, e a segunda em Pecém, no Estado do Ceará.

É fundamental o Brasil fazer uso desse instrumento, principalmente nesse momento de crescente acirramento da competitividade no comércio internacional. O uso extensivo de ZPE está na origem dos processos de desenvolvimento voltado para as exportações, adotados pelos famosos “tigres asiáticos” (Singapura, Coréia do Sul e Taiwan) e, mais recentemente, pela China e pela Índia.

Inclusive, o caso paradigmático, no que toca ao sucesso de ZPE, é o da China. As primeiras Zonas Econômicas Especiais foram instaladas na China em 1980: Shenzhen (32.750 hectares), Zhuhai (12.100 hectares), Shantou (23.400 hectares) e Xiamen (13.100 hectares). Elas foram escolhidas pela sua proximidade com centros de comércio internacional já existentes, como Hong Kong, Macau e Taiwan. Havia o entendimento de que a proximidade seria fundamental para a atração de investimentos diretos, facilitando a transferência de etapas do processo produtivo para a China.

¹ Lakshmanan, Evolution of Special Economic Zones and some Issues: The Indian Experience. Reserve Bank of India, 2009. Disponível em: <http://www.rbi.org.in/scripts/PublicationReportDetails.aspx?UrlPage=&ID=558#TA7>

Em 1988, a ilha de Hainan tornou-se a quinta Zona Econômica Especial. Atualmente, a China conta com 187 zonas econômicas especiais. A contribuição dessas zonas para as exportações chinesas é estimada em 15% a 23%. Os empregos diretos são estimados em 50 milhões. Estima-se que 20% do investimento estrangeiro direto na China sejam realizados nas Zonas Econômicas Especiais.

Um crescimento tão expressivo da geração de empregos e das exportações, por si só, já indica o sucesso do instituto das ZPEs, evidenciando a relevância do PLS nº 764, de 2011.

A nova redação proposta para o **caput** do art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007, é uma das modificações mais relevantes entre as sugeridas. Propõe-se a diminuição do percentual mínimo de exportação das empresas instaladas em ZPE de 80% para 60%, facultando-se ao Poder Executivo reduzi-lo para até 50%, no caso de pessoa jurídica que exerce preponderantemente as atividades de desenvolvimento de software ou de prestação de serviços de tecnologia da informação.

A Emenda nº 2 possui o objetivo de suprimir essa modificação, recuperando a redação original do art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007, cujo **caput** estabelece o compromisso de exportação de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) de sua receita bruta total de venda de bens e serviços.

Em outras palavras, a Emenda nº 2 visa preservar a situação atual, que o PLS pretende alterar para viabilizar as ZPEs. Sua aceitação significaria negar o próprio espírito do PLS nº 764, de 2011, que é viabilizar o funcionamento das ZPEs no Brasil, inclusive como instrumento para o desenvolvimento das regiões menos favorecidas do País. Sua aceitação tornaria mais difícil o uso de ZPE enquanto instrumento de desenvolvimento regional.

É preciso também ter em mente que há dificuldades para que uma empresa atinja, já em seu primeiro ano de operação em uma ZPE, o percentual mínimo de exportação exigido no PLS, de 60%, principalmente nas regiões menos desenvolvidas do País. Por isso, a redação proposta pelo PLS nº 764, de 2011, para o § 8º do art. 18 da Lei nº 11.508, de 2007, prevê que o cumprimento integral do compromisso exportador seja atingido apenas a partir do terceiro ano.

Entretanto, de acordo com a redação aprovada, essa graduação temporal para o cumprimento do percentual mínimo de exportação de 60% ficou restrita às regiões Norte e Nordeste.

A Emenda nº 3 tem o objetivo de estendê-la ao Centro-Oeste, também incluído entre as regiões menos desenvolvidas do País.

Ressalte-se que a proposta contida na Emenda nº 3 está em consonância com a nova redação aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para o art. 18, § 4º, inciso II, da Lei nº 11.508, de 2007, que permite que os incentivos ou benefícios fiscais previstos para a área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO) sejam extensíveis às pessoas jurídicas instaladas em ZPE localizadas no Centro-Oeste.

Em suma, o PLS nº 764, de 2011, tem o objetivo de viabilizar o regime de ZPE, importante para o incremento da competitividade dos produtos brasileiros no comércio internacional e para o fomento de regiões com nível de desenvolvimento socioeconômico insuficiente. É importante preservar esse objetivo, esse espírito do PLS sob nossa análise.

III – Voto

De acordo com as razões expostas, opinamos pela aprovação da Emenda nº 3 e pela rejeição da Emenda nº 2, ambas de Plenário, ao Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011.

Sala da Comissão, – Senador **Jorge Viana**, Relator.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Senador Randolfe, o parecer do Relator, antes de conceder a palavra pela ordem a V. Ex^a, é favorável à Emenda nº 3 e contrário à Emenda nº 2.

O parecer, como ficou acertado, vai à publicação. E nós vamos combinar uma nova sessão para votarmos a matéria, para continuar a discussão e votar a matéria.

Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – É isto que indago a V. Ex^a: V. Ex^a abrirá para discussão agora ou abrirá somente na oportunidade para votação.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE. *Fora do microfone.*) – Deixar para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Se V. Ex^a concordar com a sugestão do Senador Pimentel de nós deixarmos a discussão para a próxima oportunidade...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco/PSOL – AP) – Perfeito, Presidente. Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Será melhor.

Conforme entendimento, passa-se ao **Item 5**:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 89, DE 2011

Quinta e última sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que acrescenta §2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a esta Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que teve como Relator o Senador Aníbal Diniz.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a proposta, declaramos encerrada a discussão.

A matéria será incluída na Ordem do Dia oportunamente, para votação em primeiro turno.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 6:**

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 86, DE 2011

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Federais da 6ª Região, com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima.*

Há, sobre a mesa, emenda à Proposta de Emenda à Constituição nº 86, que vai à publicação.

É a seguinte a Emenda:

EMENDA Nº 2, – Plen

Emenda nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N^o 86, DE 2011

Cria Tribunais Regionais Federais.

EMENDA SUPRESSIVA.

Dê-se ao II, do art. 1º da Emenda nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO), a seguinte redação:

Art. 27.....

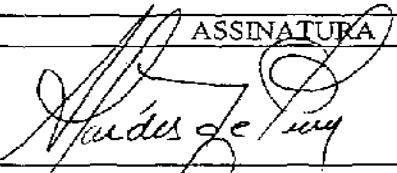
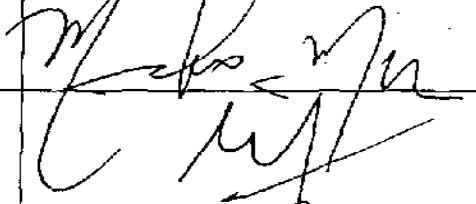
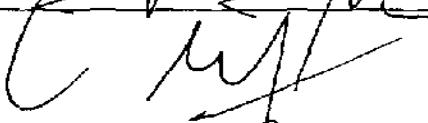
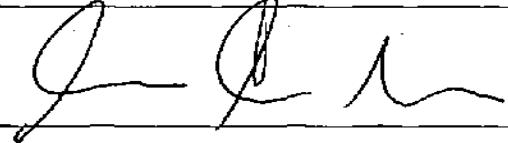
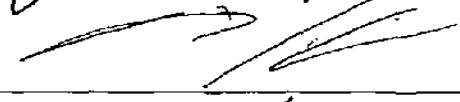
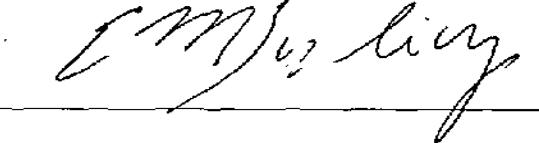
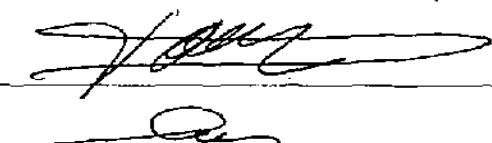
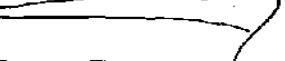
§ 11. São criados:

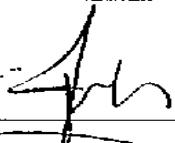
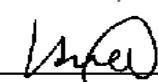
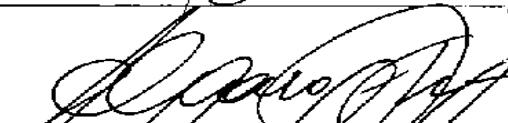
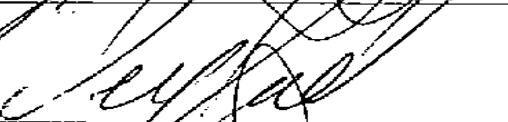
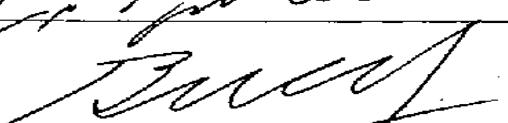
II - Tribunal Regional com jurisdição nos Estados do Pará, Amapá e Maranhão e sede na cidade de Belém;

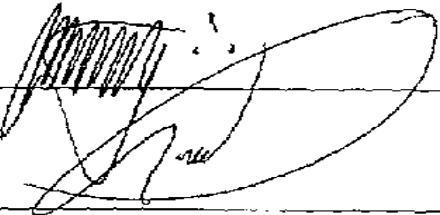
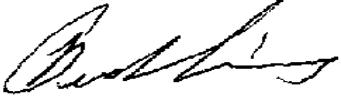
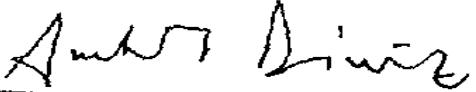
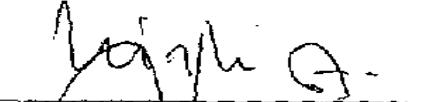
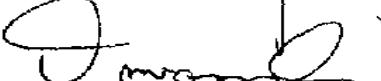
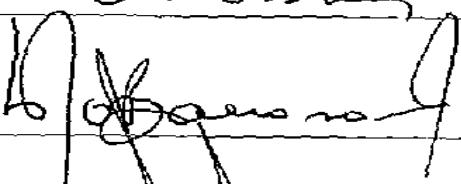
Sala das Sessões.
Senador **VICENTINHO ALVES**

Emenda nº 1 - CCJ (SUBSTITUTIVO)**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 86, DE 2011**

Cria Tribunais Regionais Federais.

	ASSINATURA	Senador
1		Aládes de Oliveira
2		Magno Malta
3		GIM
4		Antônio Carlos Nascimento
5		Alfredo Nascimento
6		Waldir Amorim
7		João Durval
8		Ivo Góes
9		Eduardo M. Góes
10		Paudá
11		Ana Amélia (PP/RS)

	ASSINATURA	SENADOR
12		Eduardo Braga
13		Randolfe
14		Angélio Portela
15		Ana Rita
16		Wejerson Souza
17		Ganibaldo Alves
18		Cossatto Fichto
19		Alvaro Dias
20		Auditor do Senado
21		Humberto Costa
22		Renan Calheiros
23		Ciro Nogueira
24		Randolfe Rodrigues

	ASSINATURA	SENADOR
25		Valdir Raupp
26		Clécio Andrade
27		Pedro Simon
28		André Gómez
29		Cristovam Buarque
30		Kátia Abreu
31		Umaro Sampaio
32		José Pimentel
33		Fausto Cardoso
34		Eunício Oliveira
35		Delcídio do Amaral
36		
37		

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Item 9:**

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 7, DE 2013**

Terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, –Senadora Kátia Abreu – tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

A matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária,...

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) –... para prosseguimento da discussão.

Senador Gim Argello.

O SR. GIM (Bloco/PTB – DF) – Tendo em vista que o senhor está fazendo as leituras devidamente, num trabalho herculano, que o senhor está tocando durante a semana, mas eu gostaria que o item nº 10 de hoje, o senhor postergasse, pulasse o item nº 10 de hoje, só fizesse na segunda-feira, tendo em vista que tem o interesse direto do nobre Senador Eduardo Braga, que não se encontra em plenário e me pediu que não fosse lido hoje. Só não ler hoje o item nº 10, tendo em vista que se ler, há um requerimento apensado, vamos ser obrigados a votar, e o interessado direto, que é o nobre Senador Eduardo Braga, não se encontra no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Nós agradecemos a intervenção de V. Ex^a e já retiramos o item nº 10 da pauta, como V. Ex^a pede.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Este é o item exatamente 11º.

Item 11:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 32, DE 2010**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar*

o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.

Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

Discussão da proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir a proposta, declaramos encerrada a discussão, e a matéria constará da Ordem do Dia da próxima sessão deliberativa ordinária para prosseguimento da discussão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Tendo em vista o entendimento dos Líderes, nós passamos à matéria do **Item 12:**

**REQUERIMENTO
Nº 602, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 602, de 2013, do Senador Francisco Dornelles, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 341, de 2012, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Econômicos.

Votação do requerimento.

As Srs Senadoras e os Srs Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – **Itens 13 e 14** da pauta:

**REQUERIMENTOS
NºS 603 E 604, DE 2013**

Votação, em turno único, dos Requerimentos 603 e 604, respectivamente dos Senadores Ciro Nogueira e José Pimentel, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado 142, de 2003; 52, de 2010; 341, de 2012 (que já se encontra apensado aos Projetos de Lei do Senado 752, de 2011; 69 e 179 de 2012); 162 e 175, de 2013, por regularem matéria correlata (Planos de Benefícios da Previdência Social).

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Há, sobre a mesa, requerimento, do Senador Ruben Figueiró, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado 341 e 162.

É o seguinte o requerimento:

**REQUERIMENTO
Nº 775, DE 2013**

Requeiro na forma do disposto no art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº. 162, de 2013 e do Projeto de Lei do Senado nº. 341, de 2012, por versarem sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 6 de junho de 2013. – Senador **Ruben Figueiró**.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco/PMDB – AL) – Antes de passar à votação, nós ouvimos, pela ordem, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, há sobre a mesa requerimento de minha autoria, considerando que fui designado na Comissão de Constituição e Justiça como Relator das Propostas de Emenda Constitucional que tratam do tema maioridade penal. De igual forma, temas que tratam do aperfeiçoamento do Estatuto da Criança e do Adolescente. São várias as propostas, são várias as emendas e nós requeremos o apensamento dessas propostas.

Eu me dirijo a V. Ex^a na direção de ver esse requerimento ser deliberado pelo Plenário, porque, há semanas, ele está sobre a mesa. Portanto, se faz necessário, para o melhor ordenamento legislativo, para um debate disciplinado e organizado sobre esse tema, que nós possamos deliberar sobre esse requerimento, até para cumprir a orientação ou a determinação regimental que determina que esse apensamento possa ser feito.

Como o apensamento não foi feito, eu estou solicitando que a Mesa tome as providências e que nós possamos deliberar sobre esse apensamento. É o requerimento que faço a V. Ex^a solicitando, naturalmente, deferimento.

Durante o discurso do Sr. Ricardo Ferraço, o Sr. Renan Calheiros, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Waldemir Moka.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Só um minutinho. É o último item da pauta.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – É o item 21. Era isso que eu ia lembrar.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – E será apreciado, Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Fora do microfone.) – Essa é a garantia que eu quero.

O SR. JOSÉ PIMENTEL (Bloco/PT – CE) – E faz parte do acordo.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – A Presidência está garantindo a V. Ex^a que é o último item da pauta e será apreciado. V. Ex^a tem essa decisão da Presidência.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES. Fora do microfone.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Pois não, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO. Sem revisão da oradora.) – Senador Moka, eu gostaria aqui de deixar registrado que, quanto à criação do Tribunal Regional Federal da 6^a Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins, nós da Bancada do Tocantins não estamos de acordo. Nós queremos continuar em Brasília, pois essa mudança traria um ônus muito alto aos nossos advogados, que teriam que se deslocar até Brasília e pegar outro voo para Belém.

Nós solicitamos ao Senador Jorge Viana, que é o Relator da matéria, e ele se compromete, então, a acatar a emenda do Senador Vicentinho Alves, do Tocantins, excluindo o Tocantins desse tribunal, para que o nosso tribunal continue em Brasília.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Eu ouço o Relator da matéria, Senador Jorge Viana.

O SR. JORGE VIANA (Bloco/PT – AC. Sem revisão do orador.) – Inclusive, eu acabei de conversar com a Senadora Kátia. A intenção de criarmos os tribunais regionais é facilitar a vida, o acesso à Justiça e não dificultar. Então, de pronto, eu falei que há um acordo.

É óbvio que o Estado de Tocantins teria um acesso melhor à Justiça, aos recursos aqui na 1^a Região e já pedi à assessoria que tome as providências. Se tivermos que fazer alguma modificação, caso ainda não tenha sido feita, faremos aqui no plenário, por acordo, já que certamente teremos o entendimento, o acordo dos Senadores e da Senadora de Tocantins.

Então, o Relator concorda com a observação da Senadora Kátia Abreu e a endossa. Estou à disposição para viabilizá-la.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Senadora Kátia, eu acho que...

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco/PSD – TO) – Sr. Relator, facilitar a Justiça e principalmente o custo da Justiça é muito importante para todos os tocantinenses.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – Votação.

Sr^{as}s e Srs. Senadores, chamo a atenção, pois trata-se de votação, em globo, dos Requerimentos nºs 603, 604 e 775, de 2013, de tramitação conjunta.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos, seguindo, posteriormente, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 15:**

**REQUERIMENTO
Nº 699, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 699, de 2013, do Senador José Pimentel, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 138 e 227, de 2011, por regularem matérias correlatas (destinação dos recursos do Fundo Social).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame das Comissões de Educação, Cultura e Esporte, de Serviços de Infraestrutura e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Itens 16 e 17:**

**REQUERIMENTOS
NºS 700 E 701, DE 2013**

Votação, em turno único, dos Requerimentos nºs 700 e 701, de 2013, ambos do Senador Cristovam Buarque, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 626, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, sejam ouvidas, também, a de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática; e a de Assuntos Econômicos (cultivo de cana de açúcar no Cerrado e na Amazônia Legal).*

Votação, em globo, dos requerimentos.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovados.

A matéria vai às Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática e de Assuntos Econômicos, para exame do projeto e da emenda de Plenário, seguindo, posteriormente, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo, de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, para exame da emenda de Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 18:**

**REQUERIMENTO
Nº 704, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 704, de 2013, da Senadora Ana Amélia, *solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 247, de 2007; e 154, de 2013, por regularem matéria correlata (constituição e transferência da propriedade fiduciária).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos e, nos termos do art. 49, inciso I, do Regimento Interno, à de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 20:**

Senador Ricardo Ferraço, a Presidência está cumprindo o que foi solicitado por V. Ex^a.

**REQUERIMENTO
Nº 711, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 711, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, *solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Relações Exteriores e Defesa Nacional (Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura).*

Votação do requerimento.

As Senadoras e os Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria retorna à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, seguindo, posteriormente, às Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional e de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/PMDB – MS) – **Item 21:**

**REQUERIMENTO
Nº 712, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 712, de 2013, do Senador Ricardo Ferraço, solicitando a tramitação conjunta das Propostas de Emenda à Constituição nºs 20, de 1999; 90, de 2003; 74 e 83, de 2011; 33, de 2012; e 21, de 2013, por versarem sobre matérias correlatas (idade para imputabilidade penal).

Em votação o requerimento.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

As matérias passam a tramitar em conjunto e vão ao exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

1

**PROJETO DE LEI DA CÂMARA
Nº 57, DE 2010**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 428/2013)*

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010 (nº 252/2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado), que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho*, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares. Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 248, DE 2013**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 724, de 2013)*

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013, do Senador Renan Calheiros, que *institui o Programa Passe Livre Estudantil*, de âmbito nacional. Pendente de pareceres da CE e CAE.

**4
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal*. Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

**10
PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 123, DE 2011**

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otávio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham*.

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

**19
REQUERIMENTO
Nº 705, DE 2013**

Votação, em turno único, do Requerimento nº 705, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, solicitando o desapensamento do Projeto de Lei do Senado nº 62, de 2012 – *Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limites de gastos com pessoal na LRF)*.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/MS)

– Em votação, após a Ordem do Dia, o **Requerimento nº 773, de 2013**, do Senador Rodrigo Rollemberg, que requer licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, nos termos do art. 40 do Regimento Interno, no período de 22 a 28 de julho de 2013, para representar o Senado Federal na “Jornada Mundial da Juventude 2013”, na cidade do Rio de Janeiro, conforme indicação da Presidência desta Casa.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/MS) – Em continuidade, agora, encerrada a Ordem do Dia, está inscrita para usar da palavra como Líder a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Sem revisão da oradora.) – Meu caro Presidente, se estiver havendo alguma dúvida sobre as inscrições, eu poderei falar na hora da Liderança.

Consulto a Mesa. Se houver alguma dúvida, posso deixar a tribuna, vir o orador inscrito e eu ocupar a tribuna depois pela Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/MS) – Regimentalmente, os Líderes têm preferência, Senadora.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – O Líder tem preferência?

O SR. PRESIDENTE (Waldemir Moka. Bloco/MS) – Tem.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Agradeço a informação de V. Ex^a.

Não quero criar nenhum constrangimento à Presidência da Mesa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Pela Liderança. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, esta semana foi marcada e tomada pela discussão e debate sobre as mobilizações das ruas e também sobre as demandas da sociedade.

Não esgotamos o assunto, porque ainda temos um longo caminho até atendermos à maior parte dessas demandas. Isso é um esforço coletivo de todos os parlamentares e do próprio Poder Executivo.

Hoje queria abordar que a ciência e as modernas tecnologias devem sempre servir à população e não o contrário. Quando as redes sociais são usadas para estimular manifestações pacíficas, como a maioria das programadas nas últimas semanas, estamos, sim, exercitando a democracia e servindo aos interesses sociais e, sobretudo, democráticos. Ao serem usadas para preservar a segurança e a vida das pessoas, como

é o caso de muitos veículos aéreos não tripulados, as ferramentas inovadoras também se tornam necessárias.

Por isso, Srs. Senadores, defendo a regulamentação dos veículos aéreos não tripulados, no Brasil, para uso civil, comercial e também militar – sobretudo militar. Os também chamados de *drones* são pequenas aeronaves com câmeras fotográficas e filmadoras que permitem acessar lugares com maior segurança e gerar dados e informações que assegurem ao seu usuário um serviço de qualidade.

No noticiário internacional, essas aeronaves são, muitas vezes, vistas como ameaças e vinculadas às situações de guerra e conflitos. Por isso, precisamos de um marco legal abrangente e com regras bem claras e objetivas sobre o uso dessa ferramenta tecnológica em nosso País, para uso civil e militar, mas dentro de regras extremamente claras e transparentes.

A primeira autorização para um *drone* civil privado operar no País foi concedida, há um mês, em São José dos Campos (SP), pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). É ela que tem a responsabilidade legal para instruir e criar a legislação e a regulamentação para o serviço dessas aeronaves não tripuladas.

No caso específico, a autorização concedida é um documento chamado Certificado de Autorização de Voo Experimental (Cave), que permite o voo desde que esse seja feito com prévia notificação à Aeronáutica.

Ainda assim, não há um marco legal sobre essa importante ferramenta tecnológica. Esta Casa precisa avançar sobre esse tema. Precisamos pensar sobre essa utilização, mas, sobretudo, sobre a regulamentação.

Redes de restaurantes, no Reino Unido, já testam no cotidiano esses pequenos modelos voadores. Em Londres, esses equipamentos são usados também para entregar *sushis*, um prato japonês, direto nas mesas dos clientes. A comida sai das cozinhas em aparelhos com quatro hélices e podem ser controlados por *tablets*, via conexão *wi-fi* – a Internet sem fio. É uma realidade bem diferente do Brasil.

Considerando a velocidade dos avanços tecnológicos, creio que, no médio prazo, essas inovações no campo gastronômico também poderão estar por aqui. Funcionou assim com os celulares e as TVs digitais. Além disso, trata-se de um tema de defesa nacional, relativo ao espaço aéreo brasileiro, de que precisamos tratar com muita cautela. Mais que ciência e tecnologia, é um assunto de segurança nacional e precisamos, portanto, ter atenção redobrada.

Na semana passada, inclusive, a Comissão de Relações Exteriores desta Casa ouviu especialistas no assunto, durante uma audiência pública requerida por mim e pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira. Na reu-

nião, ficou evidente que os *drones* têm se popularizado no mundo por causa do baixo custo e das inúmeras aplicações. Além do uso na segurança pública, esses objetos podem ser aplicados também na avaliação de catástrofes, controle e fiscalização do espaço aéreo e do território federal, monitoramento ambiental, de trânsito e patrimonial.

O delegado da Polícia Federal, Wellington Soares Gonçalves, que participou do debate, aqui no Senado, informou que os *drones*, também chamados de vants, já foram usados de forma bem sucedida pela corporação, sobretudo para a apreensão de drogas e criminosos, principalmente nas áreas de fronteira. Vejam o campo ilimitado para a utilização dessas aeronaves não tripuladas.

Atualmente, há duas aeronaves não tripuladas em uso pela Polícia Federal, com autonomia de 30 horas de voo, capacidade para percorrer 3 mil quilômetros e antecipar informações aos policiais em operação.

É importante lembrar que os profissionais da Polícia Federal que controlam as aeronaves têm certificação de piloto comercial e muitas horas de voo na aviação comercial. O coordenador do Comitê de Vants da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, Antônio Castro, que também participou da audiência pública, defendeu a regulamentação como forma de as indústrias expandirem os negócios e o desenvolvimento do mercado comercial. É, portanto, uma oportunidade de profissionalizar o setor e ampliar as opções no mercado de trabalho nacional para os profissionais ligados à aviação.

Pesquisas do setor apontam que o uso dos *drones* na agricultura fez, em alguns casos, a produção de cana-de-açúcar aumentar em 20%. Regulamentar, portanto, o uso das aeronaves em faixas mais baixas que a aviação de passageiros é, por isso mesmo, uma necessidade. A expectativa é que as aeronaves possam ser permitidas para atuar em faixas mais baixas que as da aviação de passageiros.

O representante do Estado-Maior da Aeronáutica, o Coronel-Aviador Paulo Ricardo Laux, outra contribuição relevante nesse debate, assegurou que, atualmente, o uso bélico desses modernos equipamentos só é permitido em estado de guerra, Senador Paulo Paim.

A utilização dos *drones* na cobertura jornalística também é uma opção viável e também uma realidade. Pode ser uma oportunidade para algumas redações da imprensa brasileira iniciarem o debate sobre as melhores práticas para a utilização dessas aeronaves nas coberturas jornalísticas, principalmente aquelas mais arriscadas, como é o caso de conflitos, áreas de difícil acesso ou áreas de catástrofe, como é no caso da Defesa Civil.

Estados Unidos e a Inglaterra têm legislações específicas para os *drones* ou veículos aéreos não tripulados. São regras específicas que limitam a altura de voo a 122 metros e a distância de segurança, em relação a uma pessoa, a 500 metros. Na Austrália, os aparelhos que pesam menos de dois quilos devem ser liberados pela legislação para voos com qualquer tipo de licença. Nos dias de hoje, o país exige US\$8 mil, ou seja, R\$17.500,00 para autorizar o uso do equipamento em território australiano.

Taís Gasparian é advogada e especialista no assunto. Em artigo publicado recentemente no jornal *Folha de S.Paulo*, ela cita as dificuldades para convencer a opinião pública sobre o uso seguro desses aviões. A utilização dos *drones*, obviamente, gera responsabilidades. Um acidente, como a queda da aeronave, pode causar estragos e danos tanto aos atingidos pelo objeto quanto às empresas responsáveis por esse equipamento.

Há mais de um milhão dessas inovações voando pelo mundo, inclusive no Brasil, e isso exige a atuação profissional de empresas e a fiscalização das instituições públicas. Tratar da regulamentação dessas ferramentas tecnológicas, com a participação desta Casa, é ajudar na construção de um país mais desenvolvido, democrático e seguro.

Aliás, Senador Paulo Paim, estão no Rio Grande do Sul, na Base Aérea de Santa Maria, os dois *drones* que foram importados de uma grande empresa de Israel, já prestando serviços, com as devidas autorizações dos órgãos competentes.

Eu queria aproveitar para registrar aqui, também, um agradecimento ao Comandante do Exército, General Enzo Peri, bem como ao General Carlos Bolívar Goellner, Comandante do Comando Militar do Sul, que, em Santa Maria, juntamente com o Comandante da 3ª Divisão do Exército, com base naquela cidade, Coração do Rio Grande, General Miotto, recebeu a delegação de Parlamentares – Deputados e Senadores de vários partidos –, bem como de convidados especiais e especialistas na área de defesa do Senado Federal.

É ali, no Coração do Rio Grande, que se desenvolve o Projeto Guarani. São viaturas blindadas, com absorção de alta tecnologia pela indústria de defesa nacional, contando com o apoio, inclusive, da academia, no caso a Universidade Federal de Santa Maria.

Tão importante quanto o projeto das novas famílias de blindados, merece registro a produção, no Brasil, do Falcão, um avançado modelo de *drone* – o veículo aéreo não tripulado, que eu estou mencionando agora – que tem padrão e desempenho, envolvendo uma parceria bem-sucedida entre a Avibras, a Embraer e uma empresa israelense. Esses projetos colocam o

nosso País na lista de produtores de uma moderna e tecnológica indústria de defesa.

Também queria registrar a visita à 5ª Divisão Militar e 5ª Divisão do Exército em Foz do Iguaçu, onde fomos recebidos – a comitiva oficial – pelo General Carbonell. Ali, ao visitar a usina binacional de Itaipu, Senadora Ana Rita, um dos orgulhos de nosso País, uma parceria entre o governo brasileiro e o governo paraguaio, pudemos constatar que essa grande estrutura necessita de um serviço de proteção e segurança. O Brasil é o único país que integra os BRICS – o grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul – que não possui um sistema de proteção de suas estruturas terrestres.

Por isso, estou aqui na tribuna para defender esse projeto das Forças Armadas, em particular do Exército, o Sistema Proteger, que dá guarda e proteção, como fazem nossos parceiros, os BRICS, para proteger e dar segurança a esse patrimônio nacional. No caso de Itaipu, é um patrimônio binacional, de dois países envolvidos.

Essa proteção envolve, como eu disse, instalações como refinarias, usinas hidrelétricas, como é o caso de Itaipu, termoelétricas, torres e linhas de transmissão, telecomunicações, gasodutos, portos e aeroportos.

Vale lembrar, Senador Ricardo Ferraço, que mais de 90% das estruturas estratégicas, no caso do Brasil, estão no continente e respondem por 56% da matriz energética que impacta sobre 92% do Produto Interno Bruto brasileiro.

Então, só esses dados já dão a dimensão da relevância de um projeto como o Proteger, no sistema de proteção dessas redes. Uma falha, um apagão é impensável, se tivermos um sistema eficiente. Agregar valor a isso é absorver tecnologia internacional para uma indústria de defesa, e o Brasil, que caminha para ser a quinta potência mundial, economicamente falando, precisa também ter uma defesa à altura de seu tamanho e da sua grandeza.

Com muita alegria, concedo um aparte ao Senador Ricardo Ferraço, que preside a Comissão de Relações Exteriores desta Casa.

O Sr. Ricardo Ferraço (Bloco/PMDB – ES) – Senadora Ana Amélia, não apenas tratamos nessa Comissão das relações exteriores, mas tratamos também do tema que V. Exª traz para a tribuna e para o plenário, o tema da defesa nacional, um tema da maior relevância, da maior importância estratégica para o nosso País. E ficamos a refletir: em um país com tantos desafios como o nosso, por que investir em defesa nacional? Quais são as relações e qual é o impacto desses investimentos no dia a dia das pessoas? V. Exª dá esse exemplo extraordinário do programa Proteger,

mas eu poderia adicionar a esse o Programa Sisfron, o programa de monitoramento das nossas fronteiras. O Brasil tem, aproximadamente 17 mil quilômetros de fronteiras secas. E nós sabemos que a raiz das grandes misérias humanas do nosso País, a violência urbana, a epidemia, a escalada da criminalidade, está no tráfico de armas, no tráfico de drogas, no consumo de drogas, portanto nesses crimes transnacionais. Essas drogas não são produzidas em nosso País; elas são produzidas ao longo da nossa fronteira. Portanto, um sistema de fronteira adequado, moderno, que possa oferecer resposta *on-line*, é absolutamente necessário. E aí também o programa Sisfron vem sofrendo com a ausência de recursos. Esse programa foi lançado para alcançar sua meta em até dez anos. Mas, da forma com que os recursos estão sendo disponibilizados, esse programa vai ser alcançado em 60 anos. Portanto, colocar na agenda do Senado da República e da sociedade brasileira temas como a defesa nacional me parece da maior importância, e por isso eu quero me congratular com V. Exª, que tem sido uma excepcional Senadora na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, trazendo e levantando esses temas que são da mais absoluta pertinência e tempestividade. Meus cumprimentos e congratulações a V. Exª pela oportunidade do tema que traz para debate em plenário.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Ricardo Ferraço. Eu queria pedir que o seu aparte seja incluído neste meu pronunciamento pela relevância, pela sua condição de Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores e pelo envolvimento que tem no trato dessas questões de defesa.

Eu sempre procuro falar em defesa, não em indústria bélica, por exemplo, porque há um preconceito em relação a isso. Mas nenhum país é forte se não der às suas Forças Armadas a devida relevância e o devido posicionamento estratégico. Mas, para isso, é preciso equipá-las. Então, hoje, com a moderna indústria de defesa, ela é uma absorvedora. O que é a Internet? Ela é decorrente exatamente de um processo de relação de conflitos que acabaram resultando nisso. Toda a indústria foi desenvolvida no pós-guerra, em função da própria guerra. Então, é preciso estarmos atentos para que a defesa permita esse espaço de uma abrangência maior.

Fico muito feliz que a Universidade Federal de Santa Maria esteja trabalhando junto com a Força Aérea Brasileira e com o Exército Brasileiro, para o desenvolvimento não apenas dos projetos dos veículos aéreos não tripulados, os chamados drones – V. Exª esteve na Presidência no dia em que fizemos isso –, mas também da nova família de blindados que também tem uma atuação importante em momentos do projeto

Guarani – de que V. Ex^a lembra muito bem –, que vai ter também um aporte relevante na modernização de toda a indústria, que tem toda uma cadeia produtiva: é geração de emprego, de tecnologia. Podemos vender esses equipamentos para países do Mercosul, como já há interesse de alguns países. Não me cabe, aqui, da tribuna, falar sobre isso, porque são informações de segurança, mas quero dizer que isso é um grande avanço, uma grande oportunidade que o Brasil tem. E, na hora que tem um programa sensacional, o Ciência sem Fronteiras, é também a oportunidade de os jovens brasileiros se prepararem para esses grandes desafios que são abertos em várias frentes do desenvolvimento brasileiro.

Eu queria fazer este registro para agradecer. Imagine o Proteger...

(*Soa a campainha.*)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Imaginem Itaipu Binacional, sem um sistema de proteção, Senador Ricardo Ferraço, ou Tucuruí, ou Angra dos Reis, ou as linhas de transmissão desses grandes projetos.

Eu queria ressaltar aqui a necessidade que temos, como disse V. Ex^a, de trabalharmos com muita atenção sobre o orçamento e para que o Poder Executivo também entenda que essa área é prioritária para uma Nação que quer ser uma nação com protagonismo internacional, o que ela já é hoje, mas será muito mais quando mais tiver, e cumprimentar a qualidade profissional dos nossos militares pela aplicação que têm.

Há pouco, o Senador Waldemir Moka usou a tribuna para falar sobre os médicos militares para atuar em zonas de carência. É um projeto relevante, especialmente em se tratando de militares que estão na reserva e que estão impedidos legalmente de exercerem a medicina na área civil. Então, é uma modernização que nós, diante da necessidade e da carência, podemos fazer e tenho certeza de que a compreensão das Forças Armadas será também muito receptiva a essa iniciativa do Senador Marcelo Crivella que está tramitando aqui, no Senado.

Para encerrar, Senador Paulo Paim, temos aqui, o senhor, o Senador Alvaro Dias e outros Senadores, uma missão que nos foi dada pelo mandato, pela demanda social, que diz respeito aos aposentados do Fundo Aerus. Eu queria, como o senhor já fez no início desta semana, me solidarizar também, novamente, novamente, com o José Manoel da Costa, de 67 anos, que foi, por 32 anos, um comissário de bordo e está em greve de fome no Aeroporto Santos Dumont, no Rio de Janeiro.

É um gesto solitário que tem a nossa solidariedade.

Muitos que integram ou integraram o Fundo Aerus estão aguardando, como nós, uma decisão. Lamenta-

velmente, no Supremo Tribunal Federal, houve um pedido de vista, começou o recesso e isso não foi julgado.

A Ministra Cármem Lúcia fez um voto primoroso. V. Ex^a e eu estávamos lá no dia da apresentação do voto da Ministra a respeito da defasagem tarifária e do direito dos aposentados do Aerus em relação ao que pagaram ao fundo de pensão complementar. Hoje, eles estão vivendo na miséria. Muitos deles, centenas, morreram sem verem o direito recuperado.

Então, estamos vendo daqui a possibilidade de, em algum momento, nós, os Senadores que estamos envolvidos com isso, além de outros que quiserem, irmos lá pessoalmente, se houver condições, inclusive estrategicamente, pois estamos aqui envolvidos com as sessões de segunda a sexta-feira, para fazer esse movimento.

Então, eu queria renovar, Senador, em seu nome e também no do Senador Alvaro Dias, sobre essa questão que tem um grande alcance social. É a nossa responsabilidade e o nosso compromisso.

Muito obrigado.

Durante o discurso da Sr^a Ana Amélia, o Sr. Waldemir Moka deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Muito bem, Senadora Ana Amélia, pelo pronunciamento, sempre lembrando a luta do Aerus, tanto desse lutador que está em greve de fome no aeroporto como daquele grupo de 12 aposentados do Aerus que estão ocupando a sede do fundo de pensão do Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Antes de chamar o próximo orador à tribuna, leio o seguinte requerimento:

Nos termos do Art. 218, inciso VII, do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro voto de pesar pelo falecimento de Cairo Fernando Reinhardt.

O movimento sindical brasileiro perdeu uma de suas referências: o companheiro Cairo Fernando Reinhardt, Presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul. Faleceu ontem, quinta-feira, dia 4 de julho de 2013, à noite, em sua residência, na cidade de Cerrito, próximo a Pelotas.

Cairo Fernando Reinhardt era muito querido por todos, tenho certeza, pelo povo gaúcho e pelo povo brasileiro, um grande líder. Tinha 54 anos e era natural do Município de Pedro Osório. Há dois mandatos vinha presidindo a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul. Foi Presidente do Sin-

dicato dos Trabalhadores da Alimentação da cidade de Rio Grande.

Filho de pequenos agricultores, casado e pai de dois filhos. Em 1976 mudou-se para Pelotas onde teve seu primeiro emprego, no ramo da alimentação, no Frigorífico Rio-Pel.

Em 1989 foi transferido pela empresa Ceval Alimentos de Pelotas para Rio Grande. No ano de 1992, participou ativamente da luta sindical no Sindicato da Alimentação vencendo a eleição. Assim, em 8 de agosto do mesmo ano tornou-se Secretário Geral. Em 1995, foi eleito Presidente do Sindicato.

Atuante em diversos espaços da sociedade, teve participação nos movimentos sociais, com trabalho efetivo na organização e solidariedade aos sindicatos do ramo da alimentação.

Em 2001, foi eleito Secretário de Política Sindical da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul e em 2007 foi também eleito Presidente da entidade pela primeira vez.

Cairo era um grande incentivador do esporte e lazer dentro do ramo da alimentação, também sempre à frente das negociações salariais no Rio Grande do Sul, incansável na luta em defesa dos trabalhadores. Atualmente, estava empenhado na campanha salarial 2013. Entre outras bandeiras de luta, defendia com muita força a redução da jornada de trabalho sem redução de salário, o fim do fator previdenciário, o ensino técnico profissionalizante para todos e os 10% do PIB para a educação.

Empenhamos aqui a nossa solidariedade – e aqui terminamos – aos familiares e amigos deste grande líder que permanecerá sempre no coração de todos os gaúchos e de todos os brasileiros. Acreditamos que a sua capacidade de mudança continua viva mediante as bandeiras que ele empunhava.

Cairo Fernando Reinhardt.

Presente.

Cairo Fernando Reinhardt.

Presente.

Assim, encaminhamos o presente voto aos seus familiares, para o Sr. Valdemir Moreira Corrêa e também para a sua entidade, que é a Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação, que fica na Rua Jerônimo Coelho, 303. Porto Alegre.

É o voto de pesar.

É o seguinte o requerimento, na íntegra:

REQUERIMENTO Nº 776, DE 2013

Nos termos do Art. 218, inciso VII do Regimento Interno do Senado Federal, REQUEIRO voto de pesar pelo falecimento de Cairo Fernando Reinhardt.

O movimento sindical brasileiro perdeu uma de suas referências: o companheiro Cairo Fernando Reinhardt – presidente da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul (FTIA/RS) faleceu ontem (quinta-feira, dia 04/07/13) à noite, em sua residência, na cidade de Cerrito, próximo a Pelotas.

O amigo Cairo Fernando Reinhardt tinha 54 anos e era natural do município de Pedro Osório. A dois mandatos vinha presidindo a Federação dos Trabalhadores da Alimentação do Rio Grande do Sul. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação da cidade Rio Grande.

Filho de pequenos agricultores, casado e pai de dois filhos. Em 1976 mudou-se para Pelotas onde teve seu primeiro emprego, no ramo da alimentação, no Frigorífico Rio-Pel.

Em 1989 foi transferido pela empresa Ceval Alimentos de Pelotas para Rio Grande. No ano de 1992 participou da oposição ao Sindicato da Alimentação do Rio Grande, vencendo a eleição. Assim, em 8 de agosto do mesmo ano tomou posse no cargo de Secretário Geral. Em 1995, foi eleito presidente do Sindicato de Rio Grande.

Atuante em diversos espaços da sociedade, teve participação nos movimentos sociais, com trabalho efetivo na organização e solidariedade aos sindicatos do ramo da alimentação, entre outros.

Em 2001 foi eleito secretário de Política Sindical da Federação dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação do Rio Grande do Sul, exercendo após o cargo de secretário geral da entidade. Em 2007 foi eleito presidente pela primeira vez.

Cairo era um grande incentivador do esporte e lazer dentro do ramo da alimentação, também sempre à frente das negociações salariais no Rio Grande do Sul, sempre incansável na luta em defesa da classe trabalhadora. Atualmente estava empenhado na campanha salarial 2013. Entre outras bandeiras de luta que ele empunhava podemos destacar também a redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais, sem redução salarial, o fim do fator previdenciário, ensino técnico profissionalizante e 10% do PIB para a educação.

Quero empenhar minha solidariedade aos familiares e amigos deste grande líder que permanecerá para sempre no coração de todos aqueles que acreditam na capacidade de mudança que reside no respeito aos direitos humanos e sociais.

Cairo Fernando Reinhardt Presente.... Cairo Fernando Reinhardt Presente.... Cairo Fernando Reinhardt Presente....

Gostaria que o presente voto fosse enviado para o Sr. Valdemir Moreira Correa (Secretário Geral da Federação dos Trabalhadores das Indústrias da Alimentação do RS) no seguinte endereço: Rua Jerônimo Coelho, 303. Centro. Porto Alegre. RS. CEP: 90010-241.

Sala das Sessões, – Senador **Paulo Paim**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Passamos a palavra, neste momento, para falar como oradora inscrita, à nobre Senadora Ana Rita.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadoras, Srs. Senadores, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar sobre este momento que estamos vivendo em nosso País. Refiro-me à imensa mobilização que teve como motivação inicial melhorias no transporte público, ampliando-se, extraordinariamente, como resposta

a atuação repressiva e de extrema violência das polícias estaduais, especialmente as de São Paulo e Rio de Janeiro, ganhando enorme dimensão, alastrando-se para várias cidades brasileiras.

Mobilizadas principalmente pelas redes sociais da Internet, essas manifestações se conformaram como atividades descentralizadas, apartidárias, com as mais variadas reivindicações.

Registra-se também, por parte de amplos setores dos manifestantes, duras críticas aos gastos relacionados à copa mundial de futebol, aos serviços públicos em geral, à corrupção, à forte resistência às organizações e instituições, tanto públicas quanto privadas, destacando-se os partidos, entidades representativas e os grandes veículos comerciais de comunicação.

Quem, como eu, militante social popular e militante do Partido dos Trabalhadores, nasceu entre os anos setenta e oitenta e, como resultado de manifestações populares contra o aumento do custo de vida, contra a contenção dos salários e o regime ditatorial militar, cresceu com seus militantes participando ativamente nas grandes manifestações populares pelas eleições diretas para a Presidência da República, pela anistia política e pela democratização do País, com ativa e crescente participação nas eleições locais e presidenciais, sempre marcadas por grandes manifestações populares, em alguns casos reunindo mais de um milhão de pessoas, quem, durante a década de 1990, foi muitas vezes às ruas lutar contra os descalabros promovidos

pelos governos neoliberais, lutar contra a privatização dos serviços públicos e das estatais, lutar contra as políticas que levaram à falência grande número de empresas nacionais, lutar contra a monopolização da economia brasileira por grandes empresas multinacionais, batalhar contra o desemprego, a pobreza e a miséria e se empenhou na luta contra a corrupção e pela melhoria da educação, da saúde e das condições de vida do povo, quem acredita e sempre participou das lutas e manifestações populares só poderia, como eu, saudar milhares que estão nas ruas entoando as mais variadas palavras de ordem, entre elas “o gigante acordou”, exigindo aprofundamento das mudanças em todo o País. Desta forma, registro que considero bastante positivo e motivo de comemoração a energia popular que vem das ruas.

Contudo, acho providencial fazer um registro: historicamente, setores e parcelas significativas da nossa sociedade protagonizaram diversas lutas neste País, a exemplo, das inúmeras revoltas no período colonial; das primeiras manifestações do operariado brasileiro; da luta contra a ditadura militar, pela redemocratização do Brasil, com as Diretas Já; do *impeachment* do ex-Presidente Collor, com destaque para os jovens denominados de caras pintadas; da luta permanente das trabalhadoras e trabalhadores do campo e das cidades, na busca pelo direito à terra, através da luta pela reforma agrária e da luta por melhores salários e condições de trabalho; da luta dos povos indígenas e dos movimentos de direitos humanos; das lutas contra a intolerância, contra o racismo, contra a cultura machista e sexista; e de tantas e tantas outras bandeiras de lutas, empunhadas por milhares de lutadoras e lutadores pelos quatro cantos deste nosso País.

Portanto, como forma de respeito, para se fazer justiça histórica, acho adequado registrar que inúmeras brasileiras e brasileiros não acordaram agora. Uma parte acordou agora, mas outra parte nunca dormiu.

De toda forma, as atuais manifestações iniciaram por uma reivindicação específica quanto ao valor das passagens. Entretanto, quando os jovens brasileiros saíram às ruas contra o aumento da tarifa de ônibus, essa reivindicação se traduziu em uma dimensão mais ampla, reafirmando que o transporte público é um serviço essencial na vida das pessoas, não podendo estar aprisionado à lógica do lucro e da acumulação do capital, e que o dia a dia dos cidadãos e cidadãs, especialmente daqueles que utilizam o transporte público nas grandes cidades brasileiras, está insuportável e já foi transformado, há muito tempo, em verdadeiro inferno urbano.

Dessa forma, Sr. Presidente, diferentemente do que muitos afirmam, a fagulha que iniciou essas gran-

des mobilizações é um tema da mais alta relevância para o conjunto da sociedade brasileira.

Tenho também percebido que vários analistas políticos e sociais têm apresentado perplexidade quanto ao fato de essas imensas mobilizações ocorrerem justamente em um período de avanços conquistados nos dois últimos mandatos do ex-Presidente Lula e nos dois anos do mandato da Presidenta Dilma. Mas o fato é, que apesar das conquistas alcançadas nos dez últimos anos, permitindo convivermos com um dos menores níveis de desemprego de nossa história e com toda a mobilidade social ocorrida nesta década, o nosso País ainda possui distorções sociais e econômicas gravíssimas e um déficit significativo de democracia.

A concentração de renda e a concentração de poder político e econômico é gigantesca. A economia, em várias de suas áreas, sofre com a presença de corporações e monopólios privados. O abismo entre pobres e ricos continua constrangedor. É enorme a concentração de terras e de riqueza. Serviços como educação, saúde e habitação, embora o Governo Federal, nos últimos 12 anos, tenha dedicado especial atenção a esses temas, com programas significativos como o Prouni, o Reuni e o Minha Casa, Minha Vida, ainda estão bastante aquém das necessidades do povo brasileiro.

Em frente desse contexto, é essencial que as mudanças ocorram de maneira muito mais rápida. E aqui entramos na questão que considero fundamental neste debate, pois, para avançarmos nos anseios econômicos e sociais e na democracia, que estão sendo reafirmados pelas ruas, serão necessárias reformas estruturais profundas, que alterem o atual quadro de distribuição do poder no Brasil.

Para tanto, diante do nível de conservadorismo e de resistência a mudanças, presente visivelmente nos Poderes brasileiros, inclusive nesta Casa, para os que, como eu, compreendem o papel que a luta social pode jogar na transformação da sociedade, é fundamental que o nosso povo, especialmente a juventude, mantenha-se nas ruas, permaneça mobilizado, pressionando e garantindo que as transformações continuem avançando e ocorrendo no País.

A tão necessária reforma política é um exemplo cristalino do quanto o Congresso brasileiro tem enormes dificuldades de realizar reformas estruturais. Nesse caso, a decisão da Presidenta Dilma de enviar a esta Casa a proposta de realização de um plebiscito para a população opinar sobre os principais pontos de uma reforma política é extremamente acertada e demonstra que ela está sintonizada com os clamores vindos da rua.

As milhares de pessoas que estão mobilizadas estão dando um recado firme e contundente aos membros dos Poderes brasileiros: "O atual sistema político e eleitoral do Brasil, assentado em financiamento privado, está totalmente esgotado e em dissintonia com as mudanças em curso neste País".

Parece-me profundamente contraditório elegermos agentes públicos, tanto para os Legislativos quanto para os Executivos, por meio de pleitos eleitorais fortemente eivados da "mão pesada" do poder econômico, retirando do povo a soberania da decisão e o seu direito legítimo de definir quem deve ou não representá-lo.

Não por acaso, a pesquisa apresentada nesse 1º de julho pela Fundação Perseu Abramo aponta que a ampla maioria da população brasileira (89%) é favorável a uma reforma política, sendo que três quartos (75%) a considera muito importante. Sessenta e cinco por cento preferem que sejam eleitos novos representantes exclusivamente para fazer a reforma política. Esses dados são muito significativos, pois mostram o anseio por mudanças no sistema político e em suas instituições.

Por fim, defendemos ainda medidas que fortaleçam as instituições partidárias e as consolidem como organizações programáticas, garantindo a representação do tecido social brasileiro, ampliando significativamente a presença das mulheres, com lista paritária de gênero, e de outros setores sub-representados na política, a exemplo, dos jovens, dos índios e dos negros.

A reforma política, que é considerada por muitos a mãe de todas as reformas, sem dúvida, é essencial para avançarmos no aprofundamento da democracia brasileira. O plebiscito proposto pela Presidenta Dilma, com toda certeza, é decorrente, em parte, das grandes mobilizações e da presença de povo nas ruas, que estabeleceram um ambiente possível para que medidas de democracia direta fossem apresentadas.

Assim sendo, reafirmo o que já falei anteriormente: é fundamental que as trabalhadoras e os trabalhadores, que os jovens e os demais segmentos progressistas da nossa sociedade continuem mobilizados e organizados nas ruas, apresentando a todos os governos, aos Legislativos e ao Judiciário suas pautas de reivindicações, para que o nosso País avance nas transformações tão almejadas e tão necessárias à construção do Brasil que sonhamos e por que lutamos.

Era isso, Sr. Presidente, que eu tinha a dizer no momento. Também agradeço a atenção.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Muito bem, Senadora Ana Rita! Parabéns pelo pronunciamento! Permita só que eu diga, antes de V. Exª sair da tribuna, que entendo que o plebiscito – é

claro que vamos ver qual o momento que ele poderá ser feito – é uma consulta popular, é importante. Estou convencido de que sobre o voto secreto a Presidenta tinha razão: só o faremos se as urnas disserem para o Senado aprovar, senão fica muito difícil. Então, V. Ex^a tem toda a razão. Vai ter de vir de lá para cá. A matéria estava na Ordem do Dia, mas, agora, parece que nela não vai entrar mais. Espero que a gente consiga dialogar aqui, não é, Senador Ferraço?

Convido V. Ex^a, Senador Ferraço, a vir à tribuna.

A SR^a ANA RITA (Bloco/PT – ES) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Obrigado, Senadora Ana Rita.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A Presidência comunica que, conforme entendimento em plenário, o **Projeto de Lei da Câmara nº 11, de 2013**, retorna ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, seguindo, posteriormente, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e, nos termos do **Requerimento nº 711, de 2013**, aprovado nesta sessão, irá à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional o requerimento de V. Ex^a, Senador Ricardo Ferraço, pelo entendimento feito sob sua orientação neste plenário. Está lido o seu requerimento e o devido encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Com a palavra, o Senador Ricardo Ferraço.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr. Presidente, meu caro Senador Paulo Paim, dificilmente, eu discordo de V. Ex^a, mas agora vou discordar.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Só a discordância de V. Ex^a se dirigindo a mim já é uma satisfação enorme.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– E quero crer que, ao fim, seremos militantes, até porque V. Ex^a é o protagonista inicial dessa grande causa.

Parece-me que o voto aberto, a radicalização em torno da transparência é um caminho sem volta. Já votamos aqui o regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Que Deus ajude que V. Ex^a tenha razão! Eu, que estava meio pessimista, começo agora a me animar de novo. Que bela discordância de V. Ex^a em relação a mim!

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES)

– O debate foi feito de forma entusiasmada na Comissão de Constituição e Justiça. V. Ex^a lidera essa militância no Senado há alguns anos, acho que ainda na Câmara, no Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Desde a Constituinte, brigo por esse sonho.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – O tema foi debatido à exaustão na Comissão de Constituição e Justiça. O regime de urgência foi aprovado em plenário. Portanto, parece-me ser essa uma decisão sem volta, até por conta da convicção de que o voto aberto, em toda e qualquer circunstância, é uma proteção, para que nós possamos prestar contas à sociedade das nossas decisões no plenário do Senado, até porque mandato parlamentar, mandato público, mandato político não é propriedade particular de quem o exerce. Portanto, a transparência no voto me parece um imperativo, parece-me uma necessidade.

O eleitor, sim, todos nós como cidadãos precisamos do sigilo do nosso voto, mas o representante popular que se elege nas ruas, que se elege pela vontade popular, deve, sim, prestar contas dos seus atos. Já tivemos aqui oportunidade de discutir esse tema.

Não tenho qualquer tipo de receio quanto ao voto aberto. Há o comentário de que, se você votar abertamente contra uma eventual autoridade que vai para o Supremo Tribunal Federal, amanhã você poderá ser submetido a essa ou àquela perseguição.

Para mim, isso não diz nada. O voto aberto é uma proteção para que a sociedade e a população possam saber como se manifestou o seu representante.

Portanto, eu estou ao lado de V. Ex^a e sempre entusiasmado. E acho que o Senado não pode dar esse passo atrás. Será um retrocesso frente às importantes medidas que nós adotamos nos últimos dias.

É verdade, Presidente Paulo Paim, que nós precisamos fazer aqui o *mea-culpa*, que nós precisamos fazer uso da humildade e reconhecer que muitas das mudanças que nos últimos dias foram votadas se efetivaram em razão das movimentações populares. A Casa reagiu, reagiu positivamente, mas essa reação não pode ser uma reação conjuntural. Precisa ser uma reação estrutural. Precisamos continuar, acho eu – este é o meu juízo de valor –, perseverando nessa direção, para que a Casa se afirme junto à população brasileira, manifestando não apenas o desejo, mas a determinação de fazer as mudanças que são absolutamente necessárias no processo parlamentar, no processo de representação política.

Eu quero crer que, já na segunda-feira, nós precisamos voltar ao tema. Um dia sim, o outro também. Água mole em pedra dura tanto bate até que fura. E precisamos, sim, votar a proposta de S. Ex^a, que foi relatada e foi votada à unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça, inclusive com regime de urgência.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Senador Ricardo Ferraço, só uma frase. Eu fiz uma pequena pesquisa, e em inúmeros países do

mundo não há mais voto secreto. Nos Estados Unidos, os Ministros da Suprema Corte são escolhidos com voto aberto. *Impeachment* de Presidente, voto aberto; inclusive vetos, voto aberto. Cada um diz a sua posição, e acabou.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Quero só cumprimentar V. Ex^a, porque agora fiquei mais otimista, a partir do seu discurso.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – “Não posso votar aberto porque, se votar contra um voto que venha da Presidência, eu serei perseguido por isso ou por aquilo.” Eu não posso ser perseguido é pela população.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PMDB – RS) – Muito bem.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Às favas essa coisa de que não vou contrariar Presidente de plantão. O que eu não posso contrariar é a população brasileira; no meu caso específico, a população capixaba, que me colocou aqui e que precisa ter, sim, controle social sobre a forma com que me manifesto e a forma com que exerço aqui este mandato de Senador, volto a frisar, que não me pertence. Pertence à população capixaba e à população brasileira.

Portanto, na segunda-feira, nós precisamos retomar a nossa militância nesta Casa, porque isso não pode ser estratégia de discurso. Isso tem que ser prática política, e nós estaremos juntos. Tenho certeza de que a maioria dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras estarão engajados conosco, com V. Ex^a, que é o autor dessa proposta que, seguramente, marcará um novo tempo no Senado da República.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a. Pode ter certeza, em nome do povo brasileiro. A pesquisa mostra que 99% do povo são a favor da posição que V. Ex^a defende.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, a Câmara dos Deputados votou, um dia desses, decidiu de maneira majoritária por um caminho que me parece extremamente na contramão da conjuntura do nosso País. Decidiu a Câmara dos Deputados, por sua maioria, criar facilidades, portas e janelas, para a criação de novos Municípios no Brasil. A minha manifestação é para condenar essa iniciativa, inadequada, insensata e fora de hora, Sr. Presidente.

O IBGE, Sr. Presidente, relata, através de números inclusive divulgados hoje, no jornal *A Gazeta*, do meu Estado, que houve um aumento de aproximadamente 32% no número de servidores das prefeituras municipais entre 2005 e 2012. E essa é seguramente

uma das causas – não a causa, mas uma das causas – das dificuldades financeiras e até econômicas enfrentadas pelos nossos Municípios. Nem as restrições ao gasto com pessoal, previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal, impediram muito mais do que um mar, um oceano de contratações, Sr. Presidente.

Foram mais de 1,5 milhão funcionários contratados nesse período por esse conjunto de prefeituras municipais do nosso País. Imagina-se que em algumas prefeituras os limites de caixa foram mais duros do que a Lei de Responsabilidade.

Em 2005, os servidores municipais correspondiam a 2,6% dos 183.400 habitantes do País. Em 2012, esse número saltou para 3,2%, cuja população era estimada em 196 milhões de pessoas.

O crescimento percentual levanta suspeitas sobre o custo/benefício, ou seja, a melhoria dos serviços prestados à população, indicando, seguramente, a má gestão dos recursos públicos.

O IBGE também constata que os Municípios com população entre 100 mil e 500 mil habitantes foram os que mais ampliaram os quadros de servidores. O crescimento médio atingiu 47%, considerando trabalhadores envolvidos de forma direta ou indireta na Administração Pública.

Esses dados, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, sinalizam, deixam clara a necessidade de o Senado Federal...

Aqui, manifesto o meu posicionamento contra essa matéria.

Novos Municípios significam, na prática, novos cargos de prefeitos, secretários, vereadores, servidores, foros municipais, dinheiro do sofrido contribuinte brasileiro, para ser gasto em atividade meio, quando o que nós precisamos é trabalhar com austeridade, com economia, para que nós possamos ampliar a capacidade de investimento da máquina pública brasileira, não importa se em nível federal, em nível estadual ou em nível municipal, ou seja, mais despesas, mais gordura para uma máquina pública que já peca no atendimento deficitário e deficiente ao conjunto das demandas da população brasileira.

Temos hoje, Sr. Presidente, 5.578 cidades no Brasil. Mesmo estabelecendo condições de certa forma rigorosas para o desmembramento dos atuais Municípios, estima-se que as novas regras aprovadas pelos Srs. Deputados Federais poderão resultar na criação – imaginem, imaginem e pasmem! – de pelo menos mais 400 ou 500 Municípios em nosso País.

Qual é, de fato, a vantagem? Quais são, de fato, os benefícios para os moradores e para os contribuintes brasileiros?

É preciso registrar que, em cerca de 4 mil dos nossos Municípios, há hoje menos de 20 mil habitantes, e não há arrecadação tributária suficiente para atender às necessidades mínimas de sua população, ou seja, são Municípios que foram criados e que dependem fundamentalmente de transferência de recursos ou do Governo Estadual, ou mesmo do Governo Federal.

Essa é uma situação que, obviamente, só tende a se agravar com a criação de novos Municípios.

Ora, Sr. Presidente, é preciso um mínimo de responsabilidade, de sensatez, de razoabilidade num momento como este, sobretudo quando a população está dizendo ao setor público, está dizendo a todos nós que precisamos melhorar a eficiência, a eficácia, o alcance, a universalização do acesso aos serviços públicos.

Portanto, parece-me essa uma medida absolutamente equivocada. Sinceramente, só vejo uma motivação e um sentido nisso: o interesse político, ou melhor, o interesse da política de baixa qualidade na manutenção de currais eleitorais, para que esses políticos possam se perpetuar ou conduzir seus mandatos com essas manobras.

O que infelizmente nos parece é que os interesses políticos e eleitorais costumam falar mais alto do que os interesses da população. É o que estamos aqui condenando.

Entre 1988 e 2000, a brecha aberta pela Constituição para que as assembleias legislativas estaduais encaminhassem processos de emancipação de novos Municípios resultou na criação de pelo menos mais 1,5 mil, 1,4 mil Municípios em nosso País. Pois é, entre 1988 e 2000!

Mesmo diante dessa realidade, decidem os Srs. Deputados Federais ampliar as condições, flexibilizando, para que cerca de 400 a 500 Municípios possam ser criados, a partir dessa que foi uma decisão tomada pela Câmara. Quero crer que o Senado não vai avalizar, por tudo que representa de prejuízo para o conjunto da população brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, é inaceitável colocarmos agora mais lenha nessa fogueira, que só vai deteriorar e prejudicar a vida do contribuinte brasileiro.

Números recentes divulgados pela imprensa apontam, Sr. Presidente, mais de 984 mil servidores federais só para movimentar os nossos 39 Ministérios. O custeio de todas essas Pastas do Executivo ultrapassa R\$600 bilhões! Está muito caro, está muito pesado para o contribuinte brasileiro, para o trabalhador brasileiro sustentar uma atividade meio como essa, que vem sendo reprovada pela população brasileira, inclusive nas últimas manifestações.

Por isso tudo, Sr. Presidente, quero já deixar aqui a minha manifestação. Se essa proposta tramitar por esta Casa terá a minha oposição, e quero crer que eu não serei, como se diz, andorinha de voo sozinho. Nós teremos a companhia de um conjunto muito grande de Senadores, de modo a barrar essa iniciativa clientelista e eleitoreira, até porque é o Senado Federal a Casa Revisora, mas não apenas a Casa Revisora; é o Senado Federal a Casa que deve preservar o interesse da Federação brasileira.

Esse tipo de iniciativa, com certeza, descaracteriza e enfraquece a possibilidade de o Poder Público brasileiro continuar oferecendo resultados à população brasileira. Sejamos aqui muito sinceros: os resultados estão sendo muito questionados. O nosso País, o setor público brasileiro, em todos os sentidos, inclusive o setor político estão sob manutenção, precisando reavaliar toda a sua construção, toda a sua jornada, para que esse movimento que inunda e incendeia o coração dos brasileiros possa, na prática, fazer com que a ficha tenha que cair por parte daqueles que têm o dever e a responsabilidade de representar o sentimento da população brasileira.

Muito obrigado, Sr^{as}s e Srs. Senadores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – De imediato, convidamos a Senadora Lúcia Vânia para assumir a tribuna.

(*Interrupção do som.*)

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, um assunto que tem preocupado nossos governantes, para além das manifestações populares que tomaram as ruas do País nas últimas semanas, é o fantasma da inflação.

O processo inflacionário em curso, ainda que sob controle até o momento, além de gerar desconfiança entre os investidores, vem minando o poder de compra da chamada classe C, os milhões de brasileiros que viveram um processo de ascensão social na última década, incorporando novos hábitos de consumo de bens e serviços.

Em matéria publicada recentemente sobre inflação, o jornal *Correio Braziliense* traz dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de que o varejo registrou alta de apenas 1,6% em abril, em comparação com o mesmo período de 2012, o pior resultado desde 2003, primeiro ano do Governo Lula.

“No acumulado do ano”, assinala o *Correio*, “o incremento das vendas chega a 3%, mas as receitas do setor saltaram 11,1%”. O periódico diz, ainda, que “o comércio não se intimidou em reajustar as merca-

dorias a um ritmo quase quatro vezes maior do que o incremento do consumo".

Na interpretação dos economistas, o comércio se ressente do esgotamento do processo de ascensão social que perdurou por mais de uma década. A nova classe média, formada por 40 milhões de pessoas, não só parou de crescer, como também está vendo seu poder aquisitivo encolher.

Para o gerente da Coordenação de Serviços e Comércio do IBGE, Reinaldo Pereira, o consumo elevado até agora se explicava pela ascensão social de milhões de brasileiros, que, além de terem melhorado seu padrão de vida, estavam com a demanda reprimida. Essa nova classe média, então, teve acesso a móveis, eletrodomésticos, celulares, equipamentos de informática e veículos. Agora, tendo adquirido esses bens, a troca por outros mais novos é mais lenta.

A esse cenário de retração nas vendas soma-se a projeção de inflação de 5,69%, de acordo com a pesquisa Focus, do IBGE, divulgada no dia 17 do mês passado. Embora não seja um cenário de descontrole, esse índice preocupa, pois ultrapassa a margem de dois pontos para mais ou para menos, admitida para o centro da meta estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional, que é de 4,5% ao ano.

Nesta mesma direção de preocupação, o economista Affonso Celso Pastore, ex-Presidente do Banco Central, é enfático ao dizer: "A inflação está em alta. Há um aumento generalizado. Os reajustes no setor de serviços mantêm-se acima de 8% ao ano. É um quadro grave".

Por outro lado, o aumento dos juros pode até contribuir para conter os preços, como alega o Governo. Na verdade, a taxa de juros é um dos instrumentos de que dispõe a equipe econômica para conter a escalada inflacionária. O Governo tem tomado diversas outras medidas com essa intenção, especialmente a desoneração tributária. Nessa estratégia se enquadram a redução da alíquota do IPI para automóveis, a desoneração da cesta tributária e da folha de pagamento de diversos setores e também a desoneração da energia elétrica. Essas medidas contribuem para conter a inflação, mas têm poder limitado, pois a origem da alta dos preços está no desequilíbrio entre a oferta e a demanda de bens e serviços.

O que mais preocupa a equipe econômica e, é claro, a população brasileira, não é apenas a alta dos preços, mas o fato de ela vir acompanhada por um crescimento pífio da economia. A última previsão para o crescimento econômico, ainda de acordo com o Relatório Focus, recuou de 2,53% para 2,49%. Para o crescimento do setor industrial, a estimativa foi igualmente rebaixada pelos especialistas, de 2,53% para 2,50%.

O ramo de supermercados, evidentemente, pela queda no consumo de gêneros de primeira necessidade, está entre os mais afetados pela inflação. As autoridades culpam as condições climáticas pela alta dos preços, que afugentam os consumidores. De fato, a pior seca das últimas décadas na Região Nordeste, juntamente com o excesso de chuvas no Sul, contribuíram para a queda na produção de alimentos, conforme admitem os especialistas. O setor de supermercados registrou queda de 5,4% nas vendas em abril, em comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, o grupo de produtos de alimentação encareceu, em média, 15,7% nos últimos 12 meses, prejudicando mais fortemente as famílias de baixo poder aquisitivo, que comprometem boa parte de sua renda com esse tipo de despesas.

Apesar das condições climáticas e do nível de endividamento, e apesar também de medidas como as desonerações fiscais, que vêm sendo tomadas pelas autoridades, o combate à inflação requer mudanças mais abrangentes e estruturais, como o estímulo à concorrência, que implica o aumento da produtividade e a eliminação dos gargalos estruturais. O chamado custo Brasil – em que a gente tem batido muito aqui – tem sido um eterno entrave não apenas às metas dos exportadores brasileiros, mas também à produção de bens e serviços destinados ao mercado interno. Ao comentar, há dias, os dados divulgados pelo IBGE, especialmente o fato de o índice inflacionário ter atingido o teto superior à meta fixada pelo Conselho Monetário Nacional, o ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso mostrou-se ponderado. Reconheceu não haver o descontrole no momento, mas pregou a necessidade de controlar os gastos públicos e unir as políticas monetária e fiscal, além de manter absoluta transparência nos investimentos.

No momento em que o dólar e a inflação começam a disparar e o PIB apresenta ínfimo crescimento, a equipe econômica precisa agir com rapidez, objetividade e austeridade, para recuperar a confiança dos investidores. Só assim evitaremos que o velho fantasma da inflação volte a desestabilizar a economia brasileira, com prejuízos para todos os setores e, principalmente, para as famílias de baixa renda.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Durante o discurso da Srª Lúcia Vânia, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. João Capiberibe.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Dando sequência à lista de oradores,

passo a palavra ao Senador Paulo Paim, nosso Senador do voto aberto.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Senador Capiberibe.

Essa bandeira é de todos nós. V. Ex^a foi um dos primeiros também. Quando apresentei, além de assinar, fez a defesa. Chego a dizer, Senador Capiberibe, que a grande revolução no Parlamento brasileiro será o fim do voto fechado, porque, aí sim, teremos a democracia participativa. E, como já foi dito aqui por inúmeros Senadores, a população verá como cada um vota e ponto; é só isso. O que V. Ex^a quer e o que eu quero é isso. Não sei por que alguns resistem.

Como eu dizia antes: inúmeros países do mundo! E dei um exemplo dos Estados Unidos, porque está mais próximo, digamos, da realidade brasileira, em matéria de que muita gente diz: "Os Estados Unidos são assim quando interessa; quando interessa para o movimento popular, daí não é bem assim!".

Vou repetir, porque recebi diversas mensagens, quando disse da tribuna: os ministros da Suprema Corte são eleitos pelo voto direto e aberto do plenário. Todos, todos. São apenas dois partidos. Eles dizem sim ou não ao voto, se vão manter ou não, e a população fica sabendo.

Só vou dar um exemplo, Senador Capiberibe. Podem falar: "Assim está alertando alguns"; mas vou dar porque falo a verdade, já que digo que é tudo transparente. Bota em votação o voto do fator previdenciário no voto aberto e no voto fechado para ver. No voto aberto, é dez a zero; no voto fechado, podemos até perder.

É a pressão popular. E cada um tem assumir as suas responsabilidades.

Por isso meus cumprimentos a V. Ex^a. E o seu partido eu sei que todo ele já tem posição clara de que não tem medo do voto aberto.

Fiquei feliz que a Presidenta também colocou nos cinco pontos. E a Presidenta sabe a resposta das urnas, mas já que há resistência, ela coloca no quinto ponto: voto aberto. E a população que diga.

Aqueles que são contra o voto aberto façam uma pesquisa em seu gabinete. Bota lá. Eu fiz no meu, só de curiosidade. O meu foi 100%. Não teve um internauta que teve a coragem de dizer que era pelo voto fechado. Então, aqueles que têm dúvida peguem o seu partido, mandem fazer uma pesquisa junto à população para ver se não vai dizer que quer o voto aberto.

Quando vim para cá, Senador Capiberibe, ainda na Assembleia Nacional Constituinte, o meu primeiro discurso foi esse, mais ou menos meio ingênuo e infantil, alguns poderiam dizer, mas vim com o sentimento das ruas. Eu subi à tribuna, meu primeiro discurso, por

escrito, direitinho, bonitinho, e disse: "Eu não entendo porque existe voto secreto. Lá fora todos querem saber como vocês agem aqui dentro. E só tem uma saída: voto aberto". Todo mundo ouviu, ouviu, e o voto secreto continuou. Por isso as minhas preocupações.

Mas, Presidente, primeiro eu esclareço, pois me perguntaram de quem era a autoria de um requerimento que eu li, infelizmente de voto de pesar. Voto de pesar pelo meu amigo, amigo pessoal, o Cairo, Presidente da Federação dos Trabalhadores da Indústria de Alimentação do Rio Grande do Sul. Já li o requerimento. Ele faleceu esta noite, com 55 anos de idade. Um jovem lutador, militante. É de minha autoria, mas tenho certeza de que não é só minha não, é dos três Senadores do Rio Grande e de todo o Congresso Nacional, pela luta e pela vida bonita que o Cairo teve em defesa de todo o nosso povo e de toda a nossa gente.

Por isso terminei a leitura dizendo: Cairo Fernando Reinhardt, presente, presente, presente.

Sr. Presidente, quero agora também fazer um rápido registro. Se não me engano, acho que V. Ex^a também já comentou, mas vou comentar aqui porque tenho compromisso com o tema.

Pronunciamento sobre o bloco comercial Aliança do Pacífico, Sr. Presidente, Senador Capiberibe.

Criado há pouco mais de um ano, o bloco comercial Aliança do Pacífico, que tem o Chile, o México, a Colômbia e o Peru como membros plenos, enseja reações as mais diversas no Brasil e nos países vizinhos, além de gerar grandes expectativas, e ampliou essa expectativa também para o âmbito do Mercosul.

A explicação para esse ambiente de expectativa e também de algumas controvérsias parece estar, além da questão ideológica, na rapidez com que o novo bloco vem se organizando e despertando o interesse de outros países, da América Latina e de outros continentes.

De fato, a Aliança do Pacífico congrega, além dos quatro membros fundadores, um grande número de países que hoje estão na condição de membros observadores, alguns dos quais analisam a sua integração ao grande bloco – Canadá, Costa Rica, Panamá, Uruguai, Guatemala, Espanha, Japão, Nova Zelândia, e ainda aprovado, na 7^a Cúpula, realizada em Cali, no mês passado, com a presença do Equador, El Salvador, Honduras, Paraguai, República Dominicana, Portugal e França. Formalmente constituído no ano passado, o bloco resulta de negociações diplomáticas iniciadas ainda em 2011, quando se realizou a primeira Cúpula da Aliança do Pacífico e se aprovou a Declaração de Lima.

O novo bloco, que representa 36% do Produto Interno Bruto da América Latina, 55% de suas exportações e um mercado de 206 milhões de consumido-

res, pretende se firmar como uma nova opção de livre mercado na região, com os olhos voltados, entretanto, à busca conjunta também do mercado asiático e de toda a região banhada pelo Oceano Pacífico.

Com um viés absolutamente liberal, a Aliança do Pacífico propõe-se a gerar emprego e renda, além de promover o bem-estar por meio do livre fluxo de bens, pessoas e investimentos, além da conquista de novos mercados.

A tônica da liberalização da economia foi reforçada com a criação, durante a realização da 6ª Cúpula da entidade, do Conselho Empresarial, que tem por objetivo agilizar a inserção do setor privado no processo de integração de todos os países membros.

Estima-se, senhores e senhoras, que, já no final deste mês, serão anuladas as tarifas de 90% dos produtos comercializados no âmbito da Aliança, e que os 10% restantes terão suas tarifas extintas, no prazo de sete anos.

Veja que é interessante e muito positivo.

O cotejo do bloco recém-criado com o Mercosul tem sido naturalmente formal e político e é importante. Os críticos do Mercosul já se apressam em decretar sua falência – o que é um equívoco –, destacando a agilidade, a flexibilidade e o pragmatismo da Aliança do Pacífico.

Eles lembram que a nova aliança, com um PIB de US\$1,9 trilhão, representa as economias mais dinâmicas da região, com crescimento médio de 5% em 2012 e acordos de livre comércio firmados com os Estados Unidos ou importantes mercados da União Europeia.

Ao mesmo tempo, destacam que o Mercosul, com um PIB de US\$3,3 trilhões, luta há uma década para estabelecer um acordo comercial bloco a bloco com a União Europeia.

Os países-membros do novo bloco, evidentemente, negam que a Aliança do Pacífico venha a competir com o Mercosul. O Presidente da Colômbia e o atual Presidente da Aliança, Juan Manuel Santos, tem sido enfático. Ele diz:

A Aliança é uma iniciativa de integração que não pretende competir com outros mecanismos de integração política ou econômica que existam no continente, como a Alba, o Mercosul e a Unasul.

Por sua vez, o Presidente chileno, Sebastián Piñera, até recentemente na presidência temporária do bloco, destaca que a Aliança “nasceu de braços abertos” para todos, para abrigar novos sócios, e diz que os países da região devem se unir “sob os princípios da democracia e do livre comércio”.

Aqui vem o contraditório que nós temos que fazer, porque tenho certeza de que milhões de pessoas assistem todos os dias ao embate e ao debate no plenário do Senado.

Entretanto, setores da mídia e do próprio empresariado têm-se mostrado reticentes em relação ao futuro do Mercosul, diante do dinamismo, do pragmatismo e das possibilidades de arregimentação que parece mostrar essa Aliança.

No que compete ao Mercosul, destacam como entraves à sua consolidação o excessivo protecionismo e as divergências políticas.

O Mercosul, Sr. Presidente, passa sim por um momento de crise, não se pode negar. Tanto que não houve praticamente nenhuma reunião nos últimos dois anos e nem neste ano. Fui membro do Mercosul e acabei cedendo para o Senador Suplicy, porque tinha a perspectiva de algumas reuniões sucessivas, e nenhuma delas aconteceu; neste ano, novamente sou membro do Mercosul.

Para Rodrigo Branco, economista chefe da Fundação Centro de Estudos de Comércio, a crise econômica da Argentina, somada à adoção de medidas de proteção e à ausência de linhas de crédito internacionais, tem provocado a fragilização do bloco e uma queda generalizada no fluxo desde importante bloco na área do comércio.

Os observadores, Sr. Presidente Capiberibe, incluem também, entre as dificuldades que têm sido enfrentadas pelo nosso Mercosul, questões políticas, como a da Venezuela, onde a oposição contesta os resultados do pleito de abril, que elegeu Nicolás Maduro, e as mais recentes medidas governamentais; ou do Paraguai, que, suspenso das instituições políticas do bloco desde que foi deposto o Presidente Fernando Lugo, se divide entre a reintegração e a procura de alianças outras.

Por sua vez, o Uruguai, admitido como membro observador da Aliança por constatar “o deficiente funcionamento do Mercosul”, divide-se entre continuar nessa situação ou pleitear as condições de país-membro do novo bloco.

Nesse processo de integração regional, Sr. Presidente Capiberibe, há um evidente componente político e ideológico, a começar, no caso em tela, pela opção dos países-membros da Aliança, México, Chile, Peru e Colômbia, que se identificam com o projeto ora apresentado, em contraposição ao Mercosul.

Na verdade, a questão política remonta pelo menos a duas décadas, quando os países latino-americanos se dividiam entre promover uma integração regional em blocos menores ou aderir à integração continental, no âmbito da Área de Livre Comércio das

Américas, a nossa querida Alca, proposta também há um tempo atrás.

Não houve intercâmbio e não caminhamos para lado nenhum; fragiliza-se o Mercosul e da Alca também não estamos participando.

Diante da inevitável submissão à hegemonia no eventual processo de integração continental, conforme revelavam os desdobramentos da controvérsia, formou-se gradativamente um ambiente favorável à criação e consolidação de mecanismos de integração, aqui apresentado e que estou comentando, de âmbito regional.

Esse cenário decretou a criação ou a consolidação de blocos como a Comunidade Andina de Nações, o Mercosul, a Associação Bolivariana das Américas (Alba) e a União das Nações Sul-Americanas (Unasul), inviabilizando, claro, a proposta americana.

Ao mesmo tempo em que os países membros veem na Aliança uma grande oportunidade de dinamização da economia regional e de conquista dos mercados do Pacífico, os Estados Unidos têm, na formação do novo bloco, uma oportunidade de reafirmar sua ascendência na região, após o fracasso na tentativa de instituir a Alca.

Para isso contam, entre outros trunfos, com o acordo de livre comércio com a Colômbia, uma ponte para a inserção de seus produtos nos países que integram a nova aliança.

Para Wagner Iglecias, doutor em Sociologia e professor do Programa de Integração da América Latina, na Universidade de São Paulo, o novo bloco, além de facilitar o isolamento dos governos mais autônomos surgidos na América do Sul, serve aos interesses estratégicos de outros setores que vão frear a expansão econômica e a influência política da China no eixo geopolítico do Pacífico.

Como vemos, a situação de fato é mais do que complexa.

Em recente entrevista, Sr. Presidente, o professor lembrou que a Europa parece ter entrado numa crise de longa duração, e que os Estados Unidos são e ainda deverão ser, por um bom tempo, a maior economia do mundo.

Nessas circunstâncias, e diante da consolidação da China como o grande rival dos Estados Unidos, a região do Pacífico, na análise de Iglecias, deverá desempenhar, a partir deste século, o papel que o Atlântico Norte desempenhou a partir do século XVI.

Para ele, a Aliança do Pacífico pode vir a tornar-se um obstáculo para a ampliação do Mercosul e para a consolidação da Unasul, enfim, pode dificultar a consolidação de um espaço econômico sul-americano mais forte.

A estratégia, diz ele, a ser adotada pelo Brasil – aí aponta caminho depois de todas essas controvérsias – e pelo Mercosul, de acordo com Iglecias, não deve ser o confronto – é isso que, mais ou menos, apontávamos aqui na nossa análise – e o distanciamento, mas o estreitamento de laços econômicos e diplomáticos com os países da região, com os Estados Unidos e com parceiros de outras regiões.

Ele aqui é muito feliz. Ele faz toda uma análise e diz que não adianta ser contra por ser contra; tem que dialogar, tem que conversar, fazer parcerias. Sómente assim nós podemos viabilizar e salvar o Mercosul.

Esse estreitamento de laços não pressupõe uma eventual união do Mercosul e da Aliança, porquanto o primeiro se mostra como uma união aduaneira, enquanto que o novo bloco é voltado prioritariamente para a efetivação do livre comércio.

Essa análise é compartilhada por outros observadores, Tullio Vigevani, por exemplo, professor da Universidade Estadual Paulista e especialista em Mercosul, entende que este bloco tem maiores chances de promover a integração regional; e lembra que os próprios países da Aliança têm acordos com o Mercosul, que poderão ser ampliados.

De fato, praticamente todos os países sul-americanos, em maior ou menor grau, participam da zona de livre comércio do Mercosul.

Chile e Peru formalizaram sua associação por meio de acordos de complementação econômica assinados, respectivamente, em 1996 e 2003; a Colômbia tornou-se membro em 2004, juntamente com o Equador e a Venezuela; e o México firmou, em 2002, dois acordos de complementação econômica com o Brasil.

A grande diferença, portanto, nessa inter-relação, é o fato de que os países da Aliança do Pacífico não integram a união aduaneira do Mercosul nem participam de suas instituições de caráter político.

Em termos estritamente econômicos, é bom lembrar que o Mercosul tem maior mercado consumidor e maior Produto Interno Bruto que a própria Aliança do Pacífico, como aqui já foi mostrado.

É também significativo que, embora as exportações da Aliança tenham superado as do Mercosul, no ano passado, o Brasil tem sido superavitário no comércio bilateral com os países do novo bloco.

Por isso, lembramos, mais uma vez, que não nos interessa o confronto.

Essas ponderações, Sr. Presidente, não têm por objetivo estabelecer um clima – repito – de confronto ou de alardear uma suposta superioridade.

Não interessa a qualquer país desse ou daquele bloco, dessa ou daquela aliança crescer sozinho, não

apenas por uma questão de solidariedade, mas até pela sustentabilidade do seu desenvolvimento.

Na verdade, o Mercosul tem boas razões, claro, para se preocupar com a possibilidade de um esvaziamento, caso não reflita sobre o seu projeto político e não supere os impasses de sua agenda comercial e econômica. Aqui, mais uma vez, os analistas falam que não interessa ao Mercosul o confronto.

Os investidores estrangeiros, bem assim os governantes de alguns países parceiros, têm demonstrado inquietação em relação a sucessivas medidas de nacionalização de empresas, manipulações no câmbio, congelamento de preços e excessivo protecionismo.

Uma profunda reflexão sobre essas dificuldades e a definição de novas estratégias ou metas, entretanto, não devem se confundir com receio, com medo, ou, repito, com antagonismo ou com confronto.

Embora os dois blocos tenham metas diferentes, o Mercosul pode estabelecer uma parceria com a Aliança, a exemplo do que já ocorre com seus países-membros. Essa parceria, dizem os especialistas, seria de grande interesse também para o Brasil, que mantém intenso comércio com a Ásia, por viabilizar o comércio via Oceano Pacífico.

No momento em que o Mercosul se defronta com o surgimento de um novo bloco de propósitos mais modestos, mas de estrutura mais ágil e flexível, seus países-membros devem identificar e remover os impasses que vêm impedindo sua consolidação e a própria ampliação.

Terminando, Sr. Presidente, além disso, devemos estreitar os laços econômicos e diplomáticos com os países da região e intensificar a busca de novos parceiros comerciais.

Sr. Presidente, esse intercâmbio, sem nenhuma dúvida, é um dos mecanismos mais rápidos e eficientes para combater a pobreza e a desigualdade, bem como para desenvolver e promover o chamado desenvolvimento sustentável e coletivo.

Enfim, Sr. Presidente, encerro o meu pronunciamento, mas reitero, para quem o ouviu e assistiu, que aqui a nossa preocupação foi a de que o Mercosul, o Brasil, os países mais próximos ao Mercosul não andem por um caminho de confronto com a Aliança do Pacífico. É possível conviver desde que se faça um diálogo intenso e se estabeleçam parcerias.

Era isso. Agradeço V. Ex^a e, com muita satisfação, vou agora assumir a Presidência no seu lugar para ter o orgulho de assistir ao seu pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE (João Capiberibe. Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado, Senador Paulo Paim, a quem devolvo a condição de Presidente desta Mesa.

O Sr. João Capiberibe deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Passamos a palavra, neste momento, ao Líder do PSB e grande Senador da República, pelo qual todos nós temos o maior carinho, o Senador João Capiberibe.

O SR. JOÃO CAIBERIBE (Bloco/PSB – AP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Paulo Paim, telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, senhores e senhoras presentes a esta sessão, vou tratar de fazer um relatório da viagem que fiz a Berlim, no mês passado. Só agora estou fazendo esse relatório, essa prestação de contas, até porque viajei com recursos do Senado, recursos do contribuinte, a quem eu devo satisfação e devo apresentar resultados.

Já encaminhei o relatório à Presidência da Mesa e, agora, falo desse 1º Encontro sobre Capital Natural, em Berlim, entre os dias 6 e 8 de junho. Eu tive a satisfação de participar, juntamente com a Senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB, ambos representando o Senado, no 1º Encontro sobre Capital Natural, promovido pela Globe International, uma organização que congrega parlamentares do mundo todo. Na verdade, parece um embrião do que poderá vir a ser a representação de um parlamento global.

Nós sabemos que caminhamos para essa preocupação global com questões que nos assustam, como as mudanças climáticas, os fenômenos que ocorrem diariamente na natureza, provocados pela pressão humana sobre os nossos ecossistemas.

A esse encontro também esteve presente o Deputado Márcio Macedo, representando a Câmara dos Deputados.

O objetivo do encontro foi fornecer aos legisladores participantes – havia legisladores do mundo todo – informações sobre a importância de elaborar projetos legislativos que visem incorporar o chamado “capital natural” nos quadros da contabilidade nacional dos nossos governos.

Por capital natural entende-se a valorização de bens e serviços fornecidos pelos sistemas naturais: o sol, o ar, a água, o solo, a flora, a fauna, os micro-organismos, enfim, os ecossistemas, bem como os processos de produção de energia e transformação de matéria-prima neles existentes.

Hoje, o sistema de avaliação da riqueza nacional é fundamentalmente baseado em valores econômicos extraídos da contabilidade governamental. Esse avalia a eficiência das políticas de desenvolvimento por meio de índices como PIB, taxas de crescimento, emprego, taxas de juros, importações, exportações, investimen-

tos etc. No entanto, esse sistema de contas não inclui o valor do capital natural e seus cálculos.

Foram dois dias de muita informação e debate sobre um tema novo, mas que será recorrente sempre que estiver em discussão a relação atual entre produção, consumo e natureza.

Esse instrumento pretende ajudar os países a superar o tradicional enfoque econômico baseado no PIB, integrando as contas nacionais à riqueza que constitui o capital natural. Em outros termos, garantir que as contabilidades nacionais, usadas para medir e planejar o crescimento econômico, incluam também o valor dos recursos naturais.

Até porque a gente sabe que, em qualquer bem que a gente adquira, um veículo, um equipamento qualquer, há um valor de amortização, de desgaste natural de uso. A mesma coisa são os recursos da natureza. Há os desgastes. Se nós usamos intensamente o solo, Senador Paulo Paim, uma parte desse solo não se recupera; ele se desertifica. Então, ele se torna inútil à agricultura. E essas perdas não são contabilizadas.

O PIB leva em consideração apenas o desempenho da economia, e o PIB é uma contabilidade que, muitas das vezes, contraria a prevenção. Por exemplo, não havendo doença, não tem crescimento o PIB. Às vezes, é mais interessante um desastre, porque daí, se você tem um desastre de carro, vai ter que recuperar o carro, vai ter que雇用 gente, vai ter que comprar peça, e isso faz o PIB crescer. Quando você prevê e evita os acidentes, o PIB fica... É uma medida um pouco complicada para atender os interesses da qualidade de vida humana.

O PIB, como disse, só leva em consideração o desempenho econômico. Não diz nada a respeito da riqueza e dos bens subjacentes a essas rendas e a esses produtos. Por exemplo, quando um país explora seus recursos minerais, pesqueiros, hídricos, florestais e outros, na realidade ele está esgotando essas riquezas e não tem amortização. Mas a redução desses bens não aparece no PIB. A redução não é medida pela contabilidade nacional clássica.

Por essa razão, ao se fazer o cálculo da riqueza, é preciso incluir o valor do capital natural. O processo de desenvolvimento em longo prazo é um processo de acumulação e também de boa gestão de um conjunto de ativos, como o capital manufaturado ou industrial, o capital humano, o financeiro e social, aos quais há de acrescentar o capital natural.

Eu sou de uma geração em que o embate era entre o capital e o trabalho. Nós, até bem pouco tempo, até a última década do século XX, não cogitávamos do esgotamento dos recursos da natureza. Portanto, eles

não entravam nessa disputa entre capital e trabalho. A natureza era como se fosse inesgotável.

Os serviços prestados pelas florestas, tais como o sequestro de carbono... Se desaparecer a Floresta Amazônica, haveria um risco, eu acho que hoje menor, haveria um processo de desertificação e de mudança do sistema hídrico. Então, as chuvas que hoje caem no Centro-Sul brasileiro são formadas pela evaporação da Floresta Amazônica.

Imagine: se desaparece a floresta, essa desertificação, essas secas se estenderiam não só na Amazônia, mas também se estenderiam ao Centro-Sul brasileiro.

Voltando, digo que os serviços prestados pelas florestas, tais como o sequestro de carbono e a purificação do ar, não são considerados no cálculo do PIB. Essa ausência de indicadores do capital natural – ou ambiental ou ecológico – pode dar uma ideia equivocada quanto ao desempenho da economia e do bem-estar de um país.

Eu tenho um caso concreto: a mina de manganes do Amapá. Foi explorada de 1956 a 1996. Exaurida a mina, restou a cidade fantasma. As atividades econômicas, todas elas, desapareceram. Então, elas não são sustentáveis, principalmente do ponto de vista econômico, mas também, claro, do ponto de vista social.

Os ecossistemas estão se deteriorando em todo o Planeta, e essa degradação compromete a capacidade dos países de dar bem-estar à população e manter um crescimento sustentável e capaz de combinar a sustentabilidade econômica com a preservação das riquezas ambientais, do patrimônio ambiental e da equidade social.

A incorporação do capital natural ao sistema de contas nacionais pode contribuir para a tomada de decisões. Por exemplo, ao contabilizar a terra ou a água, os países podem melhorar a gestão desses recursos, aumentando a capacidade de produzir energia elétrica ou avaliar os diferentes usos da terra. No caso da biodiversidade, é possível definir uma estratégia de gestão para a agricultura, o ecoturismo, a proteção contra inundações e a recarga dos lençóis freáticos, entre outros.

No caso específico da biodiversidade amazônica, entre converter um hectare de floresta num campo de soja e usar economicamente essa floresta, é evidente que a opção tem que ser pela preservação do capital natural, pelo capital floresta. Manter, usar economicamente, gerar satisfação social e preservar a floresta.

Trata-se, assim, de incluir os valores dos serviços prestados pelos ecossistemas e outros recursos naturais, que atualmente não são objeto de mercado e difíceis de medir.

Ao final do encontro, os participantes, representando o Legislativo de mais de 25 países, redigiram um comunicado cuja finalidade é promover melhor compreensão do capital natural e da importância da sua avaliação.

Passo, em seguida, a enumerar os principais aspectos do comunicado:

- reconhecer que o PIB é apenas uma medida parcial da riqueza nacional e do bem-estar, mas que não representa adequadamente os benefícios não comerciais dos ecossistemas, tampouco os custos ambientais do crescimento;
- salientar que a instituição TEEB (nome inglês para Economia dos Ecossistemas e da Biodiversidade) estimou que, até 2050, as perdas acumuladas devido à degradação dos ecossistemas será equivalente a 7% do PIB global;
- reconhecer a importância da realização de avaliações nacionais dos ecossistemas, de maneira a determinar os ativos em capital natural, bem como os custos associados à sua destruição;
- solicitar aos governos que, até 2020, incorporem plenamente o valor do capital natural nas contas governamentais, bem como para que as empresas divulguem os impactos ambientais de suas atividades nos balanços anuais aos acionistas.

O documento traz, ainda, os compromissos assumidos pelos legisladores, a saber:

- promover a conscientização e compreensão da importância da contabilidade do capital natural nos legislativos nacionais;
- melhorar a comunicação entre parlamentares, peritos e outras partes interessadas na contabilidade do capital natural;
- incentivar os governos a prestar contas da gestão do capital natural em seus países;
- organizar reuniões e debates nos parlamentos nacionais com Ministros do Meio Ambiente e Fazenda e Planejamento, para discutir os benefícios e os métodos de incorporação da valorização do capital natural nas contas governamentais e empresariais.

Em suma, esses foram os temas debatidos durante dois dias, em Berlim. Foram dois dias de intensos debates, dos quais decorreram essas sugestões que apresento a esta Casa e que nós, certamente, haveremos de traduzir em algumas iniciativas de lei, no sentido de forçar os governos a incorporar na contabilidade nacional o capital natural.

A nossa preocupação é com o presente, mas também com as gerações futuras.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS)

– Meus cumprimentos ao Senador João Capiberibe, que presta contas, e muito bem. Isso é importante.

Muita gente faz viagens ao exterior e não traz a contribuição que V. Ex^a traz agora ao Parlamento brasileiro. Acho que, no caso de toda viagem para o exterior, no retorno, o Senador ou o Deputado deveria seguir o seu exemplo: vir à tribuna para prestar contas e trazer, como V. Ex^a trouxe, as sugestões e as ideias para aprimorarmos o nosso próprio sistema como um todo.

Parabéns a V. Ex^a!

O SR. JOÃO CAPIBERIBE (Bloco/PSB – AP) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Ao terminar a sessão, eu queria convidar todos para, segunda-feira, às 9 horas da manhã, na Comissão de Direitos Humanos, um debate promovido pela Senadora Ana Rita – nós estaremos lá – que vai levar muito em consideração paz e religião.

Quero também convidar todos para, no dia 10, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, uma audiência pública requerida por mim, para discutir os impasses e as perspectivas da expansão da educação superior brasileira. Vai ser uma audiência pública muito importante, com a presença de convidados especialistas na área.

Também, ainda, no dia 11, na Comissão de Direitos Humanos – dia 11 é o dia nacional de mobilização proposto pelas centrais sindicais e confederações, um dia nacional de greve e mobilização –, vão ser pautadas as questões de interesse dos trabalhadores e do nosso povo, entre elas o fim do fator previdenciário e o fim do voto secreto.

Nós teremos, no dia 11, então, uma audiência pública para discutir as manifestações políticas na ótica da juventude brasileira. Confirmaram presença representante da Secretaria Nacional da Juventude, representante do Movimento Passe Livre, representante da UnB, representante do Conjuve, representante da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e representante da UNE.

E ainda quero dizer a todos que, no dia 15, uma segunda-feira, nós vamos discutir, também na Comissão, por iniciativa deste Parlamentar, mobilidade urbana e direitos humanos.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, parecer que será lido.

É lido o seguinte:

PARECER Nº 656, DE 2013

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar, do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na RIDE.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o PLS nº 410, de 2012 – Complementar, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 94, de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

O objeto do PLS nº 410, de 2012 – Complementar, é promover a inclusão na área de atuação da RIDE dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás.

O art. 1º do projeto altera o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 1998, para promover a inclusão na área de atuação da RIDE dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

O Autor assim justifica sua iniciativa:

“A ação conjunta é importante porque se trata de uma região que, apesar de envolver o Distrito Federal e municípios de Goiás e de Minas Gerais, é uma área econômica contínua. Prova disso é que trabalhadores do Entorno vêm diariamente ao DF para trabalhar e para acessar serviços públicos.

Essa área econômica contínua não é estanque. Ela aumenta conforme o crescimento econômico. Desde 1998, a economia do DF, o centro econômico da RIDE, cresceu bastante. O PIB do DF variou, descontada a inflação, quase 120% de 1998 a 2009. Portanto, é de se esperar um aumento da área de influência econômica do DF. Em outras palavras, o Entorno do DF se expandiu.

Assim sendo, e dado que a RIDE é um instrumento para a ação administrativa articulada da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal na área do Entorno do DF, justifica-se a inclusão de novos municípios na área da RIDE, como são os casos de Alto Paraíso e São João d'Aliança.”

O PLS nº 410, de 2012 – Complementar, foi encaminhado à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), antes de sua análise e deliberação final pelo Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se inicia quanto ao mérito do PLS nº 410, de 2012 – Complementar, quanto ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

A inclusão de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança na área de atuação da RIDE se dará de modo adequado, pois o município de São João d'Aliança é limítrofe aos municípios de Formosa e Água Fria de Goiás, já inseridos na RIDE, e o município de Alto Paraíso de Goiás é limítrofe ao

município de São João d'Aliança. Haverá, portanto, uma continuidade do território onde será promovida a ação integrada da União, dos governos de Goiás e do Distrito Federal e dos governos municipais em prol do desenvolvimento regional.

A unidade territorial da RIDE será reforçada, pois os dois novos municípios integrantes de sua área de atuação se encontram no eixo da rodovia GO-118, com ligação direta com os polos regionais de Planaltina e Formosa.

Como conclusão, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

Quanto à adequação econômico-financeira, a ampliação das dotações orçamentárias da RIDE se fará no processo de tramitação anual do Orçamento da União.

Quanto à legalidade, o art. 48 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Em complemento ao disposto no art. 48 da Constituição, o art. 43 estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Cabe acrescentar que, além de não ferir a ordem jurídica vigente, a proposição atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em síntese, o PLS nº 410, de 2012 – Complementar, não apresenta óbices a sua aprovação por esta Comissão.

Tenho apenas uma observação a fazer, apoiando-me na ideia proposta pelo autor da matéria de que a área da RIDE não é estanque, uma

vez que, com o crescimento da economia do DF, aumenta sua área de influência. Isso ocorre não só em direção ao norte do DF, onde estão os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João D'Aliança, mas também em direção ao sul, onde se localiza o município de Gameleira de Goiás, vizinho a Abadiânia, que já faz parte da RIDE. Sua inclusão se justifica por estar o município sob a área de influência econômica da RIDE. Por essas razões, apresento uma emenda para incluir Gameleira de Goiás na RIDE.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº 01 – CDR
(ao PLS nº 410, de 2012 – Complementar)

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar, a seguinte redação:

Art. 1º O art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Alto Paraíso de Goiás, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Gameleira de Goiás, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, São João d'Aliança, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

.....” (NR)

Sala da Comissão, 03 de julho de 2013.

Sen. Inácio Arruda – Vice-Presidente

, Relatora

Inácio Arruda

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 410, de 2012

ASSINAM O PARECER, NA 17ª REUNIÃO, DE 03/07/2013, OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)
PRESIDENTE: SEN. INÁCIO ARRUDA
RELATOR: SEN. LÚCIA VÂNIA

Bloco de Apoio ao Governo(PSOL, PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Wellington Dias (PT)	1. João Capiberibe (PSB)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Zeze Perrella (PDT)
Inácio Arruda (PC DO B) <i>Inácio</i>	3. Walter Pinheiro (PT) <i>Walter</i>
João Durval (PDT) <i>João</i>	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB) <i>Lídice</i>	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) <i>Rodrigo</i>
Bloco Parlamentar da Maioria(PV, PSD, PMDB, PP)	
Romero Jucá (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB) <i>Eduardo</i>
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Vital do Rêgo (PMDB) <i>Vital</i>
Ana Amélia (PP)	3. João Alberto Souza (PMDB) <i>João</i>
Ciro Nogueira (PP) <i>Ciro</i>	4. Ivo Cassol (PP) <i>Ivo</i>
Benedito de Lira (PP) <i>Benedito</i>	5. VAGO
Kátia Abreu (PSD) <i>Kátia</i>	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria(PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) <i>Aloysio</i>	1. Cicero Lucena (PSDB)
Ruben Figueiró (PSDB) <i>Ruben</i>	2. Lúcia Vânia (PSDB) <i>Lúcia Vânia</i>
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força(PTB, PSC, PPL, PR)	
Armando Monteiro (PTB)	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Vicentinho Alves (PR)	3. VAGO

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

**Seção IV
DAS REGIÕES**

Art. 43. Para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

§ 1º - Lei complementar disporá sobre:

I - as condições para integração de regiões em desenvolvimento;

II - a composição dos organismos regionais que executarão, na forma da lei, os planos regionais, integrantes dos planos nacionais de desenvolvimento econômico e social, aprovados juntamente com estes.

§ 2º - Os incentivos regionais compreenderão, além de outros, na forma da lei:

I - igualdade de tarifas, fretes, seguros e outros itens de custos e preços de responsabilidade do Poder Público;

II - juros favorecidos para financiamento de atividades prioritárias;

III - isenções, reduções ou diferimento temporário de tributos federais devidos por pessoas físicas ou jurídicas;

IV - prioridade para o aproveitamento econômico e social dos rios e das massas de água represadas ou represáveis nas regiões de baixa renda, sujeitas a secas periódicas.

§ 3º - Nas áreas a que se refere o § 2º, IV, a União incentivará a recuperação de terras áridas e cooperará com os pequenos e médios proprietários rurais para o estabelecimento, em suas glebas, de fontes de água e de pequena irrigação.

**Seção II
DAS ATRIBUIÇÕES DO CONGRESSO NACIONAL**

Art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;

II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;

III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;

IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;

V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;

VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;

VIII - concessão de anistia;

IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 69, de 2012) (Produção de efeito)

X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001)

XII - telecomunicações e radiodifusão;

XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;

XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.

XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003)

LEI COMPLEMENTAR N° 94, DE 19 DE FEVEREIRO DE 1998

Autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDF e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências.

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado a criar, para efeitos de articulação da ação administrativa da União, dos Estados de Goiás e Minas Gerais e do Distrito Federal, conforme previsto nos arts. 21, inciso IX, 43 e 48, inciso IV, da Constituição Federal, a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno - RIDF.

§ 1º A Região Administrativa de que trata este artigo é constituída pelo Distrito Federal, pelos Municípios de Abadiânia, Água Fria de Goiás, Águas Lindas, Alexânia, Cabeceiras, Cidade Ocidental, Cocalzinho de Goiás, Corumbá de Goiás, Cristalina, Formosa, Luziânia, Mimoso de Goiás, Novo Gama, Padre Bernardo, Pirenópolis, Planaltina, Santo Antônio do Descoberto, Valparaíso e Vila Boa, no Estado de Goiás, e de Unaí e Buritis, no Estado de Minas Gerais.

LEI COMPLEMENTAR N° 95, DE 26 DE FEVEREIRO DE 1998

Dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona.

DOCUMENTO ANEXADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA, NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO, DO REGIMENTO INTERNO.

RELATORA: Senadora LÚCIA VÂNIA

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o PLS nº 410, de 2012 – Complementar, de autoria do Senador Rodrigo Rollemberg, que altera a Lei Complementar nº 94, de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE).

O objeto do PLS nº 410, de 2012 – Complementar, é promover a inclusão na área de atuação da RIDE dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás.

O art. 1º do projeto altera o § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 94, de 1998, para promover a inclusão na área de atuação da RIDE dos municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

O Autor assim justifica sua iniciativa:

“A ação conjunta é importante porque se trata de uma região que, apesar de envolver o Distrito Federal e municípios de Goiás e de Minas Gerais, é uma área econômica contínua. Prova disso é que trabalhadores do Entorno vêm diariamente ao DF para trabalhar e para acessar serviços públicos.

Essa área econômica contínua não é estanque. Ela aumenta conforme o crescimento econômico. Desde 1998, a economia do DF, o centro econômico da RIDE, cresceu bastante. O PIB do DF variou, descontada a inflação, quase 120% de 1998 a 2009. Portanto, é de se esperar um aumento da área de influência econômica do DF. Em outras palavras, o Entorno do DF se expandiu.

Assim sendo, e dado que a RIDE é um instrumento para a ação administrativa articulada da União, dos Estados de Goiás e de Minas Gerais e do Distrito Federal na área do Entorno do DF, justifica-se a inclusão de novos municípios na área da RIDE, como são os casos de Alto Paraíso e São João d'Aliança.”

O PLS nº 410, de 2012 – Complementar, foi encaminhado à apreciação da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), antes de sua análise e deliberação final pelo Plenário do Senado Federal.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se inicia quanto ao mérito do PLS nº 410, de 2012 – Complementar, quanto ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

A inclusão de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança na área de atuação da RIDE se dará de modo adequado, pois o município de São João d'Aliança é limítrofe aos municípios de Formosa e Água Fria de Goiás, já inseridos na RIDE e o município de Alto Paraíso de Goiás é limítrofe ao município de São João d'Aliança. Haverá, portanto, uma continuidade do território onde será promovida a ação integrada da União, dos governos de Goiás e do Distrito Federal e dos governos municipais em prol do desenvolvimento regional.

A unidade territorial da RIDE será reforçada, pois os dois novos municípios integrantes de sua área de atuação se encontram no eixo da rodovia GO-118, com ligação direta com os polos regionais de Planaltina e Formosa.

Como conclusão, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais.

Quanto à adequação econômico-financeira, a ampliação das dotações orçamentárias da RIDE se fará no processo de tramitação anual do Orçamento da União.

Quanto à legalidade, o art. 48 da Constituição Federal estabelece que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, em especial sobre planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento.

Em complemento ao disposto no art. 48 da Constituição, o art. 43 estabelece que, para efeitos administrativos, a União poderá articular sua ação em um mesmo complexo geoeconômico e social, visando a seu desenvolvimento e à redução das desigualdades regionais.

Cabe acrescentar que, além de não ferir a ordem jurídica vigente, a proposição atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 1998.

Em síntese, o PLS nº 410, de 2012 – Complementar, não apresenta óbices a sua aprovação por esta Comissão.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Foi lido anteriormente o **Parecer nº 656, de 2013**, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012 – Complementar**.

A matéria ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, “d”, do Regimento Interno.

O Projeto consta da pauta da sessão deliberativa ordinária do dia 8 de julho próximo, em regime de urgência, nos termos do **Requerimento nº 767, de 2013**, aprovado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Sobre a mesa, proposta de emenda à Constituição que será lida.

É lida a seguinte:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 36, DE 2013

Modifica o art. 8º, IV, da Constituição Federal, para alterar as fontes de custeio das entidades sindicais.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O inciso IV do art. 8º da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º

IV- a assembléia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva;

.....”(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua promulgação.

JUSTIFICAÇÃO

A liberdade sindical é uma das grandes conquistas sociais que ocorreram ao longo dos séculos XIX e XX. Efetivamente, ao longo de idas e vindas, das lutas, das vitórias e derrotas dos movimentos sociais, emergiu um movimento sindical livre, atuante e democrático.

Um dos principais, senão o principal elemento da liberdade sindical é a autonomia da entidade sindical – notadamente da entidade sindical laboral, mas também da patronal – em face do Estado.

Com efeito, a intervenção estatal é a mais freqüente, a mais intensa e a mais violenta das formas de interferência na dinâmica das relações sindicais. Ora, dado que os sindicatos são veículos de

reivindicações e instrumento de disputa social, a sua liberdade é essencial para a manutenção de uma sociedade democrática. Não por outro motivo, as ditaduras, de qualquer matiz ideológico, têm entre seus primeiros objetivos, o de extinguir a autonomia sindical: às ditaduras importa eliminar os espaços de atuação independente e impor a sua fachada de paz social.

Um dos aspectos pelo qual essa interferência se apresenta é pela transferência ou reserva de recursos públicos para os sindicatos, de maneira a mantê-los em dependência financeira do Estado e, em consequência, fragilizados economicamente e mais suscetíveis à pressão estatal.

No Brasil, o mecanismo idealizado para a consecução dessa interferência econômica foi o da criação da contribuição sindical compulsória, o chamado imposto sindical. Em sua criação, tratava-se de uma remuneração dos sindicatos, cooptados pelo Governo, pelo exercício da função pública de representação que a eles caberia no âmbito do esquema corporativista da Constituição de 1937.

A Constituição de 1988, malgrado seus avanços no sentido de garantir a liberdade de gestão dos sindicatos, ambigamente manteve a previsão para a existência do imposto sindical, preservando essa arcaica dependência financeira dos sindicatos em relação ao Estado.

A manutenção do imposto sindical, que foi defendida como um mecanismo de garantia sindical – para permitir o sustento de sindicatos independentes e atuantes – teve, na realidade, efeito bem diverso, ao servir de motor para a proliferação indiscriminada de sindicatos pouco representativos e pouco relevantes, que se contentam em auferir o imposto e oferecer pouco ou nenhum retorno a seus representados e associados.

Ora, a liberdade sindical tem por expressão máxima o caráter privado e associativo do sindicato, que não deve ser atrelado, de forma alguma, ao aparato estatal. Essa liberdade tem por corolário, necessariamente, a responsabilidade sindical, no sentido de que a entidade sindical tem a obrigação de se fazer relevante para seus representados, não em virtude de lei, mas em razão de sua capacidade efetiva de representá-los e de fazer diferença na defesa de seus interesses.

O sindicato relevante e atuante terá maior capacidade de atrair associados e terá melhores condições, inclusive melhor *expertise*, para a negociação coletiva de melhores condições de trabalho e remuneração. O sustento financeiro dos sindicatos deve decorrer disso: da contribuição associativa de seus membros e da remuneração dos serviços que prestar a toda a categoria.

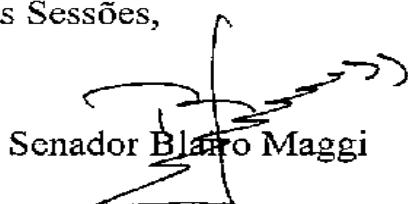
O imposto sindical, por outro lado, por seu caráter compulsório, estimula outro tipo de comportamento: o sindicalismo leniente e desvinculado de resultados, que, por confiar unicamente no financiamento estatal, pouco tem a falar e a fazer para seus representados.

O sindicalismo real prescinde desse artifício e diversos exemplos podem ser colhidos da própria prática sindical brasileira, na qual verificamos que muitos dos sindicatos mais importantes e atuantes abrem mão do imposto sindical, devolvendo-o a seus representados. Ainda, cabe a menção aos sindicatos do setor público, que não são dotados pelo imposto sindical e que se destacam por sua importância e capacidade de representação.

A presente proposição é gêmea de Projeto de Projeto de Lei que também apresentamos para a regulação da matéria no âmbito infraconstitucional.

A importância da modernização das relações sindicais no Brasil é evidente, razão pela qual peço apoio de meus pares para a aprovação desta Proposta e do Projeto de Lei que a acompanha.

Sala das Sessões,



Senador Blairo Maggi

LEGISLAÇÃO CITADA

Constituição da República Federativa do Brasil.

Capítulo II Dos Direitos Sociais

Art. 8º É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:

I - a lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical;

II - é vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Município;

III - ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas;

IV - a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

V - ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato;

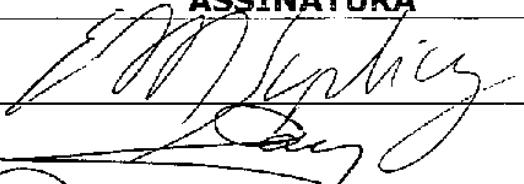
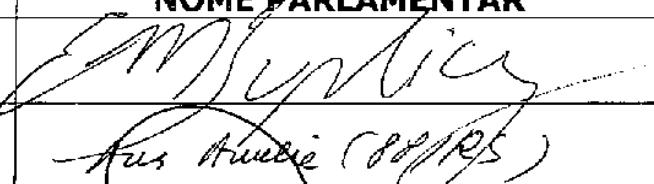
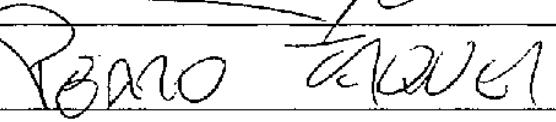
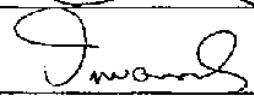
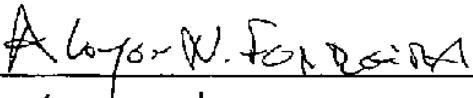
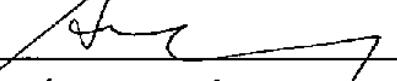
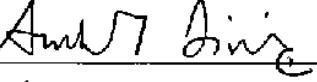
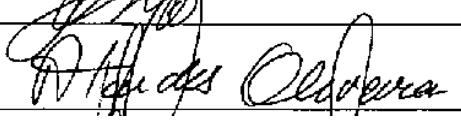
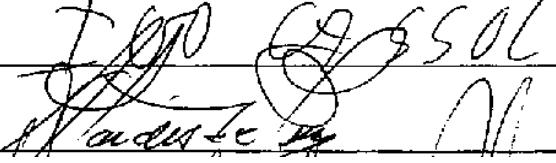
VI - é obrigatória a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho;

VII - o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais;

VIII - é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir da registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

Parágrafo único. As disposições deste artigo aplicam-se à organização de sindicatos rurais e de colônias de pescadores, atendidas as condições que a lei estabelecer.

... cont. Assinaturas de apoio à PEC que tem como primeiro subscritor o Senador Blairo Maggi, que **"modifica o art. 8º, IV, da Constituição Federal, para alterar as fontes de custeio das entidades sindicais"**.

ASSINATURA	NOME PARLAMENTAR
	 Blairo Maggi (PP/RS)
	
José Serra	
W. F.	
	
	
	

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – A proposta de emenda à Constituição que acaba de ser lida está sujeita às disposições constantes dos arts. 354 e seguintes do Regimento Interno.

A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Aviso do Ministro de Estado da Fazenda:

– **Nº 216, de 2 de julho de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 314, de 2013, de informações, de autoria do Senador Vital do Rêgo.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – O Senado Federal recebeu o seguinte Ofício do Ministro de Estado da Defesa:

– **Nº 7641, de 27 de junho de 2013**, em resposta ao Requerimento nº 141, de 2013, de informações, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

As informações foram encaminhadas, em cópia, ao requerente.

O Requerimento vai ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sras e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se na próxima segunda-feira, às 14 horas, a seguinte

ORDEM DO DIA

Às 17 horas

1

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 57, DE 2010

(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 428/2013*)

Projeto de Lei da Câmara nº 57, de 2010 (nº 252/2007, na Casa de origem, do Deputado Gilmar Machado), que altera a *Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o rateio entre empregados da cobrança adicional sobre as despesas em bares, restaurantes, hotéis, motéis e estabelecimentos similares*. Pendente de pareceres da CMA, CCJ, CDR e CAS.

2

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 248, DE 2013
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 724, de 2013*)

Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2013, do Senador Renan Calheiros e outros Senhores Senadores, que *institui o Programa “Passe Livre Estudantil”, de âmbito nacional*. Pendente de pareceres da CE e CAE.

3

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 764, DE 2011
(*Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Recurso nº 1, de 2013*)
(*Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 356, de 2013 – RISF 336, II*)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 764, de 2011, da Senadora Lídice da Mata, que *altera a Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007, que dispõe sobre o regime tributário, cambial e administrativo das Zonas de Processamento de Exportação, e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs:

- 1.670, de 2012, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relator: Senador Wellington Dias (1º pronunciamento: sobre o Projeto), favorável;
- 1.671, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jorge Viana (1º pronunciamento: sobre o Projeto, em turno único), favorável, nos termos de Emenda (Substitutivo), que oferece;
- 1.672, de 2012, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Jorge Viana (2º pronunciamento: sobre o Substitutivo e as emendas, em turno suplementar), pela rejeição das Emendas nºs 1, 2, 4 a 6, 10, 11, 13 e 14; e pela aprovação parcial das Emendas nºs 3, 7 e 9, na forma de subemendas, consolidadas no texto final da Emenda nº 1-CAE (Substitutivo); e
- 655, de 2013, de Plenário, conjunto (sobre as Emendas nºs 2 e 3-Plen), Relator: Senador Jorge Viana, em substituição às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo; e de Assuntos Econômicos, contrário à Emenda nº 2 e favorável à Emenda nº 3.

4

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA
AO PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 244, DE 2009**

(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 766, de 2013)

Discussão, em turno único, do Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 244, de 2009 (nº 5.649/2009, naquela Casa), da Senadora Ideli Salvatti, que *dispõe sobre a condição de perito oficial dos papiloscopistas em suas perícias específicas e dá outras providências*.

Parecer sob nº 648, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Lúcia Vânia, pela rejeição do Substitutivo da Câmara.

5

**PROJETO DE LEI DO SENADO
Nº 410, DE 2012-COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 767, de 2013)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 410, de 2012-Complementar, do Senador Rodrigo Rollemberg, que *altera a Lei Complementar nº 94, de 19 de fevereiro de 1998, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE e instituir o Programa Especial de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal, e dá outras providências, para incluir os municípios de Alto Paraíso de Goiás e São João d'Aliança, ambos situados no Estado de Goiás, na RIDE*. Parecer nº 656, de 2013, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, Relatora: Senadora Lúcia Vânia, favorável, com a Emenda nº 1-CDR, que apresenta.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 37, DE 2011**
(Votação Nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 37, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *altera os arts. 46 e 56 da Constituição Federal, para reduzir de dois para um o número de suplentes de Senador; vedar a eleição de suplente que seja cônjuge, parente consanguíneo ou afim, até o segundo grau ou por adoção do titular e dá outras providências*.

Pareceres sob nºs 382, de 2011; e 101, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Luiz Henrique, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, com as Emendas 1 a 2-CCJ, que apresenta; 2º pronunciamento (sobre as Emendas nºs 3 e 4, de Plenário): pela rejeição.

7

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 89, DE 2011**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 89, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Walter Pinheiro, que *acrescenta § 2º ao art. 52 da Constituição Federal, para estabelecer que os ocupantes de cargo público que tiverem sua escolha aprovada previamente pelo Senado Federal, nos termos do art. 52, III, f, devem comparecer a essa Casa, anualmente, para prestar contas de suas atividades nos respectivos órgãos ou entidades*.

Parecer favorável, sob nº 1.665, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aníbal Diniz.

8

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 42, DE 2012**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 42, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Sérgio Souza, que *cria Tribunal Regional Federal. (Paraná)*

Parecer favorável, sob nº 1.144, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, com votos vencidos dos Senadores Antonio Carlos Valadares, Armando Monteiro, Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ricardo Ferraço, Eduardo Lopes e a Senadora Ana Rita.

9

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 86, DE 2011**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 86, de 2011, tendo como primeira signatária a Senadora Vanessa Grazziotin, que *cria os Tribunais Regionais Federais da 6ª Região*,

com sede em Manaus e jurisdição no Estado do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima. Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

10

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 46, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 46, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Flexa Ribeiro, que *altera o art. 27 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para criar o Tribunal Regional Federal da 6ª Região, com sede em Belém e jurisdição nos Estados do Pará, Amapá, Maranhão e Tocantins.* Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

11

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 61, DE 2012

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do Requerimento nº 176, de 2013)

(Tramitam em conjunto as Propostas de Emenda à Constituição nºs 86, de 2011; e 46 e 61, de 2012)

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 61, de 2012, tendo como primeiro signatário o Senador Eunício Oliveira, que *cria Tribunal Regional Federal com jurisdição nos Estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte e sede na cidade de Fortaleza.*

Parecer sob nº 101, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator:

Senador Jorge Viana, favorável, nos termos da Emenda nº 1 – CCJ (Substitutivo), que oferece, com votos vencidos dos Senadores Pedro Taques, Aloysio Nunes Ferreira, Ataídes Oliveira e Armando Monteiro; e pela prejudicialidade das Propostas de Emenda à Constituição nºs 46 e 61, de 2012, que tramitam em conjunto.

12

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 7, DE 2013

Quarta sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 7, de 2013, tendo como primeiro signatário o Senador José Sarney, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para vincular a duração dos benefícios fiscais concedidos às Áreas de Livre Comércio (ALC) e à Amazônia Ocidental ao prazo de vigência da Zona Franca de Manaus.*

Parecer favorável, sob nº 462, de 2013, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Valdir Raupp, com voto contrário do Senador Aloysio Nunes Ferreira.

13

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 32, DE 2010

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2010, tendo como primeiro signatário o Senador Valter Pereira, que *altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência.* Parecer favorável, sob nº 1.846, de 2010, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Demóstenes Torres.

14

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 123, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 123, de 2011 (nº 98/2007, na Câmara dos Deputados, tendo como primeiro signatário o Deputado Otávio Leite), que *acrescenta a alínea “e” ao inciso VI do art. 150 da Constituição Federal, instituindo imunidade tributária sobre os fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou*

obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham.

Parecer sob nº 484, de 2012, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, de redação, que apresenta, com voto vencido do Senador Eduardo Braga.

15
REQUERIMENTO
Nº 705, DE 2013

Votação, em turno único, do Requerimento nº 705, de 2013, do Senador Randolfe Rodrigues, *solicitando o desapensamento do Projeto de Lei*

do Senado nº 62, de 2012 – Complementar, dos Projetos de Lei do Senado nºs 150, de 2005; 90, 180, 298, 414 e 540, de 2007; 66, 72, 265 e 482, de 2008; 12, 128, 175, 229, 230, 243, 248, 302, 315, 350, 450 e 507, de 2009; 21, 75, 538 e 719, de 2011; 113, 135, 376 e 382, de 2012, todos Complementares, a fim de que tenha tramitação autônoma (limites de gastos com pessoal na Lei de Responsabilidade Fiscal).

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Está encerrada a sessão.
Que Deus ilumine a todos.

(Levanta-se a sessão às 14 horas e 1 minuto.)

Requerimentos de Licença sem ônus

Artigos 13; 43, I e II; e 256 do Regimento Interno do Senado Federal (sem ônus)

RQS	ANO	AUTOR	RISF	PERÍODO	FINALIDADE
372 - M	2013	Mozarildo Cavalcanti	43, I	De 27/06/2013 a 07/07/2013	Licença Saúde
373 - M	2013	Humberto Costa	13	27/06/2013	Atividade Parlamentar
374 - M	2013	Zeze Perrella	13	26/06/2013 e 27/06/2013	Atividade Parlamentar
375 - M	2013	Kátia Abreu	13	26/06/2013	Atividade Parlamentar
376 - M	2013	Ana Amélia	13	27/06/2013	Atividade Parlamentar - realizar, como membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, visita institucional ao Comando Militar do Sul, em Foz do Iguaçu, PR
377 - M	2013	Romero Jucá	13	27/06/2013	Atividade Parlamentar
378 - M	2013	Ciro Nogueira	13	De 02/07/2013 a 04/07/2013	Atividade Parlamentar
379 - M	2013	Ana Amélia	256	-	Retirada do RQM nº 323, de 2013
380 - M	2013	Eduardo Lopes	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
381 - M	2013	Garibaldi Alves	43, I	De 02/07/2013 a 05/07/2013	Licença Saúde
382 - M	2013	Mário Couto	13	De 02/07/2013 a 04/07/2013	Atividade Parlamentar
383 - M	2013	Maria do Carmo Alves	13	02/07/2013	Atividade Parlamentar
384 - M	2013	Flexa Ribeiro	13	04/07/2013 e 05/07/2013	Atividade Parlamentar
385 - M	2013	Ciro Nogueira	13	05/07/2013 e 08/07/2013	Atividade Parlamentar
386 - M	2013	Paulo Davim	13	03/07/2013	Atividade Parlamentar
387 - M	2013	Benedito de Lira	13	04/07/2013 e 05/07/2013	Atividade Parlamentar
388 - M	2013	Cássio Cunha Lima	13	04/07/2013 e 05/07/2013	Atividade Parlamentar
389 - M	2013	Ivo Cassol	13	04/07/2013 e 05/07/2013	Atividade Parlamentar
390 - M	2013	Ivo Cassol	13	08/07/2013	Atividade Parlamentar
391 - M	2013	Paulo Davim	13	04/07/2013	Atividade Parlamentar
392 - M	2013	Paulo Davim	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
393 - M	2013	Ataídes Oliveira	13	04/07/2013 e 05/07/2013	Atividade Parlamentar - participar do Seminário Regional "Discussão da Proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014 (LDO 2014)" na Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, em Palmas, TO
394 - M	2013	Maria do Carmo Alves	13	04/07/2013	Atividade Parlamentar
395 - M	2013	Armando Monteiro	13	De 05/07/2013 a 12/07/2013	Atividade Parlamentar - participar do 42º Torneio Internacional de Formação Profissional, em Leipzig, Alemanha
396 - M	2013	Inácio Arruda	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
397 - M	2013	Eduardo Amorim	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
398 - M	2013	Cícero Lucena	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
399 - M	2013	Antônio Carlos Rodrigues	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
400 - M	2013	Aníbal Diniz	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
401 - M	2013	Fernando Collor	43, II	De 08/07/2013 a 17/07/2013	Licença Particular
402 - M	2013	Romero Jucá	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
403 - M	2013	Maria do Carmo Alves	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
404 - M	2013	Humberto Costa	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
405 - M	2013	João Alberto Souza	13	De 05/07/2013 a 08/07/2013	Atividade Parlamentar
406 - M	2013	Valdir Raupp	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
407 - M	2013	Mário Couto	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
408 - M	2013	Mário Couto	13	08/07/2013	Atividade Parlamentar
409 - M	2013	José Agripino	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
410 - M	2013	Clésio Andrade	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
411 - M	2013	Aécio Neves	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar
412 - M	2013	Pedro Simon	43, I	De 03/07/2013 a 09/07/2013	Licença Saúde
413 - M	2013	Vital do Rêgo	13	05/07/2013	Atividade Parlamentar

Agenda cumprida pelo Presidente Renan Calheiros

05/07/2013
Sexta-feira

10h	Recebe o Senhor Nelson Calandra, Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB Sala de Audiências
10h	Ordem do Dia Plenário

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

- Bloco-PDT - João Durval*
- Bloco-PSB - Lídice da Mata** (S)
- Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

- Bloco-PP - Francisco Dornelles*
- Bloco-PRB - Eduardo Lopes** (S)
- Bloco-PT - Lindbergh Farias**

Maranhão

- Bloco-PTB - Epitácio Cafeteira*
- Bloco-PMDB - João Alberto Souza**
- Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

- Bloco-PSDB - Mário Couto*
- Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
- Bloco-PMDB - Jader Barbalho**

Pernambuco

- Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
- Bloco-PTB - Armando Monteiro**
- Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

- Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
- Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
- Bloco-PR - Antonio Carlos Rodrigues** (S)

Minas Gerais

- Bloco-PMDB - Clésio Andrade* (S)
- Bloco-PSDB - Aécio Neves**
- Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

- Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
- Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**
- Bloco-DEM - Wilder Moraes** (S)

Mato Grosso

- Bloco-DEM - Jayme Campos*
- Bloco-PR - Blairo Maggi**
- Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

- Bloco-PMDB - Pedro Simon*
- Bloco-PP - Ana Amélia**
- Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

- Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
- Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
- Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

- Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
- Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
- Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

- Bloco-PT - Ana Rita* (S)
- Bloco-PR - Magno Malta**
- Bloco-PMDB - Ricardo Ferraço**

Piauí

- Bloco-PTB - João Vicente Claudino*
- Bloco-PP - Ciro Nogueira**
- Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

- Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
- Bloco-DEM - José Agripino**
- Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

- Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
- Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
- Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

- Bloco-PTB - Fernando Collor*
- Bloco-PP - Benedito de Lira**
- Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

- Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
- Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
- Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

- Bloco-PR - Alfredo Nascimento*
- Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
- Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

- Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
- Bloco-PMDB - Roberto Requião**
- Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

- Bloco-PT - Aníbal Diniz* (S)
- Bloco-PT - Jorge Viana**
- Bloco-PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

- Bloco-PSDB - Ruben Figueiró* (S)
- Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
- Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

- Bloco-PTB - Gim* (S)
- Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
- Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

- Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
- Bloco-PP - Ivo Cassol**
- Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

- Bloco-PSD - Kátia Abreu*
- Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira** (S)
- Bloco-PR - Vicentinho Alves**

Amapá

- Bloco-PMDB - José Sarney*
- Bloco-PSB - João Capiberibe**
- Bloco-PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

- Bloco-PTB - Mozarildo Cavalcanti*
- Bloco-PT - Angela Portela**
- Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar da Maioria - 28

PMDB-20 / PP-5 / PSD-2 / PV-1

Ana Amélia	PP/RS
Benedito de Lira	PP/AL
Casildo Maldaner	PMDB/SC
Ciro Nogueira	PP/PI
Clésio Andrade	PMDB/MG
Eduardo Braga	PMDB/AM
Eunício Oliveira	PMDB/CE
Francisco Dornelles	PP/RJ
Garibaldi Alves	PMDB/RN
Ivo Cassol	PP/RO
Jader Barbalho	PMDB/PA
Jarbas Vasconcelos	PMDB/PE
João Alberto Souza	PMDB/MA
José Sarney	PMDB/AP
Kátia Abreu	PSD/TO
Lobão Filho	PMDB/MA
Luiz Henrique	PMDB/SC
Paulo Davim	PV/RN
Pedro Simon	PMDB/RS
Renan Calheiros	PMDB/AL
Ricardo Ferraço	PMDB/ES
Roberto Requião	PMDB/PR
Romero Jucá	PMDB/RR
Sérgio Petecão	PSD/AC
Sérgio Souza	PMDB/PR
Valdir Raupp	PMDB/RO
Vital do Rêgo	PMDB/PB
Waldemir Moka	PMDB/MS

Bloco de Apoio ao Governo - 24

PT-12 / PDT-5 / PSB-4 / PC DO B-2

PSOL-1

Acir Gurgacz	PDT/RO
Ana Rita	PT/ES
Angela Portela	PT/RR
Aníbal Diniz	PT/AC
Antonio Carlos Valadares	PSB/SE
Cristovam Buarque	PDT/DF
Delcídio do Amaral	PT/MS
Eduardo Suplicy	PT/SP
Humberto Costa	PT/PE
Inácio Arruda	PC DO B/CE
João Capiberibe	PSB/AP
João Durval	PDT/BA
Jorge Viana	PT/AC
José Pimentel	PT/CE
Lídice da Mata	PSB/BA
Lindbergh Farias	PT/RJ
Paulo Paim	PT/RS
Pedro Taques	PDT/MT
Randolfe Rodrigues	PSOL/AP

Rodrigo Rollemberg	PSB/DF
Vanessa Grazziotin	PC DO B/AM
Walter Pinheiro	PT/BA
Wellington Dias	PT/PI
Zeze Perrella	PDT/MG

Bloco Parlamentar Minoria - 16

PSDB-12 / DEM-4

Aécio Neves	PSDB/MG
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB/SP
Alvaro Dias	PSDB/PR
Ataídes Oliveira	PSDB/TO
Cássio Cunha Lima	PSDB/PB
Cícero Lucena	PSDB/PB
Cyro Miranda	PSDB/GO
Flexa Ribeiro	PSDB/PA
Jayme Campos	DEM/MT
José Agripino	DEM/RN
Lúcia Vânia	PSDB/GO
Maria do Carmo Alves	DEM/SE
Mário Couto	PSDB/PA
Paulo Bauer	PSDB/SC
Ruben Figueiró	PSDB/MS
Wilder Morais	DEM/GO

Bloco Parlamentar União e Força - 13

PTB-6 / PR-5 / PSC-1 / PPL

PRB-1

Alfredo Nascimento	PR/AM
Antonio Carlos Rodrigues	PR/SP
Armando Monteiro	PTB/PE
Blaíro Maggi	PR/MT
Eduardo Amorim	PSC/SE
Eduardo Lopes	PRB/RJ
Epitácio Cafeteira	PTB/MA
Fernando Collor	PTB/AL
Gim	PTB/DF
João Vicente Claudino	PTB/PI
Magno Malta	PR/ES
Mozarildo Cavalcanti	PTB/RR
Vicentinho Alves	PR/TO

Bloco Parlamentar da Maioria	28
Bloco de Apoio ao Governo	24
Bloco Parlamentar Minoria	16
Bloco Parlamentar União e Força	13
TOTAL	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (Bloco-PDT-RO)	Epitácio Cafeteira* (Bloco-PTB-MA)	Magno Malta*** (Bloco-PR-ES)
Aécio Neves*** (Bloco-PSDB-MG)	Eunício Oliveira*** (Bloco-PMDB-CE)	Maria do Carmo Alves* (Bloco-DEM-SE)
Alfredo Nascimento* (Bloco-PR-AM)	Fernando Collor* (Bloco-PTB-AL)	Mário Couto* (Bloco-PSDB-PA)
Aloysio Nunes Ferreira*** (Bloco-PSDB-SP)	Flexa Ribeiro*** (Bloco-PSDB-PA)	Mozarildo Cavalcanti* (Bloco-PTB-RR)
Alvaro Dias* (Bloco-PSDB-PR)	Francisco Dornelles* (Bloco-PP-RJ)	Paulo Bauer*** (Bloco-PSDB-SC)
Ana Amélia*** (Bloco-PP-RS)	Garibaldi Alves* (Bloco-PMDB-RN)	Paulo Davim*** (Bloco-PV-RN)
Ana Rita* (Bloco-PT-ES)	Gim* (Bloco-PTB-DF)	Paulo Paim*** (Bloco-PT-RS)
Angela Portela*** (Bloco-PT-RR)	Humberto Costa*** (Bloco-PT-PE)	Pedro Simon* (Bloco-PMDB-RS)
Anibal Diniz* (Bloco-PT-AC)	Inácio Arruda* (Bloco-PC DO B-CE)	Pedro Taques*** (Bloco-PDT-MT)
Antonio Carlos Rodrigues*** (Bloco-PR-SP)	Ivo Cassol*** (Bloco-PP-RO)	Randolfe Rodrigues*** (Bloco-PSOL-AP)
Antonio Carlos Valadares*** (Bloco-PSB-SE)	Jader Barbalho*** (Bloco-PMDB-PA)	Renan Calheiros*** (Bloco-PMDB-AL)
Armando Monteiro*** (Bloco-PTB-PE)	Jarbas Vasconcelos* (Bloco-PMDB-PE)	Ricardo Ferreira*** (Bloco-PMDB-ES)
Ataídes Oliveira*** (Bloco-PSDB-TO)	Jayme Campos* (Bloco-DEM-MT)	Roberto Requião*** (Bloco-PMDB-PR)
Benedito de Lira*** (Bloco-PP-AL)	João Alberto Souza*** (Bloco-PMDB-MA)	Rodrigo Rollemberg*** (Bloco-PSB-DF)
Blairo Maggi*** (Bloco-PR-MT)	João Capiberibe*** (Bloco-PSB-AP)	Romero Jucá*** (Bloco-PMDB-RR)
Casildo Maldaner* (Bloco-PMDB-SC)	João Durval* (Bloco-PDT-BA)	Ruben Figueiró* (Bloco-PSDB-MS)
Cássio Cunha Lima*** (Bloco-PSDB-PB)	João Vicente Claudino* (Bloco-PTB-PI)	Sérgio Petecão*** (Bloco-PSD-AC)
Cícero Lucena* (Bloco-PSDB-PB)	Jorge Viana*** (Bloco-PT-AC)	Sérgio Souza*** (Bloco-PMDB-PR)
Ciro Nogueira*** (Bloco-PP-PI)	José Agripino*** (Bloco-DEM-RN)	Valdir Raupp*** (Bloco-PMDB-RO)
Clésio Andrade* (Bloco-PMDB-MG)	José Pimentel*** (Bloco-PT-CE)	Vanessa Grazziotin*** (Bloco-PC DO B-AM)
Cristovam Buarque*** (Bloco-PDT-DF)	José Sarney* (Bloco-PMDB-AP)	Vicentinho Alves*** (Bloco-PR-TO)
Cyro Miranda* (Bloco-PSDB-GO)	Kátia Abreu* (Bloco-PSD-TO)	Vital do Rêgo*** (Bloco-PMDB-PB)
Delcídio do Amaral*** (Bloco-PT-MS)	Lídice da Mata*** (Bloco-PSB-BA)	Waldemir Moka*** (Bloco-PMDB-MS)
Eduardo Amorim*** (Bloco-PSC-SE)	Lindbergh Farias*** (Bloco-PT-RJ)	Walter Pinheiro*** (Bloco-PT-BA)
Eduardo Braga*** (Bloco-PMDB-AM)	Lobão Filho*** (Bloco-PMDB-MA)	Wellington Dias*** (Bloco-PT-PI)
Eduardo Lopes*** (Bloco-PRB-RJ)	Lúcia Vânia*** (Bloco-PSDB-GO)	Wilder Morais*** (Bloco-DEM-GO)
Eduardo Suplicy* (Bloco-PT-SP)	Luiz Henrique*** (Bloco-PMDB-SC)	Zeze Perrella*** (Bloco-PDT-MG)

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

PRESIDENTE

Renan Calheiros - (PMDB-AL)

1^a VICE-PRESIDENTE

Jorge Viana - (PT-AC)

2^º VICE-PRESIDENTE

Romero Jucá - (PMDB-RR)

1^º SECRETÁRIO

Flexa Ribeiro - (PSDB-PA)

2^a SECRETÁRIA

Angela Portela - (PT-RR)

3^º SECRETÁRIO

Ciro Nogueira - (PP-PI)

4^º SECRETÁRIO

João Vicente Claudino - (PTB-PI)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1^º - Magno Malta - (PR-ES)

2^º - Jayme Campos - (DEM-MT)

3^a - João Durval - (PDT-BA)

4^a - Casildo Maldaner - (PMDB-SC)

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD/PV) - 28</p> <p>Líder Eunício Oliveira - Bloco (62,70)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 20</p> <p>Eunício Oliveira (62,70)</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <p>Ricardo Ferroço (105) Romero Jucá (40,104) Vital do Rêgo (107)</p> <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles (64)</p> <p>Vice-Líder do PP Ana Amélia (12,88)</p> <p>Líder do PSD - 2</p> <p>Sérgio Petecão (84,87)</p> <p>Vice-Líder do PSD Kátia Abreu (11,13,52,60,85)</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim (75)</p> <p>Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC/PPL/PRB) - 13</p> <p>Líder Gim - Bloco (56,58,59)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66) Eduardo Amorim (17,47,48,72) Blairo Maggi (19,51) Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 6</p> <p>Gim (56,58,59)</p> <p>Líder do PR - 5</p> <p>Alfredo Nascimento (41,66)</p> <p>Vice-Líder do PR Antonio Carlos Rodrigues (92)</p> <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim (17,47,48,72)</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Eduardo Lopes (37,45,63,100,109)</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PSOL) - 24</p> <p>Líder Wellington Dias - Bloco (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Acir Gurgacz (49,55,67,97) Rodrigo Rollemberg (69,98) Inácio Arruda (89,99)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 12</p> <p>Wellington Dias (24,65,90)</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <p>Walter Pinheiro (22,27,93) Amílcar Diniz (25,94) Paulo Paim (95) Eduardo Suplicy (96)</p> <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Adir Gurgacz (49,55,67,97)</p> <p>Vice-Líder do PDT Zeze Perrella (86)</p> <p>Líder do PSB - 4</p> <p>Rodrigo Rollemberg (69,98)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (29,38,82)</p> <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda (89,99)</p> <p>Vice-Líder do PC DO B Vanessa Grazziotin (1,91)</p> <p>Líder do PSOL - 1</p> <p>Randolfe Rodrigues (18,76)</p> <p>Governo</p> <p>Líder Eduardo Braga - Governo (39)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Gim (56,58,59) Benedito de Lira Lídice da Mata (29,38,82) Jorge Viana Vital do Rêgo (107)</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 16</p> <p>Líder Mário Couto - Bloco (34,61)</p> <p>Vice-Líderes</p> <p>Wilder Morais (101) Ataídes Oliveira (102,108) Cyro Miranda (31,103)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12</p> <p>Aloysio Nunes Ferreira (7,68)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <p>Cássio Cunha Lima (74) Alvaro Dias (78) Paulo Bauer (6,35,79,80)</p> <p>Líder do DEM - 4</p> <p>José Agripino (2,10,14,44,46,77)</p> <p>Vice-Líder do DEM Jayme Campos (28,106)</p>
---	--	---

Notas:

1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR N° 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.

2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.

3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM N° 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
5. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
6. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB N° 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
8. Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
9. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
10. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM n° 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
11. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfilhou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
12. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme o OF. N° 068/2011-GLDPP.
13. Em 08.11.2011, foi lido o Of. nº 1.327/2011-GSKAAB, que comunica a indicação da Senadora Kátia Abreu, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
14. Senador José Agripino exerce a Liderança do Democratas nos dias 23 e 24 de novembro do corrente, conforme o OF. N° 073/11-GLDEM, lido na sessão do dia 23 de novembro de 2011.
15. Em 28.11.2011, o Senador Gilvam Borges voltou ao exercício do mandato, tendo em vista o término de sua licença.
16. Em 29.11.2011, o Senador Gilvam Borges deixou o mandato.
17. Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 06.12.11, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.11.
18. Senador Randolfe Rodrigues é designado líder do PSOL, conforme OF. GSMB N° 713/2011, lido na sessão do dia 21 de dezembro de 2011.
19. Senador Blairo Maggi é designado Líder do PR de 01/02/2012 a 31/01/2013, conforme OF. S/N - 2012, lido na sessão de 3 de fevereiro de 2012.
20. Senador Sérgio Souza é designado Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB N° 001/2012, lido na sessão do dia 3 de fevereiro de 2012.
21. Senador Pedro Taques é designado Vice-Líder do PDT, conforme OF. LPDT N° 001/2012, lido na sessão do dia 6 de fevereiro de 2012.
22. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do PT, conforme OF. GLDPT N° 002/2012, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2012.
23. Senadora Ana Rita é designada Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
24. Senador Wellington Dias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
25. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
26. Senador Lindbergh Farias é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDBAG N° 3/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
27. Senador Walter Pinheiro é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG N° 005/2012, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
28. Senador Jayme Campos é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. S/N, lido na sessão de 9 de fevereiro de 2012.
29. Senadora Lídice da Mata é designada Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 8/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
30. Senador Antonio Carlos Valadares é designado Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB N° 9/2012, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2012.
31. Senador Cyro Miranda é designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
32. Senador Flexa Ribeiro é designado 2º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
33. Senadora Lúcia Vânia é designada 3ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
34. Senador Mário Couto é designado 4º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
35. Senador Paulo Bauer é designado 5º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme Of. GSJAYM N° 34/2012, lido na sessão de 15 de fevereiro de 2012.
36. Senador Marcelo Crivella afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
37. Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB, conforme Of. GSMC N° 12/2012, lido na sessão de 08 de março de 2012.
38. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, conforme Of. nº 035/2012-GLDBAG, lido na sessão de 13 de março de 2012.
39. Senador Eduardo Braga é designado Líder do Governo, conforme Mensagem nº 75, lida na sessão de 13 de março de 2012.
40. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 038/2012, lido na sessão ordinária de 21 de março de 2012.
41. Senador Alfredo Nascimento é designado 1º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.
42. Senador Vicentinho Alves é designado 2º Vice-Líder do PR, conforme Of. Leg. nº 011/2012 GLPR, lido na sessão de 22 de março de 2012.

43. Senador Demóstenes Torres comunicou o seu afastamento da Liderança do DEM, conforme os Ofícios Int. n°s 032 e 033/GSDT, lidos na sessão de 27 de março de 2012.
44. Senador Jayme Campos, em pronunciamento na sessão deliberativa ordinária do Senado de 27 de março de 2012, informou ao Plenário a designação do Senador José Agripino para Líder do DEM. Presidente do Senado, Senador José Sarney, informou que a comunicação seria considerada pela Mesa e aguardaria a sua formalização para leitura em Plenário.
45. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme o Ofício n° 039/2012-GLDBAG, lido na sessão de 27 de março de 2012.
46. Senador José Agripino é indicado Líder do DEM, conforme OF. N° 012/12-GLDEM, lido na sessão de 28 de março de 2012.
47. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
48. Senador Eduardo Amorim é indicado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. N° 028/GLBUF/SF, lido na sessão de 3 de maio de 2012.
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
51. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
52. Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
53. Em 10.10.2012, foi lido o Of. n° 0053/2012-GLPSD, que comunica a indicação do Senador Marco Antônio Costa, como Líder, e do Senador Sérgio Petecão, como Vice-Líder do PSD.
54. Senador Vicentinho Alves afastou-se do exercício do mandato, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Ofício GSVALV n° 415/2012).
55. Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, em 30.10.2012, após licença (Of. GSAGUR n° 172/2012).
56. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
57. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento n° 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
58. Em 19.12.2012, foi lido o Of. 083/2012/GLPTB, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Partido no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015.
59. Em 19.12.2012, foi lido o OF. N. 236/2012-BLUFOR, comunicando a recondução do Senador Gim como Líder do Bloco, no período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015, e o exercício das Vice-Lideranças pelos Senadores Alfredo Nascimento, Eduardo Amorim, João Costa e Blairo Maggi, respectivamente.
60. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLPSD, que comunica a reassunção da liderança do PSD pela Senadora Kátia Abreu.
61. Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar Minoria até o dia 31.01.2014.
62. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria, para o biênio 2013-2015, conforme OF. GLPMDB n° 009/2013.
63. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 11/2013-GSEL, que comunica a manutenção do Senador Eduardo Lopes como Líder do PRB.
64. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 2/2013-GLDPP, que comunica a manutenção do Senador Francisco Dornelles como Líder do PP para o biênio 2013-2014.
65. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 1/2013-GLDPT, que comunica a indicação do Senador Wellington Dias como Líder do PT.
66. Em 01.02.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado Líder do PR, conforme Of. Leg. N. 001/2013-GLPR.
67. Em 01.02.2013, foi lido o Of. n° 01/13-LPDT, que comunica a indicação do Senador Acir Gurgacz como Líder do PDT para o biênio 2013-2014.
68. Em 01.02.2013, foi lido o Of. s/n-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Aloysio Nunes Ferreira como Líder do PSDB.
69. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Líder do PSB, a partir de 04/02/2013, conforme OF. GLPSB N° 0023/2013, lido em reunião preparatória do dia 1º de fevereiro de 2013.
70. Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do PMDB, para o biênio 2013 - 2015, conforme o OF. GLPMDB n° 010/2013.
71. Em 04.02.2013, lido ofício do Senador Vicentinho Alves comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Secretário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (D.O. n° 3.809, de 04 de fevereiro de 2013).
72. Em 05.02.2013, lido expediente comunicando continuar Líder do PSC no biênio 2013/2014 o Senador Eduardo Amorim.
73. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cícero Lucena para 3º Vice-Líder do PSDB.
74. Em 05.02.2013, lido o Of. n° 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Cássio Cunha Lima para 1º Vice-Líder do PSDB.
75. Em 05.02.2013, lido o OF. GSPDAV N° 003/13, que comunica continuar Líder do Partido Verde na presente Legislatura o Senador Paulo Davim.
76. Em 05.02.2013, lido o Of. GSRR n° 00010/2013, que comunica a manutenção do Senador Randolfe Rodrigues como Líder do PSOL.
77. Em 05.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador José Agripino como Líder do DEM.

78. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Alvaro Dias para 2º Vice-Líder do PSDB.
79. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 006/13-GLPSDB, que retifica o Of. nº 005/13-GLPSDB, indicando o Senador Paulo Bauer para 3º Vice-Líder do PSDB.
80. Em 05.02.2013, lido o Of. nº 005/13-GLPSDB, que comunica a indicação do Senador Paulo Bauer para 2º Vice-Líder do PSDB.
81. Em 06.02.2013, o Senador João Costa é designado Líder do PPL, conforme Of. N. 012/2013-BLUFOR.
82. Senadora Lídice da Mata é designada Vice-Líder do PSB, conforme OF. GLPSB Nº 0024/2013, lido na sessão de 06.02.2013.
83. Senador João Costa comunica que o PPL passa a integrar o Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. Nº 011/2013-BLUFOR/SF, lido na sessão de 06.02.2013.
84. Em 13.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é designado Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
85. Em 13.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada Vice-Líder do PSD, conforme OFÍCIO Nº 0014/2013-GLPSD.
86. Em 18.02.2013, o Senador Zeze Perrella é designado Vice-Líder do PDT, conforme OFÍCIO Nº 002/2013-GLDPDT.
87. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
88. Em 20.02.2013, a Senadora Ana Amélia é designada Vice-Líder do PP, conforme OFÍCIO Nº 08/2013-GLDPP.
89. Em 26.02.2013, o Senador Inácio Arruda é designado Líder do PCdoB, conforme Oficio GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
90. Senador Wellington Dias é designado Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. nº 20/2013-GLDBAG, lido na sessão de 26.02.2013.
91. Em 26.02.2013, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada Vice-Líder do PCdoB, conforme Oficio GSINAR nº 38/2013, lido na sessão de 26.02.2013.
92. Em 28.02.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado Vice-Líder do PR, conforme Oficio GLPR nº 007/2013, lido na sessão de 28.02.2013.
93. Senador Walter Pinheiro é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
94. Senador Aníbal Diniz é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
95. Senador Paulo Paim é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
96. Senador Eduardo Suplicy é designado Vice-Líder do PT, conforme OF. GLDPT Nº 004/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
97. Senador Acir Gurgacz é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
98. Senador Rodrigo Rollemberg é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
99. Senador Inácio Arruda é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
100. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. GLDBAG Nº 028/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
101. Senador Wilder Morais é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
102. Senador Ataídes Oliveira é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
103. Senador Cyro Miranda é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar Minoria, conforme OF. GLDMIN Nº 011/2013, lido na sessão de 5 de março de 2013.
104. Senador Romero Jucá é designado 2º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
105. Senador Ricardo Ferraço é designado 1º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. GLPMDB nº 105/2013, lido na sessão ordinária de 07 de março de 2013.
106. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. 25/13-GLDEM.
107. Senador Vital do Rêgo é designado 3º Vice-Líder do PMDB, conforme OF. nº 180/2013-GLPMDB
108. Em 05.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 580, de 2013, de prorrogação da licença do Senador João Ribeiro, até 07/08/13. Em consequência, o Senador Ataídes de Oliveira, 1º Suplente, continua no exercício do mandato.
109. Senador Eduardo Lopes é designado Vice-Líder do Bloco Parlamentar União e Força, conforme OF. 142/2013-BLUFOR, lido na sessão de 2 de julho de 2013.

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) VIOLAÇÃO DO DIREITO HUMANO À SAÚDE

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos do Requerimento nº 105, de 2013, do Senador Magno Malta e outros Senhores Senadores, composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a, no prazo de cento e vinte dias, apurar e analisar fatos e gravíssimas violações do direito humano à saúde causados por erros dos dirigentes, médicos e demais profissionais de hospitais públicos e privados - resultando em lesões físicas e causando vítimas fatais.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/02/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
VAGO (2,7)	1. VAGO (2,7)
VAGO (2,7)	2.
VAGO (2,7)	3.
VAGO (2,7)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
VAGO (5,8)	1. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	2. VAGO (5,8)
VAGO (5,8)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Jayme Campos (DEM-MT) (1)	1. Mário Couto (PSDB-PA) (3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Magno Malta (PR-ES) (4)	1. VAGO (4,6)
Eduardo Amorim (PSC-SE) (4)	

Notas:

- *. Número de suplentes alterado para 7 membros, em obediência ao art. 145, parágrafo 4º, do RISF.
- 1. Em 13.03.2013, o Sen. Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.17/2013-GLDEM).
- 2. Em 13.3.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo e Sérgio Petecão são designados membros titulares; e o Senador Jarbas Vasconcelos, membro suplente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 80/2013 - GLPMDB).
- 3. Em 13.03.2013, o Sen. Mário Couto é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão (Of.86/2013-GLPSDB).
- 4. Em 13.03.2013, os Senadores Magno Malta e Eduardo Amorim são designados membros titulares e o Senador João Costa, membro suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of.41/2013-BLUFOR).
- 5. Em 15.03.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim e Antonio Carlos Valadares são designados membros titulares e os Senadores Pedro Taques e Eduardo Lopes membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.48/2013-GLDBAG).
- 6. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
- 7. Em 24.04.2013, os Senadores Waldemir Moka, Sérgio Souza, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Jarbas Vasconcelos deixam de compor a Comissão (Of. nº 169/2013-GLPMDB).
- 8. Em 06.05.2013, os Senadores Humberto Costa, Paulo Paim, Antonio Carlos Valadares, Pedro Taques e Eduardo Lopes deixam de compor a Comissão (Of. nº 71/2013-GLDBAG).

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴⁾

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO EXTERNA PARA VISITAR O CONGRESSO NACIONAL DO PARAGUAI

Finalidade: Visitar o Congresso Nacional do Paraguai para estreitar as relações com os senadores paraguaios, tratar da crise que envolve os agricultores brasileiros no Paraguai e conhecer as ações que estão sendo realizadas pelo Governo daquele País para proteger os brasileiros no conflito de terras que envolvem os chamados "carperos" e "brasiguaios".

(Requerimento nº 30, de 2012, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 14/02/2012

Designação: 28/02/2012

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)

Senador Delcídio do Amaral (PT) (3)

Senador Paulo Paim (PT) (3)

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) (5)

Senador Sérgio Souza (PMDB) (2)

Senadora Ana Amélia (PP) (4)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Alvaro Dias (PSDB) (1)

Notas:

- Em 28.02.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro do PSDB (Bloco Parlamentar da Minoria) na Comissão (Of. nº 18/12-GLPSDB).
- Em 05.03.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 23/12-GLPMDB).
- Em 06.03.2012, os Senadores Delcídio do Amaral e Paulo Paim são designados membros do PT (Bloco de Apoio ao Governo) na Comissão (Of. nº 27/12-GLDBAG).
- Em 07.03.2012, a Senadora Ana Amélia é designada membro do PMDB (Bloco Parlamentar da Maioria) na Comissão (Of. nº 24/12-GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS PROGRAMAS DE TRANSPOSIÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO

Finalidade: Acompanhar, no prazo de doze meses, todos os atos, fatos relevantes, normas e procedimentos referentes às obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, conhecida como "Transposição do Rio São Francisco", bem como o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

(Requerimento nº 514, de 2011, do Senador Cícero Lucena)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB)

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE)

Aprovação do Requerimento: 21/03/2012

Designação: 04/04/2012

Instalação: 13/11/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT) ⁽³⁾	1. Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽³⁾
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽³⁾	2. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Davim (PV) ⁽⁴⁾	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB) ⁽⁵⁾

Notas:

*. Em 13.11.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Cícero Lucena para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Humberto Costa (Of. nº 001/2012-CEE-São Francisco).

**. Em 13.11.2012, foi lido o Requerimento nº 961, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22 de dezembro de 2013.

1. Em 4.4.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 30/2012-GLPSDB).

2. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

3. Em 11.04.2012, o Senador Humberto Costa e a Senadora Lídice da Mata são designados membros titulares e os Senadores Inácio Arruda e Antonio Carlos Valadares membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 48/2012-GLDBAG).

4. Em 26.04.2012, os Senadores Vital do Rêgo e Paulo Davim são designados membros titulares e os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB Nº 093/2012).

5. Em 12.11.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 234/2012-GLPSDB).

4) CT - REFORMA DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO - PLS 236/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012, que reforma o Código Penal Brasileiro.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Designação: 17/07/2012

Instalação: 08/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 28/11/2012

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 11/02/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 26/02/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 12/03/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Senador Jorge Viana (PT)	1. Senador Eduardo Suplicy (PT) ^(4,5)
Senador Pedro Taques (PDT)	2. Senador José Pimentel (PT)
Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽²⁾	3. Senadora Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Eunício Oliveira (PMDB)	1. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Benedito de Lira (PP)	3. VAGO ⁽¹²⁾
	4. VAGO ^(3,8)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Senador Jayme Campos (DEM)
Senador Cícero Lucena (PSDB) ^(7,9)	
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Senador Magno Malta (PR)	1. Senador Eduardo Amorim (PSC)
Senador Armando Monteiro (PTB)	2. VAGO ^(6,10,11,13)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 236, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 09/08/2012 a 04/12/2012 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Suspensão de Prazo : 28/11/2012 a (Art. 118, § 4º, do RISF)

Notas:

*. Lida na sessão deliberativa extraordinária de 17.07.2012 a designação dos membros da Comissão.

***. Em 15.08.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação do PLS nº 236/2012: Apresentação de Emendas - 09/08 a 05/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 06 a 20/09/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21 a 27/09/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 28/09 a 04/10/2012 (cinco dias úteis).

****. Em 29.08.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 772, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 05/10 a 05/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 06 a 20/11/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 21/11 a 04/12/2012 (dez dias úteis).

*****. Em 25.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 859, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 05/10 a 05/11/2012; Relatórios Parciais - 06/11 a 20/11/2012; Relatório do Relator-Geral - 21/11 a 27/11/2012; Parecer Final da Comissão - 28/11 a 04/12/2012.

*****. Em 30.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 903, de 2012, que duplica o prazo para apresentação de emendas perante a Comissão: Apresentação de Emendas - 09/08 a 04/12/2012; Relatórios Parciais - 05/12 a 11/02/2013; Relatório do Relator-Geral - 12 a 26/02/2013; Parecer Final da Comissão - 27/02 a 12/03/2013.

*****. Em 28.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.034, de 2012, que suspende o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 236, de 2012.

1. Em 08.08.2012, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como Relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 36/2012-SSCEPI).

2. Em 14.08.2012, a Senadora Lidice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. nº 100/2012-GLBAG).

3. Em 04.09.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida ao PMDB pelo PSDB (Ofícios N°s 172/2012-GLPSDB e 288/2012-GLPMDB).

4. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

5. Em 17.10.2012, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 135/2012-GLDBAG).

6. Em 23.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (Of. nº 161/2012-BLUFOR).

7. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

8. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

9. Em 28.11.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 240/2012-GLPSDB).

10. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.

11. Em 27.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 36/2013, designando o Senador João Costa, como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

12. Vago, em razão de o Senador Luiz Henrique não pertencer mais à Comissão (Of. GLPMDB nº 132/2013).

13. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

**5) CT- DESTINADA A PROPOR SOLUÇÕES AO
FINANCIAMENTO DO SISTEMA DE SAÚDE DO BRASIL**

Finalidade: Debater e propor soluções, no prazo de noventa dias, para o financiamento do sistema de saúde do Brasil.

(Requerimento nº 145, de 2012, do Senador Humberto Costa)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾

RELATOR: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/03/2012

Designação: 17/04/2012

Prazo final: 12/06/2013

Prazo prorrogado: 24/09/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Senador Humberto Costa (PT)	1. Senador Wellington Dias (PT)
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾	1. Senador Luiz Henrique (PMDB) ^(2,4)
Senador Paulo Davim (PV) ^(2,4)	2. Senador Ciro Nogueira (PP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Jayme Campos (DEM) ^(5,6)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) ⁽¹⁾

Notas:

*. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 051, de 2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Humberto Costa e Antonio Carlos Valadares, como membros titulares; e os Senadores Wellington Dias e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

**. Em 11.06.2013, foi aprovado o Requerimento nº 561, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 90 dias.

1. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 43/12-GLPSDB).

2. Em 27.04.2012, foi lido o Ofício nº 095, de 2012, da Liderança do Bloco da Maioria, designando os Senadores Vital do Rêgo e Luiz Henrique, como membros titulares; e os Senadores Paulo Davim e Ciro Nogueira, como membros suplentes, para comporem a Comissão.

3. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CTS, que comunica a instalação da Comissão, bem como a eleição dos Senadores Vital do Rêgo e Humberto Costa para Presidente e Relator, respectivamente.

4. Em 19.03.2013, o Senador Paulo Davim é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 116/2013).

5. Vaga cedida ao DEM.(Of. nº107/13-GLPSDB).

6. Em 3.4.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 22/13-GLDEM).

7. Em 4.4.2013, foi lido o Ofício 002/2013-CTS, que comunica a eleição do Senador Psulo Davim para Vice-Presidente nesse colegiado.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues martins

Telefone(s): 061 33033501

Fax: 061 33031176

E-mail: sscepi@ssenado.leg.br

6) CT - MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PLS 281, 282 E 283/2012 (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que propõem alterações no Código de Defesa do Consumidor.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF)

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

Designação: 15/08/2012

Instalação: 30/08/2012

Apresentação de Emendas - prazo sobrestado em: 05/02/2013

Relatórios Parciais - prazo sobrestado: 05/04/2013

Relatório do Relator-Geral - prazo sobrestado: 06/05/2013

Parecer Final da Comissão - prazo sobrestado: 04/06/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Renan Calheiros (PMDB)	1. Senador Romero Jucá (PMDB)
Senador Ricardo Ferraço (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
VAGO ⁽⁹⁾	3. Senador Sérgio Souza (PMDB)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB) ^(2,11)
Senador Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Senador Paulo Paim (PT)
	3. Senador Delcídio do Amaral (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB)	1. Senador Cyro Miranda (PSDB)
Senador Wilder Morais (DEM)	2. VAGO ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Senador Eduardo Amorim (PSC)	1. Senador Gim (PTB) ⁽⁶⁾
Senador Fernando Collor (PTB)	2. VAGO ^(8,10)
Senador Antonio Carlos Rodrigues (PR) ^(13,4)	

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DOS
PROJETO DE LEI DO SENADO 281, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 282, de 2012
PROJETO DE LEI DO SENADO 283, de 2012**

PRAZOS

Recebimento de emendas perante as Comissões : 31/08/2012 a 05/02/2013 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)
Relatórios Parciais : 06/02/2013 a 05/04/2013 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Reletório do Relator-Geral : 08/04/2013 a 06/05/2013 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 07/05/2013 a 04/06/2013 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 188/2012-GLPMDB, designando os Senadores Renan Calheiros, Ricardo Ferraço e Casildo Maldaner como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Tomás Correia e Sérgio Souza como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

**. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 99/2012-GLDBAG, designando o Senador Antonio Carlos Valadares, a Senadora Marta Suplicy e o Senador Rodrigo Rollemberg como membros titulares, e os Senadores Cristovam Buarque, Paulo Paim e Delcídio do Amaral como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão.

***. Em 15.08.2012, foi lido o Ofício nº 74/2012-BLURFORSF, designando os Senadores Eduardo Amorim e Fernando Collor como membros titulares, e os Senadores Gim Argello e Mozarildo Cavalcanti como membros suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.

****. Em 15.08.2012, foram lidos os Ofícios nºs 124/2012-GLPSDB e 42/2012-GLDEM, designando os Senadores Paulo Bauer e Wilder Morais como membros titulares, e os Senadores Cyro Miranda e Clovis Fecury como membros suplentes do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.

*****. Há uma vaga de membro titular e uma vaga de membro suplente não ocupadas na Comissão, a serem compartilhadas pelo Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do art. 374 do Regimento Interno e com base na proporcionalidade partidária.

*****. Em 30.08.2012, ocorreu a instalação da Comissão, a eleição dos Senadores Rodrigo Rollemberg e Paulo Bauer para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, e a designação, como Relator, do Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 040/12-SSCEPI).

*****. Em 04.09.2012, a Presidência fixa o calendário de tramitação da Comissão: Apresentação de Emendas - 31/08 a 28/09/2012 (vinte dias úteis); Relatórios parciais - 1º a 15/10/2012 (dez dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 16 a 22/10/2012 (cinco dias úteis); Parecer Final da Comissão - 23 a 29/10/2012 (cinco dias úteis).

*****. Em 12.09.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 823, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 28/09 a 29/10/2012 (quarenta dias úteis); Relatórios Parciais - 30/10 a 28/11/2012 (vinte dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 29/11 a 12/12/2012 (dez dias úteis); Parecer Final da Comissão - 13/12/2012 a 05/02/2013 (dez dias úteis).

*****. Em 17.10.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 884, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 30/10 a 28/11/2012 (total: sessenta dias úteis); Relatórios Parciais - 29/11/12 a 20/02/2013 (total: trinta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 21/02 a 13/03/2013 (total: quinze dias úteis); Parecer Final da Comissão - 14/03 a 04/04/2013 (total: quinze dias úteis).

*****. Em 27.11.2012, foi lido e aprovado o Requerimento nº 1.016, de 2012, que duplica o prazo para a conclusão dos trabalhos da Comissão: Apresentação de Emendas - 29/11/12 a 5/02/2013 (total: oitenta dias úteis); Relatórios Parciais - 5/02 a 5/04/2013 (total: quarenta dias úteis); Relatório do Relator-Geral - 8/04 a 6/05/2013 (total: vinte dias úteis); Parecer Final da Comissão - 7/05 a 04/06/2013 (total: vinte dias úteis).

*****. Em 05.02.2013, foi lido e aprovado o Requerimento nº 14, de 2013, que suspende os prazos da Comissão para realização de audiência pública e diligências.

1. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

2. Em 25.09.2012, o Senador Cristovam Buarque deixa de ocupar vaga da suplência do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 119/2012-GLDBAG).

3. Em 17.10.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede a vaga de titular deixada pela Senadora Marta Suplicy ao Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 130/2012 - GLDBAG).

4. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 164/2012-BLUFOR).

5. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

6. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

7. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

8. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9. Em 20.03.2013, vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).

10. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 110/2013-BLUFOR).

11. Em 15.05.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. GLDBAG nº 82/2013).

7) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE REALIZAR ESTUDOS E PROPOR ATUALIZAÇÃO DA LEP

Finalidade: Realizar estudos e propor a atualização da Lei de Execuções Penais - LEP (Lei nº 7.210, de 1984), no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Requerimento nº 848, de 2012, do Senador José Sarney, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 16

PRESIDENTE: Sidnei Agostinho Beneti

RELATORA: Maria Tereza Uille Gomes ⁽¹⁾

Designação: 22/11/2012

Instalação: 04/04/2013

Prazo final: 02/06/2013

Prazo prorrogado: 14/10/2013

MEMBROS

Sidnei Agostinho Beneti

Gamil Föppel El Hireche

Carlos Pessoa de Aquino

Edemundo Dias de Oliveira Filho

Denis de Oliveira Praça

Maria Tereza Uille Gomes

Marcellus Ugiette

Roberto Charles de Menezes Dias

Técio Lins e Silva

Luís Alexandre Rassi

Sergio Alexandre Meneses Habib

Marco Aurélio Belizze

Maurício Kuehne

Augusto Eduardo de Souza Rossini

Luciano Losekann

Nídea Rita Coltro Sorci

Notas:

*. Em 29.05.2013, foi aprovado o Requerimento nº 476, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias; e amplia em 5 o quantitativo de vagas da Comissão.

1. Em 10.05.2013, a Comissão reunida designou como Relatora a Doutora Maria Tereza Uille Gomes (Of. 15/2013 - SSCEPI).

Secretário(a): REINILSON PRADO

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: rprado@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE LEI DE ARBITRAGEM E MEDIAÇÃO

Finalidade: Elaborar anteprojeto de Lei de Arbitragem e Mediação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Requerimento nº 702, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 29.08.2012, aditado pelo Requerimento nº 854, de 2012, do Senador Renan Calheiros, aprovado em 30.10.2012)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: Luis Felipe Salomão

Designação: 22/11/2012

Instalação: 03/04/2013

Prazo final: 13/10/2013

MEMBROS

Luis Felipe Salomão

Marco Maciel

José Antônio Fichtner

Caio Cesar Rocha

José Rogério Cruz e Tucci

Marcelo Rossi Nobre

Francisco Antunes Maciel Müssnich

Tatiana Lacerda Prazeres

Adriana Braghetta

Carlos Alberto Carmona

Eleonora Coelho

Pedro Paulo Guerra de Medeiros

Silvia Rodrigues Pereira Pachikoski

Francisco Maia Neto

Ellen Gracie Northfleet

André Chateubriand Pereira Diniz Martins

José Roberto de Castro Neves

Marcelo Henriques Ribeiro de Oliveira

Walton Alencar Rodrigues

Roberta Maria Rangel

Eduardo Pellegrini de Arruda Alvim

Adacir Reis

Notas:

*. Em 28.11.2012, aprovado o Requerimento nº 1.022, de 2012, que amplia em 4 o quantitativo de vagas da Comissão.

**. Em 27.03.2013, aprovado o Requerimento nº 216, de 2013, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão.

***. Em 17.04.2013, aprovado o Requerimento nº 262, de 2013, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão.

****. Em 07.05.2013, aprovado o Requerimento nº 355, de 2013, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão.

9) COMISSÃO EXTERNA PARA ACOMPANHAR A CRISE NA FEDERAÇÃO PARAENSE DE FUTEBOL

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, a crise institucionalizada na Federação Paraense de Futebol - FPF, assegurada a participação de dois membros da região Norte do País.

(Requerimento nº 930, de 2012, do Senador Mário Couto)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mário Couto (PSDB-PA) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 28/11/2012

Instalação: 17/04/2013

Prazo final: 16/07/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
1.	
2.	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁾	1. Senador Ivo Cassol (PP) ⁽⁴⁾
Senador Roberto Requião (PMDB) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Mário Couto (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB) ^(1,3)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
VAGO ^(5,8)	1. Senador Magno Malta (PR) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPSDB nº 4/2013, designando o Senador Mário Couto como membro titular e o Senador Flexa Ribeiro como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.
2. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício BLUFOR nº 208/2012, designando Magno Malta como membro suplente, para compor o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão.
3. Em 09.04.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. nº 116/2013-GLPSDB).
4. Em 10.04.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 149/2013, designando o Senador Jarbas Vasconcelos como membro titular e o Senador Ivo Cassol como membro suplente para compor o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
5. Em 16.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 92/2013-BLUFOR).
6. Em 16.04.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 152/2013-GLPMDB).
7. Em 17.04.2013, a Comissão reunida elegeu o Senador Mário Couto como Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2013-CTEPPF).
8. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 109/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Reinilson Prado dos Santos
Telefone(s): 61 33033492
Fax: 61 33031176
E-mail: sscepi@senado.leg.br

**10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO
DE ANTEPROJETO DO NOVO CÓDIGO COMERCIAL**

Finalidade: Elaborar anteprojeto destinado a substituir o Código Comercial que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

(Ato do Presidente nº 13, de 2013)

Número de membros: 19

PRESIDENTE: João Otávio de Noronha

VICE-PRESIDENTE: Alfredo de Assis Gonçalves Neto

RELATOR: Fábio Ulhoa Coelho

Instalação: 07/05/2013

Prazo final: 17/11/2013

MEMBROS

João Otávio de Noronha

Fábio Ulhoa Coelho

Alfredo de Assis Gonçalves Neto

Arnoldo Wald

Bruno Dantas Nascimento

Cleantho de Moura Rizzo Neto

Clóvis Cunha da Gama Malcher Filho

Daniel Beltrão de Rossiter Correia

Eduardo Montenegro Serur

Felipe Lückmann Fabro

Jairo Saddi

Marcelo Guedes Nunes

Márcio Souza Guimarães

Newton de Lucca

Osmar Brina Corrêa-Lima

Paulo de Moraes Penalva Santos

Ricardo Lupion Garcia

Tiago Asfor Rocha Lima

Uinie Caminha

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 13, de 2013**

PRAZOS

11) CT - MODERNIZAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (LEI N° 8.666/1993)

Finalidade: Atualizar e modernizar a Lei nº 8.666, de 21 de junho, de 1993, no prazo de 60 (sessenta) dias.

(Ato do Presidente nº 19, de 2013)

Número de membros: 8

PRESIDENTE: Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)

RELATOR: Senadora Kátia Abreu (PSD-TO)

RELATOR REVISOR: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS)

Ato do Presidente do Senado Federal: 28/05/2013

Instalação: 13/06/2013

Prazo final: 26/08/2013

Prazo final prorrogado: 25/10/2013

MEMBROS

Senador Vital do Rêgo (PMDB)

Senadora Kátia Abreu (PSD)

Senador Waldemir Moka (PMDB)

Senador Francisco Dornelles (PP)

Senador Eduardo Suplicy (PT)

Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)

Senador Armando Monteiro (PTB)

Senador Wilder Morais (DEM)

**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL 19, de 2013**

PRAZOS**Notas:**

*. Em 13.06.2013, ocorreu a instalação da Comissão, nos termos do Of. 001/2013-CTLICON.

**. Em 2.7.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 28, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 60 dias.

Secretário(a): Keny Cristina Rodrigues Martins

Telefone(s): 61 33033501

Fax: 61 33031176

E-mail: sscepi@senado.leg.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(13,68)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Pedro Taques (PDT) (10,14,61)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Walter Pinheiro (PT) (33)
José Pimentel (PT) (9,10)	3. Aníbal Diniz (PT) (41,42)
Humberto Costa (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (57)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Cristovam Buarque (PDT) (34,35,46,47,70)	6. Acir Gurgacz (PDT) (8,70)
Rodrigo Rollemberg (PSB) (62,65)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB) (62,66)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
	9. Randolfe Rodrigues (PSOL) (69)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (60)	1. Casildo Maldaner (PMDB) (60)
Sérgio Souza (PMDB) (60)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) (17,22,60)
Valdir Raupp (PMDB) (36,37,49,50,60,73)	3. VAGO (60)
Roberto Requião (PMDB) (60,64)	4. Eunício Oliveira (PMDB) (60,63)
Vital do Rêgo (PMDB) (60)	5. Waldemir Moka (PMDB) (60)
Romero Jucá (PMDB) (60,63)	6. Clésio Andrade (PMDB) (3,7,16,26,27,60)
Luiz Henrique (PMDB) (60)	7. Ana Amélia (PP) (60)
Ivo Cassol (PP) (60)	8. Ciro Nogueira (PP) (60)
Francisco Dornelles (PP) (11,12,18,20,60)	9. Benedito de Lira (PP) (5,60)
Kátia Abreu (PSD) (23,25,43,44,55,59,60)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (1,56)	1. Flexa Ribeiro (PSDB) (56)
Cyro Miranda (PSDB) (56)	2. Aécio Neves (PSDB) (2,56)
Alvaro Dias (PSDB) (56)	3. Paulo Bauer (PSDB) (56)
José Agripino (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (30,31,32)
Jayme Campos (DEM) (30)	5. Wilder Morais (DEM) (4,15,40)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(29,45)	
Armando Monteiro (PTB) (67)	1. Gim (PTB) (67,74)
João Vicente Claudino (PTB) (67,74,78)	2. Alfredo Nascimento (PR) (48,67,75,78)

Blairo Maggi (PR) (26,27,28,53,67)	3. Eduardo Amorim (PSC) (38,39,51,52,67,71,72,76)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (6,54,67)	4. Vicentinho Alves (PR) (21,67,77)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Maita Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.

2. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.

3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

4. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).

6. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

7. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

8. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. nº 66/2011-GLDBAG).

9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

10. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. nº 079/2011-GLDBAG).

11. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

12. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

13. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

14. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).

15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
16. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 23.11.2011, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro suplente do PR na Comissão, em decorrência de novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
22. Em 28.11.2011, foi lido o Ofício nº 298-2011-GLPMDB, comunicando o remanejamento do Senador Sérgio Souza, da 6ª para a 2ª suplência do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
23. Em 28.12.2011, vago em virtude da Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.
24. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
25. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012 - GLPSD).
26. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
27. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of.GLPMDB nº 32/2012).
28. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro titular do PR na Comissão (Of. nº 004/2012-GLPR).
29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
30. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 20/2012-GLDEM).
31. Em 25.04.2012, a Liderança do DEM cede uma vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. Nº 027/12-GLDEM).
32. Em 25.04.2012, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente na Comissão em vaga cedida pelo DEM (Of. nº 48/12-GLPSDB).
33. Em 22.05.2012, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 073/2012-GLDBAG).
34. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
35. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 089/2012-GLDBAG).
36. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
37. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
38. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
39. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. Nº 075/2012/BLUFOR/SF).
40. Em 29.08.2012, é lido o Of. nº 046/12-GLDEM, designando o Senador Wilder Moraes como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, a partir de 10.09.2012, em substituição ao Senador Clovis Fecury.
41. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
42. Em 14.09.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 109/2012-GLDBAG).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 139/2012 - GLDBAG).
48. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
49. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.

50. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 361/2012).
51. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
52. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 213/2012-BLUFOR).
53. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
54. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
55. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Marco Antônio Costa (OFÍCIOS nºs 012 e 013/2013-GLPSD).
56. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 007/13-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 012/2013 - GLDBAG).
58. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Lindbergh Farias e Sérgio Souza Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 007/2013 - CAE).
59. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
61. Em 26.02.2013, o Senador Pedro Taques é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Zeze Perrella (Of. nº 17/2013-GLDBAG).
60. Em 26.02.2013, foram lidos os Ofícios GLPMDB nº 36 e 64/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Sérgio Souza, Jader Barbalho, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu como membros titulares e os Senadores Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, Waldemir Moka, Clésio Andrade, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
62. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar sua suplência (Of. GLDBAG nº 023/2013).
63. Em 27.02.2013, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência (Of. GLPMDB nº 074/2013).
64. Em 12.03.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. GLPMDB nº 113/2013).
65. Em 14.03.2013, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 46/2013).
66. Em 14.03.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. GLDBAG nº 46/2013).
67. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Gim, Blairo Maggi e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores João Vicente Claudino, Eduardo Amorim, João Costa e Alfredo Nascimento para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 42/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 07.02.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é confirmado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. 0012/2013-GLPDSB).
70. Em 27.03.2013, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 57/2013-GLDBAG).
71. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
72. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 88/2013-BLUFOR)
73. Em 24.04.2013, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Jader Barbalho (Of. 165/2013-GLPMDB).
74. Em 7.5.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Gim, que passa a ocupar a primeira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR).
75. Em 7.5.2013, o Senador João Vicente Claudino passa a ocupar a segunda suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
77. Em 7.5.2013, o Senador Vicentinho Alves passa a ocupar a quarta suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
76. Em 7.5.2013, o Senador Eduardo Amorim passa a ocupar a terceira suplência na Comissão (Of. 102/2013-BLUFOR)
78. Em 08.05.2013, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento, que passa a ocupar a vaga de membro suplente (Of. 104/2013BLUFOR).

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Walter Pinheiro (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Inácio Arruda (PC DO B)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Randolfe Rodrigues (PSOL)	3. Eduardo Lopes (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Benedito de Lira (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Kátia Abreu (PSD)
Waldemir Moka (PMDB)	3. Jader Barbalho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Wilder Morais (DEM) ⁽¹⁾	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
João Vicente Claudino (PTB)	1. Eduardo Amorim (PSC)

Notas:

1. Em 30.4.2013, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador José Agripino (OF. 90/2013-CAE)

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 85/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Walter Pinheiro, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues, como titulares, e dos Senadores Delcídio do Amaral, Acir Gurgacz e Eduardo Lopes, como suplentes, do Bloco de Apoio ao Governo; da Senadora Ana Amélia e dos Senadores Casildo Maldaner e Waldemir Moka, como titulares, e da Senadora Kátia Abreu e dos Senadores Benedito de Lira e Jader Barbalho, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; dos Senadores Alvaro Dias e José Agripino, como titulares, e da Senadora Lúcia Vânia e do Senador Aloysio Nunes Ferreira, como suplentes, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador João Vicente Claudino, como membro titular, e do Senador Eduardo Amorim, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽¹⁾	
Delcídio do Amaral (PT) ^(5,6)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB) ^(3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Benedito de Lira (PP) ⁽⁸⁾	1. Sérgio Souza (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁷⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR)

Notas:

- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
- Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CAE (Of. nº 089/2012 - GLDBAG).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 12.03.2013, vago em virtude da solicitação contida no OF. nº 014/2013 -CAE.
- Em 23.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 87/2013-CAE).
- Em 25.06.2013, o Senador Benedito de Lira é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (OF. nº 165/2013-PRESIDÊNCIA/CAE).
- Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimental para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
- Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 82/2013-CAE, que comunica a designação do Senador Delcídio do Amaral como membro titular e do Senador Antonio Carlos Valares como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, dos Senadores Francisco Dornelles e Luiz Henrique como membros titulares e dos Senadores Sérgio Souza e Roberto Requião como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Flexa Ribeiro como membro titular e do Senador Aloysio Nunes Ferreira como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Antonio Carlos Rodrigues como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Sérgio Souza (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Wilder Morais (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Armando Monteiro (PTB)	1. Blairo Maggi (PR)

Notas:

*. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 83/2013-CAE, que comunica a designação do Senador José Pimentel e da Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares e do Senador Rodrigo Rollemberg como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, do Senador Sérgio Souza como membro titular e dos Senadores Ciro Nogueira e Eunício Oliveira como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria, do Senador Paulo Bauer como membro titular e do Senador Wilder Morais como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria, e do Senador Armando Monteiro como membro titular e do Senador Blairo Maggi como membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Eduardo Suplicy (PT)	1. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB)
	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽¹⁾	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. João Costa (PPL)

Notas:

1. Em 23.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. 88/2013/CAE).
2. Em 25.6.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cristovam Buarque e Eduardo Suplicy, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 167/2013 - Presidência/CAE).
- *. Em 16.4.2013, foi lido o Ofício 84/2013-CAE, que comunica a designação dos Senadores Eduardo Suplicy e Cristovam Buarque, como titulares, e do Senador Pedro Taques, como suplente, do Bloco de Apoio ao Governo; do Senador Vital do Rêgo, como titular, e dos Senadores Ricardo Ferraço e Ivo Cassol, como suplentes, do Bloco Parlamentar da Maioria; do Senador Cyro Miranda, como titular, e do Senador Jayme Campos, como suplente, do Bloco Parlamentar Minoria; e do Senador Alfredo Nascimento, como titular, e do Senador João Costa, como suplente, do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽³⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽³⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(8,42)	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT) ⁽²⁶⁾
Humberto Costa (PT)	3. José Pimentel (PT) ⁽¹⁸⁾
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Waldemir Moka (PMDB) ^(23,35)	1. Sérgio Souza (PMDB) ^(6,17,23,30,35)
Roberto Requião (PMDB) ^(2,23,35,37)	2. VAGO ^(23,30,35,49)
Casildo Maldaner (PMDB) ^(3,4,23,35)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(23,30,35)
Vital do Rêgo (PMDB) ^(23,35)	4. Eunício Oliveira (PMDB) ^(23,30,35,37)
João Alberto Souza (PMDB) ^(23,35)	5. Romero Jucá (PMDB) ^(23,30,35)
Ana Amélia (PP) ^(14,15,16,21,23,35)	6. Benedito de Lira (PP) ^(10,23,30,35)
Paulo Davim (PV) ^(23,25,30,35)	7. Sérgio Petecão (PSD) ^(23,30,35)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁴⁾	1. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁴⁾
Lúcia Vânia (PSDB) ⁽³⁴⁾	2. Cyro Miranda (PSDB) ^(9,11,13,34)
José Agripino (DEM) ^(7,9,34,40,43,44)	3. Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁴⁾
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(22,27)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(31,38,41,45,46)	1. Armando Monteiro (PTB) ⁽⁴¹⁾
Eduardo Amorim (PSC) ^(1,5,41)	2. João Vicente Claudino (PTB) ^(24,41)
Vicentinho Alves (PR) ^(28,29,32,39,41,47,48)	3. VAGO ^(19,20,33,41)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgálio, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sergio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular, e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

5. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

6. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

10. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

11. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

13. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

14. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

15. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

16. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

17. Em 16.02.2012, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (OF. GLPMDB nº 14/2012).

18. Em 06.03.2012, o Senador José Pimentel é designado membro suplente na Comissão, em vaga destinada ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. 33/2012-GLDBAG).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

20. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 64/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Waldemir Moka, Paulo Davim, Romero Jucá, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CAS.

24. Em 26.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. N° 024/2012/GLBUF/SF).

25. Em 3.07.2012, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 166/2012).

26. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).

27. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
28. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
29. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 099/2012-BLUFOR/SF).
30. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros, que passa a ocupar a vaga de primeiro suplente do Bloco, remanejando os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião e Benedito de Lira para as demais suplências, respectivamente (OF. GLPMDB nº 345/2012).
31. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
32. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
33. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
34. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros titulares; e Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros suplentes (Ofício nº 008/13-GLPSDB).
35. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 37/2013, designando os Senadores Waldemir Moka, Eunício Oliveira, Casildo Maldaner, Vital do Rêgo, João Alberto Souza, a Senadora Ana Amélia e o Senador Paulo Davim, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Pedro Simon, Eduardo Braga, Roberto Requião, Romero Jucá, Benedito de Lira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
36. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Vanessa Grazziotin, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 002/2013 - CAS).
37. Em 7.3.2013, o Senador Roberto Requião é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLPMDB nº 102/2013).
38. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 028/2013).
39. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 59/2013).
40. Em 19.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de compor a Comissão (Of. nº 97/2013-GLPSDB).
41. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Eduardo Amorim e João Costa, e membros suplentes os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 43/2013).
42. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
43. Em 26.03.2013, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Ofícios nºs 21/2013-GLDEM e 103/2013-GLPSDB).
44. Vaga cedida pelo PSDB ao DEM (OF. Nº 103/2013-GLPSDB).
45. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
46. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 80/2013-BLUFOR).
47. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
48. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 85/2013-BLUFOR)
49. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 192/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Telefone(s): 3303 4608

Fax: 3303 3652

2.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO - FGTS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 4/2012, do Senador Cyro Miranda, com a finalidade de, até o final da sessão legislativa, examinar as questões pertinentes à remuneração das contas vinculadas ao FGTS, a sustentabilidade de capitalização desse Fundo, bem como propor o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾

RELATOR:

Instalação: 07/03/2012

Prazo final: 22/12/2012

Prazo prorrogado: 22/12/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Wellington Dias (PT)
José Pimentel (PT) ^(3,4)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Waldemir Moka (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Paulo Bauer (PSDB)

Notas:

- Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Em 17.10.2012, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 183/2012-PRESIDÊNCIA/CAS).
- Em 21.3.2013, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 38/2013 - Presidência/CAS).
- Em 15.02.2012, foi lido o Of. nº 16/2012-CAS, que designa o Senador Paulo Paim e a Senadora Marta Suplicy como membros titulares e os Senadores Wellington Dias e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a Senadora Ana Amélia e o Senador Casildo Maldaner como membros titulares e os Senadores Waldemir Moka e Lauro Antonio como membros suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Cyro Miranda como membro titular e o Senador Paulo Bauer como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.
- Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 182/2012-PRESIDÊNCIA/CAS, comunicando a aprovação do Requerimento nº 61, de 2012-CAS, que prorroga os trabalhos da Subcomissão até o término da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 54ª Legislatura.

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽⁷⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽⁷⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(23,83)	
José Pimentel (PT)	1. Angela Portela (PT) (9,88,90)
Ana Rita (PT) (54,55)	2. Lídice da Mata (PSB) (9,55,56)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT) (7,9,76)
Aníbal Diniz (PT) (6,75)	4. Acir Gurgacz (PDT) (24,25,49,51,60,61)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Walter Pinheiro (PT) (8,79)
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Eduardo Lopes (PRB) (32,33)	7. Humberto Costa (PT) (12)
Randolfe Rodrigues (PSOL) (87)	8. Lindbergh Farias (PT) (92,94)
Eduardo Suplicy (PT) (88)	9. Wellington Dias (PT) (93)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁸⁾	
Eduardo Braga (PMDB) (39,50,77)	1. Romero Jucá (PMDB) (2,4,16,20,27,39,50,77)
Vital do Rêgo (PMDB) (1,15,39,50,77)	2. Roberto Requião (PMDB) (3,16,36,39,46,50,77)
Pedro Simon (PMDB) (39,50,77)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (13,16,39,50,52,53,63,64,77)
Sérgio Souza (PMDB) (39,50,77)	4. Clésio Andrade (PMDB) (14,16,39,50,77)
Luiz Henrique (PMDB) (20,39,50,77)	5. Valdir Raupp (PMDB) (39,77)
Eunício Oliveira (PMDB) (26,39,77)	6. Benedito de Lira (PP) (39,77)
Francisco Dornelles (PP) (39,77)	7. Waldemir Moka (PMDB) (39,77)
Sérgio Petecão (PSD) (40,41,43,70,73,74,77)	8. Kátia Abreu (PSD) (29,30,31,37,40,41,43,57,58,68,69,73,74,77)
	9. Lobão Filho (PMDB) (89)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB) (71)	1. Lúcia Vânia (PSDB) (22,71)
Cássio Cunha Lima (PSDB) (71)	2. Ataídes Oliveira (PSDB) (71,72)
Alvaro Dias (PSDB) (71)	3. Cícero Lucena (PSDB) (11,71,86)
José Agripino (DEM) (17,42)	4. Paulo Bauer (PSDB) (18,42,44)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (86)	5. Flexa Ribeiro (PSDB) (86)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(38,59)	
Armando Monteiro (PTB) (82)	1. Gim (PTB) (5,45,65,81,82)
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (62,82,84,85)	2. Eduardo Amorim (PSC) (10,45,80,82)
Magno Malta (PR) (82)	3. Blairo Maggi (PR) (19,21,34,35,66,67,82)
Antonio Carlos Rodrigues (PR) (82)	4. Vicentinho Alves (PR) (47,48,82,91)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e

os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgário, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

*****. Em 17.04.2013, publicada no D.O.U. a Resolução nº 11, de 2013, que amplia para 27 o quantitativo de vagas da Comissão, distribuídas em obediência à proporcionalidade partidária.

2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

1. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)

4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF. Nº 42/2011-GLPMDB)

3. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF. Nº 41/2011-GLPMDB)

9. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).

10. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).

8. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

7. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

11. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).

5. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).

6. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).

12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (OF. nº 014/2011-GLDBAG).

13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).

14. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

15. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)

16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
18. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
19. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
20. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
21. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
22. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).
23. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
24. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
25. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
26. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
27. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
29. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
30. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
31. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
32. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
33. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 32/2012 - GLDBAG).
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 45/2012).
37. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
38. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
39. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 63/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá, Vital do Rêgo, Renan Calheiros, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Roberto Requião, Clésio Andrade, Eduardo Braga, Ricardo Ferraço, Lobão Filho, Waldemir Moka e Benedito de Lira como membros suplentes, para compor a CCJ.
40. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
41. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
42. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. nº 18/2012-GLDEM).
43. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício nº 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando o Senador Sérgio Petecão como membro titular e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para compor a Comissão.
44. Em 18.04.2012, o Senador Paulo Bauer é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 21/12-GLDEM e 42/12-GLPSDB).
45. Em 19.04.2012, os Senadores Mozarildo Cavalcanti e Ciro Nogueira são designados, respectivamente, primeiro e segundo suplentes do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 61/2012/GLPTB).
46. Em 7.05.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (OF. GLPMDB nº 106/2012).

47. Em 9.05.2012, o PSOL cede, em caráter provisório, uma vaga de suplente na Comissão ao Bloco Parlamentar União e Força (Ofício GSRR nº 00114/2012).
48. Em 10.05.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força (PSC) na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo PSOL (OF. Nº 009/2012/GLBUF/SF).
49. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
50. Em 04.07.2011, indicados os Senadores Ricardo Ferraço, Eunício Oliveira, Pedro Simon, Romero Jucá e Vital do Rêgo para primeiro, segundo, terceiro, quarto e quinto titulares, respectivamente, do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão; e os Senadores Renan Calheiros, Roberto Requião, Valdir Raupp e Eduardo Braga para primeiro, segundo, terceiro e quarto suplentes, respectivamente (OF. GLPMDB nº 168/2012).
51. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 092/2012-GLDBAG).
52. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
53. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
54. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
55. Em 14.09.2012, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of nº 110/2012-GLDBAG), e deixa de ocupar a suplência.
56. Em 14.09.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em decorrência da designação da Senadora Ana Rita como titular (Of. nº 110/2012-GLDBAG).
57. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
58. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
59. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
60. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGR-172/2012).
61. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. nº 142/2012 - GLDBAG).
62. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
63. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
64. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 362/2012).
65. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
66. Em 20.12.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (OF. Nº 237/2012-BLUFOR).
67. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
68. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
70. Em 07.02.2013, o Senador Sérgio Petecão é confirmado membro titular do PSD na Comissão (OF. Nº 009/2013-GLPSD).
69. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
71. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cássio Cunha Lima, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 009/13-GLPSDB).
72. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício nº 32/13-GLPSDB).
74. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
75. Em 26.02.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
76. Em 26.02.2013, o Senador Jorge Viana é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Ofício nº 018/2013-GLDBAG).
73. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
77. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 39/2013, designando os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Pedro Simon, Sérgio Souza, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Roberto Requião, Ricardo Ferraço, Clésio Andrade, Valdir Raupp, Benedito de Lira, Waldemir Moka e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.

78. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Vital do Rêgo e Aníbal Diniz Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 01/2013 - CCJ).
79. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 35/2013 - GLDBAG).
80. Em 12.03.2013, volta a pertencer ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao PP (Of. nº 55/2013 - BLUFOR).
81. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (Of. BLUFOR nº 029/2013).
82. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro, Magno Malta e Antonio Carlos Rodrigues, e membros suplentes os Senadores Gim, Eduardo Amorim, Blairo Maggi e Alfredo Nascimento para integrem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 44/2013).
83. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
84. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
85. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 81/2013-BLUFOR).
86. Em 18.04.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa a suplência e passa a ser membro titular; os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro são designados membros suplentes pelo Bloco Parlamentar da Maioria, na Comissão (Of. 122/2013-GLPSDB).
87. Em 23.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 72/2013-GLDBAG).
88. Em 23.04.2013, o Senador Eduardo Suplicy deixa a suplência e passa a ser membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 73/2013-GLDBAG).
89. Em 24.04.2013, o Senador Lobão Filho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 166/2013-GLPMDB).
90. Em 07.05.2013, a Senadora Angela Portela é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 078/2013-GLDBAG).
91. Em 14.05.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. nº 112/13 - BLUFOR).
92. Em 23.05.2013, o Senador Paulo Paim é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 086/2013-GLDBAG).
93. Em 04.06.2013, o Senador Wellington Dias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. 088/2013-GLDBAG).
94. Em 01.07.2013, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. 096/2013-GLDBAG).

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Pedro Taques (PDT)	1.
Lindbergh Farias (PT)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁾	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1.
VAGO ⁽²⁾	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹⁾	
Armando Monteiro (PTB)	1.
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

1. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

2. Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Of. nº 18/2012-GLDEM).

3. Em 10.5.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na subcomissão (OF. nº 56/2012-CCJ).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. Nº 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽⁶³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(68,15)	
Angela Portela (PT)	1. Lindbergh Farias (PT) (36)
Wellington Dias (PT)	2. Anibal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT) (47)
Paulo Paim (PT)	4. Vanessa Grazziotin (PC DO B) (13,23)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁹⁾	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) (9)
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) (16)
Inácio Arruda (PC DO B)	8. João Capiberibe (PSB) (30)
	9.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁹⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) (41,60)	1. Eduardo Braga (PMDB) (41,44,60,2,19)
Roberto Requião (PMDB) (28,38,41,60,26,27)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (41,44,54,60)
Romero Jucá (PMDB) (41,60,6,12,25)	3. Valdir Raupp (PMDB) (41,60)
João Alberto Souza (PMDB) (29,31,37,41,60)	4. Luiz Henrique (PMDB) (41,44,60)
VAGO (41,60,74,17)	5. Pedro Simon (PMDB) (41,44,75)
Ana Amélia (PP) (41,44,60)	6. VAGO (41,44,20)
Benedito de Lira (PP) (41,44,45,46,52,53,60)	7. VAGO (41,10)
Ciro Nogueira (PP) (41,44,60)	8. (41)
Kátia Abreu (PSD) (41,44,60)	9. (41)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (59,3)	1. Cícero Lucena (PSDB) (32,59)
Alvaro Dias (PSDB) (59,14,22)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (59,70,5)
Paulo Bauer (PSDB) (59)	3. Cássio Cunha Lima (PSDB) (59,4)
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Lúcia Vânia (PSDB) (51,59,18)
José Agripino (DEM) (7)	5. Ataídes Oliveira (PSDB) (42,43,59,61,62,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(39,48)	
Armando Monteiro (PTB) (66)	1. Eduardo Amorim (PSC) (55,64,66)
VAGO (66,71,72,73)	2. João Vicente Claudino (PTB) (40,66,67,1)
VAGO (66,11,24)	3. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (34,35,57,66,73)
VAGO (58,66,24)	4. VAGO (49,50,56,65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular, e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.

***. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que – tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 9 titulares e 9 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 5 titulares e 5 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. nº 060/11-GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Of. nº 061/11-GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

8. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.

9. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)

10. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)

11. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

12. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

13. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

14. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)
23. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 139/2011-GLDBAG).
24. Em 23.11.2011, os Senadores Magno Malta e João Ribeiro são confirmados membros titulares do PR na Comissão, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).
25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.
26. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
27. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).
28. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
29. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
30. Em 08.12.2011, O Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. nº 146/2011-GLDBAG).
31. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 330/2011).
32. Em 13.02.2012, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Of. nº 13/2012 - GLPSDB).
33. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
34. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).
35. Em 21.03.2012, o Senador Antônio Russo é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
36. Em 27.03.2012, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Delcídio do Amaral (Ofício nº 041/2012-GLDBAG).
37. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
38. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
39. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
40. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 008/2012-GLBUF).
41. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 65/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Roberto Requião, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e Ana Amélia como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo e Ciro Nogueira como membros suplentes, para compor a CE.
42. Em 17.4.2012, vago em virtude da retirada do nome do Senador Demóstenes Torres (Of. nº 17/2012-GLDEM).
43. Em 19.04.2012, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em vaga cedida pelo DEM (Ofs. nºs 22/12-GLDEM e 44/12-GLPSDB).
44. Em 22.05.2012, foi lido o OF. nº 134/2012, da Liderança do PMDB e da Maioria, indicando os Senadores Romero Jucá, Valdir Raupp, Waldemir Moka e Ciro Nogueira para comporem a Comissão como titulares e o Senador Vital do Rêgo como 1º suplente.
45. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
46. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
49. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
50. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 102/2012/BLUFOR/SF).
51. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).

52. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
53. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 356/2012).
54. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 355/2012).
55. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
56. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
59. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Paulo Bauer, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Cássio Cunha Lima, Cícero Lucena e Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 010/13-GLPSDB).
60. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 38/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Romero Jucá, João Alberto Souza, Pedro Simon, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Benedito de Lira e Ciro Nogueira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, Valdir Raupp e Luiz Henrique, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
61. Em 27.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro suplente na Comissão (Ofício nº 58/2013-GLPSDB).
62. Em 27.02.2013, foi lido o Of. nº 10/2013-GLDEM, comunicando a cessão da vaga de suplente na Comissão ao PSDB (OF. nº 10/2013-GLDEM).
63. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Cyro Miranda e Ana Amélia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 05/2013 - S.CE).
64. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 030/2013).
65. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 60/2013).
66. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Armando Monteiro e Sodré Santoro, e membro suplente o Senador Eduardo para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 45/2013).
67. Em 19.03.2013, o Senador Jão Vicente Claudinho é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 67/2013).
68. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
69. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro Of. nº 53/2013-GLDBAG).
70. Em 11.04.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Of. 118/2013-GLPSDB).
71. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti
72. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 82/2013-BLUFOR).
73. Em 14.05.2013, o Senador Mozarido Cavalcanti é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 111/13 - BLUFOR).
74. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 190/2013-GLPMDB).
75. Em 11.06.2013, o Senador Pedro Simon é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 197/13 - GLPMDB).

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLENCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽⁵⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽⁵⁸⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(11,64)	
Anibal Diniz (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL) (63,67)
Acir Gurgacz (PDT) (8,12,35,36,43,44)	2. Delcídio do Amaral (PT) (3)
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Ana Rita (PT) (62)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. João Capiberibe (PSB) (60)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³³⁾	
Romero Jucá (PMDB) (13,55)	1. Sérgio Souza (PMDB) (37,38,47,48,55)
Luiz Henrique (PMDB) (16,17,34,55)	2. Eduardo Braga (PMDB) (55)
Garibaldi Alves (PMDB) (55,57)	3. João Alberto Souza (PMDB) (17,18,55)
Valdir Raupp (PMDB) (4,55)	4. Vital do Rêgo (PMDB) (14,55,61,68)
Ivo Cassol (PP) (55)	5. Eunício Oliveira (PMDB) (28,29,31,57)
Kátia Abreu (PSD) (9,10,19,21,55)	6. VAGO (6,25,26,27,32)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) (50,52)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (50)
Cícero Lucena (PSDB) (5,7,50,53)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (50,54)
José Agripino (DEM) (15,23,24)	3. VAGO (23,45)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(33,40)	
Blairo Maggi (PR) (1,22,46,59,65)	1. Gim (PTB) (2,56,59,65)
Eduardo Amorim (PSC) (41,42,49,51,59,65)	2. VAGO (39,59,65,69,70,71)
Fernando Collor (PTB) (65)	3. Armando Monteiro (PTB) (65,66)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgáio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Parfidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. n° 046/2011 - GLPTB / OF. n° 057/2011-GLPMDB).
2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 052/2011 - GLPTB).
3. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. n° 36/2011 - GLDBAG).
4. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. n° 196/2011 - GLPMDB).
5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
6. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. n° 210/2011 - GLPMDB).
7. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF n° 143/11-GLPSDB).
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. n° 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. n° 100/2011 - GLDBAG).
13. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. n° 255/2011 - GLPMDB).
14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.
15. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 059/2011-GLDEM).
16. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
17. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
18. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. n° 656/2011-GSICAS).
20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 294/2011).
22. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. n° 125/2011 - GLPTB).
23. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).
24. Em 23.11.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador José Agripino Maia é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of n° 074/2011-GLDEM).
25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).
27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)
28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Oficio nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB n° 331/2011).
30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. n° 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.
31. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
32. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

33. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
34. Vago, em 13.06.2012, em virtude de o Senador Waldemir Moka ter se desligado da Comissão (OF n° 154/2012-GLPMDB).
35. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
36. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 087/2012-GLDBAG).
37. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
38. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
39. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 105/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 138/2012 - GLDBAG).
45. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB n° 0001/2012).
46. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
47. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
48. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 357/2012).
49. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
50. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Alvaro Dias e Flexa Ribeiro, como membros titulares; e Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes (Ofício n° 16/13-GLPSDB).
51. Em 07.02.2013, o Senador Fernando Collor é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. n° 13/2013-BLUFOR).
52. Em 19.02.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias (Ofício n° 31/13-GLPSDB).
53. Em 21.02.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
54. Em 21.02.2013, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Cícero Lucena (Ofício n° 34/13-GLPSDB).
55. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB n° 40/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, Eunício Oliveira, Valdir Raupp, Ivo Cassol e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Sérgio Souza, Eduardo Braga, João Alberto Souza e a Senadora Ana Amélia, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
56. Em 26.02.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador João Vicente Claudino (Of. n° 27/2013-BLUFOR).
57. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que assume a suplência (Of. 069/2013 -GLPMDB).
58. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Blairo Maggi e Eduardo Amorim Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 33/2013 - CMA).
59. Em 27.02.2013, os Senadores Eduardo Amorim e Blairo Maggi são designados membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição aos Senadores Gim e Fernando Collor, que passam a ocupar a suplência na Comissão (OF. BLUFOR n° 37/2013).
60. Em 04.03.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares (Of. 040/2013 -GLDBAG).
61. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF n° 87/2013 - GLPMDB).
62. Em 07.03.2013, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of. 041/2013 -GLDBAG).

63. Vago, em virtude de a Senadora Ana Rita ter sido designada membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo (Of. nº 41/20113 - GLDBAG).
64. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
65. Em 20.03.2013, os Senadores Blairo Maggi, Eduardo Amorim e Fernando Collor são designados como membros titulares, e os Senadores Gim e João Costa membros suplentes pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 46/2013-BLUFOR).
66. Em 08.04.2013, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. 78/2013-BLUFOR).
67. Em 11.04.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 64/2013 - GLDBAG).
68. Em 18.04.2013, o Senador Vital do Rego é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 154/2013-GLPMDB).
69. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
70. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 89/2013-BLUFOR)
71. Vago em virtude do desligamento do Senador Vicentinho Alves da Comissão (OF nº 103/2013 - BLUFOR).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:
RELATOR:

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽³⁾	
Jorge Viana (PT)	1. VAGO (13)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Aníbal Diniz (PT) ^(2,6)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹⁰⁾	
VAGO (9)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	2. VAGO (4,9,11)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(1,8)	1. VAGO (12)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Eduardo Amorim (PSC) ^(5,14)	1. VAGO (13)

Notas:

1. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
5. Vago, em 16.11.2011, em virtude do OF. n° 125/2011-GLPTB.
6. Em 27.2.2012, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
7. Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (Of. n° 34/2012/CMA).
9. Em 27.2.2012, o Senador Waldemir Moka é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
8. Em 27.2.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão (Of. n° 34/2012/CMA).
10. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
11. Vago, em 13.06.2012, em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. n° 154/2012-GLPMDB).
12. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
13. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares e João Vicente Claudino deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).
14. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. n° 52/2013/CMA).
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício n° 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Sérgio Souza (PMDB-PR) ⁽¹⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁸⁾

RELATOR: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽¹⁸⁾

Instalação: 16/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽²⁾	
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁷⁾	1. VAGO ^(7,16)
VAGO ⁽¹⁶⁾	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(1,5)
Aníbal Diniz (PT)	3. VAGO ^(7,9,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾
Ivo Cassol (PP) ⁽²⁰⁾	2. Vital do Rêgo (PMDB) ^(8,19)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Eunício Oliveira (PMDB) ^(16,20)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(3,7,12)	1. Eduardo Amorim (PSC) ^(7,13,14,15,17)

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
4. Vago em razão do o Senador Jayme Campos não pertencer mais à Comissão (OF. GLDEM 74/2011).
5. Em 27.2.2012, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 26.04.2011, foi lido o Ofício nº 116/2012/CMA comunicando a composição atualizada da Subcomissão com as seguintes alterações de Senadores: Bloco de Apoio ao Governo - Rodrigo Rollemberg como primeiro titular, Antonio Carlos Valadares e Acir Gurgacz, primeiro e terceiro suplentes, respectivamente; Bloco Parlamentar da Maioria - Sérgio Souza, primeiro titular; Bloco Parlamentar União e Força - Blairo Maggi, titular, e Vicentinho Alves, suplente.
8. Vago em razão de o Senador Waldemir Moka não pertencer mais à Comissão (OF. GLPMDB nº 154/2012).
9. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
10. Em 04.07.2012, vago em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CMA (Of. nº 087/2012 - GLDBAG).
11. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

12. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
13. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
14. Em 19.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 279/2012/CMA).
15. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
16. Em 19.03.2013, os Senadores Antonio Carlos Valadares, Lobão Filho e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
17. Em 19.3.2013, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 52/2013-CMA).
18. Em 16.04.2013, os Senadores Sérgio Souza e Aníbal Diniz foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, e designado relator o Senador Cícero Lucena, na Subcomissão (Of. nº 86/2013-CMA).
19. Em 08.05.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 155/2013-GLPOMDB).
20. Em 08.05.2013, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, que passará a exercer a suplência (Of. nº 153/2013-GLPMDDB).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.
- ****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz
Telefone(s): 3303-3519
Fax: 3303-1060
E-mail: scomcma@senado.gov.br

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹³⁾

RELATOR: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽¹³⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽²⁾	
Jorge Viana (PT) ⁽⁶⁾	1. Aníbal Diniz (PT) ^(6,9)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. VAGO ⁽¹⁴⁾
Delcídio do Amaral (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,3,4,7)	1. Ivo Cassol (PP) ⁽¹⁰⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹¹⁾	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽⁸⁾	
Blairo Maggi (PR) ^(5,9,12)	1. VAGO ⁽¹⁴⁾

Notas:

- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 27.2.2012, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 27.2.2012, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão (Of. nº 34/2012/CMA).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Em 16.04.2012, os Senadores Aníbal Diniz, Vanessa Grazziotin e Blairo Maggi são designados para as vagas em aberto na Subcomissão (Of. nº 99/2012/CMA).
- Em 16.04.2012, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Lobão Filho (Of. nº 99/2012/CMA).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.

13. Em 14.3.2013, foi lido o Ofício 001/2013-CMABMONTE, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.3.2013, bem como a eleição dos Senadores Delcídio do Amaral, Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, para Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente.

14. Em 19.03.2013, os Senadores João Vicente Claudino e Pedro Taques deixam de compor a Subcomissão (Of. n° 52/2013-CMA).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício n° 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

5.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS ADOTADAS NA RIO+20

Finalidade: Subcomissão alterada pelo RMA nº 53/2012, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de monitorar a implementação das medidas adotadas na Rio+20. (Subcomissão anterior: Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 - RMA nº 25/2011)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB) ⁽¹⁾
Sérgio Souza (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
VAGO (2,3,4)	1. João Vicente Claudino (PTB)

Notas:

1. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
2. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
3. Em 19.10.2012 o Senador João Costa é designado como membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. 278/2012/CMA).
4. Vago em virtude do Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 03.07.2012, lido o Requerimento nº 53, de 2012-CMA, aprovado em 27.06.2012, que altera a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20 para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implementação das Medidas Adotadas na Rio+20 (Of. nº 193/2012/CMA).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz

Telefone(s): 3303-3519

Fax: 3303-1060

E-mail: scomema@senado.gov.br

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽⁶⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁶⁰⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(14,66)	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
João Capiberibe (PSB) ^(47,50,59)	2. Eduardo Suplicy (PT) ^(12,23)
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽⁶⁸⁾	4. Anibal Diniz (PT) ^(13,24,26)
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Eduardo Lopes (PRB) ^(10,37,38)	6. Lídice da Mata (PSB) ^(21,59)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁴¹⁾	
VAGO ^(58,67)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(6,8,25,32,58)
VAGO ^(2,11,27,28,29,40,58,70)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(36,58)
Paulo Davim (PV) ^(31,33,39,58)	3. VAGO
VAGO ^(16,30,58,62)	4. VAGO ⁽¹⁹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ^(18,58)	5. VAGO ⁽¹¹⁾
VAGO	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB) ^(3,7,15,34,44,61)	1. VAGO ^(5,22,57)
VAGO ⁽⁴⁾	2. VAGO ⁽⁵⁶⁾
VAGO ^(17,35,43,52)	3. Wilder Morais (DEM) ⁽⁴⁶⁾
	4.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(41,49)	
Magno Malta (PR) ^(1,54,65)	1. VAGO ^(45,53,65)
Gim (PTB) ^(9,42,64,65,69)	2. VAGO ^(63,65)
VAGO ⁽⁶⁵⁾	3. VAGO ^(48,51,55,65)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. **Nova proporcionalidade:** (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (Of. nº 64/2011 - GLPSDB).

4. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (Of. nº 65/2011 - GLPSDB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (Of. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

7. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (Of. nº 110/2011-GLPSDB).

8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

9. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

10. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 63/2011-GLBAG).

11. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB).

12. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

13. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

15. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

16. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

17. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular da Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

18. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

19. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 17.10.2012, vago em razão da designação da Senadora Lídice da Mata como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 133/2012-GLDBAG).

22. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

23. Em 22.11.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 138/2011-GLDBAG).

24. Em 23.11.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 140/2011-GLDBAG).

25. Em 28.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Geovani Borges, em face da reassunção do membro titular, Senador Gilvam Borges.

26. Em 29.11.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 142/2011-GLDBAG).

27. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

28. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

29. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

30. Em 07.12.2011, o Senador Casildo Maldaner é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador João Alberto Souza. (Of. s/n-GLPMDB)
31. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.
32. Em 08.12.2011, o Senador Roberto Requião é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão. (Of. nº 320/2011-GLPMDB)
33. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro titular do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 324/2011).
34. Em 08.02.2012, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 10/12 - GLPSDB).
35. Em 14.02.2012, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury (Of. nº 1/2012 - GLDEM).
36. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
37. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
38. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 28/2012 - GLDBAG).
39. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
40. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
41. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
42. Em 11.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim Argello (OF. nº 10/2012-GLBUF).
43. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 16/2012-GLDEM).
44. Em 07.05.2012, lido o Ofício nº 55/12-GLPSDB, comunicando que o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixou de integrar a Comissão.
45. Em 26.06.2012, o Senador Gim Argello é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 65/2012/BLUFOR).
46. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of. GLDEM nº 48/2012).
47. Em 13.09.2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. nº 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
48. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).
49. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
50. Em 17.10.2012, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (OF. nº 133/2012-GLDBAG).
51. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 100/2012/BLUFOR/SF).
52. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
53. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
54. O Senador Moacirilo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
56. Em 07.02.2013, o Senador Cyro Miranda deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
57. Em 07.02.2013, o Senador Cássio Cunha Lima deixa de compor a Comissão (Of. nº 17/2013-GLPSDB).
58. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 41/2013, designando os Senadores Casildo Maldaner, Pedro Simon, Paulo Davim, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros titulares e os Senadores Roberto Requião e Ricardo Ferraço como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
59. Em 27.02.2013, o Senador João Caboibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passa a ocupar a suplência em vaga destinada ao Bloco (Of. nº 30/2013 - GLDBAG).
60. Em 28.02.2013, a Comissão reunida elegeu a Senadora Ana Rita e o Senador João Caboibe para ocuparem os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 04/2013 - CDH).
61. Em 1º.03.2013, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 59/2013- GLPSDB).
62. Vago em virtude do desligamento da Senadora Ana Amélia da Comissão (OF nº 88/2013 - GLPMDB).
63. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 61/2013).

64. Em 19.03.2013, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor a Comissão (Of. n° 66/2013-BLUFOR).
65. Em 19.03.2013, é designado membro titular o Senador Magno Malta para integrar o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 47/2013).
66. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
67. Vago em razão de o Senador Casildo Maldaner não compor mais a Comissão (Of. GLPMDB nº 115/2013).
68. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Wellington Dias (Of. nº 52/2013-GLDBAG).
69. Em 26.03.2013, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 71/2013).
70. Vago em razão de o Senador Pedro Simon não pertencer mais à Comissão (OF. nº 191/2013-GLPMDB).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Paulo Paim (PT) ⁽⁷⁾
Lídice da Mata (PSB)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. VAGO ⁽⁴⁾
Paulo Davim (PV) ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(1,6)	1.

Notas:

- Em 04.05.2011, foi lido o OF. N° 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. n° 22/2012 - GLPMDB).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- Vago, em 17.04.12, em virtude de o Senador Demóstenes Torres não pertencer mais à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (Of. n° 16/2012-GLDEM).
- Em 13.09.2012, lido o Ofício n° 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura (D.O.U. n° 178, Seção 2, de 13 de setembro de 2012).
- Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício n° 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- Em 10.04.2013, foi lido o Of. 52/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares do Bloco Parlamentar da Maioria; e a eleição das Senadoras Lídice da Mata e Ângela Portela, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.2) SUBC. TEMP. DE COMB. À PEDOFILIA, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA, ADOLESCENTE, JUVENTUDE E IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 40/2012, do Senador Magno Malta, com a incumbência de, até ao final da presente legislatura, dentre outros assuntos, investigar e combater todas as ações de maus tratos em todos os níveis, contra crianças e adolescentes, incluindo investigação de denúncias de toda ação delituosa contra esse segmento.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Suplicy (PT-SP)

Aprovação do Requerimento: 29/03/2012

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Eduardo Suplicy (PT)	2. João Capiberibe (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.48/2013-CDH, que comunica a designação dos Senadores Paulo Paim e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e Aníbal Diniz como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

**. Em 10.04.2013, foi lido o Of. 62/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 09.04.2013; a designação dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros titulares e dos Senadores Randolph Rodrigues e João Capiberibe como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria; a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular no Bloco Parlamentar Minoria; e a eleição dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA MEMÓRIA, VERDADE E JUSTIÇA

Finalidade: Examinar e esclarecer as violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988 no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Randolfe Rodrigues (PSOL)	1. Paulo Paim (PT)
João Capiberibe (PSB)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
	1.

Notas:

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senadores João Capiberibe e Randolfe Rodrigues como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. nº 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.46/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação dos Senadores Randolfe Rodrigues e João Capiberibe como membros titulares e dos Senadores Paulo Paim e Eduardo Suplicy como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; e a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

6.4) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 09/04/2013

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Paulo Paim (PT)	1. Randolph Rodrigues (PSOL)
Lídice da Mata (PSB)	2. Anibal Diniz (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Paulo Davim (PV)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Ataídes Oliveira (PSDB)	1.

Notas:

2. Em 10.04.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (OF. 64/2013-CDH).

1. Em 09.04.2013, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Paulo Davim e a Senadora Lídice da Mata como Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão (Of. n° 64/2013-CDH).

*. Em 05.04.2013, foi lido o Of.45/2013-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 03.04.2013; a designação do Senador Paulo Paim e da Senadora Lídice da Mata como membros titulares e do Senador Randolph Rodrigues como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação do Senador Paulo Davim como membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão; e a designação do Senador Ataídes Oliveira como membro titular do Bloco Parlamentar da Minoria na Subcomissão.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomedh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) ⁽⁴¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) ⁽⁴¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(7,48)	
Jorge Viana (PT) ⁽⁴³⁾	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Randolfe Rodrigues (PSOL) ^(43,44,49)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(4,6)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾
Aníbal Diniz (PT) ^(44,5,8,9)	4. Eduardo Lopes (PRB) ^(17,18)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Pedro Taques (PDT) ⁽¹⁶⁾
Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴²⁾	6. João Capiberibe (PSB) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²²⁾	
Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	1. Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Jarbas Vasconcelos (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	2. João Alberto Souza (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Pedro Simon (PMDB) ^(23,24,27,40)	3. Roberto Requião (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	4. Romero Jucá (PMDB) ⁽⁴⁰⁾
Luiz Henrique (PMDB) ⁽⁴⁰⁾	5. Ana Amélia (PP) ⁽⁴⁰⁾
Francisco Dornelles (PP) ⁽⁴⁰⁾	6. Sérgio Petecão (PSD) ^(28,32,33,40,12,13,14,21)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Alvaro Dias (PSDB) ^(38,39)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽³⁸⁾
Paulo Bauer (PSDB) ^(38,2)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁸⁾
José Agripino (DEM)	3. Jayme Campos (DEM) ^(30,45,10)
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁵⁰⁾	4. Cícero Lucena (PSDB) ⁽⁵³⁾
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(22,29)	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) ^(47,51,52)	1. Gim (PTB) ^(34,46,47)
Fernando Collor (PTB) ^(31,47)	2. Eduardo Amorim (PSC) ^(47,1)
Magno Malta (PR) ^(25,26,35,36,47)	3. VAGO ^(37,47,19,20)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco de Apoio ao Governo: 6 titulares e 6 suplentes. Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

3. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

5. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

6. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

9. Em 29.08.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 237/2011 - GLPMDB).

10. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

11. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011 e do Of. nº 17/2011-GLPR.

12. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

13. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

14. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

15. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo e Rollemberg. (Of. nº 147/2011-GLBAG)

16. Em 09.02.2012, o Senador Pedro Taques é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz. (Of. 022/2012 - GLBAG)

17. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

18. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 29/2012 - GLBAG).

20. Em 21.03.2012, o Senador João Ribeiro é designado membro suplente do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).

19. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

21. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

22. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

23. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

24. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

25. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
26. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
27. Em 09.08.2012, o Senador Jacer Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Tomás Correia (OF. GLPMDB nº 192/2012).
28. Em 09.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 191/2012).
29. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
30. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
31. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
32. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
33. Em 23.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 354/2012).
34. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
35. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
36. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. N° 217/2012-BLUFOR).
37. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
38. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 013/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Lúcia Vânia e Paulo Bauer, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
40. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 42/2013, designando os Senadores Ricardo Ferraço, Jarbas Vasconcelos, Pedro Simon, Eunício Oliveira, Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e os Senadores Sérgio Souza, João Alberto Souza, Roberto Requião, Romero Jucá, a Senadora Ana Amélia e o Senador Sérgio Petecão como membros suplentes para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
39. Em 26.02.2013, o Senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Of. 55/2013-GLPSDB).
41. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ricardo Ferraço e Jarbas Vasconcelos Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. nº 001/2013 - CRE).
42. Em 27.02.2013, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares (Of. GLDBAG nº 024/2013).
43. Em 05.03.2013, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz, que passa a ocupar a suplência na Comissão (OF. GLDBAG nº 29/2013).
44. Em 07.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 42/2013-GLDBAG).
45. Em 07.03.2013, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 14/2013-GLDEM).
46. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 033/2013).
47. Em 19.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Sodré Santoro, Fernando Collor e Magno Malta, e membros suplentes os Senadores Gim e Eduardo Amorim para integrarem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR 48/2013).
48. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
49. Em 21.03.2013, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 54/2013-GLDBAG).
50. Em 04.04.2013, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 110/2013-GLPSDB).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 83/2013-BLUFOR).
53. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 127/2013-GLPDSB).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBC. PERM. DE MONIT. DA IMPL. DAS MEDIDAS ADOT. NA RIO+20 E REGIME INTERNAC. S/ MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽³⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR) (8,9,10,11,12)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁷⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Eduardo Lopes (PRB) (5,6)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) (1)

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tornado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
5. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
6. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
7. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
8. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
9. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
10. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro suplente da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
11. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
12. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

****. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.

*****. Em 8.08.2012, foi lido o Ofício nº 256, de 2011, da CRE, informando que aquela Comissão aprovou, em 5.07.2012, o Requerimento nº 28, de 2012-CRE, que adita o RRE nº 10/2011-CRE e altera o nome da Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas para Subcomissão Permanente de Monitoramento da Implantação das Medidas Adotadas na Rio+20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR) (6,7,8,9,10)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Eduardo Lopes (PRB) (3,4)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁵⁾	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira (Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
4. Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. N° 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
5. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
6. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
7. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
8. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
9. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
10. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.
- ***. Em 08.12.2011, foi lido o Of. 219/2011-CRE/PRES, que comunica nova composição da Subcomissão, designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como membros titulares e dos Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como membros titulares e a Senadora Ana Amélia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria, e o Senador José Agripino como membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão.

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽⁶⁾	
Blairo Maggi (PR) (15,16,18,21,22)	1. Eduardo Lopes (PRB) (11,12)
Jorge Viana (PT)	2. VAGO (10)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) (4,7)	4. Sérgio Souza (PMDB) (1,5,9)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽¹³⁾	
VAGO (14,17,19)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (2)	1. VAGO (3,8)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ⁽¹³⁾	
Mozarildo Cavalcanti (PTB) (20)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

- Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
- Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
- Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- Vago em 09.02.12 em virtude de o Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CRE (Of. nº 022/2012-GLDBAG e OF. Nº 167/2012-CRE/PRES).
- Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).
- Em 09.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (OF. Nº 167/2012-CRE/PRES, lido na sessão de 13.03.2012).
- Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

14. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
 15. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
 16. Em 09.08.2012, vago em virtude de o Senador Blairo Maggi não pertencer mais à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (OF. N° 081/2012/BLUFOR/SF).
 17. Em 09.03.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. N° 257/2012-CRE/PRES).
 18. Em 14.09.2012, lido ofício do Presidente da CRE designando o Senador Cidinho Santos, do PR, como membro titular da Subcomissão, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo anteriormente ocupada pelo Senador Blairo Maggi (OF. N° 260/2012-CRE/PRES).
 19. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
 20. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
 21. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
 22. Em 18.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. N° 265/2012-CRE/PRES).
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 3303-3496
Fax: 3303-3546
E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽⁵²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(8,59)	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Eduardo Lopes (PRB) (19,20)
Acir Gurgacz (PDT) (30,31,43,44)	5. Pedro Taques (PDT)
João Capiberibe (PSB) (18)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁴⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (25,32,33,46,47,54)	1. Romero Jucá (PMDB) (25,54)
Lobão Filho (PMDB) (25,54)	2. Sérgio Souza (PMDB) (2,3,10,25,54)
Eduardo Braga (PMDB) (25,54)	3. Ricardo Ferraço (PMDB) (25,54)
Valdir Raupp (PMDB) (25,54)	4. Roberto Requião (PMDB) (9,25,54)
Vital do Rêgo (PMDB) (25,54,58)	5. Waldemir Moka (PMDB) (11,21,22,25,54)
Jader Barbalho (PMDB) (25,54,64)	6. Ivo Cassol (PP) (25,54)
Ciro Nogueira (PP) (25,54)	7. Francisco Dornelles (PP) (15,16,17,23,25,54)
Sérgio Petecão (PSD) (26,29,38,39,49,50,53,54)	8. Kátia Abreu (PSD) (5,6,12,14,26,27,29,50,53,54)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB) (51,55,65)	1. Aécio Neves (PSDB) (51)
Flexa Ribeiro (PSDB) (51)	2. Alvaro Dias (PSDB) (51)
Lúcia Vânia (PSDB) (1,4,51)	3. VAGO (4,7,51,61)
Wilder Morais (DEM) (28,36)	4. Jayme Campos (DEM) (28,37)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(24,40)	
Fernando Collor (PTB) (60)	1. Gim (PTB) (60)
Blairo Maggi (PR) (35,45,57,60)	2. Armando Monteiro (PTB) (60)
Vicentinho Alves (PR) (34,60,62,63)	3. Eduardo Amorim (PSC) (41,42,48,56,60)
Alfredo Nascimento (PR) (60)	4. Antonio Carlos Rodrigues (PR) (60)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicaram a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rolleberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSC, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 7 titulares e 7 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 4 titulares e 4 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 4 titulares e 4 suplentes.

1. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

4. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. N° 208/2011-GSJALB.

10. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).

11. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

12. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

15. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

16. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. N° 308/2011-GLPMDB).

17. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

18. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 148/2011-GLDBAG)

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 30/2012 - GLDBAG).

21. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of. GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

22. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 36/2012).

23. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

24. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
25. Em 13.4.2012, foi lido o Of. 67/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga e Ciro Nogueira como membros titulares e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Roberto Requião, Francisco Dornelles, Clésio Andrade, Casildo Maldaner e Ivo Cassol como membros suplentes, para compor a CI.
26. Em virtude do parágrafo único do art. 78 do RISF, foi feito novo cálculo de proporcionalidade partidária, tendo em vista a criação do Partido Social Democrático, cálculo esse aprovado na reunião de Líderes de 14.02.2012.
27. As notas que se referiam à vaga do Bloco Parlamentar da Maioria deixam de ali ser alocadas em razão do mencionado na nota anterior.
28. Em 17.4.2012, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, ficando a vaga de suplente a ser indicada posteriormente (Of. n° 19/2012-GLDEM).
29. Em 17.04.2012, foi lido o Ofício n° 0005/2012, da Liderança do Partido Social Democrático - PSD, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular e o Senador Sérgio Petecão como membro suplente, para compor a Comissão.
30. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos n°s 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
31. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of n° 088/2012-GLDBAG).
32. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos n°s 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
33. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB n° 181/2012).
34. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos n°s 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
35. Em 09.08.2012, o Senador Gim Argello é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Mozarildo Cavalcanti (OF. N° 093/2012-BLUFOR/SF).
36. Em 03.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Jayme Campos (OF. N° 045/12-GLDEM).
37. Em 03.09.2012, o Senador Jayme Campos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em decorrência da designação do Senador Wilder Morais como titular (OF. N° 045/12-GLDEM).
38. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS n° 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
39. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. n° 55/2012 - GLPSD).
40. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício n° 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
41. Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV n° 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins n° 3.735, de 17.10.2012).
42. Em 17.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. n° 104/2012-BLUFOR/SF).
43. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
44. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 140/2012 -GLDBAG).
45. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".
46. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
47. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB n° 359/2012).
48. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
49. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
50. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de titular (OFICIO n° 013/2013-GLPSD).
51. Em 07.2.2013, foi lido o Of. N° 014/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Flexa Ribeiro e Lúcia Vânia, como membros titulares, e os Senadores Aécio Neves, Alvaro Dias e Cyro Miranda, como membros suplentes, para compor a Comissão.
52. Em 26.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Sérgio Petecão Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (OF. n° 001/2013 - CI).
53. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB n° 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.

54. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 63/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Lobão Filho, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Casildo Maldaner, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Sérgio Souza, Ricardo Ferraço, Roberto Requião, Waldemir Moka, Ivo Cassol, Francisco Dornelles e a Senadora Kátia Abreu, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
55. Vago em razão de o Senador Aloysio Nunes Ferreira não pertencer mais à Comissão (Of. 90/2013-GLPSDB).
56. Em 13.03.2013, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 62/2013).
57. Em 13.03.2013, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Gim (Of. BLUFOR nº 63/2013).
58. Em 13.03.2013, o Senador Vital do Rêgo é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Casildo Maldaner (Of. GLPMDB nº 114/2013).
59. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
60. Em 20.03.2013, são designados membros titulares os Senadores Fernando Collor, Blairo Maggi, João Costa e Alfredo Nascimento, e como membros suplentes os Senadores Gim, Armando Monteiro, Eduardo Amorim e Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 49/2013).
61. Vago em 09.04.2013, em razão de o Senador Cyro Miranda não pertencer mais à Comissão (Of. nº 115/2013-GLPSDB).
62. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
63. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. nº 86/2013-BLUFOR).
64. Em 24.04.2013, o Senador Jader Barbalho é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. 164/2013-GLPMDB).
65. Em 20.05.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 134/2013-GLPSDB)

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Aprovação do Requerimento: 08/03/2012

Instalação: 16/05/2012

TITULARES		SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)		
Jorge Viana (PT)		1. Wellington Dias (PT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B)		
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)		
Ivo Cassol (PP)		1. Ciro Nogueira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) (1,2)		2. VAGO (5,6,10)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)		
Jayme Campos (DEM)		1.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)		
		1. VAGO (3,4,7,8,9,11)

Notas:

- Em 14.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede, em caráter provisório, uma vaga de titular na Comissão ao Senador Sérgio Petecão (Ofício GLPMDB nº 00116/2012).
- Em 14.05.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco Parlamentar da Maioria (OF. N°058/2012 - CI).
- Em 16.05.2012, o Bloco de Apoio ao Governo cede vaga de suplente ao Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 068/2012-GLDBAG, lido na sessão de 17.05.2012).
- Em 16.05.2012, o Senador Vicentinho Alves é designado membro suplente na Subcomissão em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 060/2012-PRES-CI, lido na sessão de 17.05.2012).
- Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
- Em 08.08.2012, foi lido o Of. nº 185/2012-GLPMDB, designando o Senador Tomás Correia como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp.
- Em 17.10.2012, foi lido na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal o Ofício GSVALV nº 415/2012, do Senador Vicentinho Alves, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o seu afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário Extraordinário do Estado do Tocantins para Assuntos Legislativos junto ao Congresso Nacional (Diário Oficial do Estado do Tocantins nº 3.735, de 17.10.2012).

8. Vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à Comissão de Serviços de Infraestrutura.
9. Em 29.10.2012, o Senador João Costa é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Subcomissão (Of. nº 067/2012-PRES/CI).
10. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
11. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 30.01.2013.
- *. Em 22.03.2012, foi lido o Of. nº 30/2011-CI, comunicando a criação da Subcomissão Permanente, de acordo com a aprovação, em 08.03.2012, do Requerimento nº 08/2012-CI.
- **. Em 10.05.2012, foi lido o OF. nº 54/2012 - PRES/CI, designando o Senador Jorge Viana e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros titulares, e o Senador Wellington Dias como suplente (pelo Bloco de Apoio ao Governo); o Senador Ivo Cassol como titular, e os Senadores Ciro Nogueira e Valdir Raupp como suplentes (pelo Bloco Parlamentar da Maioria); e o Senador Jayme Campos como titular (pelo Bloco Parlamentar Minoria), para comporem a Subcomissão.

8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

(Requerimento Da Comissão De Serviços De Infra-Estrutura 20, de 2013)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
José Pimentel (PT)	1. Inácio Arruda (PC DO B)
Wellington Dias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Clésio Andrade (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. Vital do Rêgo (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Jayme Campos (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Fernando Collor (PTB)

Notas:

- *. Em 15.05.2013, foi lido o Ofício nº 56/2013-CI, designando os Senadores José Pimentel e Wellington Dias como titulares e o Senador Inácio Arruda como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo; o Senador Clésio Andrade como titular e os Senadores Ciro Nogueira e Vital do Rêgo como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; o Senador Flexa Ribeiro como titular e o Senador Jayme Campos como suplente do Bloco Parlamentar Minoria; o Senador Eduardo Amorim como titular e o Senador Fernando Collor como suplente na Comissão.

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ⁽⁴⁶⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁴⁶⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(10,49)	
Wellington Dias (PT) (1)	1. João Capiberibe (PSB) (44)
Antonio Carlos Valadares (PSB) (43)	2. Zeze Perrella (PDT) (7,11)
Inácio Arruda (PC DO B) (45)	3. Walter Pinheiro (PT) (2,47)
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT) (32,33,38,39)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) (13)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²⁹⁾	
Romero Jucá (PMDB) (42)	1. Eduardo Braga (PMDB) (14,42)
Ricardo Ferraço (PMDB) (20,21,22,28,31,42)	2. Vital do Rêgo (PMDB) (42)
Ana Amélia (PP) (42)	3. João Alberto Souza (PMDB) (3,37,42)
Ciro Nogueira (PP) (15,34,42)	4. Ivo Cassol (PP) (26,42)
Benedito de Lira (PP) (42)	5. VAGO (8,9,16,18)
Kátia Abreu (PSD) (42)	6. VAGO (23,24,27)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (5,12,19,41)	1. Cícero Lucena (PSDB) (41)
Ruben Figueiró (PSDB) (41)	2. Lúcia Vânia (PSDB) (6,41)
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. Wilder Morais (DEM) (4,35)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(29,36)	
Armando Monteiro (PTB) (40,48,50)	1. VAGO (50)
VAGO (30,50,51,52,55)	2. VAGO (50)
Vicentinho Alves (PR) (50,53,54)	3. (50)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular, e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

5. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).

6. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

7. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

8. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

9. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

11. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).

12. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

13. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).

14. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

15. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

16. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

18. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

19. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

20. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

21. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

22. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

23. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

24. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 326/2011).

25. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

26. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).

27. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.

28. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.

29. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar esse Bloco.

30. Em 17.04.2012, o Senador Eduardo Amorim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).

31. Em 13.06.2012, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB) na Comissão (OF. GLPMDB nº 151/2012).

32. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.

33. Em 04.07.2012, o Senador Assis Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of nº 091/2012-GLDBAG).

34. Em 16.08.2012, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. n° 277/2012-GLPMDB).
35. Em 05.09.2012, o Senador Wilder Morais é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador José Agripino (Of n° 049/12-GLDEM).
36. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
37. Em 19.10.2012 o Senador Romero Jucá é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB n° 329/2012).
38. Vago em virtude de o Senador Assis Gurgacz não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Acir Gurgacz, em 30.10.2012 (Of. GSAGUR-172/2012).
39. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Assis Gurgacz (Of. n° 141/2012 - GLDB AG).
40. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
41. Em 07.02.2013, são designados para integrarem a Comissão, nas vagas destinadas ao PSDB: Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Ruben Figueiró, como membros titulares; e Senador Cícero Lucena e Senadora Lúcia Vânia, como membros suplentes (Ofício nº 15/13-GLPSDB).
42. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 44/2013, designando os Senadores Romero Jucá, Ricardo Ferraço, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ciro Nogueira e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga, Vital do Rêgo, João Alberto Souza e Ivo Cassol, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
43. Em 27.02.2013, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita (Of. n° 27/2013 - GLDBAG).
44. Em 27.02.2013, o Senador João Capiberibe é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDB AG nº 031/2013).
45. Em 04.03.2013, o Senador Inácio Arruda é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 34/2013 - GLDBAG).
46. Em 05.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Ofício nº 003/2013 - PRES/CDR).
47. Em 05.03.2013, o Senador Walter Pinheiro é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. nº 36/2013 - GLDBAG).
48. Em 12.03.2013, o Senador Sodré Santoro é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Morazildo Cavalcanti (OF. BLUFOR nº 034/2013).
49. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
50. Em 20.03.2013, os Senadores Armando Monteiro, Sodré Santoro e João Costa são designados como membros titulares do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. 50/2013-BLUFOR).
51. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandato, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
52. Em 15.04.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 84/2013-BLUFOR).
53. Vago em virtude de o Senador João Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Vicentinho Alves, em 23.04.2013.
54. Em 23.04.2013, o Senador Vicentinho Alves é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (OF. nº 87/2013-BLUFOR)
55. Em 14.05.2013, o Senador Mozarildo Cavalcanti deixa de integrar a Comissão (Of. 108/2013-BLUFOR).

Secretário(a): Selma Miriam Perpétuo Martins
Telefone(s): 3303-4282
Fax: 3303-1627
E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽¹⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁶⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Ciro Nogueira (PP)
	2. VAGO ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)
PSC	
Eduardo Amorim (3,4,5,7,8)	

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
2. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
3. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
4. Em 21.12.2011, o Senador Lauro Antonio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, licenciado (OF. N° 377/2011-PRES/CDR).
5. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
6. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
7. Em 28.05.2012, o Bloco Parlamentar da Maioria cede uma vaga de titular na Subcomissão ao Partido Social Cristão - PSC (OF. GLPMDB n° 140/2012).
8. O Presidente da CDR comunica a designação do Senador Eduardo Amorim como membro titular da Subcomissão (OF. N° 119/2012-PRES/CDR).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽⁴⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. VAGO (10,11)
VAGO (9)	2. VAGO (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁸⁾	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (12)
Ivo Cassol (PP) (3,5,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (1)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
7. Em 22.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Subcomissão (OF. Nº 339/2011-PRES/CDR).
8. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
9. Em 17.04.2012, vago em virtude de o Senador Vicentinho Alves não pertencer mais à CDR (OF. Nº 018/2012/GLBUF/SF).
10. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
11. Em 04.07.2012, vago em virtude do Senador Acir Gurgacz não pertencer mais à CDR (Of. nº 091/2012 - GLDBAG).
12. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ⁽²⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(1,4)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽⁹⁾	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. VAGO ⁽⁶⁾
VAGO ⁽⁵⁾	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(3,8)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
4. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão(Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
5. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
6. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.
7. Em 02.03.2012, vago em virtude de o Senador Eunício Oliveira deixar, a pedido, de integrar como suplente a Comissão (Of. nº 22/2012 - GLPMDB).
8. Em 06.03.2012, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão(Of. nº 049/2012-PRES/CDR).
9. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpiada e Paraolímpiada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁶⁴⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(15,65)	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Antonio Russo (PR) (7,10,22,23,57)	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) (67)
Zeze Perrella (PDT) (11,16)	3. Walter Pinheiro (PT)
Acir Gurgacz (PDT) (38,47)	4. João Durval (PDT)
Eduardo Suplicy (PT) (4,67)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽³⁷⁾	
Clésio Andrade (PMDB) (62)	1. Romero Jucá (PMDB) (28,29,35,52,62)
Sérgio Souza (PMDB) (62)	2. Luiz Henrique (PMDB) (62)
Casildo Maldaner (PMDB) (25,26,27,36,49,62)	3. João Alberto Souza (PMDB) (39,40,51,53,62)
Ana Amélia (PP) (62)	4. Valdir Raupp (PMDB) (62)
Ivo Cassol (PP) (12,13,19,21,62)	5. Ciro Nogueira (PP) (62)
Benedito de Lira (PP) (62)	6. Sérgio Petecão (PSD) (17,62)
Kátia Abreu (PSD) (31,59,61,62)	7. Garibaldi Alves (PMDB) (32,43,44,58,59,61,63)
Waldemir Moka (PMDB) (24,33,34,46,66,68,69)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) (2,60)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) (60)
Ruben Figueiró (PSDB) (60)	2. Flexa Ribeiro (PSDB) (3,9,14,60)
Jayme Campos (DEM)	3. Cícero Lucena (PSDB) (5,18,48,70)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(37,45)	
Gim (PTB) (1,8,49,50)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB) (6,54)
	2. Blairo Maggi (PR) (24,41,42,55,56)

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

2. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.

3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.

4. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rolemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).

5. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.

6. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).

7. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

8. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).

9. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

10. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).

11. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

14. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).

15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

16. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).

17. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

18. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

22. Em 22.11.2011, vaga cedida ao PR pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 137/2011-GLDBAG).

23. Em 23.11.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. Leg. nº 18/2011-GLPR).

24. Em 23.11.2011, os Senadores Clésio Andrade e Blairo Maggi são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PR na Comissão, em decorrência da revisão da cálculo da proporcionalidade da participação do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

25. Em 06.12.2011, o Senador Eduardo Amorim licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme os Requerimentos nºs 1.458 e 1.459/2011, aprovados na sessão de 30.11.2011.

26. Vaga cedida temporariamente ao PR (OF. Nº 308/2011-GLPMDB).

27. Em 07.12.2011, o Senador Lauro Antônio é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, em virtude de vaga cedida temporariamente ao PR. (Of. 20/2011-GLPR)

28. Senador Garibaldi Alves licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 07.12.2011, conforme Ofício nº 130/2011, aprovado na sessão de 07.12.2011.

29. Em 13.12.2011, a Senadora Ivonete Dantas é designada membro suplente do Bloco da Maioria (PMDB/PP/PV/PSC) na Comissão, em substituição ao Senador Garibaldi Alves (OF. GLPMDB nº 329/2011).

30. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

31. Em 16.02.2012, o Senador Sérgio Petecão é designado membro titular do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

32. Em 16.02.2012, a Senadora Kátia Abreu é designada membro suplente do PSD/PSOL na Comissão (Of. nº 6/2012-GLPSD).

33. Em 20.03.2012, o Senador Clésio Andrade comunicou ao Senado sua filiação partidária ao PMDB (Of.GSCAND nº 91/2012, lido na sessão desta data).

34. Em 21.03.2012, o Senador Alfredo Nascimento é designado membro titular do PR na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Of. nº 004/2012-GLPR).
35. Em 06.04.2012, vago em virtude de a Senadora Ivonete Dantas não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Garibaldi Alves.
36. Em 05.04.2012, vago em virtude de o Senador Lauro Antonio não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Eduardo Amorim.
37. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o Of. Nº 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.
38. Senador Acir Gurgacz licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 123 dias, a partir de 29.06.12, conforme os Requerimentos nºs 609 e 610, de 2012, aprovados na sessão de 28.06.12.
39. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.
40. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (Of. GLPMDB nº 181/2012).
41. Senador Blairo Maggi licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I e II, do Regimento Interno, por 130 dias, a partir de 09.08.12, conforme os Requerimentos nºs 724 e 725/2012, aprovados na sessão de 07.08.12.
42. Em 09.08.2012, o Senador Cidinho Santos é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Blairo Maggi (Of. Nº 082/2012/BLUFOR/SF).
43. Em 02.10.2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 02.10.2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 01.10.2012.
44. Em 16.10.2012, o Senador Marco Antônio Costa é designado membro suplente do PSD/PSOL na Comissão, em substituição à Senadora Kátia Abreu (Of. nº 55/2012 - GLPSD).
45. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.
46. Em 30.10.2012, o Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Alfredo Nascimento (Of. Nº 163/2012-BLUFOR).
47. Em 30.10.2012, o Senador Acir Gurgacz reassume o cargo de senador, após licença (Of. GSAGUR nº 172/2012).
48. Vago em virtude de o Senador Clovis Fecury não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Alberto Souza, em 5.11.2012 (Of. GSJALB nº 0001/2012).
49. Em 06.11.2012, retorna ao Bloco Parlamentar União e Força a vaga anteriormente cedida ao Bloco Parlamentar da Maioria, e seu ocupante, o Senador Sérgio Souza, fica designado como membro titular deste Bloco na Comissão (Of. GLPMDB nº 338/2012).
50. Em 06.11.2012, o Senador Gim é designado membro titular do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Souza (Of. Nº 167/2012/BLUFOR).
51. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
52. Em 23.11.2012, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 363/2012).
53. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 358/2012).
54. O Senador Mozarildo Cavalcanti licenciou-se, a partir de 12 de dezembro de 2012, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno, por 121 dias, conforme o Requerimento nº 1.085/12, aprovado na sessão de 11.12.2012.
55. Em 17.12.2012, vago em razão do término do mandato do Senador Cidinho Santos, em face da reassunção do membro titular, Senador Blairo Maggi.
56. Em 17.12.2012, o Senador Blairo Maggi é designado membro suplente do Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. Nº 216/2012-BLUFOR).
57. Senador Antonio Russo licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 180 dias, a partir de 22.01.2013, conforme Requerimento nº 1/2013, aprovado no dia 30.01.2013.
58. Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno da titular, Senadora Kátia Abreu, em 31.01.2013.
59. Em 07.02.2013, a Senadora Kátia Abreu é designada membro titular do PSD/PSOL na Comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que assume a vaga de suplente (OFÍCIO nº 013/2013-GLPSD).
60. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 011/13, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Ruben Figueiró, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Flexa Ribeiro, como membros suplentes, para compor a Comissão.
61. O Partido Social Democrático (PSD) passa a integrar o Bloco Parlamentar da Maioria, conforme OF. GLPMDB nº 032/2013, lido na sessão de 19.02.2013.
62. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 45/2013, designando os Senadores Clésio Andrade, Sérgio Souza, Casildo Maldaner, a Senadora Ana Amélia, os Senadores Ivo Cassol e Benedito de Lira e a Senadora Kátia Abreu, como membros titulares, e os Senadores Romero Jucá, Luiz Henrique, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
63. Em 26.02.2013, o Senador Garibaldi Alves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 070/2013).
64. Em 27.02.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Acir Gurgacz, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 19/2013-CRA).
65. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
66. Em 20.03.2013, o Senador Antonio Carlos Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of. nº 68/2013-BLUFOR).

67. Em 26.03.2013, o Senador Eduardo Suplicy é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 56/2013-GLDBAG).

68. Vaga cedida provisoriamente ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. 75/2013-BLUFOR).

69. Em 04.04.2013, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em vaga cedida provisoriamente pelo Bloco União e Força (Ofício nº 138/2013-GLPMDB).

70. Em 23.04.2013, o Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. 128/2013-GLPDSB).

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303 3506

Fax: 3303 1017

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ⁽³⁴⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Alfredo Nascimento (PR-AM) ⁽³⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL) ^(7,38)	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Zeze Perrella (PDT) ⁽³²⁾	2. Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(33,40)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) ^(10,12)
João Capiberibe (PSB) ^(8,9,17)	4. Lídice da Mata (PSB)
Aníbal Diniz (PT) ⁽⁴⁰⁾	5. Eduardo Lopes (PRB) ^(19,20,1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV) ⁽²¹⁾	
Lobão Filho (PMDB) ⁽³¹⁾	1. Vital do Rêgo (PMDB) ^(11,31,2,4)
João Alberto Souza (PMDB) ^(22,23,27,28,31)	2. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³¹⁾
Valdir Raupp (PMDB) ⁽³¹⁾	3. Ivo Cassol (PP) ⁽³¹⁾
Luiz Henrique (PMDB) ^(31,36)	4. Benedito de Lira (PP) ^(26,31)
Ciro Nogueira (PP) ⁽³¹⁾	5. Sérgio Souza (PMDB) ^(13,15,35,5,6)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³¹⁾	6. VAGO
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ^(30,37)	1. VAGO ^(30,37)
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽³⁰⁾	2. Cícero Lucena (PSDB) ⁽³⁰⁾
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB) ^(21,24)	
Gim (PTB) ^(25,39)	1. Antonio Carlos Rodrigues (PR) ⁽³⁹⁾
Alfredo Nascimento (PR) ^(16,39,3)	2. VAGO ^(16,29,39)
Eduardo Amorim (PSC) ⁽³⁹⁾	3. ⁽³⁹⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular, e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSD, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Os Líderes do PTB e do PR comunicam a formação do Bloco União e Força, composto por seus partidos, mediante o OF. N° 064/GLPTB/SF, lido na sessão do Senado de 3 de abril de 2012.

*****. Nova proporcionalidade: (sessão do Senado Federal de 12/03/2013) "A Presidência comunica aos Srs. Líderes que - tendo em vista o Ofício nº 025, de 2013, e respectivo aditamento, da Liderança do Bloco União e Força, de solicitação de ajuste na composição das Comissões Permanentes desta Casa, tendo em vista a Nota Técnica da Secretaria-Geral da Mesa assinada pelos Líderes do PMDB, PT, PSDB, PTB, PP, PR, DEM, PSB, PCdoB, PSD e PPL # determina a publicação do recálculo da proporcionalidade partidária para as Comissões Permanentes do Senado Federal, ajustado ao resultado definitivo das eleições de 2010, em virtude da retotalização de votos pela Justiça Eleitoral e da decisão dos Líderes Partidários. Assim, a Presidência, dando cumprimento a este critério estabelecido pelas Lideranças, solicita aos Srs. Líderes que procedam aos ajustes necessários na composição dos colegiados técnicos da Casa."

*****. Bloco Parlamentar da Maioria: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco de Apoio ao Governo: 5 titulares e 5 suplentes (1 vaga compartilhada). Bloco Parlamentar Minoria: 3 titulares e 3 suplentes. Bloco Parlamentar União e Força: 3 titulares e 3 suplentes.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.nº 026/2011-GLDBAG).

2. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

3. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.

4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

5. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.

6. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).

7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

8. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of. nº 99/11-GLDBAG).

9. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (Of. 116/2011 - GLDBAG)

10. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 126/2011 - GLDBAG).

11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of. nº 270/2011 - GLPMDB).

12. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 128/11-GLDBAG).

13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

15. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

14. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

16. Em 23.11.2011, os Senadores Alfredo Nascimento e João Ribeiro são designados membros titular e suplente do PR na Comissão, respectivamente, em decorrência das novas indicações do Partido (Of. Leg. 017/2011 GLPR).

17. Em 08.12.2011, o Senador João Capiberibe é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares. (Of. nº 145/2011-GLDBAG).

18. Em 16.02.2012, foi lido o Of. nº 6/2012-GLPSD, comunicando o compartilhamento de vagas entre o PSD e o PSOL na Comissão.

19. Em 02.03.2012, lido ofício do Senador Marcelo Crivella comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato de Senador para assumir o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura (Of. nº 34/2012-GSMC).

20. Em 06.03.2012, o Senador Eduardo Lopes é designado membro suplente do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Marcelo Crivella (Of. nº 31/2012 - GLDBAG).

21. Em 10.04.2012, foi lido expediente do Senador Eduardo Amorim comunicando ter o PSC deixado de integrar o Bloco Parlamentar da Maioria; foi lido também o OF. N° 004/2012-GLBUF/SF, da Liderança do Bloco Parlamentar União e Força e da Liderança do PSC, comunicando que o PSC passou a integrar aquele Bloco.

22. Senador Valdir Raupp licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 122 dias, a partir de 16.07.12, conforme os Requerimentos nºs 677 e 678, de 2012, aprovados na sessão de 11.07.12.

23. Em 1º.08.2012, o Senador Tomás Correia é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp (OF. GLPMDB nº 181/2012).

24. Em 17.10.2012, foi lido o Ofício nº 115/2012-BLUFOR/SF, dos Senadores Gim Argello, Vicentinho Alves e João Costa, comunicando que o PPL passou a integrar o Bloco Parlamentar União e Força.

25. Em 6.11.2011, foi lido o Of. 214/12-GSGA, do Senador Gim, solicitando ao Presidente do Senado a substituição do seu nome parlamentar "Senador Gim Argello" pelo nome "Senador Gim".

26. Em 14.11.2012, o Senador João Alberto Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros (Of. GLPMDB nº 346/2012).
27. Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15.11.2012.
28. Em 23.11.2012, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. GLPMDB nº 360/2012).
29. Em 08.02.2013, o Senador João Ribeiro licenciar-se-á nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, no período do dia 08 de fevereiro a 08 de junho de 2013, conforme RQS nº 44/2013, deferido na sessão de 06.02.13.
30. Em 07.2.2013, foi lido o Of. Nº 012/13, da Liderança do PSDB, confirmando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro, como membros titulares, e os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cícero Lucena, como membros suplentes, para compor a Comissão.
31. Em 26.02.2013, foi lido o Ofício GLPMDB nº 46/2013, designando os Senadores Lobão Filho, João Alberto Souza, Valdir Raupp, Eunício Oliveira, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão, como membros titulares, e os Senadores Vital do Rêgo, Ricardo Ferreira, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para comporem o Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão.
32. Em 27.02.2013, o Senador Zezé Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Aníbal Diniz (Of. GLDBAG nº 032/2013).
33. Em 05.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Paulo Paim (Of. GLDBAG nº 033/2013).
34. Em 06.03.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Zeze Perrella e Alfredo Nascimento, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 005/2013-CCT).
36. Em 07.03.2013, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria, em substituição ao Senador Eunício Oliveira (Of. GLPMDB nº 075/2013).
35. Em 07.03.2013, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (Of. GLPMDB nº 093/2013).
37. Em 11.03.2013, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. GLPSDB nº 087/2013).
39. Em 20.03.2013, são designados os Senadores Gim, Alfredo Nascimento e Eduardo Amorim e como suplente o Senador Antonio Carlos Rodrigues para comporem o Bloco Parlamentar União e Força na Comissão (Of. BLUFOR nº 52/2013).
38. Em 20.03.2013, o PSOL passa a integrar o Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do Ofício GSRR nº 43/2013).
40. Em 26.03.2013, o Senador Aníbal Diniz é designado membro titular pelo Bloco de Apoio ao Governo em substituição ao Senador Rodrigo Rolemberg, que passa a ocupar a suplência na Comissão (Of. nº 55/2013-GLDBAG).

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ELABORAÇÃO DO MARCO REGULATÓRIO DA MINERAÇÃO EM TERRAS RARAS NO BRASIL

Finalidade: Subcomissão Temporária para elaboração de Projeto de Lei do Marco Regulatório da Mineração e da Exploração de terras-raras no Brasil criada pelo RQT nº 22/2012, com a finalidade de discutir ações para os minerais estratégicos para o país, com a criação de um novo marco regulatório, que possibilite o desenvolvimento de uma cadeia produtiva para o setor, com o prazo até a conclusão da tarefa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aníbal Diniz (PT-AC) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSD, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Ivo Cassol (PP)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PSOL)	
Aníbal Diniz (PT)	1. Angela Portela (PT)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB, PR, PSC, PPL, PRB)	
Alfredo Nascimento (PR)	1. Gim (PTB)

Notas:

1. Em 03.04.2013, a Comissão reunida elegeu os Senadores Aníbal Diniz e Aloysio Nunes Ferreira Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, desse colegiado (OF. 020/2013-CCTSTTR/SF).

*. Em 26.03.2013 foi lido o OF. nº 19/2013-CCT designando os Senadores Aníbal Diniz, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Aloysio Nunes Ferreira e Alfredo Nascimento como titulares e os Senadores Angela Portela, Lobão Filho, Ivo Cassol, Flexa Ribeiro e Gim como suplentes na Subcomissão.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

E-mail: scomcct@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 11/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **9ª Eleição Geral:** 06/03/2013

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

TITULARES	SUPLENTES
PMDB	
Sérgio Souza (PR)	1. VAGO
Valdir Raupp (RO)	2. VAGO
João Alberto Souza (MA)	3. VAGO
Romero Jucá (RR)	4. VAGO
PT	
Wellington Dias (PI)	1. Jorge Viana (AC)
Ana Rita (ES)	2. Paulo Paim (RS)
Aníbal Diniz (AC)	3. Angela Portela (RR)
PSDB	
Mário Couto (PA)	1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)	2. VAGO
PTB	
Gim (DF)	1. João Vicente Claudino (PI)
PP	
Ciro Nogueira (PI)	1.
PDT	
Acir Gurgacz (RO)	1.
PSB	
Lídice da Mata (BA)	1. Antonio Carlos Valadares (SE)
DEM	
Jayme Campos (MT)	1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR	
Antônio Carlos Rodrigues (SP)	1. VAGO

PSD	
Sérgio Petecão (AC)	1. Kátia Abreu (TO)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
VAGO	

Atualização: 03/04/2013

Notas:

*. Mais um membro em virtude do caput do art. 23 da Resolução nº 20, de 1993.

1. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br**3) PROCURADORIA PARLAMENTAR***(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)***Número de membros:** 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Antonio Carlos Rodrigues (PR/SP) ⁽¹⁾	PR

Atualização: 11/03/2013

Notas:

1. Senador Antonio Carlos Rodrigues é designado para ocupar a vaga do PR em 21.02.2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER

(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) (1)	PROCURADORA

Atualização: 06/03/2013

Notas:

1. Designada pelo Presidente do Senado Federal na sessão de 06.03.2013.

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61) 3303-5255 **Fax:**(61) 3303-5260

E-mail:scop@senado.leg.br

5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO)	OUVIDORA-GERAL

Atualização: 15/03/2013

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senadora Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾**1^a Designação:** 03/12/2001**2^a Designação:** 26/02/2003**3^a Designação:** 03/04/2007**4^a Designação:** 11/02/2011**5^a Designação:** 11/03/2013**6^a Designação:** 12/02/2009

MEMBROS**PMDB**

Pedro Simon (RS)

PT

Angela Portela (RR)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

VAGO

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Lídice da Mata (BA)

DEM

Maria do Carmo Alves (SE)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013

Notas:

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 004/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitas na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 03.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-4561/3303-5258 **Fax:**3303-5258

E-mail:scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES*(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Cyro Miranda (PSDB-GO) ⁽²⁾**1ª Designação:** 23/03/2010**2ª Designação:** 14/03/2011**3ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Waldemir Moka (MS)

PT

Delcídio do Amaral (MS)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

Armando Monteiro (PE)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

José Agripino (RN)

PR

Antonio Carlos Rodrigues (SP)

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BInácio Arruda (CE) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 14/03/2014

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 001/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleito na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 20.03.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA*(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)***Número de membros:** 15 titulares**PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾**1^a Designação:** 30/11/2010**2^a Designação:** 14/03/2011**3^a Designação:** 21/03/2012**4^a Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Jarbas Vasconcelos (PE)

PT

Paulo Paim (RS)

PSDB

Cícero Lucena (PB)

PTBVAGO ⁽²⁾**PP**

Ana Amélia (RS)

PDT

VAGO

PSB

João Capiberibe (AP)

DEM

José Agripino (RN)

PR

VAGO

PSD

Sérgio Petecão (AC)

PC DO BVanessa Grazzotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.GLPCB nº 005/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Em 11.04.2013, vago em virtude de o Senador Sodré Santoro não exercer mais o mandado, devido ao retorno do titular Senador Mozarildo Cavalcanti.
3. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 16/04/2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

9) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 15 titulares

PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

1^a Designação: 14/03/2011

2^a Designação: 21/03/2012

3^a Designação: 11/03/2013

MEMBROS

PMDB

Ricardo Ferraço (ES)

PT

Anibal Diniz (AC)

PSDB

Cyro Miranda (GO)

PTB

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ciro Nogueira (PI)

PDT

VAGO

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

VAGO

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽¹⁾

PV

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Atualização: 24/04/2013**Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPCB nº 002/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião de 2013, realizada em 17.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255 **Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

10) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***Número de membros:** 18 titulares**PRESIDENTE:** Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽²⁾**1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS**PMDB**

Luiz Henrique (SC)

PT

Jorge Viana (AC)

PSDB**PTB**

João Vicente Claudino (PI)

PP

Ivo Cassol (RO)

PDT**PSB**

Rodrigo Rollemberg (DF)

DEM

Wilder Morais (GO)

PR

Blairo Maggi (MT)

PSD

Kátia Abreu (TO)

PC DO BVanessa Grazziotin (AM) ⁽¹⁾**PV**

Paulo Davim (RN)

PRB

Eduardo Lopes (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PSOL

Randolfe Rodrigues (AP)

Representante da sociedade civil organizada**Pesquisador com produção científica relevante****Representante do setor produtivo ligado ao tema do meio ambiente****Atualização:** 24/04/2013**Notas:**

1. Designada para ocupar a vaga do PC do B, conforme Of.GLPBCB nº 003/2013, datado de 13.03.2013, lido na sessão do Senado Federal de 14.03.2013.
2. Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 24.04.2013.

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258 **Fax:** 3303.5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

(Resolução nº 1/2006-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 33 Deputados ²

COMPOSIÇÃO ³

Presidente: Senador Lobão Filho (PMDB/MA)⁸
1º Vice-Presidente: Deputado Bruno Araújo (PSDB/PE)⁸
2º Vice-Presidente: Senador Francisco Dornelles (PP/RJ)⁸
3º Vice-Presidente: Deputado Guilherme Campos (PSD/SP)⁸

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)
Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)
Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Walter Pinheiro (PT/BA)	1. Eduardo Suplicy (PT/SP)
Aníbal Diniz (PT/AC)	2. Inácio Arruda (PCdoB/CE)
Acir Gurgacz (PDT/RO)	3. ⁶
Lídice da Mata (PSB/BA)	4. Lindbergh Farias (PT/RJ)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Lobão Filho (PMDB/MA)	1. Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ⁵
Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁷	2. ^{5 e 7}
Ivo Cassol (PP/RO)	3. Casildo Maldaner (PMDB/SC) ⁵
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1. Cícero Lucena (PSDB/PB) ⁴
Wilder Morais (DEM/GO)	2. Jayme Campos (DEM/MT)
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI)	1.
Eduardo Amorim (PSC/SE)	2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP)	

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e três vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

3- Designação na Sessão do Senado Federal de 21-3-2013.

4- Designado o Senador Cícero Lucena, como membro suplente, em 3-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 106/2013, da Liderança do PSDB.

5- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Francisco Dornelles e Casildo Maldaner, como membros suplentes, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 140, de 2013, da Liderança do PMDB.

6- Vago, em 9-4-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 63, de 2013, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

7- Designado o Senador Francisco Dornelles, como membro titular, em substituição ao Senador Eunício Oliveira, em 16-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 151, de 2013, da Liderança do PMDB.

8- Mesa eleita em 16-4-2013, conforme Ofício nº 038, de 2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Bohn Gass (PT/RS)	1. Afonso Florence (PT/BA)
Ricardo Berzoini (PT/SP)	2. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Zezéu Ribeiro (PT/BA)	3. Iriny Lopes (PT/ES)
Miguel Corrêa (PT/MG)	4. Jorge Bittar (PT/RJ)
Weliton Prado (PT/MG)	5. José Airton (PT/CE)
PMDB	
Danilo Forte (PMDB/CE)	1. André Zacharow (PMDB/PR)
Leonardo Quintão (PMDB/MG)	2. Genecias Noronha (PMDB/CE) ⁷
Marçal Filho (PMDB/MS)	3. Pedro Novais (PMDB/MA)
Nilda Gondim (PMDB/PB)	4. José Pirante (PMDB/PA) ⁴
Rose de Freitas (PMDB/ES)	5. Osvaldo Reis (PMDB/TO) ⁴
PSDB	
Bruno Araújo (PSDB/PE)	1. Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE) ²
Domingos Sávio (PSDB/MG)	2. Carlos Brandão (PSDB/MA) ³
Ruy Carneiro (PSDB/PB)	3.
PP	
Carlos Magno (PP/RO)	1. Missionário José Olímpio (PP/SP)
Nelson Meurer (PP/PR)	2. Roberto Britto (PP/BA)
Roberto Teixeira (PP/PE)	3. Dilceu Sperafico (PP/PR) ⁵
DEM	
Claudio Cajado (DEM/BA)	1. Alexandre Leite (DEM/SP) ⁸
Efraim Filho (DEM/PB)	2.
Mandetta (DEM/MS)	3.
PSD	
Armando Vergílio (PSD/GO)	1. Ademir Camilo (PSD/MG)
Guilherme Campos (PSD/SP)	2. Homero Pereira (PSD/MT)
Júlio Cesar (PSD/PI)	3. Junji Abe (PSD/SP)
PR	
Aelton Freitas (PR/MG)	1. José Rocha (PR/BA)
Gorete Pereira (PR/CE)	2. Wellington Roberto (PR/PB)
PSB	
Gonzaga Patriota (PSB/PE) ⁶	1. Leopoldo Meyer (PSB/PR)
Severino Ninho (PSB/PE)	2. Valtenir Pereira (PSB/MT)
PDT	
Sebastião Bala Rocha (PDT/AP)	1. André Figueiredo (PDT/CE)
Weverton Rocha (PDT/MA)	2. João Dado (PDT/SP)
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Fábio Ramalho (PV/MG)	1. Humberto Souto (PPS/MG)
Sandro Alex (PPS/PR)	2. Sarney Filho (PV/MA)
PTB	
Nilton Capixaba (PTB/RO)	1. Alex Canziani (PTB/PR)
PSC	
Andre Moura (PSC/SE)	1. Ricardo Arruda (PSC/PR)
PCdoB	
Evandro Milhomem (PCdoB/AP)	1. Chico Lopes (PCdoB/CE)
PTdoB¹	
Lourival Mendes (PTdoB/MA)	

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designado o Deputado Raimundo Gomes de Matos, como membro suplente, em 27-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 345/2013, da Liderança do PSDB.
- 3- Designado o Deputado Carlos Brandão, como membro suplente, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 353/2013, da Liderança do PSDB.
- 4- Designados os Deputados José Pirante e Osvaldo Reis, como membros suplentes, em 2-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 327/2013, da Liderança do PMDB.
- 5- Designado o Deputado Dilceu Sperafico, como membro suplente, em 11-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 174/2013, da Liderança do PP.
- 6- Designado o Deputado Gonzaga Patriota, como membro titular, em substituição ao Deputado Dr. Ubiali, em 18-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2013, da Liderança do PSB.
- 7- Designado o Deputado Genecias Noronha, como membro suplente, em substituição ao Deputado Giroto, em 21-5-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 575/2013, da Liderança do PMDB.
- 8- Designado o Deputado Alexandre Leite, como membro suplente, em vaga existente, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 183/2013, da Liderança do DEM.

Secretaria: Maria do Socorro de L. Dantas
Telefones: (61) 3216-6892 / 3216-6893

Fax: (61) 3216-6905

E-mail: cmo@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados, Anexo Luis Eduardo Magalhães (Anexo II), Ala "C" – Sala 08 – Térreo
Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cmo

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

Relator do PLDO / 2014: Deputado Danilo Forte (PMDB/CE)

Relator do PLOA / 2014: Deputado Miguel Corrêa (PT/MG)

Relator da Receita: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

RELATORES SETORIAIS DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

ÁREA TEMÁTICA	RELATOR SETORIAL
I – Infraestrutura	Senador Acir Gurgacz (PDT/RO)
II – Saúde	Deputado Marçal Filho (PMDB/MS)
III – Integração Nacional e Meio Ambiente	Deputado Aelton Freitas (PR/MG)
IV – Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte	Senador Wilder Morais (DEM/GO)
V – Planejamento e Desenvolvimento Urbano	Deputado Weliton Prado (PT/MG)
VI – Fazenda, Desenvolvimento e Turismo	Deputado Raimundo Gomes de Matos (PSDB/CE)
VII – Justiça e Defesa	Deputado Nelson Meurer (PP/PR)
VIII – Poderes do Estado e Representação	Senador Ricardo Ferraço (PMDB/ES)
IX – Agricultura e Desenvolvimento Agrário	Senador João Vicente Claudino (PTB/PI)
X – Trabalho, Previdência e Assistência Social	Deputado Junji Abe (PSD/SP)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO – CMO

I – COMITÊ DE AVALIAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – CFIS

Coordenador: Deputado Efraim Filho (DEM/PB)

II – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DA RECEITA – CAR

Coordenador: Senador Eduardo Amorim (PSC/SE)

III – COMITÊ DE AVALIAÇÃO DAS INFORMAÇÕES SOBRE OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES GRAVES – COI

Coordenador: Deputado Afonso Florence (PT/BA)

IV – COMITÊ DE ADMISSIBILIDADE DE EMENDAS – CAE

Coordenador: Deputado Roberto Teixeira (PP/PE)

COMISSÃO MISTA PERMANENTE SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS – CMMC

(Criada pela Resolução nº 4/2008-CN)

Número de membros: 13 Senadores e 13 Deputados²¹**COMPOSIÇÃO****Presidente:** Senadora Vanessa Grazziotin^{15, 20 e 27}**Vice-Presidente:** Deputado Fernando Ferro^{15, 20 e 27}**Relator:** Deputado Sarney Filho^{16, 20 e 27}**Instalação:** 27-2-2013^{15, 20 e 27}**Senado Federal**

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Jorge Viana (PT/AC) ⁷	1. Wellington Dias (PT/PI) ⁷
Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{7, 13 e 17}	2. Lindbergh Farias (PT/RJ) ⁷
Blairo Maggi (PR/MT) ^{7, 23 e 26}	3. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ⁷ ²²	4. ^{7 e 17} 5. ²²
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD)	
Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{3, 14 e 29}	1. Vital do Rêgo (PMDB/PB) ^{3 e 29}
Eduardo Braga (PMDB/AM) ^{3 e 29}	2. Romero Jucá (PMDB/RR) ^{3 e 29}
Ciro Nogueira (PP/PI) ^{3, 11, 12 e 29}	3. ^{3 e 29}
Sérgio Petecão (PSD/AC) ^{3, 18 e 29}	4. ^{3, 19 e 29}
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) ²	1. ^{2 e 24}
Wilder Morais (DEM/GO) ^{6, 10 e 25}	2. Jayme Campos (DEM/MT) ^{6, 10 e 28}
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC)	
João Vicente Claudino (PTB/PI) ^{4 e 29}	1. ^{8, 9 e 12} 2.
PSOL¹	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ^{5 e 29}	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designados os Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Cyro Miranda em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 35/2011, da Liderança do PSDB.

3- Designados os Senadores Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Pedro Simon, Sérgio Petecão, Vital do Rêgo, Romero Jucá, Renan Calheiros e Wilson Santiago em 18-2-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 47/2011, da Liderança do PMDB.

4- Designado o Senador João Vicente Claudino em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 55/2011, da Liderança do PTB.

5- Designado o Senador Randolfe Rodrigues em 2-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 65/2011, da Liderança do PSOL.

6- Designados os Senadores Kátia Abreu e Jayme Campos em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 26/2011, da Liderança do DEM.

7- Designados Senadores Jorge Viana, João Pedro, Blairo Magi, Cristovam Buarque, Wellington Dias, Lindbergh Farias, Antonio Carlos Valadares e Vanessa Grazziotin em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 34/2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

8- Em 28-3-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 70/2011, da Liderança do PTB, cedendo provisoriamente, ao PP, a vaga de suplente.

9- Designado o Senador Ciro Nogueira, para vaga cedida pelo PTB, em 29-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 21/2011, da Liderança do PP.

10- Designado o Senador Jayme Campos, como membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, e o Senador José Agripino, como membro suplente, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 32/2011, da Liderança do DEM.

11- Em 27-4-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 115/2011, da Liderança do PMDB, comunicando a retirada do nome do Senador Pedro Simon.

12- Designado o Senador Ciro Nogueira em 28-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011, da Liderança do PMDB.

13- Vago em razão da reassunção do titular, Senador Alfredo Nascimento, em 7-7-2011.

14- Designado o Senador Sérgio Souza em 25-8-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 236/2011, da Liderança do PMDB.

15- Comissão instalada em 30-8-2011 (Sessão do Senado Federal); eleitos Presidente e Vice-Presidente, conforme Ofício nº 1/2011-CMMC.

16- Ofício nº 6/2011-CMMC, publicado no DSF de 22-9-2011.

17- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin em 20-10-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 130/2011 – GLDBAG, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.

18- Em 1-11-2011 (Sessão do Senado Federal), foi lida comunicação do Senador Sérgio Petecão, informando a sua filiação ao Partido Social Democrático – PSD.

19- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

- 20- Comissão instalada em 10-4-2012, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 2/2012-CMMC.
- 21- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 22- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 23- O Senador Blairo Maggi licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 130 dias, a partir de 9-8-2012, conforme os Requerimentos nº's 724 e 725, de 2012, aprovados na Sessão do Senado Federal de 7-8-2012.
- 24- Lido na Sessão do Senado Federal de 9-8-2012 o Ofício nº 135, da Liderança do PSDB, comunicando a retirada do nome do Senador Cyro Miranda como membro suplente.
- 25- Designado o Senador Wilder Morais, como membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, em 7-11-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 76/2012, da Liderança do DEM no Senado Federal.
- 26- Senador Blairo Maggi reassume o cargo de senador, em 17.12.2012, após licença (Of. GSBMAG nº 068/2012).
- 27- Comissão instalada em 27-2-2013, eleitos Presidente Senadora Vanessa Grazziotin, Vice-Presidente Deputado Fernando Ferro e Relator Deputado Sarney Filho, conforme Ofício nº 3/2013-CMMC, lido na Sessão do Senado Federal de 4-3-2013.
- 28- Designado o Senador Jayme Campos, como membro suplente, em substituição ao Senador José Agripino, em 7-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 12, de 2013, da Liderança do Democratas – DEM.
- 29- Ratificadas as indicações constantes nos ofícios nº's 54, 32 e 78, todos de 2013, das Lideranças do Bloco Parlamentar União e Força, Partido Socialismo e Liberdade – PSOL e do Bloco Parlamentar da Maioria, respectivamente, em 22-3-2013 (Sessão do Senado Federal).

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Fernando Ferro (PT/PE) ²	1. ^{2 19}
Márcio Macêdo (PT/SE) ²	2. Leonardo Monteiro (PT/MG) ²
PMDB	
Valdir Colatto (PMDB/SC) ^{2, 5 e 6}	1. Celso Maldaner (PMDB/SC) ²
André Zacharow (PMDB/PR) ^{2, 9 e 10}	2. Adrian (PMDB/RJ) ¹⁰
PSD	
Hugo Napoleão (PSD/PI) ^{14 e 15}	1. ¹⁴
¹⁴	2. ¹⁴
PSDB	
Ricardo Tripoli (PSDB/SP) ^{2, 11 e 13}	1. Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB/SP) ^{2 e 13}
PP	
Gladson Cameli (PP/AC) ^{2 e 20}	1. Luís Carlos Heinze (PP/RS) ^{2 e 20}
DEM	
Rodrigo Maia (DEM/RJ) ²	1. ^{2 e 8}
PR	
Bernardo Santana de Vasconcellos (PR/MG) ^{2 e 18}	1. ^{2, 12 e 18}
PSB	
Glauber Braga (PSB/RJ) ^{2 e 17}	1. Janete Capiberibe (PSB/AP) ^{2, 7, 13 e 17}
PDT	
Giovani Cherini (PDT/RS) ²	1. Miro Teixeira (PDT/RJ) ²
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Sarney Filho (PV/MA) ^{2 e 16}	1. Alfredo Sirkis (PV/RJ) ^{2 e 16}
PTB¹	
Jandira Feghali (PCdoB/RJ) ^{2 e 3}	1. Arnaldo Jardim (PPS/SP) ⁴

Notas:

- 1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
- 2- Designados os Deputados Fernando Ferro, Márcio Macêdo, Mendes Ribeiro Filho, Moacir Micheletto, Antonio Carlos Mendes Thame, José Otávio Germano, Rodrigo Maia, Anthony Garotinho, Luiz Noé, Giovani Cherini, Alfredo Sirkis, Jandira Feghali, Francisco Praciano, Leonardo Monteiro, Celso Maldaner, Ricardo Tripoli, Rebecca Garcia, Walter Ihoshi, Paulo César, Domingos Neto, Miro Teixeira e Sarney Filho, em 22-3-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 300/2011, do Presidente da Câmara dos Deputados.
- 3- Em 22-3-2011, vaga de membro titular destinada ao PTB, cedida ao PCdoB.
- 4- Cedida vaga ao PPS, e Designado o Deputado Arnaldo Jardim, em 5-4-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 123/2011, da Liderança do PTB.
- 5- Vago em razão do afastamento do Deputado Mendes Ribeiro Filho em 23-8-2011, nos termos do art. 230 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 6- Designado o Deputado Valdir Colatto, em substituição ao Deputado Mendes Ribeiro Filho, em 21-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1043/2011, da Liderança do PMDB.
- 7- Vago em razão do desligamento do Deputado Domingos Neto, em 22-9-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício OF.B/130/11, da Liderança do Bloco PSB, PTB e PCdoB.
- 8- Em 3-1-2012, vago em razão do afastamento do Deputado Walter Ihoshi (PSD/SP), nos termos do artigo 230, § 2º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 9- Em 30-1-2012, vago em razão do falecimento do Deputado Moacir Micheletto (PMDB/PR), nos termos do art. 238, inciso I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.
- 10- Em 16-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foram designados os Deputados André Zacharow, como membro titular, e Adrian, como membro suplente, conforme Ofícios nºs 184/2012 e 183/2012, ambos da Liderança do PMDB.
- 11- Em 9-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Antonio Imbassahy, em substituição ao Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, conforme Ofício nº 401/2012, da Liderança do PSDB.
- 12- Em 12-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Bernardo Santana De Vasconcellos, em substituição ao Deputado Dr. Paulo César, conforme Ofício nº 224/2012, da Liderança do Bloco PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL/PRTB.
- 13- Em 22-5-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado, como membro titular, o Deputado Ricardo Tripoli, em substituição ao Deputado Antonio Imbassahy; e como membro suplente, o Deputado Antonio Carlos Mendes Thame, em substituição ao Deputado Ricardo Tripoli, conforme os Ofícios nos 535 e 536, de 2013, da Liderança do PSDB.

- 13- Em 12-7-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Glauber Braga, como membro suplente, conforme Ofício nº 117/2012, da Liderança do PSB.
- 14- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 15- Em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), foi designado o Deputado Hugo Napoleão, como membro titular, conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.
- 16- Designado como membro titular o Deputado Sarney Filho, em substituição ao Deputado Alfredo Sirkis e, como membro suplente, o Deputado Alfredo Sirkis, em substituição ao Deputado Sarney Filho, em 4-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofícios nºs 30 e 31, de 2013, da Liderança do PV.
- 17- Designado o Deputado Glauber Braga, como membro titular, em substituição ao Deputado Luiz Noé, e a Deputada Janete Capiberibe, como membro suplente, em substituição ao Deputado Glauber Braga, em 12-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 31, de 2013, da Liderança do Partido Socialista Brasileiro - PSB.
- 18- Designado o Deputado Bernardo Santana de Vasconcellos, como membro titular, em substituição ao Deputado Anthony Garotinho, em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 126, de 2013, da Liderança do PR.
- 19- Vago em virtude do desligamento do Deputado Francisco Praciano (PT/AM), em 4-4-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 294, de 2013, da Liderança do PT.
- 20- Designado o o Deputado Gladson Cameli, como membro titular, em substituição ao Deputado José Otávio Germano; e o Deputado Luís Carlos Heinze, como membro suplente, em substituição à Deputada Rebecca Garcia, em 4-6-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 278, de 2013, da Liderança do PP.

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Telefone: (61) 3303-3122

E-mail: mudancasclimaticas@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Bloco A, Ala Alexandre Costa – Sala 15 – Subsolo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/comissoes/comissao.asp?origem=CN&com=1450

**COMISSÃO MISTA REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL NO FÓRUM INTERPARLAMENTAR
DAS AMÉRICAS – FIPA**
(Criada pela Resolução nº 2/2007-CN)

Número de membros: 11 Senadores e 11 Deputados¹

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____
Vice-Presidente: _____

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSD)	
Roberto Requião (PMDB/PR) ⁵	1.
	2.
	3.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Wilder Morais (DEM/GO) ³	1. Jayme Campos (DEM/MT) ³
	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
	1.
	2.
PSOL²	
Randolfe Rodrigues (PSOL/AP) ⁴	1.

Notas:

- 1- Uma vaga acrescida ao Senado Federal e uma vaga acrescida à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
 2- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.
 3- Designado, como membro titular, o Senador Wilder Morais e, como membro suplente, o Senador Jayme Campos, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 18, de 2013, da Liderança do DEM.
 4- Designado, como membro titular, o Senador Randolfe Rodrigues, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 41, de 2013, da Liderança do PSOL.
 5- Designado o Senador Roberto Requião, como membro titular, em 25-3-2013 (Sessão do Senado Federal), de conformidade com o Ofício nº 129 de 2013, da Liderança do PMDB.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI

(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO**Presidente:** Deputado Nelson Pellegrino ⁴**Vice-Presidente:** Senador Ricardo Ferraço ⁴

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA José Guimarães (PT/CE)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA Eunício Oliveira (PMDB/CE) ¹
LÍDER DA MINORIA Nilson Leitão (PSDB/MT)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA) ²
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Nelson Pellegrino (PT/BA)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ³

(Atualizada em 10.04.2013)

Notas:

1- Em 01.02.2013, o Senador Eunício Oliveira é designado Líder do Bloco Parlamentar da Maioria para o biênio 2013-2014, conforme Of. GLPMDB nº 009/2013.

2- Em 01.02.2013, foi lido expediente comunicando a indicação do Senador Mário Couto como Líder do Bloco Parlamentar da Minoria.

3- Em 27.02.2013, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal elegeu o Senador Ricardo Ferraço como Presidente do colegiado (OF. nº 001/2013 – CRE).

4- O Deputado Nelson Pellegrino assumiu a presidência em 10.04.2013, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião da Comissão, realizada em 18.08.2001. Na mesma reunião, o Senador Ricardo Ferraço assumiu a vice-presidência.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Senado Federal – Anexo II - Térreo

Telefones: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.brEndereço na Internet: www.senado.gov.br/ccai

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 13 (treze) Senadores¹⁸ e 13 (treze) Deputados¹⁸ e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

Leitura: 13-7-2011**Designação:** 14-12-2011**Instalação:** 8-2-2012**Prazo Final:** 19-8-2012**Prazo Final Prorrogado:** 28-3-2013¹⁷**Prazo Final Prorrogado:** 9-8-2013²¹

Presidente: Deputada Jô Moraes
Vice-Presidente: Deputada Keiko Ota
Relatora: Senadora Ana Rita

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Ana Rita (PT/ES)	1. Humberto Costa (PT/PE)
Marta Suplicy (PT/SP) ²⁰	2. Lídice da Mata (PSB/BA) ^{10 e 11}
¹¹	3. Pedro Taques (PDT/MT)
Angela Portela (PT/RR)	4. ⁶
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
Ricardo Ferraço (PMDB/ES) ^{16 e 22}	1. Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM) ^{14 e 15}
Ana Amélia (PP/RS) ^{3, 4, 9 e 13}	2. Sérgio Souza (PMDB/PR) ^{2, 8, 12 e 16}
	3.
	4.
¹⁹	5. ¹⁹
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB / DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB/GO)	1.
Maria do Carmo Alves (DEM/SE)	2. José Agripino (DEM/RN)
PTB	
Armando Monteiro (PTB/PE)	1. Gim (PTB/DF) ⁷
PSOL¹	
⁵	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

2- Designada a Senadora Ivonete Dantas, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 3/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

3- Cédida uma vaga de membro titular ao Bloco de Apoio ao Governo, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 2/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.

4- Designada a Senadora Vanessa Grazziotin, em 21-12-2011 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 149/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo.

5- Em 28-12-2011, vago em virtude de a Senadora Marinor Brito ter deixado o mandato.

6- Em 2-3-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 034/2012-GSMC, do Senador Marcelo Crivella, comunicando seu afastamento do mandato, para exercer o cargo de Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal.

7- Designado o Senador Gim, em 13-3-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Senador João Vicente Claudino, conforme Ofício nº 050/2012-GLPTB, da Liderança do PTB, no Senado Federal.

8- Vago em razão da reassunção do 1º suplente, Senador Garibaldi Alves, em 4-4-2012.

- 9- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 055/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome da Senadora Vanessa Grazziotin.
- 10- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 056/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando a retirada do nome do Senador Wellington Dias.
- 11- Em 24-4-2012 (Sessão do Senado Federal), foi lido o Ofício nº 058/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar de Apoio ao Governo, comunicando que a Senadora Lídice da Mata deixa da condição de titular e a passa a ser suplente.
- 12- Designado o Senador Sérgio Souza, em 23-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 96/2012, da Liderança do PMDB.
- 13- Designada a Senadora Ana Amélia, em 24-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 138/2012, da Liderança do PMDB.
- 14- Cedida uma vaga de membro suplente ao Bloco de Apoio ao Governo, em 18-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 155/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 15- Designada a Senadora Vanessa Grazziotini, como membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 26-6-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 83/2012, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo.
- 16- Designado o Senador Sérgio Souza, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 9-7-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 170/2012, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.
- 17- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 2, de 2012, lido em 16-7-2012 (Sessão do Senado Federal).
- 18- Duas vagas acrescidas ao Senado Federal e duas vagas acrescidas à Câmara dos Deputados nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 19- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.
- 20- Em 13-9-2012, lido o Ofício nº 198/2012, da Senadora Marta Suplicy, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado da Cultura.
- 21- Prazo prorrogado, conforme Requerimento do Congresso Nacional nº 4, de 2013, lido em 20-3-2013 (Sessão do Senado Federal).
- 22- Designado o Senador Ricardo Ferraço, como membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Maioria, em 3-7-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 210/2013, da Liderança do Bloco, no Senado Federal.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Dr. Rosinha (PT/PR)	1. Dalva Figueiredo (PT/AP)
Marina Santanna (PT/GO)	2. Luci Choinacki (PT/SC)
PMDB	
Nilda Gondim ^{14 e 16}	1. Elcione Barbalho (PMDB/PA) ^{9 e 12}
Jô Moraes (PCdoB/MG) ¹	2. Fátima Pelaes (PMDB/AP)
PSD	
Ademir Camilo (PSD/MG) ^{10 e 11}	1.
	2.
PSDB	
Eduardo Azeredo (PSDB/MG)	1. Bruna Furlan (PSDB/SP) ⁸
PP	
Rebecca Garcia (PP/AM)	1. Aline Corrêa (PP/SP)
DEM	
Professora Dorinha Seabra Rezende (DEM/TO)	1. Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL) ⁵
PR	
Gorete Pereira (PR/CE)	1. 2, 4 e 13
PSB	
Keiko Ota (PSB/SP) ⁷	1 Sandra Rosado (PSB/RN) ⁷
PDT	
Sueli Vidigal (PDT/ES)	1. Flávia Morais (PDT/GO)
Bloco PV, PPS	
Carmen Zanotto (PPS/SC)	1. Rosane Ferreira (PV/PR) ⁶
PTB ¹	
Magda Mofatto (PTB/GO) ¹⁵	1. Marinha Raupp (PMDB/RO) ³

Notas:

1- Vaga cedida pelo PMDB.

2- Vaga cedida pelo PR.

3- Vaga cedida pelo PTB.

4- Designado o Deputado Neilton Mulim, em 15-12-2011 (Sessão do Senado Federal), em substituição à Deputada Liliam Sá, conforme Ofício nº 503/2011, da Liderança do Bloco Parlamentar PR/PTdoB/PRP/PHS/PTC/PSL, da Câmara dos Deputados.

5- Designada a Deputada Rosinha Da Adefal (PTdoB/AL), em 9-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em vaga pertencente ao Democratas na Câmara dos Deputados, conforme Ofício nº 3/2012, da Liderança do Democratas.

6- Designada a Deputada Rosane Ferreira, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), em substituição ao Deputado Arnaldo Jordy, conforme Ofício nº 18/2012, da Liderança do Bloco Parlamentar PV/PPS, da Câmara dos Deputados.

7- Designadas, em 15-2-2012 (Sessão do Senado Federal), a Deputada Keiko Ota, como membro titular, em substituição à Deputada Sandra Rosado, e a Deputada Sandra Rosado, como membro suplente, em substituição à Deputada Keiko Ota, conforme Ofício nº 4/2012, da Liderança do PSB, da Câmara dos Deputados.

8- Designada a Deputada Bruna Fulan, como membro suplente, em 5-3-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 71/2012, da Liderança do PSDB na Câmara dos Deputados.

9- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro suplente, em substituição à Deputada Elcione Barbalho, em 15-5-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 493/2012, da Liderança do PMDB na Câmara dos Deputados.

10- Vaga acrescida nos termos da Resolução nº 1, de 2012-CN.

11- Designado o Deputado Ademir Camilo, como membro titular, em 7-8-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 812, de 2012, do Líder do PSD.

12- Designada a Deputada Elcione Barbalho, como membro suplente, em substituição à Deputada Nilda Gondim, em 4-12-2012 (Sessão do Senado Federal), conforme Ofício nº 1.229/2012, da Liderança do PMDB.

13- Vaga em virtude da renúncia do Deputado Neilton Mulim ao mandato de Deputado Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

14- Vaga em virtude da renúncia da Deputada Teresita Surita ao mandato de Deputada Federal, conforme Ofício nº 02/13/SGM/P, publicado no Diário do Senado Federal de 5-2-2013.

15- Designada a Deputada Magda Mofatto, como membro titular, em substituição à ex-Deputada Célia Rocha, em 21-3-2013 (Sessão do Senado Federal), nos termos do Ofício nº 125, de 2013, da Liderança do PTB.

16- Designada a Deputada Nilda Gondim, como membro titular, em 26-3-2013 (Sessão do Senado Federal), conforme o Ofício nº 284, de 2013, da Liderança do PMDB.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÕES MISTAS ESPECIAIS

ATO DO PRESIDENTE DO CONGRESSO NACIONAL Nº 15, DE 2012

Constitui Comissão Mista Especial prevista no art. 3º da Emenda Constitucional nº 69, de 2012, destinada a elaborar, em sessenta dias, os projetos de lei necessários à adequação da legislação infraconstitucional quanto à transferência, da União para o Distrito Federal, das atribuições de organizar e manter a Defensoria Pública do Distrito Federal.

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PV)¹	
Vital do Rêgo (PMDB/PB) ⁵	1. Francisco Dornelles (PP/RJ) ⁵
Eunício Oliveira (PMDB/CE) ⁵	2. Garibaldi Alves (PMDB/RN) ⁵
Clésio Andrade (PMDB/MG) ⁵	3. ^{5 e 11}
Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PCdoB/PRB)¹	
Rodrigo Rollemberg (PSB/DF) ²	1. Pedro Taques (PDT/MT) ⁷
Cristovam Buarque (PDT/DF) ²	2. Antonio Carlos Valadares (PSB/SE) ⁷
Paulo Paim (PT/RS) ^{2 e 7}	3. Eduardo Suplicy (PT/SP) ⁷
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM)	
Cyro Miranda (PSDB/GO) ²	1. ^{6 e 10}
Wilder Moraes (DEM/GO) ^{2 e 6}	2.
Bloco Parlamentar União e Força (PTB/PR/PSC)	
Alfredo Nascimento (PR/AM) ³	1. Eduardo Amorim (PSC/SE) ³
Gim (PTB/DF) ³	2. João Vicente Claudino (PTB/PI) ³
PSD⁴	
Sérgio Petecão (PSD/AC) ²	1. ^{2, 8, 9 e 12}

Notas:

- 1- Conforme Ofícios nºs 1.815 e 1.816, de 2012-SF, o Bloco Parlamentar da Maioria e o Bloco de Apoio ao Governo dispõem de mais uma vaga, que deve ser compartilhada, sendo uma de titular e uma de suplente.
- 2- Em 17-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Cyro Miranda, Clovis Fecury, Rodrigo Rollemberg, Cristovam Buarque, Pedro Taques e Sérgio Petecão para integrarem como titulares; e a Senadora Kátia Abreu para integrar, como suplente, nos termos dos Ofícios nºs 60, 34, 74 e 25, de 2012, das Lideranças dos respectivos partidos.
- 3- Em 19-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Alfredo Nascimento e Gim, como membros titulares, e os Senadores Eduardo Amorim e João Vicente Claudino, como membros suplentes, nos termos do Ofício nº 134/2012, do Bloco Parlamentar União e Força.
- 4- Vaga destinada ao rodízio, nos termos do art. 10-A do Regimento Comum do Congresso Nacional.
- 5- Em 20-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Senadores Vital do Rêgo, Eunício Oliveira e Clésio Andrade, como membros titulares, e os Senadores Francisco Dornelles, Garibaldi Alves e Tomás Correia, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 306/2012, do Bloco Parlamentar da Maioria.
- 6- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Wilder Moraes, como membro titular, em substituição ao Senador Clovis Fecury, e o Senador Clovis Fecury, como membro suplente, nos termos dos Ofício nº 50/2012, da Liderança do DEM.
- 7- Em 25-9-2012 (Sessão do Senado Federal), designado o Senador Paulo Paim, como membro titular, em substituição ao Senador Pedro Taques, e os Senadores Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Eduardo Suplicy, como membros suplentes, nos termos dos Ofício nº 120/2012, do Bloco de Apoio ao Governo.
- 8- Em 2-10-2012, a Senadora Kátia Abreu licenciou-se nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, por 121 dias, a partir de 2-10-2012, conforme RQS nº 869/2012, deferido na sessão de 1º-10-2012.
- 9- Em 16-10-2012 (Sessão do Senado Federal), designa o Senador Marco Antônio Costa, como membro suplente, em substituição à Senadora Kátia Abreu, nos termos dos Ofício nº 59/2012, da Liderança do PSD no Senado Federal.
- 10- Vago em razão da reassunção do titular, Senador João Alberto Souza, em 5-11-2012.
- 11- Vago em virtude de o Senador Tomás Correia não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador Valdir Raupp, em 15-11-2012.
- 12- Vago em virtude de o Senador Marco Antônio Costa não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senadora Kátia Abreu, em 31-1-2013.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
	1.
	2.
PMDB	
Leandro Vilela ¹	1. Geraldo Resende ¹
Luiz Pitiman ¹	2. Sandro Mabel ¹
PSDB	
	1.
PP	
Roberto Britto ¹	1. Toninho Pinheiro ¹
DEM	
Augusto Coutinho ¹	1. João Bittar ¹
PR	
	1.
PSB	
	1.
PDT	
	1.
Bloco Parlamentar (PV / PPS)	
Augusto Carvalho ¹	1.
PTB	
	1.

Notas:

1- Em 14-11-2012 (Sessão do Senado Federal), designados os Deputados Leandro Vilela, Luiz Pitiman, Roberto Britto, Augusto Coutinho e Augusto Carvalho, para integrarem como titulares; e os Deputados Geraldo Resende, Sandro Mabel, Toninho Pinheiro e João Bittar para integrarem, como suplentes, nos termos do Ofício nº 2.066, de 2012, do Presidente da Câmara dos Deputados.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 1, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a elaborar, em sessenta dias, proposta de reforma do Regimento Comum do Congresso Nacional.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza ¹
Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro ¹
Relator: Senador Romero Jucá ¹

Instalação: 12-3-2013 ¹
Prazo Final: 11-5-2013
Prazo Final Prorrogado: 11-7-2013 ²

Senado Federal	Câmara dos Deputados
Romero Jucá (PMDB/RR)	Cândido Vaccarezza (PT/SP)
Lobão Filho (PMDB/MA)	Osmar Serraglio (PMDB/PR)
Flexa Ribeiro (PSDB/PA)	Bruno Araújo (PSDB/PE)
Walter Pinheiro (PT/BA)	Mendonça Filho (DEM/PE)
Jorge Viana (PT/AC)	Júlio Delgado (PSB/MG)
Ana Amélia (PP/RS)	Jô Morais (PCdoB/MG)

Notas:

- 1- Comissão instalada em 12-3-2013, eleitos Presidente, Vice-Presidente e Relator, conforme Ofício nº 1/2013-CMRRC.
2- Nos termos no Ato Conjunto nº 3, de 13 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)

Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

**ATO CONJUNTO N° 2, DE 2013,
DOS PRESIDENTES DO SENADO FEDERAL E DA CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Cria Comissão Mista destinada a consolidar a legislação federal e a regulamentar dispositivos da Constituição Federal.

Presidente: Deputado Cândido Vaccarezza¹
Relator: Senador Romero Jucá²

Instalação: 2-4-2013²
Prazo Final: 11-5-2013

Câmara dos Deputados	Senado Federal
Cândido Vaccarezza (PT/SP)	Romero Jucá (PMDB/RR)
Edinho Araújo (PMDB/SP)	Vital do Rêgo (PMDB/PB)
Eduardo Barbosa (PSDB/MG) ³	Jorge Viana (PT/AC)
Sergio Zveiter (PSD/RJ)	Pedro Taques (PDT/MT)
Arnaldo Jardim (PPS/SP)	Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP)
Miro Teixeira (PDT/RJ)	Antônio Carlos Rodrigues (PR/SP)

Notas:

- 1 - Aínea "a" do inciso I do art. 2º do Ato Conjunto nº 2, de 2013.
2 - Comissão instalada em 2-4-2013, designado o Senador Romero Jucá como Relator, conforme Ofício nº 001, de 2013, da Presidência desta Comissão.
3 - Designado o Deputado Eduardo Barbosa, em substituição ao Deputado Carlos Sampaio, nos termos do Ato Conjunto nº 4, de 21 de maio de 2013.

Subsecretaria de Apoio às Comissões Especiais e Parlamentares de Inquérito (SSCEPI)
Diretor: Dirceu Vieira Machado Filho
Telefone: (61) 3303-3490 / 3303-3514
E-mail: sscepi@senado.gov.br

CONSELHOS E ÓRGÃO

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN)	<u>PRESIDENTE</u> Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> André Vargas (PT-PR)	<u>1ª VICE-PRESIDENTE</u> Jorge Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Fábio Faria (PSD-RN)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Romero Jucá (PMDB-RR)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Marcio Bittar (PSDB-AC)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Simão Sessim (PP-RJ)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Angela Portela (PT-RR)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Maurício Quintella Lessa (PR-AL)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Ciro Nogueira (PP-PI)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Biffi (PT/MS)	<u>4º SECRETÁRIO</u> João Vicente Claudino (PTB-PI)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> José Guimarães (PT/CE)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA</u> Eunício Oliveira (PMDB-CE)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Nilson Leitão (PSDB-MT)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR MINORIA</u> Mário Couto (PSDB-PA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Décio Lima (PT/SC)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Vital do Rêgo (PMDB-PB)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Nelson Pellegrino (PT/BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Ricardo Ferraço (PMDB-ES)

(atualizada em 28.02.2013)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Senado Federal – Anexo II - Térreo
Telefones: 3303-4561 e 3303-5258
scop@senado.gov.br

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL¹

(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)Presidente: **DOM ORANI JOÃO TEMPESTA²**Vice-Presidente: **FERNANDO CESAR MESQUITA²**

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	WALTER VIEIRA CENEVIVA	DANIEL PIMENTEL SLAVIERO
Representante das empresas de televisão (inciso II)	GILBERTO CARLOS LEIFERT	MÁRCIO NOVAES
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	ALEXANDRE KRUEL JOBIM	LOURIVAL SANTOS
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)	ROBERTO FRANCO	LILIANA NAKONECHNYJ
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	CELSO AUGUSTO SCHRÖDER	MARIA JOSÉ BRAGA
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	JOSÉ CATARINO NASCIMENTO	VAGO ³
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	JORGE COUTINHO	MÁRIO MARCELO
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	LUIZ ANTONIO GERACE DA ROCHA E SILVA	PEDRO PABLO LAZZARINI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	MIGUEL ANGELO CANÇADO	WRANA PANIZZI
Representante da sociedade civil (inciso IX)	DOM ORANI JOÃO TEMPESTA	PEDRO ROGÉRIO COUTO MOREIRA
Representante da sociedade civil (inciso IX)	RONALDO LEMOS	VAGO ⁴
Representante da sociedade civil (inciso IX)	JOÃO MONTEIRO FILHO	VICTOR JOSÉ CIBELLI CASTIEL (ZÉ VICTOR CASTIEL)
Representante da sociedade civil (inciso IX)	FERNANDO CESAR MESQUITA	LEONARDO PETRELLI

Atualizada em 13.03.2013

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 05.06.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

3ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 17.07.2012

SECRETARIA GERAL DA MESA
 Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
 Senado Federal - Anexo II - Térreo
 Telefones: 3303-4561 e 3303- 5258
ssccn@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccs

Notas:

1- Conselheiros eleitos para a 3ª Composição tomaram posse em 08.08.2012.

2- Eleitos na 1ª Reunião do Conselho, realizada em 08.08.2012.

3- Vago em virtude do falecimento do Conselheiro Suplente Eurípedes Corrêa Conceição, ocorrido em 13.02.2013.

4- Vago em virtude de o Conselheiro João Luiz Silva Ferreira ter renunciado ao cargo de suplente, conforme expediente datado de 26.02.2013, publicado no Diário do Senado Federal em 13.03.2013.

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL
Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Deputado Newton Lima²

Vice-Presidente: Senador Paulo Bauer²

Vice-Presidente: Deputado Renato Molling²

Designação: 07.05.2013

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Iara Bernardi
Fernando Marroni	Márcio Macêdo
Newton Lima	Taumaturgo Lima
PMDB	
André Zacharow	Lelo Coimbra
Íris de Araújo	Osmar Serraglio
Marçal Filho	Ronaldo Benedet
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Antonio Carlos Mendes Thame	Urzeni Rocha ³
Eduardo Azeredo	
Walter Feldman	
PSD	
Geraldo Thadeu	Átila Lins
Hugo Napoleão	Dr. Luiz Fernando
Raul Lima	Eleuses Paiva
PP	
Dilceu Sperafico	Luis Carlos Heinze
Renato Molling	Renato Andrade
PR	
Wellington Fagundes	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Beto Albuquerque
Luiza Erundina	Leopoldo Meyer
DEM	
Júlio Campos	
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
PTB	
Paes Landim	Jorge Corte Real
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire	Antônio Roberto
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
PCdoB	
João Ananias	Chico Lopes
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PTdoB	
Luis Tibé	

1-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 25, de 07.05.2013.

2- Eleitos na reunião realizada em 21.05.2013.

3-Designado pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 29, de 23.05.2013.

4-Designados pelo Ato do Presidente da Mesa do Congresso Nacional nº 33, de 03.06.2013.

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSD / PV)	
Pedro Simon	Casildo Maldaner
Roberto Requião	Valdir Raupp
Ana Amélia	Luiz Henrique
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Eduardo Suplicy	Acir Gurgacz ⁴
Paulo Paim	Inácio Arruda
Antonio Carlos Valadares ⁴	Humberto Costa
Bloco Parlamentar Minoría (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer	Cássio Cunha Lima
Wilder Morais	Jayme Campos
Bloco Parlamentar União e Força (PTB / PR / PSC / PPL)	
Alfredo Nascimento	Fernando Collor
Gim	Eduardo Amorim

(Atualizada em 05.06.2013)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 – 70160-900 Brasília – DF / Brasil

Fones: (55) 61 3216-6871 / 6878 Fax: (55) 61 3216-6880

e-mail: cpcm@camara.gov.brwww.camara.gov.br/mercosul



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislação Eleitoral e Política



Nova Edição, agora acrescendo as Leis nºs 9.504/97, 4.737/65 e 9.096/95, a Lei Complementar nº 64/90, todas imprescindíveis à compreensão do processo eleitoral brasileiro.

Código de Trânsito Brasileiro



Este trabalho apresenta o Código de Trânsito Brasileiro, Lei nº 9.503/1997, acrescido da Lei nº 11.705/2008 e do Decreto nº 6.489/2008, normas disciplinadoras da comercialização de bebidas alcoólicas em rodovias federais.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 216 páginas
(OS: 13697/2013)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

